



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

UM ESTUDO ENUNCIATIVO DA PALAVRA ESCRAVO E SUA DESIGNAÇÃO
NAS CARTAS DO CONDE DO PINHAL PARA SUA ESPOSA NANINHA

NAYARA FERNANDA DORNAS

SÃO CARLOS
2017



Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

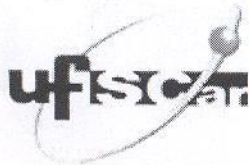
UM ESTUDO ENUNCIATIVO DA PALAVRA ESCRAVO E SUA
DESIGNAÇÃO NAS CARTAS DO CONDE DO PINHAL PARA SUA
ESPOSA NANINHA

NAYARA FERNANDA DORNAS
Bolsista: CNPQ

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Linguística da
Universidade Federal de São Carlos,
como parte dos requisitos para a obtenção
do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof(a). Dr(a). Soeli Maria
Schreiber da Silva.

São Carlos - São Paulo - Brasil
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Nayara Fernanda Dornas, realizada em 20/02/2018:

Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva
UFSCar

Prof. Dr. Julio Cesar Machado
UEMG

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias
UFMG

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Luiz Francisco Dias e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva

“As duas pessoas que primeiro roeram as unhas na manhã do meu nascimento dedico com imenso amor este trabalho, que simboliza a concretização de mais um, dos meus diversos sonhos. rrsrrsr.”

As duas pessoas que primeiro roeram as unhas na manhã do meu nascimento são meus amados pais, Valécia e Reinaldo, dedico a eles por sempre estarem por perto, por sempre apoiar, estarem presentes. Pelo amor, pela força, enfim, por serem o modelo de humildade, modelo de vida, modelo de valores, simplesmente, por serem meus pais...

Aos meus irmãos, Alexandre e Rogério, por exercerem perfeitamente o papel de irmãos.

À minha irmã do coração, Luana, que mesmo distante fisicamente, se tornou parte da minha história, por estar sempre disposta a ouvir, a aconselhar e aguentar todos os meus “pitis”.

Agradecimentos

Como bem disse GUIMARÃES ROSA em Grande Sertão-Veredas (2001, p. 39): “*o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas- mas que elas vão sempre mudando,*” não estamos o mesmo, mudamos, crescemos, evoluímos, e não podemos fazer isso sozinhos, somos seres humanos, seres sociais, que dependem um dos outros para viver... o mestrado proporcionou mudanças em mim, me marcou, por meio dele aprendi muitas coisas, ganhei novas visões de mundo e do conhecimento, conheci pessoas, que mesmo à distância, se tornaram amigas.

Bom, está metamorfose, está pequena evolução deve-se a muitas pessoas importantes.

À minha orientadora Professora Soila, que sempre esteve presente, de braços abertos, me acolheu, a você, o meu muito obrigada de coração.

Aos membros do grupo de pesquisa UEHPOSOL, vocês foram importantes e proporcionaram grandes discussões, a vocês todos, muito obrigada.

Ao Professor Julio, que desde a graduação me apoiou e incentivou para que eu continuasse a caminhada, e me apresentou ao mundo da linguística, a você, meu imenso obrigada.

Ao meu papai e a minha mamãe que fizeram o possível e o impossível, o real e o inimaginável para que eu continuasse, sempre me protegendo, me auxiliando. A vocês, meus pais amados, que seguraram todas as “pontas” para que eu realizasse mais um sonho, meu eterno obrigada! Amo vocês!!!

Ao CNPQ, que possibilitou que eu tivesse uma bolsa de estudos, muito obrigada, essa oportunidade foi maravilhosa e me ajudou muito.

Muito obrigada, aos meus colegas que fizeram parte dessa caminhada, aos meus amigos, principalmente, a Luana, vocês fizeram a diferença, me marcaram profundamente, tanto profissionalmente quanto pessoalmente. Enfim, meu muito obrigada a todos. Todos são partes de mim agora!!! São marcas em mim. Parafraseando Antoine de Saint-Exupéry, aqueles que fazem parte da vida da gente em algum momento, deixam um pouco de si, e levam um pouco de nós.

Obrigada Deus, pelo dom Da Vida! Obrigada pela capacidade de aprender! Obrigada pela humildade! Obrigada pela humanidade!!!

“Puxa! Puxa! Como tudo está tão estranho hoje! E ontem as coisas estavam tão normais! O que será que mudou á noite? Deixe-me ver: eu era a mesma quando acordei de manhã? Tenho a impressão de ter me sentido um pouco diferente. Mas se eu não sou a mesma, a próxima questão é: ‘Quem sou eu?’. Ah! esta é a grande confusão!” (ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS, 2014, p.15)

Resumo

Apesar da dificuldade de se encontrar dados e documentos precisos referentes à escravidão em São Carlos, o escravo esteve presente em todo o processo de desenvolvimento da cidade, porém, o escravo é silenciado ao longo da história. Assim, por meio de um olhar enunciativo fornecido pela teoria da Semântica do Acontecimento desenvolvida pelo estudioso brasileiro Eduardo Guimarães, o presente trabalho aborda a palavra escravo e sua designação ao longo das cartas do Conde do Pinhal para Anna Carolina, sua esposa, conhecida como Naninha. Temos como objetivo estudar as designações de escravo e também identificar as designações de escravo na relação com o nome próprio adotando, dessa forma, a perspectiva de que o acontecimento é o funcionamento da língua. Utilizamos alguns recursos do aporte teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento como espaço enunciativo, cena enunciativa, agenciamento enunciativo, temporalidade, político, designação, articulação, reescrituração e DSD desenvolvidos por Guimarães, pertinência enunciativa, domínio de referência, força de progressão, força de retrospectão por Dias, e argumentação e pressuposição por Ducrot. Pretendemos com isso, estudar a designação de escravo, silenciada nesse espaço enunciativo e observamos esse silenciamento por meio da dificuldade de se encontrar dados e documentos precisos referentes à escravidão em São Carlos, e isso se deve à determinação de 1890 que ordenava a incineração de documentos que comprovavam a propriedade do escravo. Ou seja, tal medida é uma das várias tentativas de silenciar e evitar que o escravo e seus sentidos e significação ganhassem espaço. Também analisamos o funcionamento dos nomes próprios no presente do acontecimento enunciativo das cartas. Observamos assim que os nomes próprios referenciam a palavra escravo, já que os nomes próprios ora são determinados pelo tipo de trabalho desenvolvido, ora pela cor da pele, ora pelo funcionamento do nome em outras enunciações que por meio da relação de integração nos mostra o sentido de escravo, assim temos que os nomes próprios designam escravos.

Palavras chave: escravo, sentido, texto, cartas.

Abstract

Despite the difficulty of finding accurate data and documents regarding slavery in São Carlos, the slave was present throughout the development process of the city, but the slave is silenced throughout history. Thus, through an enunciative look provided by the theory of Semantics of the Event developed by the Brazilian scholar Eduardo Guimarães, the present work addresses the word slave and its designation throughout the letters of the Count of Pinhal to Anna Carolina, his wife, known as Naninha. We aim to study slave designations and also to identify slave designations in the relation with the proper name, adopting, in this way, the perspective that the event is the functioning of the language. We will use some resources of the theoretical-methodological contribution of Semantics of the Event as enunciative space, enunciative scene, enunciative agency, temporality, political, designation, articulation, rewriting and DSD developed by Guimarães, enunciative pertinence, domain of reference, force of progression, force of retrospection by Dias, and argumentation and presupposition by Ducrot. We intend, therefore, to study the designation of slave, silenced in this enunciative space and observe this silencing through the difficulty of finding accurate data and documents regarding slavery in São Carlos, and this is due to the determination of 1890 that ordered the incineration of documents which proved the property of the slave. That is, this measure is one of several attempts to silence and prevent the slave and his senses and meaning from gaining

space. We also analyze the functioning of the proper names in the present of the enunciative event of the letters. We thus note that the proper names refer to the word slave, since the proper names are determined by the type of work developed, sometimes by the color of the skin, sometimes by the functioning of the name in other enunciations that through the relation of integration reveals the meaning of slave, so we have that proper names work with the sense of slaves.

Keywords: slave, sense, text, letters.

Sumário

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO I- A bordo da viagem pelas cartas.....	13
1.1 A família Botelho.....	17
1.1.1 O Conde do Pinhal e sua esposa Naninha.....	22
1.2 Negros, colonos, criados, mulatos: os escravos!.....	26
CAPÍTULO II- Acertando as direções: Norte teórico metodológico.....	29
2.1 A Semântica do Acontecimento.....	29
2.1.1 Procedimento metodológico: A Designação.....	34
2.1.2 Procedimento metodológico: Domínio Semântico de determinação.....	36
2.1.3 Procedimento analítico: Reescrituração e articulação.....	39
2.2 Pertinência enunciativa e domínio de referência em Dias.....	41
2.2.1 Força de retrospecção, força de prospecção e força de progressão.....	44
2.3 A performatividade	45
2.3.1 A performatividade em Guimarães.....	46
2.4 Pressupostos.....	47
2.5 Argumentação.....	48
2.6 Metodologia.....	50
CAPÍTULO III- Desanuviando as cartas: análises.....	52
3.1 Espaço de enunciação.....	52
3.2 Cena enunciativa.....	55
3.3 A questão do nome próprio dos escravos.....	97
3.3.1 Felício.....	99
3.3.2 Joana.....	105
3.3.3 Maria Mulata.....	106
3.3.4 Maria Preta.....	108
3.3.5 Sebastião.....	112
3.3.6 Alfredo.....	116

3.3.7 Zeferino.....	121
3.3.8 Elisa.....	126
3.4 A questão da designação do escravo e de seu silenciamento.....	129
3.4.1 A designação de escravo.....	129
3.4.2 Outras designações de escravo.....	138
3.4.3 Escravo e a fuga.....	150
CONCLUSÃO- ANCORANDO AS ANÁLISES.....	155
REFERÊNCIAS.....	162
ANEXOS.....	166

APRESENTAÇÃO

“Quando a tarde veio o vento veio e eu segui levado como uma folha
 E aos poucos fui desaparecendo na vegetação alta de antigos campos de batalha
 Onde tudo era estranho e silencioso como um gemido.
 Corri na sombra espessa longas horas e nada encontrava
 Em torno de mim tudo era desespero de espadas estorcidas se desvencilhando
 Eu abria caminho sufocado mas a massa me confundia e se apertava impedindo meus passos
 E me prendia as mãos e me cegava os olhos apavorados.
 Quis lutar pela minha vida e procurei romper a extensão em luta
 Mas nesse momento tudo se virou contra mim e eu fui batido
 Fui ficando nodoso e áspero e começou a escorrer resina do meu suor
 E as folhas se enrolavam no meu corpo para me embalsamar.
 Gritei, ergui os braços, mas eu já era outra vida que não a minha
 E logo tudo foi hirto e magro em mim e longe uma estranha litania me fascinava.
 Houve uma grande esperança nos meus olhos sem luz
 Quis avançar sobre os tentáculos das raízes que eram meus pés
 Mas o vale desceu e eu rolei pelo chão, vendo o céu, vendo o chão, vendo o céu, vendo o chão
 Até que me perdi num grande país cheio de sombras altas se movendo...”

O Escravo - Vinícius de Moraes¹

Essa estrofe do poema de Vinícius de Moraes intitulado O Escravo, apresenta-nos a dor do escravo que saí de seu lugar de origem e se encontra em um novo país sem ter mais uma identidade, sem ter mais um nome, sem ser compreendido, sem ter direito e nem lugar de fala. Este deixou de ser sujeito para simbolizar força de trabalho braçal, teve sua vida apagada, sua identidade excluída e passou a significar mão-de-obra que ajudou delinear a economia do país.

O presente trabalho procura abordar a questão do escravo, do negro, do mulato, do colono, enfim, dos designados escravos, seres humanos que não possuíam direito, nem voz, e muito menos lugar de fala, considerados propriedades do homem branco e condenados a um regime de poder disciplinar, nas cartas do Conde do Pinhal para a sua esposa, Naninha. Especificamente abordamos o funcionamento da palavra escravo e de seus sentidos nas cartas analisadas. Nosso ponto chave com o trabalho é **mostrar que nas cartas, mesmo com a assinatura da Lei Aurea e com a abolição da escravidão, o sentido de escravo continua a funcionar, a significar.**

Diante disso, no primeiro capítulo, intitulado “Abordo da viagem pelas cartas”, procuramos apresentar uma visão geral sobre a pesquisa, apresentando seus objetivos,

¹ Poesias, O Escravo, Rio de Janeiro, 1935. Disponível em: <http://www.viniiciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/o-escravo>. Acesso em: 30 junh 2017

justificativas, problemáticas, assim como apresentando uma abordagem geral da família Botelho, família do Conde do Pinhal, Locutor/autor ²das cartas e peça fundamental para a cidade de São Carlos, já que nossa teoria, a Semântica do Acontecimento, tem suporte na história. Procuramos também nesse capítulo abordar de forma mais geral o escravo e seu silenciamento questão necessária, pois o memorável³ do escravo está presente nas cartas e também se faz presente no memorável de nossa cultura, em nossa memória social, discursiva, e também na futuridade de nossos discursos. Pois, o negro, mesmo supostamente liberto, esteve e ainda está circundado por discursos e enunciações disciplinares que projetam o sentido de lugar de inferioridade e efeitos de sentidos que ainda significam como os que envolvem a cor da pele, o tipo de cabelo, as formas de vestimenta, etc. Portanto, esse primeiro capítulo apresenta toda a problemática que envolve a pesquisa, o memorável do Conde do Pinhal e sua família, e as especificações a cerca do nome escravo.

O segundo capítulo intitulado “Acertando as direções: norte teórico-metodológico” discorreremos sobre a teoria Semântica do Acontecimento que norteia a nossa pesquisa, apresentando os procedimentos metodológicos que tal teoria nos fornece e que possibilita que nosso corpus seja analisado de forma científica. Então, nesse capítulo teórico apresentamos os aportes teóricos de Guimarães, de Dias e de Ducrot usados em nossas análises.

E no terceiro e último capítulo do trabalho denominado “Desanuviando as cartas: análises” realizamos as análises do nosso corpus composto por 28 cartas que são tomadas numa relação de integração como apresenta Guimarães, que a define como sendo “aquela que constitui sentido, ela se caracteriza por ser a relação de um elemento linguístico de um nível com elemento de nível superior.” (2011, p.43).

Portanto, nesse último capítulo analisamos a palavra escravo numa relação de integração e estudamos seus sentidos, que mesmo silenciados, funcionam no presente do acontecimento das cartas. Assim, as análises vão mostrando os sem direitos a voz, os esquecidos, ou seja, como mostra Rancière, os sem nomes, os sem lugar. Aqui o centro é o escravo e não mais os escravocratas, que como os reis de Rancière estão “mortos como centros e forças da história.” (1994, p.20). Diante disso, o “sem lugar”, o escravo, torna-se o acontecimento a ser analisado, pois as cartas são uma forma de contar a história de alguém ou de alguma coisa tida como não importante, como silenciada. Assim, as cartas do Conde do

² Segundo Guimarães todo enunciado significa um engajamento específico do Locutor, assim, o texto como um todo também se apresenta por um engajamento particular do Locutor com o texto, levando em consideração um certo espaço de enunciação. Este engajamento do locutor com o texto é chamado por Guimarães de relação de autor. (GUIMARÃES, 2011, p.25)

³ Rememoração de enunciados (GUIMARÃES, 2002, p.12), noção da semântica do acontecimento que será discutida no capítulo II.

Pinhal são textos, ou seja, uma unidade de sentido que integra os enunciados no acontecimento da palavra escravo que é silenciada.

Para melhor fundamentar nosso trabalho, o capítulo três terá quatro subdivisões, a primeira apresenta o espaço de enunciação, a segunda a cena enunciativa, a terceira subdivisão aborda a questão do nome próprio de escravos e sua significação e a quarta a questão da designação do escravo e o silenciamento da palavra escravo. Tal metodologia será mais bem explorada no capítulo a seguir.

CAPÍTULO I- A BORDO DA VIAGEM PELAS CARTAS

“As almas mortas dos Infernos são aqueles indivíduos que foram mortos muito cedo para saber o que eles tinham vivido, são aqueles que não souberam o que viver quer dizer, por não ter sabido dizê-lo”. Jacques Rancière

A escravidão marcou muitas vidas e ainda marca com suas raízes que foram fincadas em nossa cultura. Ainda hoje podemos ver resquícios de sua existência seja em descendentes, seja em quilombos, seja em nossa música, seja em nossa raiz étnica, em nossa comida, etc., o que percebemos é que mesmo uma prática do passado, sua voz ainda ressoa fortemente e faz-se presente em nosso presente.

Por meio disso, não podemos deixar de observar que várias cidades tiveram sua origem pautada nessa prática, e a cidade de São Carlos é um belo exemplo, já que a escravidão ocorreu com muita força, o que permitiu que a cidade se desenvolvesse e se tornasse, durante um tempo, um enorme núcleo comprador de escravos, pois seu centro econômico era baseado na atividade cafeeira.

Nossa pesquisa linguística, no entanto, se dará pelas cartas de Antonio Carlos, conhecido como Conde do Pinhal. Cartas escritas para sua esposa, Ana Carolina, mais conhecida como Naninha. Estas foram reunidas em um livro intitulado, “Naninha, aceitai as minhas saudades- cartas do Conde do Pinhal para Anna Carolina, sua esposa”, da Editora da UFSCar, do ano de 2000. O livro conta com 160 páginas e abriga um conjunto de 203 cartas escritas por Antonio Carlos a sua esposa Anna Carolina. Para melhor fundamentar nosso estudo foram selecionadas 28 cartas, e por meio delas nosso estudo se pautará. Todas as cartas analisadas estão no anexo A.

As cartas surgiram para permitir que o ser humano pudesse registrar e transmitir ideias, fatos, pensamentos, desejos, etc., assim, as cartas foram, por muito tempo, um meio muito importante de comunicação à distância caracterizado por conter um remetente e um destinatário.

Uma publicação desse gênero para a nossa temática é interessante por se constituir como um texto, um texto como um lugar de conflito, um lugar do agenciamento enunciativo, onde a questão do Locutor/ autor e do Alocutário produz certos sentidos, sentidos estes pertinentes ao estudo da designação de escravo. Ou seja, por se tratar de cartas, o grau de

formalidade e os sentidos dependem do espaço enunciativo ⁴em que a carta foi produzida, também dependem do Locutor/ autor, e principalmente do Alocutário. Diante disso, as cartas além de servirem para a comunicação entre pessoas que estão distantes, conservar aspectos históricos e sociais, constituem-se como um registro linguístico em que o memorável faz-se presente. Assim, as cartas do Conde são registros linguísticos em que o presente do acontecimento permite o estudo do escravo.

É importante destacar que a Semântica do Acontecimento, nosso norte teórico que será apresentado no próximo capítulo, permite que analisemos não só palavras e enunciados, mas também o texto, que segundo Guimarães “é uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento de enunciação” (2011, p.19). Ou seja, em nosso trabalho as cartas são nossa unidade de sentido, tomadas nessa relação de integração que se constituem em unidade de sentido que se integram no acontecimento.

Assim, segundo Guimarães, “o enunciado, unidade do discurso, é enunciado por aparecer em um texto. (...) E os textos podem ser formados de enunciados de discursos diferentes” (2007, p.13). Então, a relação de integração se faz necessária e pertinente em nosso trabalho por nos permitir abordar as cartas não como uma soma, ou seja, como cada carta isolada que formam o livro e nem como uma linearidade, como uma sequência de cartas, mas como partes integrantes do texto como um todo, inteiro, ou seja, como partes que formam unidades de sentido que se integram em enunciados em um texto único, uno.

Os primórdios dessa pesquisa linguística pautam-se em uma questão norteadora que fez com que todo o estudo fosse embasado; nas cartas há a presença do escravo? É por meio dessa problemática que nosso olhar se direcionou e nossa viagem começou, pois se são supostamente cartas de um marido para uma esposa, especificamente, de um marido escravocrata e de uma esposa administradora, será que a palavra escravo, ou mesmo o sentido de escravo se fará presente? Mas além dessa problemática outras questões foram mobilizadas e ajudaram a compor nosso roteiro, como o que significa escravo nas cartas do Conde do Pinhal? Como o Conde e a Naninha abordavam os escravos? Quais outras palavras designam escravos? Como o escravo é designado e enunciado nas cartas? Apesar de ser considerado um objeto, uma propriedade, os escravos possuem nomes próprios, qual sentido de tal nomeação? O que designa o nome próprio dos escravos? “A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome.” (GUIMARÃES, 2005, p.9), então como isso se dá em

⁴“(…) são espaços divididos desigualmente, de disputa pela palavra” (GUIMARÃES, 2002, p.20). Essa noção será abordada no capítulo II.

relação à nomeação dos seres humanos que eram tidos como escravos? Será que o nome próprio reescreve a palavra escravo, ou carrega algum significado referente a escravo?

Após a abolição muitos escravos continuaram cativos, trabalhando e exercendo o mesmo trabalho anterior a abolição, porém, escravo passa a ser colono, como mostra Monsma,

No entanto, dados de um censo do município de São Carlos, realizado em 1907, mostram que “colono” era a ocupação mais comum entre homens negros arrolados como chefes de família, incluindo 43,5% dos chefes pretos e 31,3% dos mulatos (Monsma, 2006). Parece que, sejam quais fossem seus preconceitos, os fazendeiros não podiam excluir os negros do colonato (...) (MONSMA, 2005, p. 110)

Assim, quando libertos pela lei Aurea os escravos recebem a denominação de colonos, mas, mudar a denominação muda seu status e estes deixam de serem escravos? Ser colono é ou não o mesmo que ser escravo? Como tais nomeações eram agenciadas? Diante dessas inquietações nosso olhar se focalizou.

As cartas constituem um material rico para o nosso estudo, um material intrigante, instigante e revelador. Ao abordar a questão do escravo detectamos uma dificuldade visível e palpável em se encontrar dados e documentos precisos referentes ao assunto em São Carlos, e isso tem por memorável a determinação de 1890 que ordenava a incineração de documentos que comprovavam a propriedade do escravo, ou seja, documentos que comprovavam a existência do escravo foram queimados devido à pressão dos ex-donos de escravos que com a abolição desejavam receber indenização do Estado, já que com a assinatura da lei, muitos sofreram perdas financeiras e acreditavam que cabia ao Estado o reparo.

Portanto, abordar a questão dos escravos em cartas supostamente de amor, já que se tratava de um marido escrevendo para a esposa, é bem curioso, pois ao longo das análises percebemos que o suposto agenciamento amoroso dá lugar ao agenciamento administrativo, o foco está na fazenda e na economia.

As indagações de nossa pesquisa linguística são semânticas, portanto, nosso olhar recai e se foca na questão do sentido. Especificamente, o sentido será trabalhado por meio da ótica da enunciação. E para isso, adotaremos como base para o estudo o seguinte pressuposto:

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz (...). Esses sentidos têm a ver com o que é dito, e com o que poderia ser dito

e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele. (ORLANDI, 2007, p. 30)

Assim, de acordo com Orlandi (2007) o silêncio (uma forma do não-dito) significa. A autora apresenta alguns tipos de silêncio. Segundo ela, há o silêncio fundador, que indica que “o sentido pode sempre ser outro” (2007, p.83) e há o silenciamento que se divide em silêncio constitutivo, quando uma palavra apaga outra, por exemplo, diz-se cativo para não dizer escravo, e o silêncio local, que segundo a autora seria a censura, certas palavras são proibidas em certos lugares, por exemplo, dizer escravo num espaço pós-abolição vai contra a norma vigente. Nas cartas há a presença da política do silêncio, pois o silenciamento da palavra escravo funciona e pode ser estudado pelas nossas análises.

A partir desse exposto, temos como objetivo geral, analisar enunciativamente como a palavra escravo acontece nas cartas, ou seja, como é enunciada, designada, reescriturada, significada, silenciada assim como também observar quais outras palavras funcionam com o sentido de escravo, quais pertinências enunciativas a cerca do uso dessas palavras.

Já como objetivos específicos, nosso estudo linguístico pretende descrever o espaço enunciativo, a cena enunciativa, o agenciamento enunciativo, a temporalidade e o político presentes nas cartas; realizar um estudo enunciativo da designação dos nomes próprios dos escravos; estudar o funcionamento das palavras que reescrevem e designam escravo, analisar a performatividade, os pressupostos e as argumentações presentes nas cartas. Tudo isso com o intuito de estudar os sentidos de escravo.

O nosso trabalho sobre as cartas nos permite observar os vários sentidos e formas do escravo, nos mostra, por exemplo, a dificuldade em se adquirir escravos com os rumores da abolição, assim como mostra a preocupação de Naninha e do Conde Antonio Carlos em cuidar e em manter os que ainda eram de sua propriedade com o intuito de criar uma futuridade de que era bom trabalhar na fazenda e servir ao Conde e à família.

As análises vão assim, projetando o sentido de escravo que funciona nas cartas, mas de forma silenciada e isso caracteriza a presença do político linguístico, já que antes da lei Aurea, a escravidão e o escravo eram tratados abertamente como algo legal, depois a escravidão e os escravos já vão ser vistos como algo “ilegal”. Estudar essa mudança no espaço enunciativo e como isso se dá é importante para se entender como a mudança de sentido referente à palavra escravo ocorre. Dessa forma, o político, “que é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem” (GUIMARÃES, 2005, p.15), está funcionando no acontecimento das cartas, pois, o litígio está presente e afeta, portanto, a enunciação.

Ainda temos que os escravos são identificados por nomes e estudar o funcionamento do nome próprio dos escravos e seus aspectos semântico-enunciativos nos permitirá visualizar mais claramente a relação escravo/proprietário, nome/sujeito.

Assim, estudar a designação de escravo nas cartas ajudará a mostrar a presença da escravidão na história de São Carlos, já que a cidade foi fundada e criada por meio dessa prática. Entender como isso se deu é entender a história da cidade, é registrar, é gerar dados para e sobre a cidade. E estudar as cartas do Conde tem uma relevância visível, já que este era um ícone de destaque na época e responsável pela expansão e desenvolvimento de São Carlos.

E fazê-lo por meio de uma pesquisa linguística é um passo eficiente para explicitar como estes sentidos de escravo construíram-se, como funcionaram e como engendram a cultura e funcionamento local do município. Assim, nossa pesquisa é importante por gerar dados, conhecimentos e sentidos que enriquecem a história e produz informações que poderão ser usadas para estudos de questões históricas, culturais, sociais, econômicas em momentos futuros de toda ordem.

Iniciemos nossa pesquisa pelas cartas apresentando a trajetória da família Botelho no Brasil.

1.1 A família Botelho

O nosso estudo como já expresso se dá a partir das cartas de Antonio Carlos, o Conde do Pinhal, por isso, faz-se necessário que exploremos a família Botelho para compreendermos como esta “fincou raiz” no Brasil e como se desenvolveu a ponto de que o Conde se tornasse figura indispensável a São Carlos. Estudar tais cartas e a família do Conde se faz importante também por nos apresentar como São Carlos se constitui em um acontecimento e qual relação do escravo nessa construção e desenvolvimento, já que as cartas são nossa unidade de análise, o texto. E segundo Guimarães, “para considerar a análise do texto é preciso levar em conta, pelo menos dois aspectos. Podemos, por um lado, nos dedicar a dizer como funciona um texto, ou por outro lado, nos dedicar a interpretar um texto, procurar compreender os sentidos de um texto”. (2010, p.19) E diante disso, a questão da palavra é importante, a palavra será analisada a partir do seu funcionamento nos enunciados, que são unidades que integram um texto, especificamente, as cartas. Guimarães mostra que “o enunciado, portanto é essa unidade que integra um texto. Então, quando quero pensar no sentido de uma palavra, estou

pensando no sentido dessa palavra enquanto palavra de um texto, de um enunciado que integra um texto.” (2013, p.20).

A teoria de Guimarães se baseia em um estudo histórico da linguagem, pois na visão desse estudioso o enunciado é ancorado por meio de um dizer historicamente construído. Essa tese da constituição histórica do dizível vem da Análise de Discurso, segundo Dias, por meio do conceito de interdiscurso que nada mais é que uma relação entre “discursos orientados e particularizados pela história.” (DIAS, 2009, p.10).

Assim, o trabalho que fazemos com a designação de escravo constitui-se numa análise de relação com a exterioridade, já que o Conde como escravocrata ficou silenciado, só é lembrado como o fundador da cidade de São Carlos, e com o trabalho de análise, pretendemos mostrar o Conde do Pinhal como escravocrata. Pretendemos ainda mostrar que a abolição nas cartas não funciona da mesma forma que na lei, pois nas cartas o escravo continua funcionando e significando mesmo com a abolição e silenciar o escravo também é uma forma de significar, de produzir certos sentidos. Diante disso, segundo Guimarães (2011) a interpretação é uma atribuição de sentido referente aos enunciados e aos textos tendo em vista a relação de integração que constitui o texto e sua relação com a exterioridade.

Vamos então à viagem pela história do Conde, da Condessa, da casa do Pinhal e pela cidade de São Carlos para estudarmos como os escravos são designados, como a palavra escravo funciona e quais sentidos ela evoca. Vale destacar diante disso que não trabalhamos na perspectiva cronologia da história, pois não realizamos análises a partir de fatos e nem de uma sucessividade do tempo, para nós a história é vista como acontecimento enunciativo.

Nesse momento, nos pautamos no livro *A casa do Pinhal* de Margarida Cintra Gordinho (2004)⁵ e no site Centro de Estudos da Casa do Pinhal (2016)⁶ para situarmos os leitores sobre o Conde e sua família para em seguida realizarmos nossas análises.

A introdução da família Botelho no Brasil se dá a partir de meados do século de XVII, quando três membros da família, especificamente, Sebastião de Arruda Botelho, André de S. Paio e Arruda e Francisco de Arruda e Sá, saem de Portugal rumo ao Brasil, e fixam-se no país constituindo família. Das uniões que se deram entre esses portugueses e as brasileiras, temos Carlos Bortholomeu de Arruda Botelho, avô do futuro Conde do Pinhal, descendente direto de terceiro grau de Sebastião.

⁵ GORDINHO, M.C. *A casa do Pinhal*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

⁶ http://www.casadopinhal.com.br/centro_estudos

Em meados do século XVIII, havia no Brasil uma grande necessidade de se ocupar as diversas capitanias aqui existentes, assim como também grande possibilidade de se seguir carreira nas forças armadas, já que se disputava ainda com índios e espanhóis o domínio das terras brasileiras. Diante disso, Carlos Bortholomeu de Arruda Botelho, homem de descendência portuguesa, sem terras ou bens, se alista a carreira militar como forma de trabalho e ascensão social. Ao transcorrer dos anos destaca-se como alferes, designação antiga do atual termo *segundo tenente*, na colônia militar de Iguatemi, sob comando do Capitão Joaquim Meira de Siqueira, que se torna seu sogro em 1767.

Ainda nesse século surgiu uma grande preocupação em se ocupar e desenvolver a Capitania de São Paulo, já que a extração do ouro estava em declínio, e isso refletiu na diminuição da arrecadação fiscal para a Colônia o que gerou prejuízo. Portanto, o início do cultivo de lavouras de café e de cana-de-açúcar constituiu-se como uma solução para esse problema.

Diante do ocorrido a produção agrícola na Capitania paulista que antes era de subsistência transforma-se em cultivo açucareiro. Ainda nesse período são introduzidas às primeiras mudas de café no Rio de Janeiro, que logo se espalha pela Colônia e atinge a capitania paulista, especialmente se expandido pelo Vale do Paraíba fluminense ao quadrilátero paulista (Jundiaí, Sorocaba, Piracicaba e Mogi Guaçu). (CENTRO DE ESTUDOS DA CASA DO PINHAL, 2016)

A partir disso o café se desenvolve bastante e torna-se uma atividade cultivada no quadrilátero juntamente com a produção do açúcar, ou seja, a produção de café divide espaço com a de açúcar. O café vai ganhando território, e nacionalmente em meados da década de 1830, ganha destaque e tornar-se o principal produto exportado superando a exportação do açúcar nas décadas seguintes.

Por isso, o governo da Capitania decidiu promover a ocupação e o cultivo dessas terras, e doou várias sesmarias (pedaço de terra que os reis de Portugal cediam aos novos povoadores para o cultivo agropecuário); para indivíduos e posseiros que tivessem interesse em cultivá-las.

De modo geral, a ocupação das terras, naquele momento, dava-se de algumas formas: pela simples posse (posseiros); pela compra ou herança; pela obtenção de Cartas de Sesmaria, concessão viabilizada pela Coroa (seja mediante a requisição por parte de posseiros já estabelecidos, seja devido a serviços prestados pelo requerente-por exemplo, ofícios militares) (CENTRO DE ESTUDOS CASA DO PINHAL, 2016, p.2)

Carlos Bortholomeu de Arruda aos poucos foi ganhando destaque na carreira militar, subindo de patente até receber a Carta Patente do posto de Sargento-Mor. Diante disso, com o desejo de conseguir terras, em 1785 fez um pedido de requerimento e gozando de seu posto militar conseguiu uma Sesmaria de três léguas em uma quadra nos “Campos de Araraquara”. Casado e com filhos, dentre estes, Carlos José Botelho, o militar comprou a Sesmaria nesse mesmo Campo, do Cirurgião-Mor Manoel Martins dos Santos Rego. Além dessas, o Sargento ainda requereu e conseguiu, em 1795, a Sesmaria do Bom Jardim do Salto, em Piracicaba. (CENTRO DE ESTUDOS DA CASA DO PINHAL, 2016)

O militar morreu em 1815 e ficou sobre responsabilidade de seu filho Carlos José Botelho efetivar a ocupação e promover o cultivo dessas terras em que hoje se encontra a fazenda do Pinhal. Carlos José Botelho se casa e tem vários filhos, entre eles Antonio Carlos de Arruda Botelho, conhecido como Conde do Pinhal.

Carlos José Botelho também segue os passos do pai e ocupa vários postos militares assim como políticos na cidade de Araraquara, onde morou até a década de 1830. Então, no ano seguinte, para garantir definitivamente a posse das terras herdadas do pai no início do século XIX, ele inicia a construção da casa do Pinhal e dá início também aos cultivos na fazenda, conseguindo, portanto, a demarcação das terras a Sesmaria do Pinhal. (CENTRO DE ESTUDOS DA CASA DO PINHAL, 2016)

A história nos revela que na fazenda do Pinhal, o começo do plantio de café se deu na década de 1840. Também nessa época aconteceu a instalação de um engenho destinado à produção de açúcar, ou seja, na fazenda ocorreu o cultivo da cana-de-açúcar, do algodão e do café. Além disso, Carlos José Botelho construiu uma invernada de pouso para os tropeiros, pois ele também investia na atividade de criação.

Tais atividades, com o desenvolvimento econômico, necessitaram de muita mão-de-obra, em sua maioria escrava. Com o passar dos anos, o filho mais velho de Carlos José Botelho, Antonio Carlos, o futuro Conde do Pinhal, se casa com Francisca Theodora Coelho, com quem tem um único filho, Carlos José Botelho.

Com a morte do pai, Antonio Carlos, o futuro Conde do Pinhal, assume a tutela do irmão mais novo e realiza a divisão dos bens da família com os outros irmãos. Ele fica com as terras da Sesmaria do Pinhal, com a sede da Fazenda, incluindo a casa grande e todas as terras ao seu redor.

Da divisão dos escravos (...) a Antonio Carlos couberam dezessete escravos, entre eles apenas uma mulher, Brasília, que valia tanto quanto qualquer dos

homens (...). O escravo mais caro era Felício, braço direito do patrão (...). Desta meação conclui-se que a fazenda possuía cerca de quarenta escravos, valendo aproximadamente oitenta e oito contos de réis. Eles deviam ser alojados, vestidos e alimentados e constituíam um capital valioso na época. Era a sua quantidade que exprimia o prestígio e a riqueza de seu dono. (GORDINHO, 2004, p.44)

Antonio Carlos continuou o trabalho do pai de desenvolvimento da Fazenda do Pinhal dando sequência nas atividades antes desenvolvidas, principalmente a criação de gado e o plantio do café, e ainda seguindo os passos do pai, também ocupou vários cargos políticos em Araraquara.

O filho mais velho colocou em prática um último desejo do pai. Carlos José, ainda em vida, tinha ideia de fundar uma povoação próxima às terras que recebera nos Campos de Araraquara, porém morreu antes de realizar tal empreitada. Então, Antonio Carlos decide dar continuidade aos planos do pai falecido. Reuniu-se com alguns de seus irmãos e com alguns cunhados para concretizar tal objetivo. Com essa reunião, uma porção de terras foi doada por cada um dos participantes e deu-se início a construção de uma capela e do traçado de ruas ao redor desta.

Após a construção da capela os familiares da família Botelho doaram para esta uma imagem de São Carlos Borromeo, que segundo Truzzi (2007) foi o santo escolhido para ser padroeiro da cidade devido ao nome Carlos, nome predominante à família Arruda Botelho. A fundação da cidade deu-se oficialmente em quatro de novembro de 1857.

Por ocupar diversos cargos de destaque e devido ao seu sobrenome, Antonio Carlos passa a maior parte de seus dias realizando viagens, e muitas delas para o Rio de Janeiro, destinadas a compra de escravos. No retorno de uma dessas viagens, o escravocrata encontra morta sua esposa Francisca Theodora, que falece em 10 de março de 1862. (CENTRO DE ESTUDOS DA CASA DO PINHAL, 2016)

Com a morte da esposa, Antonio Carlos continuou na fazenda e pouco tempo depois, em uma procissão da Semana Santa realizada na cidade de Rio Claro conheceu Anna Carolina de Oliveira, por quem demonstrou imediato interesse. O viúvo já conhecia o pai da moça por ter feito com este vários negócios; o pai dela também era abastado e de grande influência na região. Coube, portanto, só demonstrar ao pai da garota seu interesse por ela, o cortejo durou pouco tempo, até que o casamento se realizou em 23 de abril de 1863, em Rio Claro, na fazenda São José. O casal após a união fixou-se definitivamente na Fazenda do Pinhal.

1.1.1 O Conde do Pinhal e sua esposa Naninha

Anna Carolina, chamada por Antonio Carlos de Naninha era descendente de alemães e portugueses. Ao se casar, trouxe consigo para a fazenda do Pinhal sua mucama Celestina, mais duas escravas e tudo que compunha seu dote.

Ao chegar à fazenda, ela se depara com Carlos José, filho do primeiro casamento do Conde. Seu primeiro desafio é o de conquistar o enteado, que era um menino rebelde e difícil de lidar. Aos poucos foi conquistando-o assim como também decidiu enfeitar a cede da fazenda por meio de um jardim. Como a fazenda ainda estava em formação, os escravos estavam destinados a tarefas do campo, então coube à própria sinhazinha colocar “a mão na massa” e realizar o plantio do jardim. Porém, Antonio Carlos ficou tão maravilhado com o empenho da esposa que liberou dois escravos para o serviço de jardinagem e cultivo do pomar. (CENTRO DE ESTUDOS DA CASA DO PINHAL, 2016).

A fazenda era vasta,

Suas instalações originais eram construídas, além da sede, de um extenso pomar de frutas típicas, como: laranjeiras, jabuticabeiras, mangueiras, etc., circundado por um muro de pedra que isola e delimita a moradia principal das outras construções da fazenda, como a tulha, o curral, as cocheiras, a colônia; com exceção do prédio que abrigou originalmente a senzala e os terreiros fronteiros, que participam do agenciamento envoltório à sede. (GORDINHO, 2004, p.33)

Assumindo a posição de dona da fazenda cabia a Naninha a manutenção e coordenação dos trabalhos domésticos, mas ela contava com as intervenções do Conde, que em suas viagens lhe enviava cartas muita das vezes com instruções de como ela deveria proceder. Assim, ela também assumia a posição de administradora na ausência do marido, pois cabia a ela colocar em prática as ordens do marido para a manutenção da fazenda e dos escravos, assim como também em relação à educação dos filhos.

Juntos, tiveram dozes filhos, sendo eles: José Estanislau de Arruda Botelho, Antonio Carlos de Arruda Botelho Filho, Martinho Carlos de Arruda Botelho, cãndida de Arruda Botelho, Elisa de Arruda Botelho, Carlos Augusto de Arruda Botelho, Maria Carlota de Arruda Botelho (Cóta), Carlos Américo de Arruda Botelho (Carrito). Sophia de Arruda Botelho, Carlos Amadeo de Arruda Botelho, Ana Carolina de Arruda Botelho (Nenê), Atonia de Arruda Botelho (Tonica). (CENTRO DE ESTUDOS DA CASA DO PINHAL, 2016).

A educação dos filhos se deu inicialmente em casa por meio do auxilio de preceptoras, que eram espécie de professoras que iam as casas ou fazenda das famílias ricas e se

responsabilizavam pela educação das crianças, esse tipo de educação, portanto, era dada em casa e destinada a educação dos filhos da elite do país. E em seguida eram levados aos internatos. Alguns dos filhos tiveram o privilégio de estudar na Europa como é o caso de Carlos abordado em algumas cartas em que o locutor pai revela suas preocupações frente aos estudos do filho.

Com o passar dos anos, Antonio Carlos foi ganhando prestígio. Em 1864, quando ocorreu a Guerra do Paraguai, o país todo foi afetado e ele ficou responsável por promover o recrutamento de voluntários para lutarem na guerra assim como providenciar o abastecimento das tropas. Devido ao seu trabalho e esforços recebeu em 1867 o título de Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional. Além disso, foi condecorado com a Ordem da Rosa, ordem criada por Dom Pedro I que destinava-se a premiar militares e civis que se destacassem por sua fidelidade ao Imperador por meio dos serviços prestados ao Estado. Os seus graus conferiam honras militares (Site HISTORY) ⁷. Em seguida, Antonio Carlos recebeu o título de Barão do Pinhal. Todas essas premiações devido aos serviços prestados durante a Guerra do Paraguai.

Antonio Carlos também se dedicou a vida política e a vida de fazendeiro escravocrata. A produção do café no oeste paulista se intensificou por volta das décadas de 1870 e 1880. A economia da região de São Carlos nesse período se dava por meio do cultivo do café, da criação de gado e do cultivo da cana-de-açúcar. Portanto, a mão-de-obra escrava se intensificou, os escravos viviam nas senzalas, trabalhavam intensamente de sol a sol nessas atividades, e como aponta estudos do centro de estudos da Casa do Pinhal, a alimentação deles era principalmente a base de feijão e angu, uma mistura de farinha de milho, mandioca ou arroz, água e sal. (CENTRO DE ESTUDOS CASA DO PINHAL, 2016)

Cabia a Naninha a manutenção dessa mão-de-obra, ou seja, cabia a ela cuidar dos cativos, preocupando-se com a saúde destes, pois a “preservação” dessa força de trabalho significava preservação do patrimônio e da economia da família.

E esse memorável de preservação foi se intensificando a partir de meados do século XIX, quando no decorrer dos anos foram criadas leis para diminuir e acabar com a escravidão, como, por exemplo, o fim do tráfico negreiro em 1850, que dificultava o reabastecimento da mão-de-obra e conseqüentemente elevava o preço dos escravos, também a assinatura da lei do ventre livre, em 1871, da lei dos Sexagenários, em 1885, e os rumores da possível abolição da escravidão defendida pelos abolicionistas. Tudo isso configurava as dificuldades para se

⁷ <https://seuhistory.com/noticias/voce-conhece-historia-da-ordem-da-rosa>

comprar e reabastecer os cativos nas fazendas, o que obrigava de certa forma os escravocratas a cuidar dos que já estavam adquiridos.

Alguns fazendeiros, entre eles Antonio Carlos, começaram em 1876 a fazer uma mescla entre o trabalho escravo e o trabalho imigrante, já que a manutenção do trabalho escravo estava bastante difícil devido às intervenções das leis e dos rumores da possível e imediata abolição. Com isso, as mão-de-obra escravas e imigrantes trabalhavam juntas nas fazendas da cidade de São Carlos.

As produções, principalmente a de café eram transportadas por estradas até o Porto de Santos, porém as estradas eram degradadas e com o tempo não suportavam a passagem de carros, por isso, os produtos geralmente eram transportados por mulas e carroças, o que causava muito demora e conseqüentemente, perda e prejuízos. Assim, para solucionar tal empecilho, o Conde, que nessa época tinha o título de Barão do Pinhal, envia um projeto para a concessão e ampliação da estrada de ferro da companhia São Paulo Railway Company que realizou a construção da estrada de ferro de Santos a Jundiá que entrou em funcionamento em 1868. Porém, o então Barão do Pinhal queria a ampliação dessa ferrovia e que esta passasse em São Carlos, por isso comprou com a ajuda de seus companheiros políticos a concessão da Companhia. Ele mesmo fez todo o estudo e projetou o novo trajeto que foi inaugurado em 1884. (CENTRO DE ESTUDOS CASA DO PINHAL, 2016)

Com a compra, foi fundada a Companhia do Rio Claro de Estradas de Ferro, empresa brasileira fundada por meio de capital particular. Essa estrada de ferro passava por São Carlos e tinha como principal lucro o transporte de café, mas, no entanto, contava com transporte de outros produtos. Tal ferrovia favoreceu a expansão agrícola e o desenvolvimento do espaço urbano de São Carlos. Assim, todo o seu esforço na construção dessa estrada de ferro lhe concedeu em 1883 o título de Visconde do Pinhal e quatro anos depois, o título de Conde do Pinhal, o que aumentou ainda mais sua fama e prestígio social.

O Conde continuou suas empreitadas e fundou o Banco de São Paulo e também uma Casa Comissária na Cidade de Santos. Essas casas eram onde se comercializava o café de toda a região, ou seja, era um local intermediário na exportação e comercialização do café. Diante disso, com o tempo, outros fazendeiros foram investindo na cidade, o que proporcionou a construção de pequenas indústrias, grandes casas comerciais, casas comissárias, ou seja, a economia da cidade foi se desenvolvendo.

Um fato interessante ocorreu em 1887. Nesse ano, Antonio Carlos decidiu construir um Palacete na Cidade de São Carlos, próximo a Catedral, pois quando o Imperador Dom Pedro II veio a São Carlos, o Conde não pode recebê-lo, pois não tinha residência na área

urbana para receber alguém de tamanha importância e prestígio. Por isso, ordenou a construção do Palacete com esse propósito que nunca foi cumprido, porque o Imperador não voltou à cidade e logo a república foi proclamada e a família real retornou a Portugal. (CENTRO DE ESTUDOS CASA DO PINHAL, 2016)

Outro fato interessante, e de certo modo intrigante, marcou o fim da vida do Conde. Em 1901, este fez uma viagem de trem para o Rio de Janeiro, onde levava consigo uma quantia de 297 réis. Ele foi assaltado e toda quantia que tinha foi levada. O Conde ficou muito abalado e pouco tempo depois do ocorrido acabou falecendo na sua casa na Fazenda do Pinhal. O intrigante é que um mês após seu falecimento, o dinheiro que lhe foi roubado, apareceu, faltando apenas 10 contos de réis e o autor do delito nunca foi encontrado. Outro detalhe intrigante é que o Conde não precisava levar essa quantia porque podia fazer transações financeiras por meio do seu Banco de São Paulo.

Com a morte do Conde, a administração da Fazenda ficou a cuidado de seus filhos, netos e sobrinhos com a permissão da Naninha, que ficou morando no Pinhal até a sua morte, em 1941, com exatamente 103 anos.

Com a morte da Condessa os bens foram divididos entre seus filhos e vendidos. Apenas a sede da Fazenda e um pequeno pedaço ao seu entorno não foi vendido. A Fazenda ficou por muitos anos “abandonada” e somente em 1981 foi tombada pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado-Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo), e em 1987, pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Ministério da Cultura). (CENTRO DE ESTUDOS CASA DO PINHAL, 2016).

Em 2012, a fazenda também foi tombada pelo COMDEPHAA/SC (Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de São Carlos) e ainda está sobre cuidados da Família Arruda Botelho. (CENTRO DE ESTUDOS CASA DO PINHAL, 2016).

1.2 Negros, colonos, criados, cativos, mulatos: os escravos!

De acordo com a definição do Dicionário Houaiss (2001), apresentada a seguir, é considerado escravo todo sujeito que estiver impossibilitado de exercer sua liberdade, de estar submetido às vontades e ordens de um “Senhor”, aquele que está cativo ao outro.

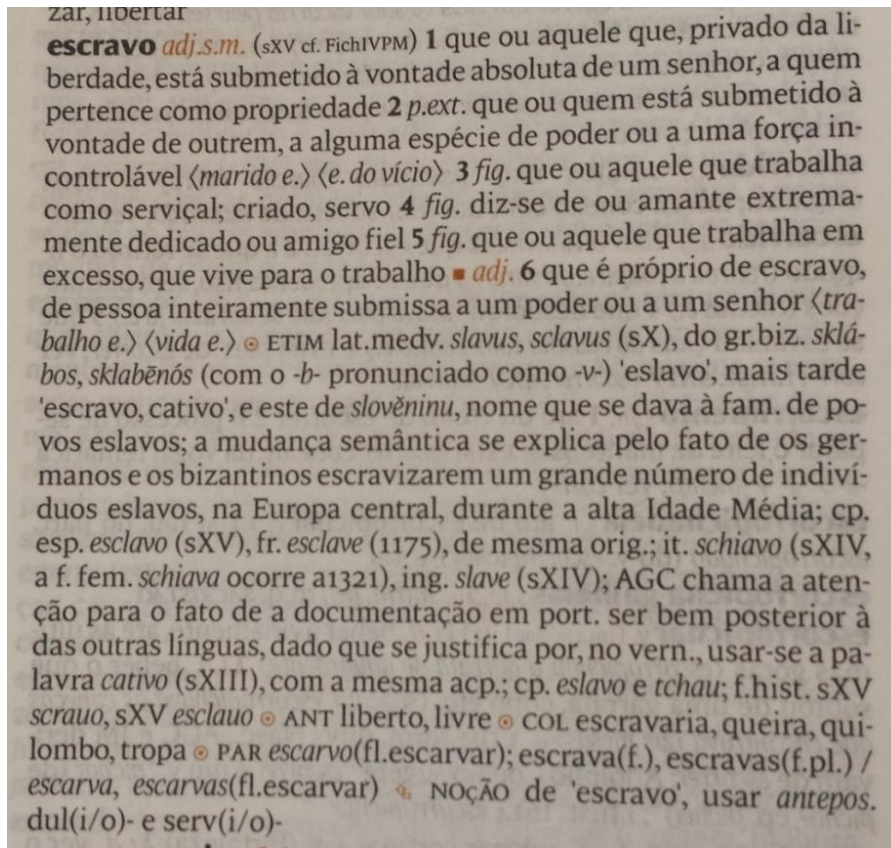


Figura 1- Adaptada do dicionário Houaiss (2001)

É tido como escravo todo sujeito que é considerado diante à sociedade, um criado, um servo, um ser insignificante e submisso, em que suas vontades, sentimentos, desejos, não são relevantes. Portanto, de acordo com essa definição, temos que escravo é todo indivíduo sem liberdade, considerado propriedade, inteiramente submisso ao poder do seu proprietário.

Diante do exposto e focando no Brasil, temos que ser escravo também era estar sob um regime jurídico que reduzia os negros, mulatos, etc., a simples mercadorias que serviam para realizar diversos trabalhos, que na sua maioria exigissem esforço físico (ZATTAR, 2012). Essa é uma visão que a história nos apresenta, a visão do colonizador, que via no escravo somente a força de trabalho, a mão-de-obra e o lucro. Mas, há, no entanto, o outro lado, o lado do escravo. O lado que geralmente não é revelado, o lado que não transparece na linguagem ou na história de forma evidente. Nesse lado está o escravo que interfere nas relações escravo- escravocrata, do escravo que tenta ganhar voz fugindo para quilombos, resistindo. O lado que abriga o requerimento e a luta do escravo pela liberdade. (ibidem)

Por meio do tráfico negreiro os escravos foram sendo introduzidos no Brasil. Eles eram caçados e arrancados de suas aldeias, comunidades e cidades. Atravessavam o Atlântico através de navios em condições deploráveis. Deixavam de ser pessoas, perdiam o direito a

voz, perdiam sua identidade e sua cidadania, chegavam numa região totalmente diferente a que estavam acostumados. Mediante a esse memorável, os escravos eram introduzidos nas terras brasileiras, e seus descendentes, sejam originários da mistura com brancos, índios, outros negros, etc., também eram considerados escravos. Ou seja, ser escravo era uma condição que passava de pai para filho, condição imputável pela sociedade.

Desse modo, a população escrava brasileira passa a compreender *os escravos africanos* (nascidos na África) e *os escravos* (nascidos no Brasil). Essas designações, inicialmente, passam a distinguir os escravos pela geografia de nascimento e pela cor da pele. Os primeiros, sem condições de naturalização, permaneciam reconhecidos pela identidade histórica; e com relação aos brasileiros, ao contrário dos africanos, silencia-se a origem de nascimento e os ancestrais, mantendo-se as designações que dizem respeito ao cruzamento étnico, como mestiços, pardos, de cor, mulatos, crioulos, cabras. (ZATTAR, 2012, p.27-28)

Portanto, ser escravo no Brasil era ser determinado pela cor, pela origem de nascimento no caso dos escravos arrancados a força de suas aldeias e de cidades africanas, que quando chegavam ao Brasil eram reconhecidos não mais por meio de uma identidade nominal, mas sim por meio da sua cor e da sua força de trabalho. Ou seja, sua identidade histórica era apagada e uma nova significação era instaurada pela colônia. Assim, de acordo com Zattar “Como efeito de evidência, o escravo, seja de origem africana ou brasileira, significava pelas características que aparentemente os futuros proprietários viam neles. Eram, portanto, os traços físicos e raciais do escravo que o identificavam nos espaços urbanos e rurais do Brasil” (2012, P.55). Dessa forma, a cor e os traços físicos eram simbólicos, ou seja, eram símbolos que significavam na inserção social, que afetavam a relação e as condições sociais. Ser branco era estar inscrito em um espaço e em uma posição enunciativa distinta da do negro, mulato, pardo, escravo, etc. Ser branco era estar inscrito na posição do Senhor, do dono, do mando e ser negro, mulato, pardo, cativo, crioulo, colono, escravo, etc., era estar inscrito na posição de obediência, de aceitação, de submissão.

Diante disso, os escravos eram classificados quanto à capacidade de trabalho por meio do seu corpo, eram expostos para serem analisados pelos possíveis compradores. O Rio de Janeiro era o principal destino dos escravocratas, entre eles, o Conde do Pinhal, para a realização desses negócios, pois, o tráfico interprovincial tornou-se a alternativa mais viável para se manter a escravidão com a proibição do tráfico negreiro. Recorrer a essa prática era de extrema importância para os escravocratas na manutenção dessa mão-de-obra que era à base do trabalho e do desenvolvimento das fazendas de São Carlos.

Apesar de haver poucos documentos e escritos sobre a presença dos escravos no Pinhal e na cidade de São Carlos, os poucos que existem projetam que o padrão da época era todo voltado para se atender às atividades econômicas das fazendas. Com isso, os escravos se faziam muito necessários e eram o principal recurso de mão-de-obra. Moravam nas senzalas, que eram típicos salões sem divisórias e sem janelas, e costumavam ser divididos por gêneros, ou seja, separavam-se os homens das mulheres e das crianças. A alimentação, como já mencionado se dava principalmente por meio do feijão e do angu.

Recorrer ao tráfico interprovincial tendo o Rio de Janeiro como escoamento dessa mercadoria permitiu a manutenção e o abastecimento da região de São Carlos por algum tempo.

CAPÍTULO II- ACERTANDO AS DIREÇÕES: NORTE TEÓRICO - METODOLÓGICO

“Ninguém é mais escravo do que aquele que se julga livre sem o ser.” Johann Goethe

O nosso trabalho teórico abordando as cartas de Antonio Carlos para sua esposa Naninha se inscreve no arcabouço teórico da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 1995; 2000b; 2002; 2007a; 2007), enquanto teoria maior. Mas conta com outros embasamentos teóricos de outros pesquisadores da língua como as pesquisas realizadas por Pêcheux (2008; 2009), Ducrot (1987, 1977), Orlandi (1998; 2005), Rancière (1994), Dias (2005, 2009, 2012, 2013, 2015), devido à contribuição significativa que todos oferecem aos estudos sobre a significação.

A operação dos dados se deu principalmente pelos procedimentos metodológicos da Semântica do Acontecimento, adotamos conceitos de Guimarães como espaço de enunciação, cena enunciativa, agenciamento enunciativo, político, domínio semântico de determinação, designação, reescrituração e articulação. Adotamos também noções desenvolvidas por Dias, como pertinência enunciativa, força de progressão, força de retrospectão, domínio de referência e por fim, abordamos os conceitos de pressuposição e argumentação desenvolvidos por Ducrot. As noções teóricas abordadas são explicadas na sequência.

2.1- A Semântica do Acontecimento

Começamos a pesquisa abordando a Semântica do Acontecimento, teoria desenvolvida pelo brasileiro Eduardo Guimarães que baseando-se principalmente nos estudos de Emile Benveniste e Oswald Ducrot, desenvolveu sua teoria que se trata de um mecanismo linguístico de estudo da língua em funcionamento, que tem como pilar analítico a enunciação, e como unidade de análise o enunciado. Segundo o estudioso “Semântica do Acontecimento considera que a análise do sentido da língua deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2005, p.7). A enunciação, por sua vez, é a língua se movimentando, oscilando, funcionando e agenciada por sujeitos, por falantes que são afetados nesse processo.

Guimarães trabalha então a enunciação como um acontecimento, pois a enunciação é a historização da língua (a enunciação materializada). Ele mostra que o acontecimento está entrelaçado a produção de sentido na língua e afirma que a enunciação está ligada a constituição histórica do sentido. “Considero que a enunciação enquanto acontecimento é indissociada da produção do sentido na linguagem (...). Para mim o tratamento da enunciação deve se dar num espaço em que seja possível considerar a constituição histórica do sentido (...)” (GUIMARÃES, p. 1, 2000b).

Então, segundo o autor, o acontecimento gera uma *temporalidade*, “Acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p. 12). Assim, ao abordar a questão da temporalidade, ele nega o posicionamento de Benveniste (1974a) que defende que o tempo da enunciação se faz por meio do locutor ao enunciar. Para Guimarães, o acontecimento não é um fato no tempo, o acontecimento temporaliza um presente, uma latência de futuro e um memorável, sendo assim, para ele o sujeito não é a origem do tempo da linguagem como é para o Benveniste (1974a), mas o sujeito seria tomado na temporalidade.

Ao se questionar o que seria então essa temporalidade do acontecimento, Guimarães diz que ela se dá pelo presente que proporciona uma latência de futuro que por sua vez funciona por meio do memorável. Por causa dessa temporalidade, o acontecimento nunca é o mesmo, nunca se repete. A partir deste pressuposto temos que “o acontecimento instala sua própria *temporalidade*” (GUIMARÃES, 2005, p. 12), um presente, um passado (memorável) e um futuro linguísticos.

O *presente* é a própria enunciação, o *futuro* é a projeção do que um enunciado pode produzir, é o que torna a enunciação interpretável, e o *memorável* são as lembranças de enunciações anteriores.

Esclarecendo a temporalidade, tomemos como exemplo o seguinte enunciado integrante do texto que compõe as cartas de Antonio Carlos, Conde do Pinhal:

Recorte 1: A Joana, que entendeu de matar o feto dormindo em cima ou deixando alguém sentar-se ou deitar-se em cima, eu entendi que estava no caso de aproveitar-se para ama da nossa filha, pois está em condições de ser boa ama, por isso fiz com que conservasse o leite e hoje mesmo ainda fiz mamar e faço seguir para aí a fim de você tenha cuidado com o leite dela e sirva para quando voltar, então não será preciso trazer a ama dela. (Carta: 5 de fevereiro de 1876)

Analisando o *presente* nesse recorte, observamos uma frase declarativa - afirmativa de que Joana era mãe, que Joana tinha um filho que morreu, e que Joana tinha leite. O *memorável* recorta a significação de enunciações relacionadas aos sentidos de que escravos não são considerados pessoas, são propriedades, assemelham-se a animais; não é relevante o que sentem, desejam ou acreditam, e que por isso o fato de Joana ter perdido o filho não importa. É em cima destes enunciados já ditos que presente e futuro significam. O *futuro* permite uma projeção interpretável, a partir disso, podemos projetar que Joana será a nova ama da filha do casal.

Assim, *presente e futuro* funcionam levando-se em conta o passado- o *memorável*. “A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciados.” (GUIMARÃES, 2005, p. 12).

O estudioso mostra então que a língua, o sujeito, a temporalidade, e o real são elementos que configuram e constituem o acontecimento e que ao enunciar, não o fazemos enquanto sujeitos físicos, num mundo físico, mas o fazemos afetados pelo simbólico, num mundo que é vivido e vivenciado por meio do simbólico.

Assim são decisivos na conceituação do acontecimento: a língua e o sujeito que se constitui pelo funcionamento da língua na qual se enuncia; sua temporalidade. Um quarto elemento ainda é o real a que o dizer se expõe ao falar dele. Não se trata aqui do contexto, da situação, tal como pensada na pragmática, por exemplo. Trata-se de uma materialidade histórica do real. Ou seja, não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico. (GUIMARÃES, 2000b, p.4)

Para falar, enunciar, o fazemos enquanto sujeito, e Guimarães trata a ideia de sujeito tomando a posição da Análise do Discurso. Assim, ser sujeito é falar da posição de sujeito, é falar de uma região interdiscursiva, de uma memória de sentidos e também é constituir-se por meio dos esquecimentos que estruturam a memória discursiva. Então, abordando esses conceitos, o estudioso consegue mostrar que o acontecimento não se realiza num tempo cronológico e nem mesmo no tempo do locutor, mas sim por meio de uma temporalização, que não é somente um passado, mas um recorte do *memorável* feito pelo presente do acontecimento que evoca um futuro com uma latência no próprio presente. “O sujeito não fala no presente, no tempo, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de

sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar na memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica)". (GUIMARÃES, 2000b, p. 4-5)

Portanto, para o pesquisador, “falar é estar numa temporalidade do acontecimento” (GUIMARÃES, 2000b, p. 5) e o foco dele diante disso é descrever e tentar entender como este acontecimento de linguagem se constitui, é formado.

Toda enunciação está imbricada num *espaço enunciativo*, “espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”. (GUIMARÃES, 2005, p.18). Então, o espaço de enunciação é o local não físico, onde são aceitas certas enunciações e “barradas” outras, onde há certos locutores e não outros. “O espaço de enunciação é um espaço político” (GUIMARÃES, 2005, p. 19), é onde funcionam o litígio, as contradições e oposições.

O autor evidencia assim que para se considerar a configuração do acontecimento deve-se atentar para o fato de que há uma relação entre língua e falante, ou seja, “só há língua porque há falantes e só há falantes porque há língua”. (GUIMARÃES, 2000b, p.5), e isso nos interessa segundo o estudioso por se situar em um espaço político, pois a língua é atravessada pelo litígio, pelo político.

Sendo assim, os espaços de enunciação são espaços onde a língua funciona, acontece, onde os falantes estão, onde a língua se divide e permite se dizer certas coisas e não outras, falar de um lugar de locutor e não de outro, ter certos interlocutores e não outros, onde está o conflito, a diferença. Na enunciação usada como exemplo no espaço de enunciação podemos identificar o político, o litígio, evidenciado nas análises.

Ao ser observado, o espaço enunciativo nos permite a visualização da cena enunciativa, pois todo espaço de enunciação traz à tona uma cena enunciativa, ou seja, lugar de ascensão da palavra. A *cena enunciativa* “são especificações locais nos espaços de enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p.23); ou seja, um espaço particularizado de distribuição dos lugares de dizeres regida por certas deontologias (GUIMARÃES, 1988, 2005). Essa distribuição dos lugares é realizada por meio da temporalidade, assim, a cena é fundamentada pela temporalidade. “Uma cena enunciativa se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dada as relações entre os lugares de enunciação e as formas linguísticas. Cenas enunciativas são especificações locais nos espaços de enunciação.” (GUIMARÃES, 2000b, p. 9). Dentro dessa cena enunciativa, temos algumas “personagens” do dizer, o *Locutor*, o *locutor-x* e o *enunciador* que formam os lugares de enunciação, “lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer.” (GUIMARÃES, 2005, p.23).

Temos, portanto, que ao tomar a palavra, o indivíduo o faz de acordo com três lugares (que compõem a cena enunciativa), lugar de *Locutor* (com L maiúsculo, referente a quem enuncia, ao ponto de origem do enunciado, é frequentemente representado por um nome próprio), também do lugar de *locutor x* (com l minúsculo, referente à posição ocupada na sociedade pelo Locutor, ou seja, refere-se à posição social de quem se enuncia) e lugar de *enunciador* (é o lugar de quem se fala, são as posições específicas da qual enunciamos sem nos darmos conta).

O *enunciador* divide-se em quatro categorias, *enunciador individual*, (lugar de dizer que permite a representação da individualidade, ou seja, o dizer independente da história), *enunciador genérico* (lugar de dizer que contempla o dizer de todos, ou melhor, se forma por um dito repetido, onde o dizer é dito como aquilo que todos dizem, ou disseram com o eu diluído, e por isso o lugar social é apagado, temos os ditados populares como exemplo), *enunciador universal* (lugar de dizer submetido ao certo ou errado, ao correto e/ou incorreto, pauta-se em um dizer da verdade, verdadeiro por manter uma relação com fatos, assim, não é um lugar de dizer social, mas um lugar em que se diz algo sobre o mundo, um exemplo seria os dizeres científicos). (GUIMARÃES, 2005) “Este lugar representa um lugar de enunciação como sendo o lugar em que se diz sobre o mundo”. (GUIMARÃES, 2000b, p.13), e *enunciador coletivo* (lugar de dizer que contempla um grupo que se identifica, reafirmam e concordam com o enunciado).

Em nosso enunciado exemplo (recorte 1), o *Locutor/autor* é Antonio Carlos, origem do enunciado, que enuncia como *locutor* escravocrata, posição social que ele ocupa na sociedade e que permite a sua enunciação, enquanto *enunciador individual*, pois ele enuncia de modo a expressar as suas individualidades, as enunciações presentes neste recorte são enunciados que expõem o ponto de vista do locutor; há a presença de um “eu” de forma explícita, como podemos ver em “(...)eu entendi que estava no caso de aproveitar-se para ama da nossa filha, pois está em condições de ser boa ama, por isso fiz com que conservasse o leite e hoje mesmo ainda fiz mamar e faço seguir para aí (...)” e também como *enunciador coletivo* por ter suas enunciações reconhecidas e legitimadas pelo grupo dos escravocratas e pela alocutária Naninha, como apresentado em “(...) a fim de você tenha cuidado com o leite dela e sirva para quando voltar, então não será preciso trazer a ama dela.”, pois o grupo de escravocratas reconhecem a categoria ama como pertencente a um trabalho escravo, o que legitima a enunciação escravocrata.

Todo enunciado surge por meio de regras e deveres que regem o espaço enunciativo. Tais regras e deveres são o que Guimarães denomina de *regularidades e deontologias*. Temos

ainda, o *Agenciamento enunciativo*, o que leva um locutor a falar, a produzir significados, a escrever, portanto, o *agenciamento enunciativo* é o motivo, o propósito, o que leva um locutor a enunciar. Com isso, percebemos que só enunciamos instigados por algum motivo, ou seja, falamos porque somos agenciados a falar. Independentemente do modo como enunciamos, seja pela pintura, pela escrita, pela fala, pela melodia, etc., enunciamos porque alguma coisa nos levou a tal atitude. Isso é o *agenciamento enunciativo*.

No enunciado exemplo o *Locutor* Antônio Carlos enuncia agenciado pela necessidade de informar a Naninha o fato de que Joana será a nova ama da filha deles, pelo desejo de exposição e constatação de um fato e pela necessidade de instruir, ordenar.

Por fim, a Semântica do Acontecimento aborda o *Político*, que é a contrariedade que existe na língua, é o conflito entre uma normatividade e a afirmação de pertencimento dos não incluídos, ou seja, “O político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento”. (GUIMARÃES, 2005, p.16). Então, diante disso, o *Político* não é o social, nem o democrático, mas sim, o linguístico, que é “a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos”. (GUIMARÃES, 2005, p.17)

2.1.1 Procedimento metodológico: A Designação

A noção de designação é importante para nosso estudo pelas cartas de Antonio Carlos por proporcionar o estudo da palavra escravo assim como o estudo de outras palavras que remetem ao sentido da palavra escravo. É através da designação que os sentidos e a presença do escravo nas cartas serão observados e projetados.

Guimarães ao longo dos seus estudos retoma a questão da palavra destacando sua importância, já que quando vai pensar em um problema, a questão do sentido da palavra é importante. A partir dessa visão ele apresenta a distinção entre designar e referir. Em primeiro lugar deve-se ter em mente que a linguagem não é uma forma de nomear objetos, ou seja, existe previamente um objeto e depois atribui-se a esse objeto um nome específico. Segundo o pesquisador o que a linguagem faz é refletir sobre esses objetos, o que proporciona a organização do próprio léxico, assim sendo, a linguagem recorta e organiza o mundo permitindo que as palavras designem esses objetos, e isso ocorre por meio de construções enunciativas.

(...) uma palavra qualquer como “casa”, “porta”, designa algo; designar algo significa dizer que ela tem uma relação com o mundo dos objetos constituída pela própria linguagem. Então, o que é “casa”? Não é que exista evidentemente e previamente um objeto que é casa e que depois dá-se a esse objeto esse nome. Não é isso. É que no conjunto daquilo que existe a linguagem recorta esses objetos, organizando-os de tal modo que irá refletir na organização do próprio léxico. (...). Ou seja, a linguagem organiza o recorte do mundo, se apropria do mundo de um certo modo, fazendo com que as palavras designem esses objetos, enquanto eles são significados pela própria linguagem. (GUIMARÃES, 2013, p.18-19)

Para o autor, referência é quando uma expressão, enquanto enunciado, particulariza um objeto específico, dentre todos os outros reconhecidos como designados também por essa mesma expressão. Ele, no entanto, toma a designação como forma de análise, e isso significa que é preciso pensar de que modo uma palavra significa nos enunciados em que ela acontece, e, portanto, a unidade de análise dele é o enunciado, é pelo enunciado que ele procura descobrir e saber o que certa palavra significa. “Para mim é importante perguntar sobre o sentido da palavra, mas devo colocar esta questão a partir do funcionamento dessa palavra nos enunciados em que ela ocorre.” (GUIMARÃES, 2013, p. 19)

Guimarães então define designação como sendo uma “relação linguística de sentido enquanto exposta ao real. Deste modo esta relação linguística é uma relação tomada na história” (2007a, p.81), ou seja, é o significado que emerge no acontecimento por meio das relações entre as palavras. A designação é criada no acontecimento por meio do processo enunciativo, e se diferencia da referência, que segundo o autor “é uma particularização de algo, em certas condições” (GUIMARÃES, 2007a, p.82) enquanto a designação “é o modo pelo qual o real é significado na linguagem” (GUIMARÃES, 2007a, p.82).

Sendo assim, o que é referido diz respeito ao que é particularizado pela enunciação e o que é designado a uma construção de sentido proporcionada por uma relação entre os elementos linguísticos. E pensar assim faz com que Guimarães se afaste do posicionamento de Frege, que acaba segundo o autor, sendo insuficiente, pois a designação é o modo de se apresentar a referência que não é, portanto, externa ao sentido.

Guimarães então propõe tratar a questão dos nomes por meio do mecanismo da designação. E para isso ele diferencia o que é designar, o que é nomear e o que é referenciar. A nomeação é atribuir nome a algo, designar seria atribuir significação ao nome e referenciar seria particularizar algo que funciona na enunciação. Ou seja, Guimarães diz que:

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome (...). A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome,

mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. (...) A referência será vista como a particularização de algo na e pela enunciação. (GUIMARÃES, 2005, p.9)

Portanto, ao conceber esses conceitos, o autor se distânciava da concepção da lógica e da filosofia, que procuram saber a relação entre uma expressão e alguma coisa no mundo. Segundo o autor, “para a semântica linguística o que interessa é saber, no que diz respeito à relação da linguagem com as coisas, como ao dizer algo fala-se das coisas.” (GUIMARÃES, 2004, p.9).

2.1.2 Procedimento metodológico: Domínio Semântico de Determinação

É pelo Domínio Semântico de Determinação, o DSD, que nossas análises serão apreendidas graficamente, ou seja, o DSD é uma forma de apresentar os resultados, já que mostra como se dá as relações de sentidos. Assim, o intuito de usá-lo é apreender os resultados de nossas análises de forma clara, objetiva e resumida.

Guimarães inicia seu estudo afirmando que um semanticista deve ser capaz de falar sobre a significação linguística e também ser capaz de mostrar como ela se reporta, relaciona, diz de alguma coisa (GUIMARÃES, 2007a). Assim, do seu ponto de vista, a significação e essas relações acontecem linguisticamente, portanto, tudo funciona na dimensão da língua e para evidenciar isso ele propõe o conceito de DSD, Domínio Semântico de Determinação, (Guimarães, 2004, 2004a, 2005, 2007).

O estudioso se afasta dos estudos que tomam as relações de sentido referencialmente, para ele uma semântica realmente não pode deixar de considerar a referência, que diz respeito à relação das palavras com algo que está fora delas, mas para Guimarães essa relação com o que está fora da língua se faz por meio da construção da linguagem. Portanto, “só é possível pensar na relação entre uma palavra e o que ocorre em virtude da relação de uma palavra a outra palavra” (GUIMARÃES, 2007a, p.77), assim sendo, a relação entre as palavras e as coisas não é uma forma de categorizar e classificar coisas, mas sim uma relação de sentido entre palavras em funcionamento.

Então, Guimarães (2007a) assume uma postura diferente da referencialista que considera a relação palavra-mundo, ele afirma que deve-se pensar na relação entre uma palavra e o que acontece em virtude da relação de uma palavra e outra, ou seja, uma relação

de palavra-palavra. Os referencialistas defendem que o sentido se dá por meio da palavra-mundo e Guimarães (2007a) que o sentido se dá por meio da relação de uma palavra com outra palavra.

O autor apresenta então o conceito de DSD. Segundo ele a relação de determinação acontece por meio de X determina Y, assim, Y é determinado por X, e essa relação é construída enunciativamente. O sentido se constitui por meio da relação de determinação no acontecimento e estas relações constroem-se pela maneira como as palavras se relacionam. “A relação de determinação é tal que se x determina (é determinante de) y é porque y é determinado por x. Ou seja, não há nada numa expressão x que seja necessariamente um determinante para y. Esta relação é construída enunciativamente”. (GUIMARÃES, 2007a, p. 78).

Guimarães mostra que dizer qual é o sentido de uma palavra é apresentar seu DSD, e isso se faz por meio do funcionamento das palavras nos textos em que aparecem, e também que um DSD é estabelecido por meio das análises das relações de uma palavra com outras que a determina nos textos em que está funcionando. Assim sendo, podemos afirmar e mostrar qual o significado de uma palavra em um determinado texto, ou num conjunto de textos reunidos pelo semanticista mediante as regras e critérios que este estabelece.

Levando em conta este aspecto da noção de determinação, consideramos que as palavras significam segundo as relações de determinação semântica que se constituem no acontecimento enunciativo. Ou seja, são relações que se constituem pelo modo como se relacionam com outras num texto, no sentido que dou para o texto (...) (GUIMARÃES, 2007a, p. 80)

Para estabelecer as relações que constituem o sentido de uma palavra, o autor apresenta alguns sinais que auxiliam nessa interpretação,

Y ⊢ X (X determina Y)
 X ⊣ Y (X determina Y)
 Y --- X (Y sinônimo de X)
 Y
 --- (Y antônimo de X)
 X

Vemos então que um DSD é a representação do processo de análise e, portanto, precisa ser claro e capaz de explicar o funcionamento de uma palavra, mostrando sua significação.

(...) dizer qual é o sentido de uma palavra é poder estabelecer seu DSD. E isto só pode ser feito a partir do funcionamento da palavra nos textos em que aparece. Outra coisa importante, um DSD é construído pela análise das relações de uma palavra com as outras que a determinam em textos em que funciona. Deste modo podemos dizer o que significa uma palavra num certo texto, num conjunto de textos relacionados por algum critério que os reúna: do mesmo autor, sobre um certo assunto, de um certo momento, etc. (GUIMARÃES, 2007a, p.80)

Desse modo o DSD pode ser visto como um tipo de enxugamento da análise, pois ele é uma forma de representar a análise de forma objetiva e gráfica.

É importante frisar que por sua vertente o sentido das palavras é criado numa relação entre palavras, e sendo assim, o pesquisador apresenta quatro pontos para mostrar que um DSD, portanto, não se trata de um campo conceptual, como aborda a semântica referencial.

O primeiro ponto é que para a construção de um DSD, deve-se partir de uma palavra específica e procurar relacioná-la a outras do corpus, buscando uma relação de determinação. O segundo diz respeito a tomar a palavra numa relação com outra palavra e não numa relação com o mundo, que acaba por significar coisas. “A designação de uma palavra é uma relação de palavra a palavra, que não é uma classificação das coisas existentes, é uma significação que acaba por identificar coisas, não enquanto existentes, mas enquanto significadas.” (GUIMARÃES, 2007a, p.95)

O terceiro fato mostra que por uma visada da designação não se deve considerar a hiperonímia e a hiponímia porque tais relações são construídas como significação do mundo, uma descrição do mundo. E no quarto, o autor diz que o DSD não deve ser visto como um modo da língua organizar o mundo, a função de um DSD é mostrar o funcionamento das palavras na enunciação e como o sentido é constituído. Ou seja, é uma forma de mostrar como a língua funciona.

Um DSD mostra que o funcionamento das palavras na enunciação constituem sentido (designação e referência entre outras coisas). Ou seja, não se pensa uma língua como organização por campos específicos que no conjunto nos daria a própria organização do pensamento daqueles que falam uma língua. O DSD é, ao contrário, a caracterização de como, no acontecimento da enunciação, uma língua se movimenta ao funcionar. (...) a relação da linguagem com as coisas é construída por uma determinação enunciativa, que os Domínios Semânticos de Determinação descrevem e interpretam. (GUIMARÃES, 2007a, p.96)

2.1.3 Procedimento analítico: Reescrituração e articulação

Usaremos os mecanismos de reescrituração e articulação para mostrar que uma palavra pode funcionar de várias formas e com vários sentidos outros, ou seja, que uma palavra pode ser usada múltiplas vezes e agregar sentidos diferentes. Assim, usar tais mecanismos em nossa pesquisa será uma forma de também mostrar o funcionamento do sentido das palavras, projetar o não dito, ou o dito várias vezes, porém com um novo sentido, e como veremos ao longo de nosso estudo, ambos os mecanismos proporcionarão que o sentido de escravo seja apresentado e observado.

Para estudar a palavra, tem-se que levar em consideração que esta faz parte de um enunciado que integra um texto, e para estudar essa relação de integração Guimarães (2007a) apresenta dois procedimentos, a reescrituração e a articulação.

A reescrituração é um mecanismo de redizer o que já foi dito produzindo uma interpretação nova e diferente, nas palavras de Guimarães reescrituração “é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si” (GUIMARÃES, 2007a, p.84.), ou seja, reescrituração é um procedimento pelo qual se aborda uma relação entre as palavras e o texto, já que uma palavra pode ser reescrita ao longo de um texto e ganhar assim, sentidos diversos. A reescrituração pode acontecer por diversas formas, pode acontecer por *repetição*, *substituição*, *elipse*, *expansão*, *condensação*, *definição*, e em um segundo grupo que seria uma especificação desse primeiro, pode ser por *sinonímia*, *especificação*, *desenvolvimento*, *generalização*, *totalização* e *enumeração*.

A reescrituração por *repetição* ocorre quando uma expressão é retomada ao longo do enunciado. A *substituição* acontece quando uma expressão é reescriturada por outra, ou seja, “uma expressão é retomada em outro ponto por outra expressão” (GUIMARÃES, 2007a, p.85), temos assim, a *anáfora* como um modo de substituição particular. A *elipse* acontece quando uma expressão é omitida nos enunciados que a precede, a elipse pode ser marcada ou não. A *expansão* ocorre quando uma expressão é reescriturada por uma explicação, funciona parecido com um aposto. A *condensação* acontece quando uma expressão é reescriturada por meio de um resumo, ou seja, um termo substitui um enunciado inteiro. Já a *definição* ocorre quando uma expressão é reescriturada por uma definição, ou seja, é um modo de definir um termo.

Já o segundo grupo são modos de reescrituração que podem se encaixar com variados procedimentos de reescritura apontados acima, sendo assim, estes modos específicos não são privativos de nenhum tipo geral de reescrituração.

Há que se notar que estes modos de significar a reescrituração podem se dar com variados procedimentos de reescritura. Por outro lado, estes modos específicos não são privativos de nenhum tipo geral de reescrituração. Pode-se ter especificação numa substituição ou numa condensação, por exemplo, assim como a substituição pode ser por “sinonímia”, ou por especificação e a expansão pode ser por enumeração e desenvolvimento. (GUIMARÃES, 2007a, p.87)

Temos diante disso que a *sinonímia* acontece quando “a reescrituração apresenta uma palavra ou expressão como tendo o mesmo sentido que a outra à qual se liga” (GUIMARÃES, 2009, p.55). Já a *especificação* quando “a reescrituração claramente determina o reescriturado pela expressão que o reescritura. A reescrituração atribui elementos de sentido ao nome próprio” (GUIMARÃES, 2009, p.55). A reescritura por *desenvolvimento* ocorre quando a “sequência que desenvolve determina o expandido” (GUIMARÃES, 2009, p.55), ou seja, quando um termo ou sequência é reescriturado por uma explicação. Outro tipo de reescrituração é a *generalização*, ocorre como uma espécie de visão global quando “o generalizador determina os generalizados” (GUIMARÃES, 2009, p.55). Temos ainda a *totalização* que acontece quando todo enunciado anterior é condensado por meio de partículas totalizadoras, como por exemplo a palavra tudo, e por fim a *enumeração*, que é um acúmulo de coordenantes em contato, ou seja, é uma acumulação, pois os elementos vêm coordenados e em contato, e, portanto pode acontecer por paralelismo, superposição, cruzamento entre articulações e reescriturações.

Percebemos então, que a função da reescrituração é permitir a união de diversos pontos de um texto com outros pontos de um mesmo texto ou de um texto diferente (GUIMARÃES, 2007a), e esse procedimento produz sentido, pois ao retomar uma expressão, faz com que ela signifique de um modo diferente.

Temos em seguida as operações de articulação, que diferente da reescrituração, se dá em forma linear ao longo do texto, pois na reescrituração a relação de elementos de um enunciado com elementos de outros enunciados ocorre sem necessidade de uma continuidade, o que no caso da articulação é necessário, “na reescrituração há relação de elementos de um enunciado com elementos de outros enunciados, sem nenhuma necessidade de continuidade.” (GUIMARÃES, 2013, p.29).

Assim, a relação de articulação refere-se às relações que ocorrem nas contiguidades locais do texto, ou seja, são próprias do interior dos enunciados ou na relação entre eles, temos, por exemplo, as relações de predicação, referência, pressuposição, relações de argumentação, determinação, narratividade, dentre tantas outras. Portanto, as relações de articulações são:

Estes procedimentos enunciativos são próprios de relações no interior dos enunciados ou na relação entre eles. Por exemplo, a relações de predicação e referência (no enunciado), a pressuposição, as relações argumentativas. Ou seja, aqui aparece boa parte do que as semânticas da frase têm procurado fazer. A diferença para mim é que as articulações têm que ser reportadas às reescrituras, assim como não se reduzem ao limite dos enunciados, mas também às suas articulações. (GUIMARÃES, 2007a, p.88)

Então, Guimarães mostra que há a reescrituração e a articulação, ambas operações de atribuição de sentido, a primeira é um processo enunciativo “que percorre transversalmente o texto, independentemente de qualquer segmentalidade direta” (GUIMARÃES, 2013, p.32), e a segunda pode acontecer de diversos modos, e esses diversos modos podem se dá por meio de articulação no interior do enunciado e da unidade enquanto outros podem se dá na relação desta unidade com outras. Ele mostra então, que o sentido é construído através de uma relação histórica entre o enunciado e o que está fora. E analisar isso é mostrar como o sentido está sendo formado, criado. Então, como já revelado, diferentemente de uma posição referencialista em que as coisas existem, são o que são e as palavras classificam e se referem ao que existe, a posição de Guimarães (2007a) aborda que as coisas acontecem, assim, o dizer é um acontecimento, é por meio da enunciação que o sentido se constitui, e sendo assim, a própria ideia de referência se faz por meio do processo enunciativo.

2.2. Pertinência enunciativa e domínio de referência em Dias

Vamos agora abordar os conceitos de Pertinência enunciativa e domínio de referência. Tais conceitos nos ajudarão a mostrar a importância e o intuito de usar ou não usar tal palavra em tal enunciado, ou seja, pela pertinência seremos capazes de apresentar a necessidade do uso de tais termos, o que seu uso traz, ou melhor, quais sentidos produz que o torna necessário. E pelo domínio de referência, seremos capazes de apreender qual “baú de palavras” deveremos abrir e qual sentido de lá será retirado.

O conceito de Pertinência enunciativa tem relação direta com o espaço de enunciação, que é o lugar de identificação dos enunciados que segundo Dias (2016) são proferidos mediante a uma pertinência. Pertinência esta, que se dá mediante a uma relação entre enunciados. Pois, quando falamos, falamos motivados por uma necessidade de significar algo que seja adequado, necessário nesse espaço, ou melhor, pertinente segundo o autor.

O espaço de enunciação é um lugar de identificação dos enunciados, no qual os falantes enunciam tendo em vista uma pertinência na relação com enunciados de outros falantes. Quando falamos alguma coisa, a nossa fala é motivada por uma necessidade de significar algo pertinente nesse espaço; ao mesmo tempo, a minha fala repercute significativamente nesse espaço, seja contraindo resposta, comentários, ou objeção nas interlocuções, seja configurando-se de modo solidário, mas socialmente pertinente, no caso de preces, por exemplo. (DIAS, 2016, p.37)

Portanto, pertinência é para o estudioso essa relação que um enunciado mantém com outros enunciados. Essa relação se dá em um duplo caráter o que faz com que a sua significação seja construída, de um lado se dá pela pertinência enunciativa e do outro, pelos referenciais, que proporcionam a balizagem histórica. E segundo o estudioso, um acontecimento é reconhecido por meio das pertinências enunciativas que contrai em um espaço enunciativo dado, tendo como ancora o campo de memória de outros enunciados que é historicamente configurado. Então, *pertinência enunciativa* é a relação que um nome, um enunciado mantém com os determinantes da enunciação, incluindo-se outros enunciados no presente do enunciar (DIAS, 2015).

Por exemplo, observemos o enunciado “*Quando mandar a Maria Mulata no domingo para o Santo Antonio faça sair muito cedo (...)*”, aqui o nome Mulata adquire pertinência enunciativa por meio de uma afirmação da posição de escravo, pois o memorável de enunciados outros nos mostra que mulato é uma mistura ente brancos e negros, porém, o funcionamento do termo no espaço enunciativo da escravidão revela que mulatos não pertencem à mesma espécie que os brancos, designados como uma raça superior, mulato se assemelha aos negros, raça inferior, afirmar a cor funcionando como especificador é afirmar a condição negra e silenciar a condição branca, ou seja, ser mulato é o mesmo que ser negro. Portanto, é pertinente no presente do acontecimento afirmar essa posição, pois mulata não se aproxima de branco e sim do negro escravo.

Então, diante do exposto o autor diz que

(...) um acontecimento adquire pertinência social, tornando-se um fato de linguagem, na medida em que a dimensão da memória entra em relação com a atualidade do dizer, isto é, com o ato mesmo de enunciar. Nessa direção, os traços do que significou em outro tempo e lugar passam a ser reorganizados na atualidade da enunciação. (DIAS, 2012, p.29)

Assim, a pertinência diz respeito ao memorável e ao presente da enunciação, como já apresentado.

Filiando-se a perspectiva da Semântica do Acontecimento, Dias aborda a questão da referência e para isso se afasta das inscrições de Frege para quem a referência se dá entre a linguagem e o real. A referência na Semântica do Acontecimento se constitui por meio da relação entre o acontecimento do dizer e o domínio histórico da constituição desse acontecimento, já que para tal posição a enunciação como acontecimento se caracteriza pela relação entre um enunciado atual e enunciados anteriores. (DIAS, 2013b)

Para exemplificar observemos o seguinte trecho “(...) *eu entendi que estava no caso de aproveitar-se para ama da nossa filha (...)*”, aqui o termo *ama* constitui referência por meio da memória de sentidos construída por enunciações escravocratas que afirmam a categoria de *ama* como sendo uma atividade escrava, realizada por meio de escravas e isso intervém, portanto, na atualidade do enunciado e conjura sentidos que dessa forma se referem ao grupo de escravas responsáveis pela amamentação dos filhos de senhores de escravos, pois um conjunto de enunciados que deram sentido e pertinência a esse grupo já se constituiu anteriormente o que faz com que esse grupo de escravas seja designado como *amas* e não como escravas. Assim, “há referência numa enunciação porque há relações de sentido com outras enunciações, produzindo como efeito a pertinência e o reconhecimento das entidades referidas.” (DIAS, LACERDA, 2013, p. 368)

Então, a referência nesse posicionamento é “uma relação entre os recortes históricos de sentido que tornam uma entidade pertinente num acontecimento, produzindo o efeito de evidencia dos referentes.” (DIAS, LACERDA, 2013, p. 370)

Diante disso, temos o *domínio de referência*, que é a “relação entre um recorte determinado pelas condições históricas do acontecimento enunciativo e uma injunção desse recorte ao lugar específico de configuração da forma linguística.” (DIAS, 2005, p.119), assim, a noção de domínio de referência aborda a questão da referência pela visão da semântica e é importante para as abordagens da ocupação do lugar projetado pelos verbos e sujeitos.

2.2.1 Força de retrospecção, força de prospecção e força de progressão

A questão das forças de retrospecção, prospecção e progressão são relevantes por nos permitir projetar, a partir da observação dos lugares sintáticos, sentidos importantes para as nossas indagações e também por proporcionar a observação sintática e uma interface entre enunciado e esses lugares sintáticos.

Dias procura agregar a compreensão entre o funcionamento enunciativo e a articulação sintática, pois segundo ele “uma unidade sintática é articulada, isto é, constituída articulatoriamente, na medida em que os seus constituintes já participaram de outras unidades em outros domínios de enunciação da língua” (DIAS, 2012, p.27).

Para exemplificar seu posicionamento, o autor mostra o funcionamento do verbo perder. Ele toma como unidade de análise a sentença “*Paulo perdeu o livro na mudança para o novo apartamento.*” (DIAS, 2012, p.27), então o estudioso nos mostra que o verbo perder funciona nessa enunciação por meio da sua articulação feita entre o enunciado em que funciona e o memorável de sua participação em outros domínios de enunciações, ou seja, o verbo funciona no presente do acontecimento por meio da rememoração de outras enunciações em que ele funcionou. Assim, no presente do acontecimento, o funcionamento do verbo se dá “sob a regularidade da convocação de um lugar x, que constitui como um espaço de recepção de referentes sob o domínio do verbo.” (DIAS, 2012, p.27)

Por isso, no exemplo o referente é o termo livro, mas em outras enunciações em que o verbo *perdeu* funciona, o referente pode ser outro, como o autor cita, pode ser casa, prêmio, namorado, etc.

Diante do exposto, Dias desenvolve os conceitos de *força de retrospecção*, *força de prospecção* e *força de progressão*, e essas forças dizem respeito à atribuição e preenchimento de lugares sintáticos por meio de um domínio de referência e pela memória.

A *força de retrospecção* ocorre quando tanto o lugar de sujeito quanto o lugar de objeto não são ocupados e, portanto, permitem uma determinação de retomada em um plano de anterioridade. (DIAS, 2013a). Para exemplificar isso o autor apresenta alguns enunciados como “*Pedro viu a arma, apanhou, levou e guardou*” (2013a, p.232), aqui por meio de uma retrospecção, o segundo verbo é preenchido por um sinônimo a partir de uma retomada do termo anterior, então podemos ter uma construção do tipo, “*Pedro viu a arma, apanhou o artefato e guardou*” (2013a, p.232), em que por meio da força de retrospecção temos que a palavra *artefato* funciona como sinônimo de arma.

A *força de prospecção* ocorre quando há um afastamento do campo de enunciação instaurado, assim, o verbo é tomado como tema e é desenvolvido prospectivamente, ou seja, “a construção de uma sentença em prospecção é caracterizada por uma amplitude referencial do lugar de objeto verbal, que não sofre as determinações da força de retrospecção.” (DIAS, 2012, p.32), por isso, há uma amplitude referencial do lugar de objeto verbal e uma virtualização do lugar do sujeito que segundo o autor, passa a ser materializado por meio do pronome quem. Assim, para ilustrar, o autor apresenta alguns enunciados do tipo como “Quem sabe faz” (ibidem). Diante disso, vê-se que a força de prospecção só ocorre no lugar de sujeito, “Quem fere será ferido”, “quem” igual a “aquele que”.

E por fim, temos a *força de progressão* que ocorre quando o lugar objeto projetado por um verbo aponta para uma memória. Para caricaturizar tal força, Dias apresenta a seguinte enunciação “*Carla comprou o tecido, cortou, costurou e vendeu para a cunhada.*” (DIAS, 2013a, p.233), aqui a força de progressão funciona porque um domínio de memória é acessado a partir do verbo *vender* o que permite preencher o lugar objeto com termos como roupa, vestido, ou qualquer outro referente que faça parte do domínio referencial do enunciado em que o verbo *vender* funciona. Ou seja, aqui o verbo *vender* é afetado pela força de progressão que aponta para uma memória que proporciona o preenchimento do lugar objeto. Então de acordo com Dias (2013a) a *força de progressão*, por sua vez, só ocorre do lugar de objeto.

2.3 A performatividade

A questão da performatividade se faz necessária, pois, no decorrer do nosso estudo pelas cartas, ela projetará e sustentará, em alguns acontecimentos, a posição do Locutor Antonio Carlos e da Alocutária Naninha. Assim é de extrema importância abordá-la, já que ambos são “personagens” centrais de nosso estudo, e a posição que assumem em cada jornada revela-nos sentidos, posições relevantes e necessárias ao nosso estudo.

Diante disso, a performatividade é abordada ao longo do trabalho, mas de uma maneira diferente da tratada por Austin (1990). Consideramos a performatividade por meio da ótica da enunciação o que nos leva a concebê-la como implicatura de uma ação e diante de uma filiação enunciativa, o performativo se dá por meio da rememoração de enunciações, ou seja, é por meio do memorável que trabalhamos os performativos, como bem aponta

Schreiber da Silva, “nessa visão, a performatividade não se define quando se diz algo, mas na relação com outras enunciações” (1999, p.31).

A análise da performatividade se dará para mostrar a presença do sentido de escravo nas cartas, assim como para mostrar a posição de locutor escravocrata do Locutor Antonio Carlos. Nosso intuito aqui, portanto, é simplesmente abordar tal questão para nos auxiliar na análise da questão do escravo. Para tanto, recorreremos às leituras dos trabalhos de Austin (1990) que em sua obra, Quando dizer é fazer (1990), nos mostra que a linguagem é uma prática social e que, portanto é necessário abordá-la como uma forma de ação, ou melhor, abordá-la a partir de seu uso e não mais como representação da realidade. Portanto, o próprio uso da linguagem a partir desse autor passa a ser caracterizado como ato performativo já que a linguagem é tida como ação. Nessa medida, projeta-se o ideal de performatividade da linguagem. Recorreremos também a Benveniste (2005) que apresenta os enunciados performativos como sendo atos de autoridade que são proferidos por um locutor autorizado, e, portanto, não dependem da escolha dos verbos, mais sim do locutor que enuncia e das circunstâncias em que se enuncia e Ducrot (1977) para quem a performatividade se dá por meio do cumprimento e efetivação desses atos, especificamente a performatividade acontece por meio do ato jurídico. Para as nossas análises vamos adotar o que Guimarães (2005) apresenta sobre os performativos.

2.3.1 Performativo em Guimarães

Diferentemente da posição abordada por Austin (1990), por Benveniste (2005) e por Ducrot (1977), para Guimarães (2005) a performatividade de um texto se dá por meio de uma relação construída entre posições enunciativas, ou seja, a performatividade ocorre na própria enunciação e significa a partir da relação estabelecida entre o locutor e o alocutário. Ou seja, “a performatividade se apresenta como estabelecida pela enunciação que a constitui.” (GUIMARÃES, 1991, p.69).

Diante disso, o autor mostra que “a linguagem fala de algo e o que se diz é incontornavelmente construído pela linguagem” (GUIMARÃES, 2005, p.7), o que nos leva a constatar que a performatividade segundo esse autor se dá enunciativamente, e, portanto, se constitui a partir de uma relação entre posições enunciativas sócio historicamente determinadas.

Nessa linha, a performatividade do texto se constrói na relação dos lugares sociais e históricos dos quais os locutores enunciam no acontecimento de linguagem, que se realiza pelo funcionamento da língua. Ou seja, a relação performativa tem a ver com a construção histórica e social e histórico do Alocutário, no mesmo acontecimento. (ZATTAR, 2015, p.98.)

Assim, em seu texto “os sentidos de cidadão no império e na república no Brasil” (1996), Guimarães ainda constata que a performatividade pode nos revelar através de sua análise o lugar e a posição enunciativa por meio das quais uma determinada significação é conjurada. Portanto, adotamos essa perspectiva para trabalhar os sentidos projetados pela performatividade em nosso corpus.

2.4 Pressupostos

Trabalharemos com a questão da pressuposição, pois ao longo de nossas análises vários enunciados funcionam de tal maneira produzem um efeito de relação entre o que é dito e o que não está diretamente dito, ou seja, está pressuposto. Já que posto é o que está na superfície do enunciado e pressuposto é o que não aparece diretamente na superfície, mas que é revelado por determinadas formas da língua. Para abordar tal questão passemos rapidamente pela obra “O dizer e o dito” de Ducrot (1987), que apresenta nos dois primeiros subcapítulos o conceito de pressuposição e de subentendido. Começa realizando uma diferenciação do que é pressupor e do que é subentender. Segundo ele, enunciados do tipo “Se Pedro não vier, Jacques não partirá”, e “Jacques gosta de muito vinho”, são enunciados aos quais ele denomina de subentendidos e enunciados do tipo, “Jacques fumava antigamente” e “Pedro deu vinho a Jacques” como enunciados do tipo pressupostos.

Portanto, o autor mostra que pressupor e subentender são dois mecanismos diferentes. Nesse primeiro item do capítulo o estudioso apresenta o que é necessário para que ocorra um pressuposto e um subentendido.

Assim, Ducrot diz que um primeiro critério de classificação dos pressupostos é que estes não sofrem modificação em sua significação quando submetidos a certas modificações sintáticas como a negação ou a interrogação, ou seja, os pressupostos não sofrem nenhuma modificação nessas situações, e que os subentendidos permitem o acréscimo de alguma coisa sem, no entanto, essa coisa ser dita claramente.

Ainda nesse item o autor nos mostra que pressupor acontece como uma espécie de enunciado não enunciado, mas que, no entanto, significa e sua significação pode ser acessada e que o subentendido pode ser entendido como um tipo de interpretação.

Se o posto é o que afirmo, enquanto locutor, se o subentendido é o que deixo meu ouvinte concluir, o pressuposto é o que apresento como pertencente ao domínio comum das duas personagens do diálogo, como objeto de uma cumplicidade fundamental que liga entre si os participantes do ato de comunicação. (DUCROT, 1987, p.20.)

No item seguinte, “*Pressuposto e subentendidos, reexame*”, o autor delinea mais ainda sua teoria. Para tal, apresenta o seguinte exemplo para delimitar suas novas considerações.

Temos assim: *Pedro parou de fumar*. Diante desse exemplo o estudioso mostra que temos um conteúdo posto, outro pressuposto e ainda um subentendido. Assim, ele apresenta que essa enunciação tem:

Posto: Pedro não fuma atualmente.

Pressuposto: Pedro fumava anteriormente

Subentendido: Pedro tem mais força de vontade que você.

Com essa nova concepção, temos que “pressuposto e subentendido se opõem pelo fato de não terem sua origem no mesmo momento de interpretação.” (DUCROT, 1987, p. 33), mas que também têm um ponto em comum, pois se constituem como implícitos.

Por fim, Ducrot revela que para ele a pressuposição é parte integrante do sentido do enunciado, já o subentendido, diz respeito à maneira pela qual esse sentido deve ser decifrado pelo destinatário. (DUCROT, 1987)

Portanto, o que nos interessa para o nosso trabalho é a questão da pressuposição que funciona como forma de alavancar sentidos que não estão apresentados claramente no enunciado.

2.5 Argumentação

A questão da argumentação é necessária em nosso trabalho, pois a língua apresenta certas formas que se destacam por apresentar um modo particular ao serem enunciadas. Há certos conjuntos que se apresentam como marcando e evidenciando uma argumentatividade

na língua de modo que quando funcionam em enunciados dão a estes enunciados um valor argumentativo e permitem sentidos interessantes.

Porém, apreendemos somente uma minúscula porção do que a argumentação na língua aborda, por isso, não abordaremos toda a teoria e nem toda a sua vertente e sim somente os fatos abordados em nosso trabalho, a questão de algumas palavras funcionarem como argumento e proporcionar determinadas conclusões e determinados sentidos.

Ao longo de nossas análises encontraremos essas formas que dão valor de argumentação aos enunciados. Seguindo por esta linha, um dos representantes dessa visão é Ducrot (1973, 1977). Ele trabalha com a teoria da argumentação na língua, onde considera que certas palavras lexicais funcionam como marcadores argumentativos, ou seja, há na língua formas como, por exemplo, *porém*, *pois*, *porque*, *apenas*, *quase*, *mas*, que funcionam como marcas enunciativas que permitem a argumentação, e tais formas são conhecidas como marcadores argumentativos.

Assim, diante dessa visão, temos que “um argumento é um enunciado que, ao ser dito, por sua significação, leva a uma conclusão (a outra significação). Mais especificamente, argumentar é dar uma diretividade ao dizer.” (GUIMARÃES, 2010. p.78)

A questão da argumentatividade é algo bastante antigo, remota a antiguidade grega quando era abordada pela retórica. Com o tempo, por meio de vários estudiosos, passou a ser também uma questão linguística.

Guimarães em seu livro, “Texto e argumentação: um estudo de conjunções do Português” (2007), nos apresenta vários subsídios para as nossas análises tomando como base a argumentação. Ele aborda o conceito de orientação argumentativa, expressão usada com o sentido abordado por Ducrot (1973), Anscombe e Ducrot (1977). Segundo Guimarães,

Orientar argumentativamente com um enunciado X é apresentar seu conteúdo A como devendo conduzir o interlocutor a concluir C (também um conteúdo). Ou seja, orientar argumentativamente é dar A como uma razão para se crer em C (Anscombe e Ducrot, 1976). Nesse sentido, orientar argumentativamente é apresentar A como sendo o que se considera como devendo fazer o interlocutor concluir C. O que leva à conclusão é o próprio A. Ou seja, é tomando como uma regularidade do sentido do enunciado a representação de sua enunciação como orientada argumentativamente. (2007, p.25)

Ou seja, temos que A leva a conclusão C. No entanto, há articulações na língua que modificam essa conclusão C. É o caso do *porém*, do *mas*, etc., esses mecanismos levam a uma

argumentação não C, ou melhor, diferente da conclusão inicial orientada por A. Aqui temos a fórmula A *mas* B orienta para um não C.

Para exemplificar, tomemos o seguinte enunciado “(A) A colheita caminha *porém* (B) não sei se ficará terminada até o fim do mês.”⁸ Temos que A orienta para a conclusão C de que a colheita está sendo realizada portanto, logo estará finalizada, no entanto, a presença do marcador *porém* faz com que um contra argumento seja projetado e que se opõem a conclusão C orientada por A, assim temos que a colheita não será finalizada a tempo. Então, a fórmula A *porém* B, A *mas* B, orienta para uma conclusão diferente da C inicialmente orientada por A.

Ainda em seu livro, Guimarães diz que por meio de um olhar semântico enunciativo sobre as escalas argumentativas desenvolvidas por Ducrot, a fórmula X (A) *mas* Y (B) vai sempre acontecer da seguinte forma, “A é argumento a favor de r e B argumento a favor de $\sim r$, sendo este argumento predominante. Portanto A *mas* B é argumento para $\sim r$.” (GUIMARÃES, 2007 p.111), o que seria a forma como o estudioso aborda a questão da conjunção *mas* funcionando argumentativamente.

2.6 Metodologia

Para analisarmos as cartas, que se constituem, como já apresentado, em nosso texto, vamos adotar os procedimentos metodológicos apresentados por Guimarães (2011) para a análise de um texto.

Para isso é importante ressaltarmos que segundo o autor, o texto se constitui por enunciados e esses enunciados sempre se reportam a enunciados de outras enunciações anteriores e de outros textos, ou seja, “há no acontecimento do texto sempre o dizer de outros.” (GUIMARÃES, 2011, p.26). Sendo assim, “a concepção de funcionamento do texto diz respeito a procedimentos de constituição de sentido que não é segmental.” (GUIMARÃES, 2011, p.43)

Então, inicialmente agruparemos as cartas a partir de aspectos que se repetem e que são comuns a elas levando em consideração o que desejamos analisar. Em seguida, tomando o princípio geral de análise de Guimarães (2011), realizaremos recortes e a descrição do funcionamento desses recortes. Depois interpretaremos os sentidos deles na relação de integração com o texto, levando em consideração nosso aporte teórico metodológico; em

⁸ Carta: Pinhal, 21 de outubro de 1891

seguida realizaremos mais um recorte e a descrição de seu funcionamento para novamente analisar e interpretar seu sentido numa relação de integração com o texto, mas agora levando em consideração a análise feita no primeiro recorte. Esse procedimento se repetirá até que a análise se mostre suficiente para cumprir o objetivo esperado.

Portanto, “a interpretação do texto parte da análise de um recorte que leva à consideração de um movimento de sentidos no texto. A esta análise vão se acrescentando outras, de outros recortes, que a análise for indicando como pertinentes.” (GUIMARÃES, 2011, p.44).

Assim, com intuito de organizar os procedimentos metodológicos com cientificidade satisfatória e desvencilhar do perigo de introspecções não teóricas, opta-se também, por operar os dados dos recortes selecionados em quatro momentos, que embora sejam distintos na organicidade, são dialógicos durante a efetivação das análises e intrínsecos à textualidade geral da pesquisa.

Parte um: descrição e reflexão sobre o espaço enunciativo

Parte dois: descrição e reflexão sobre a cena enunciativa

Parte três: descrição e reflexão sobre a questão do nome próprio dos escravos

Parte quatro: descrição e reflexão sobre a questão da designação do escravo e de seu silenciamento.

A parte quatro tem três subdivisões. A primeira “A designação de escravo”, apresenta o estudo da designação da palavra escravo. A segunda “Outras palavras que designam escravo” aborda o estudo de outras palavras que funcionam com o sentido de escravo e a terceira “Escravo e a fuga” apresenta o estudo da designação de fuga em relação com a palavra escravo. Pelo estudo da linguagem dos subitens dois e três observamos o silenciamento da palavra escravo.

Diante a esse procedimento metodológico conseguiremos interpretar e atribuir sentido ao texto das cartas, assim como à palavra escravo, ao nome próprio, ou seja, ao seu todo.

CAPÍTULO III- DESANUVIANDO AS CARTAS: ANÁLISES

“Acalmar o tumulto das vozes é acalmar a morte, apaziguar a multidão daqueles que estão mortos por não saber e por não saber dizer o que viver quer dizer”. Jaques Rancière

3.1 Espaço de enunciação

Observando o espaço enunciativo que compõe as cartas analisadas, temos a presença do espaço enunciativo escravocrata, onde o branco, ou seja, a elite, enuncia, ordena, sugere, afirma, silencia, segrega, concorda e discorda neste espaço constitutivamente político, e por se tratar de um espaço enunciativo escravocrata as cartas não são de cunho amoroso, não abordam romances, mas sim, são de cunho administrativo, informativo, como podemos ver nesse recorte da carta 1, *“Hoje tive o prazer de receber a tua carta de 16 do corrente mês. Muito, muito estimei saber que o José esta melhor, pois ardentemente desejo vê-lo bom quando lá chegar. Sinto que tenhas sofrido em sua saúde. É preciso não se descuidar no tratamento do Felicio assim como dos demais doentes, pois quanto menos atenção houver no tratamento deles maior será a demora deles em casar, e por isso mais prejuízo teremos em seus serviços.”* Esse recorte é um exemplo dos enunciados administrativos e informativos que compõem as vinte e oito cartas analisadas em nosso trabalho. Diante disso, as cartas abordam os fatos referentes à fazenda, as viagens, aos trabalhos, aos moradores, as questões dos escravos, etc. Já que o Locutor/autor Antonio Carlos através das cartas procura manter um contato linguístico com sua esposa enunciando o que se passou com ele e o que ele deseja que ela faça para manter as coisas em ordem na fazenda.

Temos dessa forma, um espaço enunciativo político da língua que mobiliza a palavra escravo e o sentido de escravo de forma diferente. Em algumas cartas a palavra escravo aparece, mas em poucas ocorrências, devido às várias intervenções do governo por meio de algumas leis que produziram um sentido de apreensão nos escravocratas. No espaço enunciativo dessas cartas a palavra escravo é enunciada, seu sentido é projetado pelas análises funcionando no presente do acontecimento, como é o que acontece, por exemplo, na carta 14, *“Amanhã passarei aqui até a tarde, quando sairei para Santo Antonio e depois para o Palmital. Tudo se acha ainda em sossego em relação aos escravos porém a vista do sítio em que estou me parece que não poderei deixar de fazer alguma coisa mais em favor deles.”*

Já em outras cartas a palavra escravo é silenciada, aparecendo em seu lugar outras palavras que funcionam de modo a fazer com que o sentido de escravo também circule, mas de forma reescriturada, ou seja, nessas cartas é pertinente não enunciar a palavra escravo, pois essas cartas foram escritas e circularam na abolição, diante disso, oficialmente de acordo com a lei, a escravidão acabou, mas o que percebemos no espaço enunciativo dessas cartas é que a abolição não está presente, já que mesmo que a palavra escravo não apareça o seu sentido funciona e se faz presente no presente do acontecimento dessas cartas. Como é o que acontece, por exemplo, na carta 19, “*É sensibilíssima a minha ausência desta fazenda no corrente mês por isso se não houver inconveniente adiaremos a viagem porém voltaremos imediatamente para aqui. As criadas eu deixo elas pela dúvida em que vou e de lá poderemos ordenar a ida delas.*” Pela linguagem então podemos analisar a pertinência do silenciamento da palavra escravo posta pelo Estado por meio das leis.

Assim, por meio dessas cartas, de seus cabeçalhos e seus funcionamentos, observamos o espaço da escravidão, espaço político da divisão; já que nesse espaço o domínio da palavra é admitido somente aos afirmados pela normatividade, ou seja, os considerados aptos, os brancos, escravocratas, administradores, fazendeiros, membros da elite, afirmados pela ideologia da cor como seres superiores, como podemos ver na carta 4, onde o escravo funciona como mercadoria e diante disso não é afirmado como sujeito “*Aqui chegamos ontem e hoje sigo para o Rio de Janeiro de onde pretendo voltar logo, visto como vou certo de não comprar escravos.*”

Também é um espaço para silenciar; e isso ocorre pois os não afirmados não são ouvidos, não têm direito a palavra e muito menos um lugar de fala, porém, eles lutam e vão contra a normatividade por meio de revoltas, fugas (temos o embate, luta pelo pertencimento dos não afirmados) o que projeta um espaço enunciativo de conflito, de resistência, espaço de contradição, onde não são todos que têm acesso a palavra, diante disso, temos um espaço da ressignificação, pois trata-se de uma contradição da normatividade, ou seja, o político. Tem-se os que falam e ordenam em contra partida com os que escutam e executam, e aqueles que lutam pelo direito a palavra. Também é um espaço da política do silêncio já que certas palavras não são enunciadas, e/ou onde uma palavra apaga outra, no caso das cartas, a palavra escravo muitas vezes é silenciada.

Diante disso, o espaço enunciativo escravocrata é um espaço de segregação, da política do silêncio, em que há a ausência da fala do negro, há ausência da autonomia, ou melhor, é caracterizado pela ausência e é nessa ausência que nos instalamos como mostra Rancière (1994, p. 71), “O estatuto da história depende do tratamento desta dupla ausência da

‘própria coisa’ que não está mais lá – que é o que passou e que jamais foi – porque ela jamais foi tal como o que foi dito. O afeto histórico está ligado à ausência em pessoa do que os nomes nomeiam”. Ou seja, no espaço enunciativo da escravidão, o escravo não é reconhecido e nem legitimado pela sociedade. E isso se projeta ao longo das análises quando a palavra escravo deixa de ser enunciada e outras palavras passam a ser enunciadas com o sentido de escravo, como por exemplo a carta 19 com a palavra criada e a carta 24 com a palavra mulato.

Observando o espaço escravocrata das cartas que circularam após a abolição pelo viés da enunciação, somos agenciados a associar o memorável de suposta liberdade. Porém, ao analisar esse espaço, vemos que a suposta liberdade que deveria funcionar e caracterizar tal espaço também contraria a norma vigente. Já que nesse espaço um jogo simbólico entra em vigor, os escravos agora são os cativos, os colonos, os mulatos, que estão libertos diante da lei, porém, não têm lugar na sociedade que ideologicamente os significam como escoria e mazela e por isso, aqui o silêncio constitutivo funciona, enuncia-se cativo, colono, mulatos, criados para não se enunciar a palavra escravo, pois supostamente a escravidão está abolida, então a palavra escravo é silenciada, porém seu sentido continua presente.

Assim, mesmo pós-abolição os negros, mulatos, colonos, cativos, criados, não estão totalmente livres já que o sentido de escravo continua a circular e a se fazer presente como vemos em nossas análises. Ou seja, nas cartas mesmo com a abolição o sentido de escravo continua a funcionar, a significar.

Diante disso, Pereira (2012, p.5) mostra que “o período pós-escravocrata no Brasil passou a representar uma falsa relação amistosa entre brancos e negros e em nada neutralizou a supremacia de uma ideologia⁹ que persistia em destratar-los e gerar novas formas de violências físicas, morais e psicológicas.” Ou seja, o negro mesmo livre, mesmo gozando do tão sonhado direito de ir e vir se encontra agora, com a abolição, diante a um muro que o separa dos brancos, não são iguais, pois cada um tem um passado e um histórico diferente e diante dessa visão, não podem se misturar ou conviverem de igual para igual.

Portanto, a abolição não garantiu ao negro sua liberdade, porque este não era reconhecido e nem tinha lugar para significar e falar, foi silenciado como nossas análises projetarão e é nessa medida que Rancière (1994, p.70) nos diz que “é necessário compreender as palavras que jamais foram ditas (...) é necessário fazer falar os silêncios da história.” E é isso que pretendemos com nossa pesquisa, apresentar o lugar do escravo, o silenciamento do escravo, mostrar sua existência e presença na história de São Carlos, na história do Conde e

⁹ A acepção do termo ideologia abordada na citação é o desenvolvido pela sociologia que apresenta a ideologia como conjunto de ideias, pensamentos, doutrinas ou visões de mundo.

de sua família. Vamos fazer falar os silenciados pela escravidão. Seguimos agora com as análises das cartas.

3.2 Cena enunciativa

Como já apresentado no capítulo teórico anteriormente, a cena enunciativa é a especificação do espaço enunciativo e é composta pelos seguintes personagens, o *Locutor*, o *locutor x* e o *enunciador*. Em todas as 28 cartas temos o Locutor Antonio Carlos que assume em cada carta certas posições sociais específicas, porém, observamos que uma se repete em todas as cartas analisadas, a posição de escravocrata. Mesmo que em algumas cartas tal posição seja silenciada, o silêncio “lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido” (ORLANDI, 2007, p.83) significa e é por isso que por meio das análises apresentaremos esses sentidos, pois nas cartas mesmo com a assinatura da lei Aurea o espaço enunciativo da escravidão está funcionando; é onde os sentidos estão e onde a posição de escravocrata também se faz presente. Por isso o silêncio da posição do locutor escravocrata se faz pertinente porque na enunciação da lei e dos discursos oficiais a escravidão foi abolida, porém na prática e no acontecimento das cartas não, portanto o silêncio significa e mostra que no texto das cartas o Locutor Antonio Carlos assume a posição de escravocrata.

Na cena enunciativa da carta 1 o Locutor Antonio Carlos enuncia de quatro posições sociais diferentes, como locutor escravocrata, político, esposo e pai. Enuncia como locutor escravocrata ao apresentar sua preocupação com o prejuízo que terá em seu patrimônio caso Felício¹⁰ não melhore assim como os demais escravos, como vemos no enunciado “*É preciso não se descuidar no tratamento do Felício assim como dos demais doentes, pois quanto menos atenção houver no tratamento deles maior será a demora deles em casar, e por isso mais prejuízo teremos em seus serviços*”. O locutor escravocrata se preocupa com o prejuízo referente aos serviços que ficam parados e conseqüentemente há um atraso nas produções, também prejuízo quanto ao seu interesse no casamento dos escravos, pois casamento entre cativos representa aumento de patrimônio, casamento simbolizava mais escravos, mais mão-de-obra, mais lucro.

Enuncia também como locutor político como podemos verificar em: “*Até hoje ainda não houve gente suficiente para trabalhar na Assembleia. Se houver trabalho, eu pretendo*

¹⁰O nome Felício funciona como escravo forro no acontecimento da lista de escravos do Conde do Pinhal alforriados sob condição em 1887 (OLIVEIRA, BORTUCCI, 2013, p.10). Anexo B

aparecer aí nos últimos dias do mês de março, e se não houver a qualquer hora aparecerei”, ou seja, percebe-se que o Locutor Antonio Carlos assume a posição de político ao falar do lugar do discurso político.

E enuncia como locutor pai ao mostrar sua incerteza quanto ao futuro do filho, *“Até o presente ainda não sei o que farei do Carlos, pois ainda estou à espera da resposta de cartas do Rio de Janeiro a ver se mando-o para lá ou se fica aqui”* e como locutor esposo ao declarar a falta que sente de sua esposa mesmo ele não acreditando que ela sinta o mesmo, *“Tenho bastante saudades suas porém não creio muito nas suas, porque sou daqueles que julgo os outros pelo que fazem e não pelo que dizem”* e por isso ele afirma no término da carta que ele é o esposo dela, com o intuito de manter uma laço afetivo entre eles, *“Sou vosso esposo Antonio Carlos”* e também ao prestar sua solidariedade quanto aos problemas de saúde da Naninha *“Sinto que tenhas sofrido em sua saúde.”*

Por fim, o Locutor Antonio Carlos enuncia da posição de enunciador individual ao focar as enunciações em si mesmo, e isso é apresentado por meio das desinências verbais que indicam a primeira pessoa do singular, *“Muito, muito estimei saber que o José esta melhor (...)”, “Até o presente ainda não sei o que farei do Carlos, pois ainda estou à espera da resposta (...)”,* e também por meio do pronome eu em evidência, *“Se houver trabalho, eu pretendo aparecer aí (...)”*

E ainda como enunciador coletivo quando enuncia a necessidade de cuidar dos escravos, a necessidade de que os escravos sejam curados o mais rápido possível e diante disso determinado grupo se identifica com tais enunciados, como os fazendeiros, proprietários de escravos, etc., legitimando sua enunciação.

Na cena enunciativa da carta 2 o Locutor Antonio Carlos também enuncia como locutor marido, pai e escravocrata. Assume a posição de locutor marido ao enunciar sua preocupação com a esposa Naninha ao desejar que ela esteja bem, *“Desejo que tenhas passado bem e estejas completamente boa de seus incômodos”*, também ao tentar manter um vínculo de cumplicidade e de atualidade quanto aos acontecimentos que ocorrem enquanto eles estão longe um do outro, *“Eu passei aqui alguns dias muito incomodado com a minha costumeira constipação e dormi duas noites e um dia inteiro em completo abatimento e prostração de forças, porém com os escalda-pés melhorei e hoje não estou bom porém já passo melhor.(...) Nossos filhos passam bem e como os outros estão desesperados para virem para a fazenda.”* E ainda enuncia como locutor marido ao pedir que a Alocutária Naninha aceite suas saudades e as transmita ao restante da família dela, *“Aceitai minhas saudades, extensivas a vossos pais, irmãos e cunhados”*. Assume ainda a posição de locutor pai ao

relatar como os filhos estão passando e o desejo deles em voltar para casa, “*Nossos filhos passam bem e como os outros estão desesperados para virem para a fazenda. O Barreto quando lá estou não me larga e fica dizendo constantemente: eu não fico*”.

Também enuncia como locutor escravocrata ao abordar enunciados que possuem um memorável da escravidão, da servidão, como podemos ver em “(...) *eu entendi que estava no caso de aproveitar-se para ama da nossa filha, pois está em condições de ser boa ama*”, em que as palavras em destaque permitem o acesso ao memorável de um tipo de trabalho específico desenvolvido por escravas.

Diante disso, o Locutor Antonio Carlos enuncia como enunciador individual, coletivo e também genérico. Individual por enunciar de um lugar único, particular, pautado no eu, a margem da história, “*Eu passsei aqui alguns dias muito incomodado com a minha costureira constipação e dormi duas noites e um dia inteiro em completo abatimento e prostração de forças, porém com os escalda-pés melhorei e hoje não estou bom porém já passo melhor.*”

Como enunciador coletivo ao pautar seus enunciados em um nós familiar, pois ao falar do lugar de pai seus enunciados são legitimados pela posição coletiva do casal, da posição de pais e Naninha os reconhece e corrobora com tal posição, “*Nossos filhos passam bem e como os outros estão desesperados para virem para a fazenda*”. Ainda como enunciador coletivo por enunciar de um lugar de locutor escravocrata, em que determinado grupo se identifica e legitima tal posição, especificamente o grupo dos fazendeiros e escravocratas. E como enunciador genérico por abordar enunciados de cunho folclórico ao relatar a questão do caipora, “*continuam porém as disparadas de soltura à noite, somente creio mesmo que é esse o caipora que o acompanha*”.

Na cena enunciativa da carta 3, Antonio Carlos enuncia como locutor marido quando revela a Naninha os seus sentimentos de saudades e afirma que ele pertence a ela, ou seja, estreita a relação entre os dois, revelando sua cumplicidade, como vemos em “*Aceitai as minhas saudades e sou vosso*”. Também enuncia como locutor fazendeiro como ele se auto intitula em, “*Vosso fazendeiro está sem novidade*”, posição reforçada pelo memorável das muitas fazendas que faziam parte de seu patrimônio e que se constituíam em um dos pilares para sustentar também sua posição de locutor escravocrata. Ou seja, o Locutor Antonio Carlos enuncia como locutor fazendeiro e conseqüentemente como locutor escravocrata, já que possuir terras, fazendas, engenhos, gados, era pré-requisito para ser um escravocrata e assumir tal posição enunciativa.

Além disso, assume a posição de locutor escravocrata por apresentar os trabalhos que Maria Mulata deve executar, “*É preciso fazer azeite já e já não só para o gasto da fazenda*

como ainda mais para o Santo Antonio. Quando mandar a Maria Mulata no domingo para o Santo Antonio faça sair muito cedo(...)" ele apresenta as ordens que a alocutária esposa, assumindo uma posição de administradora, deve repassar a escrava, assim, Maria Mulata é uma escrava, como apresentaremos nas análises mais a frente e o Locutor Antonio Carlos é, portanto, o seu senhor, seu dono, conseqüentemente um escravocrata.

O Locutor ainda enuncia como locutor administrador, pois apresenta os comandos necessários ao bom funcionamento da fazenda e de seus empreendimentos como vemos em "É preciso fazer azeite já e já não só para o gasto da fazenda como ainda mais para o Santo Antonio." Assim, temos que a performatividade se dá por meio das posições de administrador e escravocrata do Locutor Antonio Carlos que são sustentadas no presente do acontecimento pela alocutária Naninha que legitima e acata tais ordens, assim como por meio dos escravos que obedecem sem questionar. Temos também que no presente do acontecimento os verbos no imperativo com ato diretivo de ordem reforçam a performatividade ao evocarem um sentido de mando.

Então, no presente do acontecimento a performatividade ocorre por meio do discurso de mando de Antonio Carlos que enuncia como locutor administrador e escravocrata e a posição da alocutária esposa, que enuncia tais ordens aos escravos, o que nos remete ao memorável da relação de submissão da mulher ao homem. Ou seja, a alocutária esposa, no presente do acontecimento, é uma extensão do marido, o que projeta uma perspectiva de que a alocutária esposa é também uma locutora administradora que sustenta a performatividade ao enunciar as ordens do marido administrador e por isso, legitima a posição de Antonio Carlos diante aos escravos.

E por fim, o Locutor Antonio Carlos enuncia como enunciador individual e coletivo. Individual por enunciar de um lugar único, particular, pautado no eu que fica evidente ao longo da carta e pelas desinências verbais da primeira pessoa do singular. "Aqui cheguei com boa viagem e pretendo amanhã seguir para Piracicaba", "Eu recomendei ao Sebastião que colhesse mamona." E como coletivo ao enunciar sobre o trabalho dos cativos e o que é necessário fazer para a manutenção da fazenda, diante disso determinado grupo se identifica com tais enunciações, especificamente os escravocratas, fazendeiros e administradores, "É preciso fazer azeite já e já não só para o gasto da fazenda como ainda mais para o Santo Antonio" "(...) por isso é preciso aprontar algum azeite para ir no domingo ainda que seja pouco."

Na Carta 4 identificamos duas posições sociais do Locutor Antonio Carlos, a posição escravocrata e a posição de marido. Assume a posição de escravocrata ao enunciar que vai ao

Rio de Janeiro, mas que provavelmente não conseguirá comprar escravos como vemos em *“hoje sigo para o Rio de Janeiro de onde pretendo voltar logo, visto como vou certo de não comprar escravos”*. Aqui sua posição de escravocrata é reforçada pela pressuposição conforme postula Ducrot (1987). Desta forma, o posto, que é expresso abertamente pelo enunciado, é a condição de que o Locutor Antonio Carlos tem certeza de que não vai comprar escravos apresentado em *“Antonio Carlos não vai comprar escravos desta vez”*; já o pressuposto é o conteúdo evocado e expresso em *“Antonio Carlos compra escravos com frequência e, portanto, é um escravocrata”*. Assim, o Locutor assume a responsabilidade pelo enunciado, coloca em cena um enunciador E1 que sustenta que o Locutor compra escravos e outro, E2, ao qual L é habitualmente assimilado e que se opõe a E1 e que sustenta que no presente do acontecimento o Locutor não vai comprar escravos. Acessando, dessa forma o memorável, temos enfim, que comprar escravos era uma prática comum no espaço de enunciação da escravidão e acontecia com frequência, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Também podemos rememorar enunciações do tráfico interprovincial, onde os escravos eram arrancados de suas províncias de origem e eram vendidos no sudeste, frequentemente para fazenda de café, *“o auge desse movimento de transferência interna de cativos ocorreu entre 1873 e 1881, quando 90 mil negros, numa média de 19 mil por ano, entraram na região, principalmente através dos portos do Rio de Janeiro e de Santos.”* (CHAULHOUB, 1990, p.43)

Portanto, diante desse memorável o Locutor Antonio Carlos enuncia como locutor escravocrata, pois comprava escravos, apesar de dizer que no presente do acontecimento não os compraria, sua posição de escravocrata é sustentada pelo pressuposto e pelo memorável do tráfico interprovincial, principalmente o realizado nos portos do Rio de Janeiro e de Santos.

E enuncia ainda como locutor marido ao enunciar as saudades que sente da esposa e dos filhos e também ao utilizar enunciados de tons afetivos por meio do uso de verbos com ato ilocutório de pedido ao pedir que a Alocutária aceite suas saudades e transmita aos seus filhos um abraço, que tem um efeito de sentido de preocupação e de zelo como vemos em *“Aceitai as minhas saudades e dai um abraço em cada um de nossos filhos”*.

Por fim, nessa cena enunciativa da carta 4 o Locutor Antonio Carlos enuncia da posição de enunciador coletivo e individual. Coletivo, ao focar em enunciações que pertencem ao espaço enunciativo dos escravocratas, assim, temos que o grupo dos escravocratas se identifica com os enunciados, *“Aqui chegamos ontem”*, em que a desinência verbal de primeira pessoa do plural sustenta essa coletividade. E enuncia como enunciador individual, pois há um eu evidente que pode ser projetado por meio das desinências verbais da

primeira pessoa do singular, e especificamente quando Antonio Carlos enuncia da posição de locutor marido, aqui o singular, o individual é acentuado e assim o efeito de sentido de cumplicidade e lealdade é apresentado.

Na carta 5, o Locutor Antonio Carlos também enuncia como locutor marido, pai e escravocrata. Enuncia como locutor marido ao demonstrar sua preocupação com sua esposa Naninha que deu à luz a mais um herdeiro, “*Fiquei completamente satisfeito com este sucesso por ver que estavas aliviada dos incômodos que estavas sofrendo*”. Por isso, como locutor marido enuncia sua felicidade, seu orgulho e ainda recomenda que a esposa tenha cuidado com ela e com a criança “*Aceitai meus parabéns e as minhas felicitações e tenha cuidado consigo e com o Carlos 4º para que a dieta não sofra alteração*” Enuncia as saudades que sente ao finalizar a carta, “*Minhas saudades a ti e a todos*”. Atrelada a essa posição de locutor marido, também há a posição do locutor pai que é apresentada pela enunciação da satisfação e felicidade de Antonio Carlos em saber do nascimento do seu filho, como podemos observar em “*(...) e outra do vosso pai na qual me dá agradável notícia de haveres hoje pelas 2 horas da madrugada dado à luz um menino com felicidade*” O locutor assume ainda a posição de locutor escravocrata ao apresentar o fato da fuga dos negros, a captura de dois deles e a possível ausência de doentes, “*Do Palmital fugiram ontem três negros novos, dois já foram presos e falta um. Não tem aparecido novos doentes*”.

Ainda assume a posição de enunciador individual quando fala como locutor marido e pai, pois suas enunciações são pautadas em um eu que é explícito, “*Fiquei completamente satisfeito com este sucesso por ver que estavas aliviada dos incômodos que estavas sofrendo (...)*”, “*O Malta aqui chegou hoje e está de sócio, e tenho me visto ocupado com este e outros hóspedes que tenho tido*”, e da posição de enunciador coletivo ao falar como locutor escravocrata, nesse caso, sua enunciação pauta-se em enunciados em que determinado grupo se identifica, como por exemplo, escravocratas, administradores, fazendeiros, “*Do Palmital fugiram ontem três negros novos, dois já foram presos e falta um. Não tem aparecido novos doentes.*”

Na cena enunciativa da carta 6, o Locutor Antonio Carlos enuncia como locutor pai ao narrar a Naninha de forma irônica os acontecimentos referentes ao filho Martinho. Observando o enunciado “*(1) O Martinho fez exame ontem e foi aprovado simplesmente. (2) Veja o que pode esperar de um moço que cursa a mesma matéria dois anos para ser aprovado simplesmente naquilo que outros estudam um ano para serem aprovados plenamente*” temos uma enumeração, onde o enunciado (2) é uma reescrituração por expansão do enunciado (1) em que o efeito de sentido irônico se faz presente. O locutor pai

por meio da ironia, relata o suposto “sucesso” do filho e a enumeração permite a fluidez da narrativa e a constituição do sentido de ironia por meio de uma predicação.

Segundo Ducrot (1987, p. 197) “frequentemente a ironia é tratada como uma forma de antífrase: diz-se A para levar a entender não- A.” A tese que Ducrot defende sobre a ironia é que esta acontece quando um locutor L enuncia a partir de uma posição de enunciador diferente da assumida pelo locutor, ou seja, “falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor L não assume a responsabilidade, e, mais que isso, que ele a considera absurda.” (DUCROT, 1987, p.198).

Diante disso, o Locutor Antonio Carlos enuncia ironicamente o fato de Martinho ter gasto dois anos para ser aprovado em algo que a maioria gasta somente um e ainda o fazem de forma exímia. A ironia se dá, portanto, quando há a distinção entre o locutor e o enunciador, (a noção de Locutor e enunciador é diferente entre as visões de Ducrot e Guimarães¹¹).

De um lado, a posição absurda evocada pela ironia é expressa, mas não é atribuída ao locutor pai, pois ele somente é responsável pelas palavras, mas não pelo ponto de vista expresso. Ou seja, temos aqui uma dissolução entre locutor e ponto de vista, o enunciador. Assim, segundo Ducrot, “é essencial à ironia que L não coloque em cena outro enunciado, E”, que sustentaria o ponto de vista razoável” (1987, p.198). Então, o locutor pai por meio da ironia apresenta o seu descontentamento com o filho, que se apresenta como repetente. E ainda observando o enunciado “*Eu desejo fazer seguir para lá na 2ª feira para fazer uso dos banhos*”, podemos acessar o memorável da autoridade dos pais sobre os filhos, da hierarquia que era respeitada, mas o uso do verbo *desejo* cria pertinência nesse acontecimento com efeito de sentido de informação, ou seja, como intuito de apresentar a posição de pai sobre o filho e de mostrá-la a Alocutária Naninha.

O Locutor Antonio Carlos nesse acontecimento também é um locutor marido. Por meio do enunciado performativo “*Eu desejo que digas-me o tempo que pretende voltar*”, a performatividade é construída do lugar do marido que tem autoridade sobre a esposa, comum

¹¹ Para Ducrot o locutor é aquele a quem se referem as marcas de primeira pessoa e pode apresentar-se como sujeito empírico (DUCROT, 1987). Diante disso para esse autor o locutor pode desdobrar-se em: (L) locutor enquanto responsável pela enunciação. (Y) locutor enquanto pessoa no mundo. Os enunciadores, por sua vez, são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para isso lhe sejam atribuídas palavras precisas, ou seja, é um tipo de ponto de vista “abstrato”. Guimarães redefine as figuras de enunciação em (L) o lugar que se representa fonte do dizer, (l-x) lugar social do locutor e (E) lugares de dizer. “Devo dizer que concordo que o falante, tal como Ducrot o conceitua (como figura físico-fisiológica e psíquica) não é um personagem da enunciação. Minha diferença está em que considero que o falante não é esta figura empírica, mas uma figura política constituída pelos espaços de enunciação”. (GUIMARÃES, 2005, p. 18).

ao espaço enunciativo dos casais da época, mas que tende a suavizar tal autoridade por optar pela forma verbal *desejo*, proporcionando um efeito de suavidade e conseqüentemente adquirindo pertinência enunciativa (DIAS, 2013, 2015) na construção de um cenário de marido que respeita a esposa. Porém, observando o espaço enunciativo da época em que tal enunciado circulou, podemos rememorar enunciados de superioridade dos homens sobre as mulheres, das mulheres serem submissas e dependentes dos homens, como já mencionando anteriormente na cena enunciativa da carta 3.

O Locutor Antonio Carlos finaliza a carta tentando manter um vínculo entre ele e a esposa assim como com os filhos, “*Dai lembranças minhas a todos e aceitai para ti as minhas saudades.*” Enuncia ainda como locutor escravocrata/político ao apresentar o projeto a Assembleia para reduzir o imposto sob os escravos, ele só pode falar a Assembleia quando ocupa a posição de político e de escravocrata, pois no espaço enunciativo legislativo só enuncia quem ocupa determinada posição, não é qualquer um que pode enunciar, somente os legitimados, e nesse acontecimento o Locutor Antonio Carlos é legitimado como vemos pelo enunciado “(...) *um projeto que apresentei à Assembleia de revogação do imposto sobre a entrada de escravos na Província*”.

Por pautar suas enunciações no subjetivo, na familiaridade, o Locutor Antonio Carlos enuncia como enunciador individual, já que seus enunciados pautam-se na primeira pessoa do singular ao falar como marido e pai, assim como por meio da apresentação do projeto na Assembleia realizada por ele, onde também fala como enunciador individual e sustenta essa enunciação também por meio das marcas da primeira pessoa do singular, mas também enuncia como enunciador coletivo, pois ao apresentar um projeto na Assembleia certo conjunto de pessoas se identificam com suas enunciações e as legitimam, como por exemplo, os escravocratas, os fazendeiros já que tal projeto os beneficiaria.

Observando a cena enunciativa da carta 7 temos que o Locutor Antonio Carlos enuncia como locutor marido ao expressar seu desejo de que sua esposa fique bem, “*Desejo que passem bem*”. Ainda enuncia como locutor escravocrata “benfeitor”, já que através do recorte “*Hoje faça ele experimentar a sobrecasaca no Alfredo assim como faça ele experimentar uma calça branca das minhas que tem remendo a ver se servem para aprontarem duas ou três para ele; é possível que careça cortar um pouco nas pernas. Por ele me diga amanhã o que é preciso fazer ou quantas calças pode arranjar a ele. Se a sobrecasaca precisar de algum retoque mandarei fazer*” projetamos sua posição de escravocrata que cuida do cativo, ou seja, ao enunciar de uma posição de ordem que beneficia o escravo, que sustenta uma performatividade no acontecimento enunciativo e acaba por

significar por meio da relação entre o locutor escravocrata, que enuncia o ato diretivo de doação de suas roupas e a alocutária administradora, o Locutor Antonio Carlos projeta uma imagem de escravocrata bom, que zela e pensa em seus cativos, já que suas enunciações pautam-se em ordens que beneficiam de certa forma o escravo e cria um sentido de “bondade”.

Aqui a performatividade se dá a partir do escravocrata/chefe que ordena, mas que concomitantemente beneficia seu cativo, da Alocutária Naninha que assume a posição de executora de tais ordens, ou seja, de alocutária administradora. Ambas as posições sustentam o efeito de sentido de “bons senhores”, de escravocrata que cuida de seus escravos. Então, Naninha na carta 7 é uma alocutária administradora que acata as ordens que foram repassadas pelo locutor escravocrata/chefe, assim, a posição de administradora se sobressai a de alocutária esposa.

O espaço enunciativo escravocrata de 1886 era de tensão, mas um efeito de sentido de “bom senhor” é criado como já apresentado por meio da performatividade que se faz presente no presente do acontecimento quando o Locutor Antonio Carlos ordena que fossem doadas ao escravo Alfredo ¹²suas roupas velhas, “*Hoje faça ele experimentar a sobrecasaca no Alfredo assim como faça ele experimentar uma calça branca das minhas que tem remendo a ver se servem para aprontarem duas ou três para ele*”. Este presente permite um depois que projeta um lugar de sentidos (GUIMARÃES, 2005) que faz com que os escravos permaneçam na fazenda mesmo após a abolição, pois o presente sustenta essa latência de futuro de um senhor de escravo que se preocupa com o cativo, que cuida dele. Essa projeção interpretável faz com que o acontecimento signifique, já que como aponta Guimarães “todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro” (2005, p.12); faz com que os escravos se sintam acolhidos pelo Locutor Antonio Carlos.

O acontecimento enunciativo desta carta também funda uma memória de sentidos por tratar de um suposto cuidado com o escravo. Esse suposto cuidado permite o acesso ao memorável de enunciados referentes à sustentação de uma boa relação entre escravocrata e escravo para evitar uma possível revolta, fuga ou rebelião dos escravos por causa dos rumores da abolição da escravidão. Então, em 1887, para concretizar essa imagem de “bom senhor” e evitar toda uma possível redução de mão-de-obra, segundo os discursos históricos, o Locutor Antonio Carlos concedeu a liberdade sob condição a Alfredo e a outros 11 escravos criando

¹² O nome Alfredo funciona no acontecimento da Lista de escravos alforriados constada nos livros de notas do Tabelaionato Tombi do município de São Carlos. (OLIVEIRA, BORTUCCI, 2013, p.10)

um efeito de sentido de “bom senhor que libertou seus escravos antes da Abolição” (OLIVEIRA, BORTOLUCCI, 2013, p. 10).

Porém, isso nada mais é que uma estratégia para manter o controle sobre os escravos mesmo com os rumores da Abolição em alta, é uma forma de fazer com que o escravo permaneça em seu domínio, ou seja, este presente do acontecimento projeta uma latência de futuro de sentidos que faz com que os escravos, mesmo após a lei Aurea fiquem sob o domínio de Antonio Carlos de forma pacífica e submissa, e sustenta dessa forma, a posição do locutor escravocrata.

O Locutor Antonio Carlos assume a posição de enunciador individual e coletivo. Individual por ter seus enunciados pautados no eu, e também por se apresentar como um homem preocupado com seu controle sobre os escravos, preocupado com sua postura individual frente aos fatos e frente aos enunciados referentes aos escravos, postura rememorada por meio dos discursos históricos sobre ele que o significam como “(...) um homem preocupado em manter seu poder e controle sob escravos/as para além do período de vigência da escravidão.” (OLIVEIRA, BORTOLUCCI, 2013, p.10)

Ou seja, nesse acontecimento enunciativo o Locutor Antonio Carlos enuncia como locutor escravocrata e marido do lugar de enunciador individual ao apresentar suas enunciações estruturadas na subjetividade e disposição como podemos projetar quando ele se dispõe a concertar a sobrecasaca para o escravo, “*Se a sobrecasaca precisar de algum retoque mandarei fazer*”.

E como enunciador coletivo por assumir enunciados que são aceitos por um grupo específico, ou seja, ao falar como locutor escravocrata os representantes desse grupo se identificam com seus enunciados, os legitimam e alguns até assimilam e reproduzem tais enunciados como podemos observar nos enunciados históricos como o a seguir,

Em ata registrada na Câmara Municipal os senhores Conde do Pinhal, Antônio Carlos Ferraz de Salles e Joaquim José de Abreu Sampaio assinaram os seguintes dizeres: “Que sejam entregues cartas de liberdade plena no dia 31 de Dezembro de 1887 aos escravos pertencentes nas propriedades do Município de São Carlos do Pinhal por seus senhores presentes” (GORDINHO, 1985, p.86). Na prática, conforme vimos, as “liberdades plenas” não existiram para a maioria dos escravos e escravas alforriados pelo Conde do Pinhal. (OLIVEIRA, BORTOLUCCI, 2013, p.10)

Portanto, o acontecimento enunciativo da carta 7 apresenta as estratégias linguísticas utilizadas para manter o controle sobre os escravos mesmo com a abolição.

Na cena enunciativa da carta 8 Antonio Carlos enuncia como locutor marido, fazendeiro/escravocrata. Enuncia como locutor marido ao relatar o que se passa em sua vida naquele momento e onde ele estava e também ao apresentar como ele e os outros familiares estão, *“Aqui chegamos hoje sem novidade e achamos os parentes com saúde. Mariquinhas e família aqui estão e dizem que descem amanhã para Santos”*, também sustenta essa posição ao apresentar seus planos de voltar para o Pinhal, *“Penso em voltar na 2ª feira se não houver coisa que a isso oponha”*. E por fim ao desejar que a esposa esteja bem, apresentar as saudades que sente dela e pedir que ela as aceite, numa tentativa de manter o vínculo amoroso entre eles, apresentando sua preocupação como uma forma de afirmar seu posicionamento de marido, *“Desejo que passes bem e aceitai as saudades do Vosso”*.

O Locutor Antonio Carlos enuncia concomitantemente como locutor fazendeiro/escravocrata, pois enuncia como e quando as canas-de-açúcar e o café devem ser transportados, enunciando como locutor fazendeiro ao apresentar as tarefas que devem ser realizadas e ao mesmo tempo como locutor escravocrata ao especificar, por meio do nome próprio Alfredo¹³, quem deve executar tais trabalhos, assim, usar o nome Alfredo cria uma pertinência enunciativa (DIAS, 2013, 2016) entre o presente do acontecimento em que o nome Alfredo funciona e a memória das enunciações em que o nome Alfredo funcionou, permitindo uma atualização do termo, pois segundo Dias (2016, p.37) a pertinência enunciativa é a “relação que um enunciado mantém com os determinantes da enunciação, incluindo-se outros enunciados, no presente do enunciar”, assim sendo, Alfredo funciona como escravo responsável pelo transporte e tal posição é sustentada tanto pelo presente da enunciação quanto pelo memorável que o nome evoca.

Então, temos que o Locutor Antonio Carlos enuncia como locutor fazendeiro/escravocrata ao enunciar as ordens e procedimentos que Alfredo deve realizar, constituindo uma performatividade que significa a partir da relação estabelecida entre o locutor fazendeiro e a alocutária administradora. A Alocutária Naninha, assim, assume a posição de “braço direito” do Locutor por ser sua esposa e também por assumir a posição de locutora administradora e escravocrata na ausência de Antonio Carlos, portanto, ela recebe as ordens do locutor chefe, fazendeiro, escravocrata por meio das cartas e as repassa a Alfredo, assumindo e legitimando a posição social de administradora como vemos em *“Diga ao Alfredo que se o Braz arranjar as bestas para carregar a cana dele na 2ª feira que não*

¹³ O nome Alfredo funciona no acontecimento da Lista de escravos alforriados constada nos livros de notas do Tabelaionato Tombi do município de São Carlos. (OLIVEIRA, BORTUCCI, 2013, p.10)

mande os carros para carregar a cana e neste caso que mande 2 carros puxar café com os bois melhores o que peço descansar os outros na 2ª feira”

Por fim, o Locutor Antonio Carlos assume a posição de enunciador individual e coletivo. Enunciador individual por apresentar suas enunciações à margem da história, pautadas na individualidade, em enunciações particulares e enunciador coletivo por apresentar enunciações em que um determinado grupo, em específico, os escravocrata/fazendeiro se identificam e as tomam como legítimas.

O Locutor Antonio Carlos enuncia na carta 9 como locutor administrador, lugar de dizer que pode ser observado em *“O portador leva os animais para trás e diga ao José Carlos que ponha os cavalos de carro no pastinho, dê sal a eles logo que chegar e que comam milho todos os dias de manhã e à tarde, e que o mando o cavalo branco do Paulinho e o portador que traga o meu cavalo Oveiro que lá está para ser tratado com os outros no pastinho e que olhe todos os dias para as feridas deles”*. Ou seja, como locutor administrador Antonio Carlos enuncia as ordens a serem executadas referentes ao funcionamento e manutenção da fazenda e dos animais, que no presente do acontecimento nos remete ao memorável da criação de gado do Locutor Antonio Carlos.

O Locutor Antonio Carlos também enuncia como locutor escravocrata ao ordenar que a Alocutária Naninha retire os escravos da casa grande e os coloque para trabalhar no campo, *“Não esteja a conservar muitos negros em casa. É preciso distribuir logo as camisas de baeta para todos eles.”* Aqui, a Alocutária Naninha assume a posição de alocutária administradora que é sustentada pelo memorável do administrador que coloca as ordens do patrão em prática. Também pelo memorável da escravidão, dos escravos domésticos que trabalham na casa grande e estão sujeitos às ordens tanto da alocutária esposa quanto da alocutária administradora, memorável que permite ainda a rememoração de enunciações referentes à subordinação, característica da escravidão, que produz um efeito de sentido de obediência, de submissão, de não lugar de significação e nem de fala em relação aos escravos.

Assim, a posição de escravocrata é assumida e sustentada pelo presente do acontecimento, pela posição da Alocutária Naninha, pelas enunciações da presença dos negros na casa grande e pela enunciação do acidente em que o Locutor Antonio Carlos diz que apesar de Zeferino ter deixado a própria cabeça se machucar, o fato não significava nada, era algo sem importância *“Zeferino deixou passar a roda de trás por cima da cabeça, machucando pouco que me parece será nada.”*

É interessante notar o efeito de sentido de superioridade do Locutor Antonio Carlos em relação ao Zeferino, (que aparece mais duas vezes ao longo das cartas que o Conde

Anonio Carlos escreve para Naninha), pois ao fazer uso do verbo *deixou*, um efeito de sentido que mostra sua superioridade sobre o Zeferino é criado, porque o verbo ganha pertinência ao apontar para um domínio de referência de que escravo não é esperto e por isso a roda o acertou, sentido sustentado pelo memorável de que o escravo não tem dignidade, não tem lugar na sociedade, não tem lugar de voz, nem de significação, e nem é capaz de pensar, por ser assemelhado a um animal, “o escravo esta fora do jogo do capital simbólico, desqualificado da competição pelo reconhecimento e pela distinção, que dão sentido à vida e fornecem razões para viver” (BOURDINEU, 2003, apud, MONSMA, 2005, p.106). Assim, levando em consideração o espaço enunciativo em que a carta foi escrita, 1864, e a posição do Zeferino diante à visão do Locutor Antonio Carlos, temos que ele era inferior, portanto um escravo.

O Locutor Antonio Carlos ao longo da carta 9 também enuncia como locutor marido. Ele procura criar e manter um laço afetivo com sua Alocutária, a Naninha, adotando uma postura de reafirmar sua relação com a esposa. Assim, ao se despedir, sua enunciação cria um sentido de cumplicidade, ele dá satisfação do que acontece em sua vida longe da amada e ainda lhe impõe tarefas de cumplicidade, como falar em seu nome com os escravos. Ao se despedir usando a expressão “*por ser vosso*” um efeito de sentido de pertencimento é evocado pelo verbo ser e reforçado quando ele pede que suas saudades sejam aceitas, “*Aceitai minhas saudades, por ser vosso.*” que também produz um efeito de sentido de relacionamento afetivo e amoroso.

Essa carta apresenta, portanto, três locutores, administrador, escravocrata e marido. O Locutor Antonio Carlos enuncia da posição de enunciador individual e coletivo. Individual quando foca a enunciação em si mesmo e isso é evidenciado por meio das desinências verbais que indicam a primeira pessoa do singular, “*Aqui cheguei hoje com feliz viagem e amanhã sigo para São Paulo*” e fala de lugar de enunciador coletivo ao assumir enunciações que pertencem ao espaço enunciativo de determinados grupos, nesse caso, em específico, escravocratas e administradores que reconhecem e legitimam as enunciações.

A performatividade no presente do acontecimento se realiza a partir das posições enunciativas envolvidas. Aqui as posições enunciativas que sustentam a performatividade é a posição de locutor escravocrata, fazendeiro por apresentar tarefas e ordens a serem realizadas pelos escravos e também pela esposa que assume a posição de alocutária; e como receptora das enunciações, assume a posição de administradora, ou seja, Naninha é a responsável por repassar as ordens do Locutor Antonio Carlos, assumindo o lugar social de administradora da fazenda na ausência do marido. Tomando o recorte a seguir,

(1) O portador leva os animais para trás e / (2) diga ao José Carlos que ponha os cavalos de carro no pastinho, / (3) dê sal a eles logo que chegar e (4)/que comam milho todos os dias de manhã e à tarde, e / (5) que o mando o cavalo branco do Paulinho e / (6) o portador que traga o meu cavalo Oveiro que lá está para ser tratado com os outros no pastinho e / (7) que olhe todos os dias para as feridas deles. (9) Não esteja a conservar muitos negros em casa. (10) É preciso distribuir logo as camisas de baeta para todos eles.

Temos que a performatividade também é sustentada pelo memorável de enunciados referentes aos mandos dos discursos administrativos que se cruzam com o presente da enunciação permitindo, então a efetivação das enunciações de ordem, organizadas por meio de uma operação de articulação, especificamente, por *enumeração* (GUIMARÃES, 2009). A *enumeração* é um procedimento bem diversificado e pode ocorrer tanto por meio da articulação quanto por meio da reescrituração.

Aqui, a *enumeração* (GUIMARÃES, 2009) aparece como um modo de articular os enunciados, adicionando, por coordenação, uma ordem à outra. Podemos identificar, portanto, dez enunciados todos com efeito de sentido de tarefas a serem realizadas. Inicialmente são enunciações direcionadas a Alocutária Naninha que deve repassá-las aos interlocutores específicos, sendo assim, a alocutária administradora recebe as enunciações como destinatária coletiva, por legitimar e aceitar tais enunciações de mando e as repassar aos escravos. Então, a *enumeração* “aparece só como modo de articular os elementos de uma narrativa, adicionado, por coordenação, uma ação à outra” (GUIMARÃES, 2009, p.58), e cria um efeito de sentido de autoridade, hierarquia, superioridade, e tais efeitos de sentido são sustentados por meio do memorável do escravocrata que manda e do escravo que obedece, do marido que ordena e da esposa que acata, do patrão que manda e da administradora que executa, do escravo visto pela sociedade como um ser sem honra, inferior, e sem possibilidade de conquistá-la. Todo esse memorável sustenta a performatividade que se dá pelas posições hierárquicas.

É interessante notar que mesmo após a abolição, o poder do escravocrata sobre os negros ainda continuou, alguns por meio da liberdade sob condição e também porque existia uma hierarquia e um autoritarismo que não foi quebrado, que foi sustentado por um cruzamento de enunciados anteriores. Por isso, mesmo tentando resistir e impor sua voz, muitos negros acatavam a posição superior dos brancos, pois se trata de “uma formulação que privilegia o efeito histórico sobre a enunciação” (SCHEREIBER DA SILVA, 1999, p.34), ou

seja, vários discursos são mobilizados e vários recortes no memorável acontecem e isso sustenta tal posição submissa dos escravos.

Outra questão é o memorável que mostra que “o panorama cultural da sociedade pré e pós-abolicionista no Brasil detém vários indícios da gradativa e complexa construção de um sistema de diferenças em que brancos e negros sempre sabem o lugar que devem ocupar para falar: senhor/escravo, patrão/empregado, etc.” (SOUZA, 2000, p.69). Então, o Locutor Antonio Carlos mandava e cabia aos negros acatar, pois cada um assumia seu papel na cena enunciativa do espaço enunciativo da escravidão, ou seja, no presente do acontecimento da carta 9 o Locutor Antonio Carlos tem o lugar de fala legitimado, tem direito a fala e pode falar pelo escravo, que não tem lugar de fala e por isso não significa. Sendo assim, é o locutor escravocrata que decide e enuncia se o escravo machucou ou não. O cativo não tem lugar e nem direito para discordar.

O Locutor Antonio Carlos enuncia na carta 10 como locutor administrador/chefe ao apresentar ordens a serem cumpridas referentes ao bom funcionamento das fazendas e a instalação dos novos trabalhadores imigrantes, ou seja, faz uso de enunciações de cunho performativo referente às providências a serem tomadas em relação a esses alemães. Porém, cabia a Naninha repassar as ordens e fiscalizar suas execuções, pois assume a posição de alocutária administradora quando o Locutor não está na fazenda, ou seja, é por meio das cartas que o Locutor Antonio Carlos mantém seu poder sobre os fatos referentes à vida na fazenda assim como a vida na casa grande. Assim, a Alocutária Naninha acatava as ordens do Locutor Antonio Carlos tanto da posição de esposa quanto da posição de administradora. Nas duas posições enunciativas a alocutária se encontra sob as ordens e desejos de um lado de um locutor marido e do outro de um locutor administrador, e isso se dá pelo memorável das esposas assumirem o dever de realizar todos os desejos e exigências do locutor marido, como já explicitado anteriormente nas cartas 3 e 6 e pelo memorável dos subordinados terem que acatar e executar as ordens dos chefes.

Assim sendo, acessando o memorável das enunciações históricas referentes à casa do Pinhal, Naninha funciona como locutora administradora como observado em outras cenas enunciativas analisadas, que acatava e executava as ordens referentes aos trabalhos cotidianos da fazenda, cuidando da fazenda na ausência do marido e também se dedicava “à coordenação dos trabalhos domésticos, ao cuidado com os escravos, costurando as roupas destes, estando presente nos partos, etc”. (CENTRO DE ESTUDOS CASA DO PINHAL, 2016, p.9)

Portanto, na ausência do Locutor Antonio Carlos, Naninha assumia a posição de administradora da fazenda e assumia os discursos administrativos, porém não de forma autônoma, porque cabia a ela somente reproduzir as ordens de Antonio Carlos.

O Locutor também enuncia da posição de locutor marido por meio de enunciações de cunho afetivo e de saudades, “*Eu passo no mesmo e somente com saudades sua*” proporcionando um lugar de enunciador individual, pautado na individualidade, mas percebemos que a posição de administrador/escravocrata se sobrepõe a posição de marido.

Na cena enunciativa da carta 10 o Locutor Antonio Carlos ainda enuncia como locutor escravocrata ao associar o trabalho a ser desenvolvido pelos alemães aos trabalhos desenvolvidos por Zeferino, que referencia escravo como será apresentado nas análises sobre nome próprio. No espaço enunciativo da escravidão de 1865 havia uma mescla entre o trabalho escravo e outras formas de trabalho, como o contrato, mas mesmo assim, apesar dessa mescla, o trabalho escravo ainda era a principal forma de mão-de-obra e isso projeta um memorável da preferência dos fazendeiros pela mão-de-obra escrava, já que como rememoramos por meio das enunciações históricas, São Carlos fazia parte da região conhecida como Oeste paulista, que se desenvolveu no último século da vigência da escravidão, porém, isso não impediu que grande parte dos fazendeiros locais deixassem de usar mão-de-obra escrava, aconteceu o contrário, como cultivo do café, os escravocratas e fazendeiros receberam um número maior de escravos/as.

Esse memorável dos discursos históricos, portanto, sustenta o efeito de sentido do convívio entre os imigrantes e colonos, que designa escravo. Pois com a abolição a palavra escravo é silenciada, mas outras palavras passam a funcionar no espaço da abolição mantendo o sentido de escravos, assim sendo, colono funciona no presente do acontecimento pelo memorável como sinônimo de escravo. Observando o recorte a seguir:

“Por isso logo que eles aí cheguem, mande-lhes dar cômodos embaixo do sobrado, trate-os bem e que vão trabalhando no campo com Zeferino (...)”

Temos que o lugar da performatividade se dá a partir do Locutor Antonio Carlos, locutor escravocrata que ocupa o lugar de mando e o lugar de autoridade que é construído por meio de uma posição sócio histórica de administrador assumida pelo sujeito ao se inscrever num memorável de autoridade e superioridade. E também por meio da posição sócio histórica da Alocutária Naninha que nesse presente do acontecimento assume a posição de acato ao

aceitar e repassar as enunciações do locutor administrado/escravocrata. Já que como nos mostra Zattar,

Nessa linha, a performatividade do texto se constrói na relação dos lugares sociais e históricos dos quais os locutores enunciam no acontecimento de linguagem, que se realiza pelo funcionamento da língua. Ou seja, a relação performativa tem a ver com a construção histórica e social do Locutor em relação ao lugar social e histórico do Alocutário, no mesmo acontecimento. (ZATTAR, 2015, p.98)

Então, diante disso, a Alocutária da carta 10, Naninha, como já mencionado, assume uma posição social de autoridade semelhante à de Antonio Carlos quando coloca em funcionamento as ordens do locutor. Por isso, diante dos criados, quando o locutor marido está ausente, a Alocutária Naninha assume a posição de locutor autoridade e como tal, redireciona as ordens aos interlocutores criados, que devem, por ocupar uma posição social de cativos, acatá-las. Ou seja, a performatividade também se sustenta por meio da posição assumida por Naninha e o memorável de administradora e porta voz de Antonio Carlos. Assim, cabe a alocutária administradora colocar cada comando em funcionamento como já observado.

O Locutor Antonio Carlos na carta 11 enuncia como locutor marido. Assume tal posição por enunciar seus planos pessoais, seus desejos, suas enfermidades e os acontecimentos de sua vida até aquele momento a Alocutária Naninha, que aqui assume a posição de alocutária esposa, *“Passo sem novidade e com muito desejo de voltar para lá, por isso que no dia 1 ou 2 de julho pretendo dar-vos um abraço. Tenho sofrido aqui forte defluxão porém já estou melhor. Estou morando em casa do Malheiros, onde me tratam muito bem. As moças muito se recomendam a você.”* E também ao reclamar do afastamento da esposa, que não escreve ao marido e isso o incomoda, como ele deixa evidente em sua enunciação *“Pelo correio de ontem não recebi carta vossa, provavelmente estais sofrendo o mal do Azevedo, que não sabe os dias do correio.”* Ao finalizar a carta, o Locutor Antonio Carlos pede que a Alocutária aceite suas saudades e repasse seu afeto aos filhos e isso também reforça sua posição de marido.

A forma como se despede na cena enunciativa dessa carta se repete nas cenas das cartas 12, 15 e 16. Em todas essas cenas o locutor faz uso da expressão *“vosso senhor Antonio Carlos”*. Ou seja, na cena enunciativa dessas quatro cartas temos um efeito de sentido de pertencimento, *“esposa pertence ao marido”*, pois a combinação das palavras *vosso* e *senhor* cria uma pertinência enunciativa sustentada por um memorável de submissão, porém, tais palavras evocam além da posição de locutor marido a posição de locutor proprietário, já que a

formação nominal além de gerar um efeito de sentido que aponta para o memorável das enunciações de superioridade do gênero masculino sobre o gênero feminino, também funciona semelhante ao termo *senhor de escravos*, que apresenta o sentido de posse do proprietário sobre o cativo.

Já na cena enunciativa da carta 12 o Locutor Antonio Carlos além de enunciar da posição de locutor marido, também enuncia como locutor administrador/escravocrata. Locutor marido ao enunciar como ele passou de viagem, como foi sua ida ao médico e como vai o tratamento das moléstias que o aflige, “*Ontem aqui chegamos com feliz viagem e eu fico pelo menos até o dia 1º de fevereiro. Mostrei-me hoje a um médico novo que aqui está com muita fama porém amanhã é que poderei entrar em tratamento a fim de ele observar a moléstia para depois eu seguir para São Paulo (...). As minhas pernas desincharam mais na viagem e hoje amanheceram completamente secas porém durante o dia já elas têm inchado mais um pouco.*” Também ao desejar que ele e a esposa se curem, “*Tenho esperança e fé em Deus que nós seremos felizes, tanto eu em meu tratamento como você no seu sucesso.*” E ao pedir que a Alocutária Naninha, alocutária esposa, aceite suas saudades e transmita aos filhos um abraço, o que revela um efeito de sentido de sentimentalismo, de relacionamento e familiaridade, “*Aceitai minhas saudades e dai um abraço a cada um dos nossos filhos*”.

No recorte “*Diga ao Sebastião que deixe aí uma besta de tropa para o Manoel Caetano trazer com encurtamento com a minha boiada que deve sair na semana seguinte*”, Antonio Carlos como locutor administrador orienta a Alocutária Naninha referente às ordens a serem repassadas a Sebastião. Naninha assumia a administração da casa, da fazenda e dos escravos quando Antonio Carlos se ausentava em suas diversas viagens, como já apresentando anteriormente, portanto, Naninha assume nesse acontecimento a posição de alocutária administradora sustentada pelo memorável de administradora firme e determinada, de proprietária muito ativa que “*cuidava para que as tarefas fossem cumpridas, seguindo o exemplo de sua mãe de zelar pelos escravos, parte importante do patrimônio familiar.*” (GORDINHO, 2004, p. 62)

Por isso, o locutor Antonio Carlos ao enunciar como locutor administrador/escravocrata orienta Naninha, que fala em seu nome quando este está ausente, então ela novamente assume a posição e a enunciação de administradora.

Na carta 11 o Locutor Antonio Carlos enuncia da posição de enunciador individual, já que seus enunciados estão pautados no eu que é evidenciado pela desinência verbal de primeira pessoa e pelo eu explícito como por exemplo em “*Passo sem novidade e com muito desejo de voltar para lá (...), Tenho sofrido aqui forte defluxão*”. Na carta 12, além de

também enunciar da posição de enunciador individual, o Locutor Antonio Carlos é um enunciador coletivo, pois enuncia do lugar de dizer em que o grupo dos administradores, dos fazendeiros, dos escravocratas legitima seus enunciados. Nesse acontecimento suas enunciações são assimiladas pela posição da Alocutária Naninha que as reconhece e as legitimam ao aceitar e repassar os comandos do locutor como vemos em “*Diga ao Sebastião que deixe aí uma besta de tropa (...)*”, “*Diga mais ao Sebastião que aperte com o benefício do café (...)*”. E também como enunciador coletivo por adotar enunciações com a presença da primeira pessoa do plural, “*Ontem aqui chegamos com feliz viagem (...)*”.

Aqui, o Locutor Antonio Carlos assume a posição de fazendeiro/escravocrata e repassa a Naninha tudo o que é necessário ser feito até a sua volta, então a performatividade é sustentada pela relação entre o locutor fazendeiro/escravocrata e a alocutária administradora que assume, assim, a posição dos discursos administrativos. Além disso, vemos que a performatividade se dá pela relação entre o locutor marido/fazendeiro e a alocutária esposa, “*you deve aprontar bem o cargueiro*”, pois ao delegar tarefas que a esposa Naninha deve realizar, o locutor assume a posição tanto de fazendeiro (ao delegar tarefas sobre a fazenda) quanto de marido (ao direcionar as ordens diretamente a esposa). Já a Alocutária Naninha assume a posição de esposa e executora de tais ordens, portanto, também o de alocutária administradora.

Observando esse trecho, “*Diga ao Sebastião que deixe aí uma besta de tropa para o Manoel Caetano trazer com encurtamento com a minha boiada que deve sair na semana seguinte.*”, o lugar da performatividade é de administrador que ordena, (ambos os verbos se articulam ao termo Sebastião) e faz com que o nome Sebastião funcione nessa relação de ordem e tarefa a serem cumpridas, onde temos que a expressão “*deixe aí uma besta de tropa*” determina o nome Sebastião, portanto, essa relação enunciativa permite que se acione um memorável de trabalho escravo que era comum às fazendas de gados, cafés e cana-de-açúcar. Nesse acontecimento a alocutária é a administradora a quem cabe o repasse da enunciação.

Nesse outro trecho, “*Diga mais ao Sebastião que aperte com o benefício do café porque espero que logo cheguem tropas lá*”, o nome Sebastião é determinado por “*aperte com o benefício do café*”, que também evoca uma performatividade que é constituída por meio da posição do fazendeiro e de uma relação com outros enunciados que evocados pelo memorável, permitem a rememoração do trabalho escravo desenvolvido no campo e da mão-de-obra escrava fundamental para a economia e para os fazendeiros, e também de um memorável de rapidez, necessária para a qualidade do café.

Então, temos que nos acontecimentos analisados a performatividade se dá por meio das posições do Locutor Antonio Carlos e da alocutária Naninha que acionam um domínio de referência de escravo, por meio do nome Sebastião, como apontado no DSD a seguir:

Sebastião --- (escravo)	Sebastião --- (escravo)
┆	┆
Deixe ai uma tropa de besta--- (ordem)	Aperte o benefício do café--- (ordem)
┆	┆
Locutor fazendeiro/escravocrata	Locutor fazendeiro/escravocrata

Na cena enunciativa da carta 13 Antonio Carlos enuncia como locutor empreendedor, escravocrata e marido. Assume a posição de locutor empreendedor por estar envolvido com os negócios das letras que referencia as questões de ordem econômicas, administrativas que refletem diretamente na possibilidade de Antonio Carlos comprar mais escravos, ou seja, o referencial do termo negócio das letras é o financeiro, o econômico, o voltado para o comércio escravocrata que inscreve assim a posição empresária e também escravocrata do Locutor Antonio Carlos.

Por isso, a referência da formação nominal “negócio das letras” se constitui pelo domínio histórico das enunciações financeiras, econômicas e escravocratas que permitem que no presente do acontecimento o memorável dos problemas econômicos, financeiros referentes à escravidão seja acessado, sustentando assim a posição de locutor empreendedor e escravocrata.

O Locutor Antonio Carlos enuncia similarmente como locutor escravocrata ao revelar sua dúvida em comprar escravos, causada pelos problemas das letras. Tal posição também é sustentada pela sua enunciação de que há muitos escravos a serem vendidos e que os tidos como mais fracos estavam mais baratos, “*Estou na dúvida de comprar escravos, visto que se não conseguir o arranjo que pretendo das letras, não os comprarei para não me envolver: há muito escravo para vender e os fracos estão baratos*”.

Ainda temos que o Locutor Antonio Carlos assume a posição de locutor marido ao enunciar como foi a viagem e quais sentimentos esta lhe despertou “*Aqui cheguei no dia 7 pelas 8 horas da manhã com a mais feliz e agradável viagem de mar*”, em apresentar como tem passado, relatando suas doenças e visitas ao médico “*Até agora ainda estou sofrendo as coceiras que sentia e apesar de estar em uso de remédios e banhos há 2 dias ainda não estou bom, porém com esperanças de sarar logo visto como o meu antigo médico me assegura que*

nenhuma importância tem”; o que sustenta o efeito de sentido de cumplicidade e afabilidade entre o marido e a esposa. Por fim, essa posição de locutor marido é amparada pelas enunciações dos planos do Locutor de voltar para casa e da insegurança que sente ao pensar em tal possibilidade sem antes ter resolvido os problemas que o levaram até o Rio “*Pretendo ver se posso seguir no vapor de 15, porém não é seguro porque como já disse meus negócios ainda não estão decididos*” e ainda pelo relato das saudades que sente da esposa e dos filhos, e do desejo de agradar a Alocutária Naninha com a compra de um presente “*Tenho sentido muitas saudades tuas e dos pequenos e sempre querendo comprar-lhes algum presente porém sem saber o que, como sempre me acontece*”.

Nesse acontecimento, o Locutor Antonio Carlos assume a posição de enunciador individual, já que suas enunciações também evidenciam a primeira pessoa do singular e pautam-se no subjetivo e nos acontecimentos particulares “*Aqui cheguei no dia 7 pelas 8 horas da manhã (...)*” “*(...) o que me faz recear que por aí tenha havido alguma geada de fazer mal.*” e como enunciador coletivo ao assumir a posição de locutor escravocrata, empresário, pois seus enunciados são reconhecidos e legitimados pelo grupo dos escravocratas, empresários, fazendeiros. Então sua posição torna-se coletiva.

Nesse acontecimento a Alocutária Naninha assume a posição de alocutária esposa e também de alocutária escravocrata. Esposa por meio das enunciações do locutor marido que a toma como mulher e como escravocrata quando o locutor escravocrata apresenta os problemas quanto à questão dos negócios das letras e dos escravos.

O Locutor Antonio Carlos, na carta 14, enuncia como locutor marido por revelar como foi sua viagem, “*Aqui cheguei hoje vindo do Jaú cuja viagem fiz sem novidade.*”, por mostrar suas estimas ao receber a notícia de que sua esposa estava bem, assim como pelas melhoras de Amadeo, “*Li a vossa carta e muito estimei ver que tem passado alguma coisa melhor e que o Amadeo não tem mais a febre.*” E ainda assume tal posição ao revelar sua alegria com as melhoras de Caminha, “*Muito contente fiquei com o telegrama de Caldas noticiando as melhoras do Caminha. Deus queira que ele reanime que eu tomarei contas severas na continuação de seu tratamento.*”, e também ao apresentar seus planos para o dia seguinte, “*Amanhã passarei aqui até a tarde, quando sairei para Santo Antonio e depois para o Palmital.*” Portanto, o Locutor Antonio Carlos é um locutor marido ao enunciar os acontecimentos a seu respeito, seus planos e desejos, ou melhor, ordens e com isso a Alocutária Naninha é tida como alocutária esposa, pois o locutor marido direciona tais enunciações a alocutária esposa.

Já a posição de locutor escravocrata é assumida pelo Locutor Antonio Carlos por meio das enunciações em que ele revela não estar tranquilo em relação aos escravos. *“Tudo se acha ainda em sossego em relação aos escravos porém a vista do sítio em que estou me parece que não poderei deixar de fazer alguma coisa mais em favor deles.”* Aqui o presente do acontecimento instaura um memorável da abolição da escravidão por meio da assinatura da Lei Aurea em 13 de maio de 1888, então, o presente do acontecimento apresenta uma tensão e a preocupação do escravocrata com os prejuízos e com a situação dos escravos e projeta uma latência de futuro de liberdade, e essa latência gera nos escravocratas um efeito de sentido de desconforto, preocupação com o patrimônio, com a mão-de-obra e com o prejuízo. O espaço enunciativo dos meses antes da abolição, portanto, era de insegurança para os proprietários de escravos e de esperança para os cativos.

E por fim, o Locutor Antonio Carlos enuncia como administrador ao apresentar tarefas a Alocutária Naninha que nesse acontecimento também assume a posição de alocutária administradora, pois as ordens devem ser executadas por ela, *“Diga ao Carlos que na 6ª feira eu devo aqui chegar vindo do Palmital e aqui falharei, mais um dia sábado e irei no domingo se as coisas todas ocorrerem como espero.”*

Aqui a performatividade se constrói a partir da posição do locutor administrador que apresenta quais tarefas precisam ser realizadas e a alocutária administradora, a quem compete colocá-las em funcionamento, repassando-as por meio do lugar de autoridade que assume ao falar como braço direito de Antonio Carlos, que enuncia do lugar de mando.

Portanto, a performatividade é sustentada pela autoridade do Locutor Antonio Carlos para com a alocutária esposa que ao repassar a enunciação passa a falar do lugar de locutora administradora para com os escravos e os filhos, assumindo a posição de autoridade frente aos cativos e filhos, autoridade firmada pelo Locutor Antonio Carlos que a legitima ao falar desse lugar, *“Diga ao Carlos que na 6ª feira eu devo aqui chegar vindo do Palmital e aqui falharei, mais um dia sábado e irei no domingo se as coisas todas ocorrerem como espero. Se vier na 6ª feira terá sábado para falhar aqui e poderemos ir com o mestre carpinteiro ver e assentar o lugar do moinho.”*

O Locutor Antonio Carlos ao falar do lugar de marido apresenta-se como enunciador individual, pois suas enunciações são de cunho subjetivo, apresentando o eu explicitamente por meio das desinências verbais de primeira pessoa. Já quando enuncia do lugar de administrador e escravocrata, apresenta-se como enunciador coletivo, suas enunciações pautam-se na coletividade, na legitimação e aceitação pelos grupos que se identificam com elas. Temos ainda que o medo que funciona no presente do acontecimento e o memorável da

preocupação quanto ao resultado da lei Aurea torna-se coletivo, compartilhado pelos escravocratas, fazendeiros e administradores.

Na cena enunciativa da carta 15 o Locutor Antonio Carlos enuncia como locutor administrador ao apresentar suas estratégias e feitos em relação aos enfermos que estão em suas fazendas, assim como também ao apresentar seus planos para combater as moléstias que se alastravam na colônia. “*Mandei como disse ontem o bexiguento que estava aqui para a Olaria porém não vieram os da colônia. (...) Amanhã vou à cidade e voltarei aqui para ver se posso amanhã mesmo fazer seguir eles de noite para lá.*” Também enuncia como fazendeiro e simultaneamente como escravocrata. Enuncia como escravocrata ao mostrar que os cativos que se encontram na fazenda estão doentes e que a colônia foi toda infectada. “*Hoje resolvi ir amanhã ver o lazareto em São Carlos e dispô-lo para receber os doentes e ir removendo não só esses como os demais que aparecerem. Se isto não puder conseguir, então entregarei a colônia toda e isolarei a fazenda.*” Aqui, mesmo com a abolição ter acontecido meses antes, os lugares ocupados por escravos e donos de escravos ainda funcionavam, a relação entre cativo e escravocrata continuava sem grandes abalos. Por isso, mesmo com a abolição, Antonio Carlos ainda enunciava da posição de escravocrata que era sustentada pelo memorável de bom senhor moldada anos antes da assinatura da lei por meio de enunciações que carregavam o efeito de sentido de que era bom ficar na fazenda e servir ao Antonio Carlos e a sua família e também por meio da concessão das liberdades sob condição o que lhe garantiu a lealdade dos escravos.

Tais posições também são sustentadas pelo presente do acontecimento da carta 15, onde a palavra *colônia* contrai pertinência enunciativa ao funcionar como sinônimo de senzalas, por meio da relação contraída com outros enunciados, como por exemplo, as plantas das construções da fazenda do Pinhal (anexo C), onde podemos observar que as senzalas ora são designadas como Colônia e ora como antigas senzalas. A pertinência enunciativa nesse acontecimento se ancora no domínio de referência das construções do espaço enunciativo escravocrata e também por meio da memória das senzalas que com a Abolição da escravidão passaram a ser designadas como colônias, como uma forma de silenciar a presença da escravidão após a abolição. “*Se isto não puder conseguir, então entregarei a colônia toda e isolarei a fazenda.*” Ver anexo C que apresenta os acontecimentos das plantas da fazenda do Pinhal em que temos a palavra colônia funcionando como sinônimo de senzala; ambas funcionam no mesmo espaço enunciativo.

E por fim, identificamos a posição de locutor marido quando Antonio Carlos afirma a Alocutária Naninha que recebeu as duas cartas que ela enviou de uma vez, “*Recebi hoje duas*

cartas suas ambas com a mesma data.” E procura deixá-la a par dos fatos ocorridos no Pinhal. O Locutor Antonio Carlos enuncia como enunciador individual ao pautar suas enunciações na primeira pessoa do singular e por revelar seus planos individuais em relação à enfermidade dos seus cativos.

Diante a cena enunciativa da carta 16 Antonio Carlo enuncia como locutor fazendeiro e concomitantemente como locutor escravocrata, pois seus enunciados pautam-se no relato dos casos de doenças presentes na fazenda do Pinhal. Tais doentes são os habitantes da fazenda, ou seja, os colonos *“Aqui achei três variolosos, sendo um menino da família que mora no quarto que foi de ferramentas contíguo à enfermaria. Toda gente que morava na mesma casa deixaram-na. O doente foi removido ontem para a Olaria, porém em estado já de contágio.”* Também enuncia dessas posições ao revelar o que se passa na colônia e as providências que ele deve tomar para conter a epidemia e conseqüentemente conseguir conter o fracasso, perda e prejuízo de sua força de trabalho. *“Na colônia eu creio que vai soro porque nenhuma reserva eles têm, e me parece mesmo impossível que não grasse em toda a colônia. Eu que estou tomando as providências possíveis para atenuar o mal, o quanto for possível-porém com todas as cautelas.”*

Assume, portanto, a postura do proprietário, senhor de escravo, preocupado em manter seus cativos bem e dispostos, já que mesmo com o fim da escravidão, como já mencionado, muitos escravos continuaram servindo Antonio Carlos, e houve uma mescla entre escravos e imigrantes. Nesse espaço de enunciação, a posição de escravocrata ainda é sustentada pelos colonos (ex-escravos), que o reconhece e reafirma sua posição, conservando-se assim, a relação escravo/escravocrata por um período posterior a lei.

O Locutor Antonio Carlos assume ainda a posição de locutor marido ao revelar a esposa que esta não precisa se preocupar com nada, pois ele está tomando todas as providências e cautela necessária, *“Não tenhas cuidado porque estou com toda a cautela possível.”* e também ao se despedir dela desejando que ela fique bem, *“Desejo que passem bem.”*

Diante do observado, o Locutor Antonio Carlos enuncia como enunciador individual e coletivo. Individual, por abordar suas impressões e feitos em relação ao ocorrido na fazenda e na colônia, e por isso seus enunciados contam com verbos que possuem desinências verbais da primeira pessoa do singular, reforçando a subjetividade e a individualidade da posição de Antonio Carlos. *“Na colônia eu creio que vai soro porque nenhuma reserva eles têm, e me parece mesmo impossível que não grasse em toda a colônia.” “Desejo que passem bem.”* Por outro lado, ele também é um enunciador coletivo, porque há enunciados em que ele apresenta

fatos em relação à doença que assola a fazenda e revela como procederá diante disso, e sendo assim há um conjunto dos escravocratas e fazendeiros que se identificam com seus enunciados que apresentam a situação em que a fazenda se encontra por causa da epidemia que afeta seus cativos.

Observando a cena enunciativa da carta 17 identificamos quatro posições diferentes assumidas pelo Locutor Antonio Carlos. Ele enuncia como locutor fazendeiro/ escravocrata, administrador e marido.

Ao enunciar o que se passa na fazenda mostrando a Naninha que a epidemia ainda se faz presente nesta, e que isso causou a morte de um colono adulto e que pode causar mais mortes, “*Creio que já é falecido a esta hora um colono adulto que morava na colônia e estou certo que não focará nesse.*”, o Locutor Antonio Carlos assume a posição de fazendeiro/escravocrata, além disso, concomitante a essa posição, o Locutor Antonio Carlos também é um locutor administrador por apresentar suas estratégias para amenizar o problema enfrentado na fazenda. “*À vista disso, e sem outro recurso, resolvi deixar a colônia entregue a eles e que se curem em suas casas. Trato de defender-me cortando o quanto possível as comunicações com a fazenda e mandando a eles os mantimentos precisos.*” Assim, enuncia que acredita que ocorrerão mais mortes e que sua tentativa de encontrar alguém para tratar dos doentes que fazem parte do seu domínio e que se encontram no lazareto para cuidados não foi bem sucedida, e que, portanto, sua decisão final é a de deixar os colonos cuidando de si mesmos, cortando, dessa forma, qualquer contato com estes. “*Hoje fui à cidade em procura de homens para tratarem os doentes no lazareto não achei um só (...)*”. O locutor administrador propõe então manter somente a manutenção da alimentação dos habitantes da colônia, mas nada além disso, pois como administrador e fazendeiro precisa zelar pela cede da fazenda, assim como pelos moradores da casa grande para evitar que estes sejam contaminados.

Diante desse pressuposto, o locutor administrador ainda revela que a Alocutária Naninha deve voltar com o resto dos membros da família para São Carlos. Sua visão administradora mostra que seria lucrativo que a família viesse para que preenchessem seu tempo com atividades que produzissem renda, lucro, como fala em relação à Fermiano e Candida, “*O que me parecia melhor é que você viesse com a Candida e todos os mais para São Carlos, não só porque Candida lucraria um pouco, mesmo por se conservar por mais tempo sem ocupação como porque o Fermiano não perderia o seu tempo, em estar em São Carlos para ver desde já os serviços da Serra que precisam ser atendidos com urgência.*”, ou

seja, como fazendeiro e administrador ele tinha a situação sobre controle, portanto, a vinda da família seria lucrativa, pois, poderiam auxiliar nos trabalhos.

O Locutor Antonio Carlos apesar da abolição ainda enuncia como locutor escravocrata. Isso ocorre devido às posições ocupadas por todos os cativos na fazenda ser de submissão e aceitação. Assim, o locutor escravocrata enuncia a morte de um colono adulto, que no presente do acontecimento da carta, funciona como escravo, pois acessando o memorável como já salientando anteriormente, a palavra colono com a abolição passa a funcionar e ganha pertinência enunciativa por ser uma palavra que designa o escravo que se vê ainda na posição de obediência e de dependência em relação ao patrão. Portanto, a palavra colono se faz pertinente e sustenta essa relação histórica entre os escravos libertos que ainda servem seu patrão, que trabalham ainda em condições precárias.

Assim, a separação agora passa a ser em relação às divisões sociais e se sobrepõe as relações de categorização dos escravos, ou seja, o que se faz relevante agora são as questões de classe. “Com o fim da escravidão, as distinções entre nascidos livres, libertos e escravos, e entre escravos estabelecidos e novos, caíam gradativamente em desuso, mas com a imigração em massa, as divisões raciais e nacionais assumiram relevância crescente.” (MONSMA, 2005, p.108).

O locutor escravocrata ao assumir a palavra mostra que há colonos doentes e mortos, e que ninguém na cidade quer cuidar destes, já que os comerciantes não querem doentes na cidade, ou seja, não querem colonos, negros, escravos, etc. circulando e contaminando a cidade tida como lugar limpo e livre da escoria dos ex-escravos, negros, mulatos, e cativos em geral. “*Creio que já é falecido a esta hora um colono adulto que morava na colônia e estou certo que não focará nesse. Hoje fui à cidade em procura de homens para tratarem os doentes no lazareto não achei um só, e creio que os negociantes não querem doentes na cidade.*” A palavra negociantes no presente do acontecimento nos remete ao memorável dos responsáveis pelo comércio dos escravos, existiam as casas de comercialização onde se vendia de tudo um pouco, inclusive cativos. Essas casas eram as responsáveis pela manutenção do tráfico interprovincial. Temos o memorável em que os escravos sempre eram vistos como custo ou lucro, valendo certa quantia e nada mais, em que a lógica do lucro reinava e os nomes dos escravos apareciam nas listas como simples apêndices com seus valores, custos e preços, eram apenas números no comércio e nas fazendas.

Esse memorável, portanto, sustenta o presente e dessa forma também a posição de escravocrata de Antonio Carlos, sustentando ainda a pertinência enunciativa do uso da palavra colono, usa-se colono porque com a abolição escravo passa ser termo de proibição, não há

mais escravos, e sim cativos, criados, colonos, assim, o histórico e o memorável configuram a pertinência e a posição escravocrata.

E por fim, o Locutor Antonio Carlos assume a posição de locutor marido ao narrar a Alocutária Naninha como está passando de saúde dizendo a esta que ainda sofre com o mal das bexigas, “*Eu tenho passado bem, somente com muitos aborrecimentos por causa especialmente das malditas bexigas.*” E também ao mandar que a alocutária esposa venha com os filhos e parentes para São Carlos trazendo consigo todos. “*Não me parece razoável você vir e deixar os filhos lá e sem trazer a todos para São Carlos, porque assim não estaria vendo Fermiano nos seus afazeres.*” Ainda assume tal posição ao pedir que a alocutária esposa lhe diga quando virá para ele providenciar a vinda de todos. “*Se resolver qualquer coisa nesse sentido, diga-me quais as providências que quer que tome para que vocês venham do Rio Claro diretamente a São Carlos.*” Ao finalizar a carta, ele reafirma a posição de marido ao desejar que a esposa fique bem “*Desejo que passem bem*” como já apresentado na carta 7.

Diante do exposto Antonio Carlos fala da posição de enunciador individual e coletivo. Individual por ter sua enunciação em algumas partes pautadas no eu e na subjetividade em que os enunciados estão à margem da história e são pautados na individualidade do locutor, e como enunciador coletivo por apresentar enunciações que são identificadas e legitimadas pelo grupo dos administradores, fazendeiros e escravocratas que reconhecem os enunciados das questões em relação ao que fazer com os doentes e com as fazendas, reconhecem também as estratégias e tentativas de conter o contágio.

Identificamos ao analisar a cena enunciativa da carta 18 que o Locutor Antonio Carlos enuncia como locutor escravocrata, administrador, fazendeiro e marido. Apesar de circular no espaço enunciativo da abolição, a carta 18 aborda um espaço enunciativo da escravidão, pois algumas das enunciações do Locutor Antonio Carlos nessa carta pautam-se na posição de escravocrata, pois, apesar da instituição escravidão ter sido considerada abolida perante a lei, seu funcionamento ainda prevalecia em nosso corpus. Os lugares de fala ainda ocupavam essas regiões discursivas. Falava-se do lugar do mando, do poder, como locutor escravocrata e acatava-se do lugar de submisso, da posição de escravos. Assim, no presente do acontecimento, o Locutor Antonio Carlos ao enunciar sua preocupação referente ao casal que servia a família e a ele, permite o acesso ao memorável dos cativos domésticos, ou melhor, dos escravos que realizavam serviços considerados domésticos como vemos em “*Eu continuo pensando que se a Julia ficar aqui em casa corre o perigo de ficarmos sem esse casal que nos serve.*” e também essa posição é sustentada por meio da dúvida referente à rivalidade entre as

criadas, por não saber o que fazer com elas diante a necessidade de levar algumas e deixar outras na fazenda.

Antonio Carlos também enuncia da posição de locutor administrador quando enuncia suas estratégias em relação ao plantio da cana e o que deve ser feito em relação a sua viagem e da Alocutária Naninha, *“Eu estou muito apertado com a planta de cana, sendo o mês de março o último em que se pode plantar. Se não me for possível ir a Itu, eu mandarei ao Augusto com tempo para ir contigo a Itu. (...). Ainda mais se for preciso adiar um pouco a vossa partida para Caxambu a fim de que eu possa concluir com a planta da cana (...) Neste caso vos direi quando for o Augusto porque então se quiseres poderás vir até cá.”*, ou seja, o Locutor Antonio Carlos apresenta alternativas de atitudes que a Alocutária Naninha deve adotar.

Enuncia como locutor fazendeiro ao discorrer sobre o prazo para o plantio da cana que segundo ele está quase escasso, *“Eu estou muito apertado com a planta de cana, sendo o mês de março o último em que se pode plantar.”*, e também apresenta sua preocupação quanto à finalização do processo, *“Ainda mais se for preciso adiar um pouco a vossa partida para Caxambu a fim de que eu possa concluir com a planta da cana, eu demorarei por aqui mais 8 dias além não fará dúvida para o uso das águas e para a planta da cana é questão de perda de ano.”*

E por fim, assume a posição de locutor marido ao apresentar como está sua saúde, o que aconteceu com ele até o momento da escrita da carta, e quais seus planos ao longo dos dias, *“Eu não tenho passado muito bem nos seguintes primeiros dias que aqui estive, porque aquela inchação nos tornozelos se aumentara muito porém hoje estou quase sem ela depois de ter tomado a água de Jamees duas vezes; ainda amanhã vou tomar a 3ª dose. Amanhã à tarde é que irei ao Palmital. Só hoje eu fui à cidade e a pobre Antonia vai sempre apear.”* Também por apresentar ordens que a esposa deve acatar, como apresentado em *“Já tens visto diversas vezes as mulheres de Martinico e Sencinato irem levar suas filhas e de outros assim também você fará.”*

Assim, ao enunciar, o Locutor o faz como enunciador individual, suas enunciações são individuais, subjetivas, em que o eu é explícito e revela as opiniões do Locutor como por exemplo em *“Eu não tenho passado muito bem nos seguintes primeiros dias que aqui estive”*, ou seja, é enunciador individual enquanto fala de um lugar único, singular, além disso, o Locutor também assume a posição de enunciador genérico ao apresentar a enunciação de que deve-se plantar cana-de-açúcar no mês de março, conhecimento compartilhado pelo senso

comum e pelos discursos agrícolas, pautado no que circula na sociedade, “*Eu estou muito apertado com a planta de cana, sendo o mês de março o último em que se pode plantar.*”

Na cena enunciativa da carta 19 Antonio Carlos enuncia como locutor marido, administrador e escravocrata. Como locutor marido ao apresentar sua satisfação ao saber que a esposa está bem, “*Recebi hoje a vossa carta de ontem e por ela vejo que passas bem o que muito estimo.*”, assim como ao revelar como tem passado, dizendo que está regular, “*Eu passo regularmente.*”, ou seja, dando satisfação a esposa de como tem passado, também enuncia como locutor marido ao apresentar seus planos de viagem, o que permite dessa forma que Antonio Carlos assuma concomitantemente a posição de administrador, pois apresenta os passos que ele e a Alocutária Naninha devem seguir para que tudo possa acontecer da maneira como ele planejou, “*Na 6ª feira eu pretendo lá ir e se tiveres ido para Itu já em Jundiá nos encontraremos em sua volta, o que parece que não é possível porque não voltarás no mesmo dia. Eu vou com destino de seguir no dia 10 para Caxambu ou para trás se nosso médico entender que a nossa viagem para Caxambu pode sem inconveniente ser adiada para o princípio de abril. É sensibilíssima a minha ausência desta fazenda no corrente mês por isso se não houver inconveniente adiaremos a viagem porém voltaremos imediatamente para aqui.*”

Ainda enuncia como locutor marido ao se despedir da esposa pedindo a esta que aceite suas saudades como forma de manter um vínculo afetivo entre eles, assim como numa tentativa de expressar seus sentimentos, “*Aceitai as minhas saudades. Vosso Antonio Carlos.*”

Por fim, Antonio Carlos mesmo com o suposto fim da escravidão enuncia como locutor escravocrata ao revelar que pretende deixar suas criadas em dúvida quanto a sua viagem, “*As criadas eu deixo elas pela dúvida em que vou e de lá poderemos ordenar a ida delas.*” Assim, a palavra *criadas* faz-se pertinente e sustenta a posição escravocrata por recortar um memorável da escravidão que ainda funcionava e significava nas cartas.

Ao tomar a palavra nesse acontecimento, Antonio Carlos o faz do lugar de enunciador individual. Suas opiniões e seus enunciados revelam sua individualidade e subjetividade. Temos o eu abordado de forma explícita. “*Eu passo regularmente.*”, “*Eu vou com destino de seguir no dia 10 para Caxambu (...)*”

Analisando a cena enunciativa da carta 20 temos que Antonio Carlos enuncia como locutor marido quando revela a Alocutária Naninha o que pretende fazer na semana, uma forma de deixar a esposa a par de seus planos e isso causa um efeito de sentido de aproximação e lealdade, como podemos ver, por exemplo, em “*Pretendo seguir amanhã para Piracicaba e voltar na 3ª feira.*”, também sustenta essa posição ao revelar a conversa que teve

com a cunhada descrevendo o que foi discutido, “*Sua mana Mariquinha diz que se você for para o Rio ela também vai e por isso venha pronta para isso.*”

Assume também ao longo da carta 20 a posição de locutor administrador e simultaneamente de locutor escravocrata. Ele é um locutor administrador por apresentar o que ele quer que seja executado pela Alocutária Naninha, que assume dessa maneira a posição de alocutária administradora, já que é a responsável por executar as ordens do Locutor Antonio Carlos como podemos ver em “*Acho melhor não trazer o Anthero porque se ele vier ficará aqui durante nossa viagem para o Rio e eu asseguro que não voltará mais para lá. Nós pararemos 2 ou 3 dias aqui e por isso talvez não precise trazer cozinheiro e se for preciso será melhor trazer a Sebastiana, e ele ficar no serviço do terreno. Desejo que o Hecio venha contigo, (...) E ele virá com a mulher para Itu deixando ela aí virá a esta cidade prestar fiança do cargo e volta para Itu e leva a mulher direto para o Rio Claro. Isto mesmo digo a ele.*”

Aqui, conjuntamente com a posição de locutor administrador, Antonio Carlos enuncia como escravocrata ao abordar a possível fuga de Anthero, que mesmo liberto ainda serve a família Botelho, e que de acordo com o escravocrata pode querer não voltar mais a fazenda, o que justifica não levá-lo a viagem ao Rio de Janeiro.

Anthero exerce a função no presente do acontecimento de cozinheiro e de trabalhador rural, ao exercer serviços referentes ao campo e ao terreno e Sebastiana também liberta, exerce a função de cozinheira, e por isso, é cogitada para a viagem por não apresentar risco de ir embora. A posição escravocrata do locutor nesse presente do acontecimento é sustentada pelos nomes Anthero e Sebastiana que adquirem pertinência enunciativa e sentidos que permitem o acesso ao memorável da escravidão, já que mesmo livres os dois continuam a servir o Locutor Antonio Carlos e a sua família por meio de trabalhos domésticos ou do campo. O interessante aqui é ver a preocupação do locutor escravocrata, agora patrão, que não conta mais com os castigos para segurar seus cativos, estes estão sobre sua tutela por vários motivos, mas não mais por causa do castigo e punição, porém, a qualquer momento podem sumir e tentar a vida em outro local. E é justamente isso que Anthero, segundo Antonio Carlos pode fazer. A linha patrão (ex-escravocrata) e criados (ex-escravos) é tênue no espaço enunciativo das cartas que revelam o funcionamento da escravidão mesmo após a lei Aurea ter oficialmente extinto tal prática.

Diante o exposto o locutor enuncia como enunciador individual por apresentar seus planos e desejos e por pautar sua enunciação na primeira pessoa do singular, como podemos ver, por exemplo em “*Pretendo seguir amanhã para Piracicaba e voltar na 3ª feira.*”

(...)Desejo que o Hecio venha contigo. (...)” e também como enunciador coletivo ao pautar sua enunciação em um nós, onde a Alocutária Naninha é incluída, legitimando as enunciações do locutor referentes aos seus planos e desejos, “Nós pararemos 2 ou 3 dias aqui e por isso talvez não precise trazer cozinheiro e se for preciso será melhor trazer a Sebastiana, e ele ficar no serviço do terreno.”

Aqui a performatividade se dá entre a posição do locutor administrador ao apresentar seus planos e tarefas que a alocutária administradora deve realizar. Portanto, a autoridade do locutor sobre a alocutária acontece pela posição de mando assumida por Antonio Carlos e a posição de submissão e acato assumida por Naninha.

Então, a performatividade é sustentada pela autoridade do Locutor Antonio Carlos para com a alocutária esposa e administradora que tem como função colocar em prática os desejos e sugestões deste. E isso produz um efeito de sentido de hierarquia no casamento, que nos remete a um memorável de mulher submissa ao homem, forma que se configurava os casamentos no espaço enunciativo da elite, onde o amor e o sentimento não eram muito relevantes, mas sim, a posição social, o dote e a capacidade da mulher em ser uma boa mãe, uma boa dona de casa e uma boa procriadora, acatando sempre os desejos do homem que assumia a posição de segurança e pilar, e que por isso, devia ter seus desejos acatados e realizados.

Antonio Carlos no acontecimento da carta 21 enuncia como locutor marido, pai e fazendeiro/escravocrata. Assume a posição de locutor marido ao estimar que a esposa esteja bem e esteja em contato com o filho como vemos em “*(...) também estimo que fizessem feliz viagem e que passem bem.*” e também ao reclamar que há vários dias não recebe cartas e nem telegramas da esposa e que ela deve tomar cuidado quando mandar passar os telegramas dizendo como o filho tem estado, pois ele estranha a demora em receber notícias de todos, “*Depois de seu lado já havia passado dia sem carta e sem telegrama, e por isso tenha cuidado em mandar passar os telegramas pela Agência Paulista logo que saibas como passou ele a noite.*”, ou seja, como marido ele procura manter o contato com a esposa por meio das cartas e telegramas, uma forma de manter o vínculo entre eles, mas também, principalmente, uma forma de saber como a fazenda, os trabalhos e os filhos estão.

Ainda podemos ver que Antonio Carlos enuncia como locutor pai ao demonstrar sua preocupação quanto ao filho Carlos e sua saúde, “*Hoje recebi as suas duas cartas de 19 e 20 e por elas vejo as melhoras do Carlos que muito estimo*”, assim como ao revelar que ficou incomodado de ter que sair e deixá-los, e que por isso, a presença da Naninha e a sua ajuda era muito agradável e necessária por reforçar o espírito de família, como observamos no

recorte “*Sei que a sua presença aí seria muito agradável a Carlos e um adjutório muito valioso a Constancinha. Retirei-me de aí com muito pesar por ver que ela se achava com o espírito abatido e neste caso só as pessoas da família é que de algum modo confortam*”

E por fim, enuncia da posição de locutor fazendeiro concomitante a de escravocrata ao dizer que manda Anthero levar as coisas que Naninha desejar e como já abordado, o nome Anthero funciona com o sentido de escravo, e no presente do acontecimento da carta 21, como cativo e dependente do locutor fazendeiro, o que sustenta a posição de mando do Locutor Antonio Carlos e conseqüentemente sua posição de escravocrata como vemos em “*Amanhã faço seguir o Anthero levando o que pedes.*”

Diante disso, a performatividade aqui se constitui a partir da relação entre o locutor fazendeiro/escravocrata e a posição de submissão que o verbo *faço* evoca, pois, o verbo cria um efeito de sentido de autoridade e rigidez.

Assim, o lugar de autoridade se dá por meio da evocação do sentido de poder sobre o outro, ou seja, do locutor fazendeiro/escravocrata que detém o poder da palavra e conseqüentemente o controle sobre o cativo Anthero, que como já salientamos, mesmo liberto, continua sob a tutela de Antonio Carlos, porque na sociedade pós-escravidão mesmo estando livre, o escravo não tem sua fala e nem sua posição legitimada, e sendo assim, não tem total autonomia sobre si, sobre a sua fala e nem sobre a vida, o que sustenta a relação autoridade/submissão, patrão/criado, mando/obediência. Dessa forma, a performatividade no acontecimento é afetada pelo memorável de enunciados da elite como sendo a detentora do poder e do destino dos escravos e de enunciados outros que circularam e sustentaram dessa maneira tais posições e, portanto, a relação escravo/escravocrata que funciona e significa nesse espaço político de disputa.

O locutor fazendeiro ainda enuncia que a colheita está sendo feita, mas em um ritmo lento, e diante disso, revela sua dúvida referente ao término desta até o fim do mês, “*A colheita caminha porém não sei se ficará terminada até o fim do mês*”, e tal preocupação quanto a colheita reforça sua posição de fazendeiro.

O Locutor Antonio Carlos enuncia da posição de enunciador individual e coletivo. Individual por pautar suas enunciações em sua subjetividade, explicitando sua opinião e a presença da primeira pessoa do singular como vemos em, “*Hoje recebi as suas duas cartas de 19 e 20 (...). Sei que a sua presença aí seria muito agradável (...). Retirei-me de aí com muito pesar por ver que ela se achava com o espírito abatido*”. E enuncia do lugar de enunciador coletivo ao revelar sua preocupação quanto à colheita e tal enunciado é compartilhado e legitimado pelo grupo dos fazendeiros, que o reconhecem e compartilham a mesma aflição,

por isso o enunciado “*A colheita caminha porém não sei se ficará terminada até o fim do mês*” é reconhecido e acolhido pelos fazendeiros, o que sustenta a posição de enunciador coletivo.

Na cena enunciativa da carta 22 o Locutor Antonio Carlos enuncia de cinco posições enunciativas diversificadas, enuncia como locutor marido, locutor fazendeiro, locutor pai e locutor administrado/ escravocrata.

Enuncia como locutor marido ao relatar a esposa os fatos que se desenrolaram no Pinhal durante a ausência desta, contando-lhe os problemas que as criadas provocaram, “*Hoje aqui cheguei de volta de Jaú para onde fui no domingo, como vos disse na minha última carta. Fiz a viagem sem novidade e ali achei as coisas assim assim*”, e também revelando a ela seus planos de visitar os colonos que estão bem e os que ainda se encontram adoentados, “*Conforme se encaminharem as coisas amanhã é possível que só na 5ª feira farei uma visita ao doente e aos sãos, e voltarei no domingo*”. Desse modo, assume a posição de locutor marido e procura diante disso, deixar a esposa por dentro de tudo o que se passa na fazenda e de todo o ocorrido até o momento, principalmente abordando os fatos referentes ao que se passa na casa grande. Sustenta essa posição também ao agradecer as informações prestadas pela esposa e ao se despedir pedindo que esta aceite suas saudades “*Estimo muito as melhoras de Carlos e agradeço-vos as suas comunicações. Aceitem todas as minhas saudades*”.

Enuncia como locutor fazendeiro ao apresentar como está a questão da colheita e do beneficiamento do café, “*O Leonardo pretende entregar a máquina amanhã e por isso o benefício do café começará amanhã e continuará se a máquina estiver boa. Ainda estou com esperanças de ver se acabo a colheita até o fim da semana o que não é certo*.”. Portanto, mostra sua dúvida referente à finalização da colheita, enunciações frequentes nos discursos agrícolas, assim também como a questão do benefício do café, que o locutor fazendeiro pretende que seja rápido, porém, tal tarefa depende do bom funcionamento da máquina adquirida.

Também enuncia como locutor pai quando deseja que o filho Carlos esteja melhor de saúde, “*Estimo muito as melhoras de Carlos*” e ainda como locutor administrador e ao mesmo tempo escravocrata, as duas posições se mesclam, quando o Locutor Antonio Carlos enuncia os problemas causados pelas cativas domésticas e mostra o que pretende fazer com elas, como, por exemplo, proibir a entrada de algumas delas na casa grande e ficar somente com as que não deram problemas e nem saíram da “linha”. Diante disso, enuncia como locutor administrador ao impor suas ordens, desejos e suas palavras às empregadas, e como locutor escravocrata por exercer sua posição de autoridade que funciona ao assegurar e

afirmar sua posição de superioridade diante aos demais, que mesmo estando livres, estão submissos a voz, a palavra e a posição do locutor escravocrata que mesmo com a abolição continua com o domínio sobre os negros, cativos, escravos livres.

Assim, a posição de locutor escravocrata/administrador se sustenta nesse acontecimento da carta 22 a partir da relação de dominação, manda quem é historicamente reconhecido e legitimado como branco, e obedece quem é historicamente reconhecido como inferior, por ser negro, ser escravo mesmo estando liberto, pois a voz destes é sufocada pela cor da pele, que significa.

O Locutor Antonio Carlos enuncia ainda na carta 22 como enunciador individual e coletivo. Enunciador individual pela presença do pronome eu de forma explícita e por meio disso apresenta enunciações como se fossem independentes da história, já que as enunciações evidenciam as individualidades, a opinião do locutor e seus planos, “*Aqui chegando hoje encontrei a Elisa já com sinais de bebedeira*”, “*Fiquei portanto com o cozinheiro e a Maria Preta (...)*”, “*(...) mandei pelo Felicio dizer à mulher (...)*”

E como enunciador coletivo ao abordar questões relacionadas à produção de café e seu cultivo, legitimadas e reconhecidas pelo grupo dos locutores fazendeiros.

Já na cena enunciativa da carta 23, Antonio Carlos enuncia como locutor marido, fazendeiro/escravocrata. A posição de locutor marido é assumida quando Antonio Carlos afirma ter recebido a carta da esposa e ao saber que ela e a família estão bem e que Carlos está melhor “*Hoje recebi a vossa carta de ontem pela qual vi que passam bem, que o Carlos vai sempre melhor e que as meninas chegaram bem.*” Também ao apresentar as ordens que a Alocutária Naninha deve executar em relação à viagem dela e das meninas para o Pinhal, aqui, a posição do locutor marido se sustenta pelo memorável da mulher que vive para satisfazer os desejos e vontades do marido, da mulher que precisa acatar as ordens do marido comum ao histórico do espaço enunciativo de casais, como já apresentado anteriormente e que podemos ver novamente em “*Se tiver de vir como disse até o fim desta semana poderá segurar as meninas para vir consigo, se porém sua demora for maior neste caso deve mandar a elas para cá.*”

E por fim, ao se despedir pedindo que a esposa aceite suas saudades, “*Aceite as minhas saudades. Vosso marido Antonio Carlos*” o locutor marido cria um efeito de sentido de sentimentalismo, de pertencimento e de relacionamento.

Ainda enuncia como locutor fazendeiro ao revelar a situação da colheita que de acordo com suas previsões irá até o fim de semana, o que o impede de ir até a esposa e a família, “*A minha colheita ainda se calcula por mais 2 ou 3 dias e por isso naturalmente será até o fim*

da semana por isso não sei quando irei”. E como locutor patrão/ escravocrata ao relatar que Elisia, a criada que dava problemas e bebia muito foi presa por ele em um quarto e entregue em seguida a justiça para ser punida pelo crime de roubo, “*Ontem à noite apanhou-se a Elisia e a prendi em um quarto para mandar amanhã entregar à Justiça na cidade acompanhada das testemunhas. Ela ficará na cadeia não sei por quantos anos visto que o seu crime é de roubo (...)*”.

Atendo-se ainda ao enunciado “*Assim mesmo tenho dó dela, coitada, é tão boa quando não bebe*”, este possui um sentido de sexualidade entre patrão e escravas, efeito esse sustentado pelo memorável dos escravocratas que mantinham relações sexuais com escravas e com estas, muitas das vezes, tinham filhos bastardos. A sexualização das escravas era, nesse espaço, algo legitimado e segundo Santos (2015) algo próprio e que fazia parte do mercado escravocrata, o “mercado escravista já demonstrava fatores que incentivavam os abusos sexuais entre as mulheres, pois os números vindos dos navios negreiros eram bem menores com relação aos homens negros e eram vendidas por preços mais elevados do que os homens negros.” (2015, p.5), ou seja, a mulher negra também era vista como objeto sexual no espaço enunciativo escravocrata.

Observamos que nas cartas está funciona o espaço escravocrata pois a escrava mesmo livre sofrerá punição por ter cometido infrações, causado desordem e por ter atentado contra seu patrimônio, e por ser uma simples criada, a punição é necessária. Não mais punições físicas. Agora o castigo será dado pela lei, já que no espaço enunciativo da abolição, o Locutor se vê forçado a abrir mão do castigo por si próprio e deixar tal empreitada a cargo da justiça.

Também enuncia como locutor escravocrata ao relatar que emprestou Felício ao Padre Monteiro por um período de um mês, mas que, no entanto o padre não entendeu e pretendia ficar com ele por mais um mês, “*O Padre Monteiro entendeu mal a minha carta, porém agora o que farei, se não deixar por lá o Felício por mais um mês?*” Observando esse recorte e acessando ao memorável projetamos que o empréstimo de escravos era algo comum no espaço enunciativo escravocrata, até uma forma de estreitar laços e negócios. O fato de o Locutor Antonio Carlos realizar o empréstimo de Felício num espaço enunciativo pós-abolição afirma sua posição escravocrata e apresenta o funcionamento da escravidão nas cartas.

Enuncia ainda como enunciador individual por ter suas enunciações pautadas na individualidade, estando dessa maneira a par da história, assim também por explicitar seus desejos, planos e feitos como podemos ver em “*A minha colheita ainda se calcula por mais 2*

ou 3 dias (...)”, “(...) a prendi em um quarto”, “(...) O Padre Monteiro entendeu mal a minha carta”.

No acontecimento da carta 24, Antonio Carlos enuncia como locutor marido, escravocrata e administrador. Ao relatar que recebeu a carta da esposa, usando o diminutivo para tal, um efeito de sentido de sentimentalismo e afetividade é conjurado, ou seja, ao usar o substantivo carta no diminutivo o locutor marido demonstra carinho e cuidado com a Alocutária Naninha como uma forma de reforçar o laço entre eles, “*Recebi vossa cartinha pela qual vejo que passas bem em companhia dos filhos.*” Também assume a posição de locutor marido ao dizer que acredita que a esposa esteja bem com os filhos, e ao anunciar que irá vê-la possivelmente no fim de semana, “*Suponho que no sábado ou domingo irei passar alguns dias contigo.*”

Ainda enuncia como locutor marido ao desejar saúde à esposa e a toda à família e ao pedir que a alocutária esposa aceite suas saudades. Aqui, o locutor marido deixa evidente seu sentimento de saudades, o que agrega um tom mais sentimental ao acontecimento, que é acentuado pela despedida que o locutor faz. Ao se despedir afirmando ser o marido e também amante da Alocutária, este efeito de sentido de desejo amoroso e excitação se faz presente como podemos ver em “*Desejo saúde a todos e você queira aceitar a saudades do Vosso marido e muito amante*”. A presença do advérbio *muito* ajuda a reforçar o sentido de excitação, projetando uma latência de futuro de que o locutor marido deseja um encontro de cunho sexual.

E ao repetir que sente saudades por meio do termo “*Saudoso Antonio Carlos*”, o locutor marido reforça o sentido de desejo de ver a esposa, de sentir falta e apresenta dessa forma uma enunciação mais afável e menos administrativa.

Agora a posição de locutor escravocrata é adotada quando Antonio Carlos diz que falou com o mulato da Marquesa e que este deve colher algumas jabuticabas para encaminhar a alocutária esposa, “*Hoje falei com o mulato da Marquesa para apanhar-me amanhã às 5 horas algumas jabuticabas para de lá mesmo seguirem para ti, e para isso já mandarei entregar a ele a cestinha hoje à tarde.*” Ou seja, nesse acontecimento o uso do termo mulato faz-se pertinente e mostra que o mulato está submisso as ordens e desejo do Locutor Antonio Carlos.

E ainda enuncia como locutor administrador ao enunciar seus planos de como serão despachadas as frutas e quais providências a alocutária esposa deve adotar como vemos em “*Amanhã irá o Carlos receber elas às 5 ½ e despachar para ti e se assim for receberás frutas frescas e boas. Elas estão se acabando, no entanto será bom mandares todos os dias gente à*

Estação, porque o dia que for possível eu vos mandarei.” Aqui, a posição de administrador é assumida através dos enunciados de etapas a serem cumpridas, ou seja, Carlos deve pegar as frutas e mandar para a estação e Naninha por sua vez, deve mandar todos os dias alguém para conferir se estas chegaram ou não, dessa forma, o locutor administrador administra os afazeres domésticos e referentes a família e ao bem estar desta.

Diante do apresentado, o Locutor Antonio Carlos enuncia do lugar de enunciador individual, mas também coletivo. Individual por apresentar suas ordens e planos, pautando dessa forma, seus enunciados numa individualidade e no eu que aparece de forma evidente, *“Recebi vossa cartinha”, “Hoje falei com o mulato da Marquesa”, “já mandarei entregar”, “Suponho que no sábado ou domingo irei passar alguns dias contigo”*. E como enunciador coletivo ao usar a primeira pessoa do plural ao relatar sobre como ele e o restante da família que está com ele têm passado *“Nós passamos sem novidade.”*

O Locutor Antonio Carlos enuncia na cena enunciativa da carta 25 como locutor marido, fazendeiro e simultaneamente escravocrata. Assume a posição de locutor marido ao desejar saúde à esposa e a família e ao relatar os fatos referentes aos moradores do Pinhal, contando que Luizinho está doente e que Barreto não o levou ao médico, *“Desejo-vos saúde a todos da família. Por aqui não há novidade. O Luizinho ontem quando chegou estava abatido com a febre e a tosse um tanto insistente. Hoje mandei saber e disseram que estava melhor da febre e que haviam lhe dado um vomitório à noite. É mais uma das do Barreto, conservar este menino com febre por tantos dias sem lhe dar medicamento algum e só mandando comer biscoito de polvilho todo o dia como remédio.”* E também enuncia como locutor marido ao agradecer pelas jabuticabas e pela carta que a esposa lhe mandou, *“Recebi sua carta e as jabuticabas, que agradeço.”*

Enuncia ainda como locutor fazendeiro simultaneamente escravocrata ao relatar que está providenciando a finalização da colheita ao receber doze famílias e também alguns colonos. A palavra colono funciona no presente do acontecimento como escravos libertos por apontar para um domínio de referência de escravos libertos que trabalhavam para fazendeiros nas colheitas, *“Estou terminando a colheita com um só providencial, recebi 12 famílias e colonos que também estou acomodando. A máquina ainda está parada à espera da rodeta que foram fundir.”* (a questão dos colonos será apresentada mais detalhadamente nas análises a seguir). Diante deste presente, observamos o funcionamento da posição escravocrata de Antonio Carlos ao relatar sobre a colheita e sobre as acomodações das famílias e dos colonos.

Dessa forma, o locutor enuncia do lugar de enunciador individual e coletivo. Individual ao apresentar suas crenças, opiniões, desejos, abordando enunciações particulares e

singulares que abordam a primeira pessoa do singular e releva a individualidade do locutor, como podemos ver em “*Hoje mandei saber (...)*”, “*Recebi sua carta e as jabuticabas.*”, “*Creio que não poderei ir domingo e só 2ª ou 3ª feira*”. E como enunciador coletivo por relatar a chegada das mãos-de-obra tanto imigrante quanto de ex-escravos, assim como ao relatar sobre a máquina que auxiliará na colheita, “*(...) recebi 12 famílias e colonos que também estou acomodando. A máquina ainda está parada à espera da rodeta que foram fundir.*” Tais enunciados são reconhecidos e afirmados pelo grupo de fazendeiros que os legitimam, pois reconhecem as enunciações e até as repetem.

Observando o acontecimento da carta 26, vemos que o Locutor Antonio Carlos enuncia como locutor marido, administrador e também concomitantemente escravocrata. Enuncia como locutor marido ao afirmar que recebeu a carta da esposa e que está feliz por saber que ela e toda família estão com saúde, “*Ontem recebi a vossa carta e estimo ver que gozam de saúde.*” Tal posição é sustentada ainda quando o locutor marido revela que espera por outra carta da esposa “*Eu espero pelo seu correio.*” e também ao relatar que tudo está bem no Pinhal, local em que se encontra no momento da escrita da carta, “*Por aqui tudo vai bem.*”

Essas enunciações criam um efeito de sentido de cumplicidade, em que o locutor marido relata a alocutária esposa os fatos ocorridos ao longo de seus dias, uma forma de mantê-los perto um do outro mesmo quando distantes fisicamente, ou seja, o locutor marido procura manter a alocutária esposa a par de seus planos e do que se passa no Pinhal e na fazenda.

Enuncia também como locutor fazendeiro/ escravocrata ao apresentar a Alocutária Naninha as ordens que foram expedidas por ele referentes à arrumação da casa e do quintal, “*Escrevi hoje ao Hecio para mandar proceder limpeza no quintal de nossa casa, prover de lenha, porém não mandei lavar a casa.*”, e ao relatar que a limpeza da casa deve ser feita pelas criadas que servem Naninha, “*Isto é que deve ser feito pelas suas criadas que devem ir um dia adiante de nós.*”

Sendo assim, Antonio Carlos assume a posição de locutor administrador ao proferir ordens que devem ser acatadas referentes à organização e limpeza da casa e como locutor escravocrata, mesmo num espaço enunciativo de abolição, ao ordenar que a limpeza da casa seja feita especificamente pelas *criadas*, palavra que funciona no presente do acontecimento com o sentido de escravas libertas, o que sustenta a posição de escravocrata e projeta o sentido de escravo nas cartas. A palavra *criadas* se faz pertinente por apontar para um domínio de referência de escravos libertos que continuam servindo seus patrões, diante disso,

as *criadas* devem ir um dia antes para arrumar tudo, o que projeta uma perspectiva futura de que ainda se encontram sob a tutela do locutor Antonio Carlos e devem obedecer, já que *criadas* refere-se a ex-escravo, (a palavra *criadas* será analisada novamente mais a frente em nosso trabalho.)

Então, no presente do acontecimento a performatividade se dá através da posição superior de Antonio Carlos que enuncia como locutor escravocrata, e a posição dos criados. Mesmo num espaço pós-abolição a posição de Antonio Carlos é sustentada e legitimada por uma ideologia de superioridade e a posição dos criados por uma ideologia de inferioridade, pois funcionam como submissos e acatam os mandos por agora estarem sob uma nova forma de controle. A ideologia dos brancos como raça superior e a que domina é a nova forma de controle que projeta o efeito de sentido de que os negros, escravos libertos, são partes da mazela da sociedade e por isso devem ser dominados e submissos, dependentes da elite.

Assim, a performatividade apresenta nesse presente do acontecimento o lugar de fala do branco, que assume a posição enunciativa do mando; posição e lugar de fala legitimados no espaço enunciativo da abolição. E em contrapartida, também mostra o não lugar do negro, que não tem sua fala legitimada e diante disso assume o lugar de obediência.

Por fim, Antonio Carlos enuncia do lugar de enunciador individual e coletivo. Assume o lugar de enunciador individual ao relatar suas ordens, deixando evidentes suas vontades, o que caracteriza sua individualidade e seus enunciados fora da história por contemplar a sua subjetividade como podemos ver em “*Ontem recebi a vossa carta e estimo ver que gozam de saúde.*”, “*Escrevi hoje ao Hecio (...)*”, “*Eu espero pelo seu correio.*” E assume o lugar de enunciador coletivo ao explicitar que os serviços devem ser realizados pelas *criadas*, o que configura um discurso escravocrata e também administrativo e diante disso, o grupo de escravocrata e administrador reconhece e afirma tais discursos, os legitimando, assim como a seus enunciados. Nessa posição o locutor se afasta da primeira pessoa como podemos ver no enunciado, “*Isto é que deve ser feito pelas suas criadas que devem ir um dia adiante de nós.*”

Na cena enunciativa da carta 27, Antonio Carlos enuncia como locutor marido ao relatar que recebeu a carta da esposa e ao constatar que todos estão bem, “*Ontem recebi a sua carta pela qual vi que todos passam bem.*”, também assume a posição de locutor marido quando informa à esposa que ele está bem e sem novidades, “*Nós também passamos sem novidade.*” Estas enunciações mostram o efeito de relacionamento em que tanto o locutor marido quanto a alouctária esposa apresentam informações referentes à suas vidas quando estão longe um do outro.

Ainda enuncia como locutor administrador ao apresentar os passos que ele e Naninha devem seguir, ele sairá do Pinhal no dia 29 e depois seguirá para São Paulo, onde ficará até segunda, ou seja, é ele quem planeja tudo, “*Ontem recebi a sua carta pela qual vi que todos passam bem. Nós também passamos sem novidade. O dia 27 posso seguir para Caldas sem aperto, e por isso designo o dia 29. Na 6ª feira partiremos.*” O interessante é que o presente do acontecimento mostra que o Locutor Antonio Carlos além de assumir a administração da fazenda também assume a administração da casa, da vida doméstica da família e dessa forma, administra também a esposa, que segue o que lhe é imposto pelo locutor marido/administrador.

Enuncia ainda como locutor escravocrata, mesmo em um espaço enunciativo abolicionista, quando relata que mandará as criadas para lavar e arejar a casa, “*No sábado faremos seguir alguns criados para lavarem e arejarem a casa.*”, o que mostra que na carta o espaço enunciativo que funciona é o da escravidão. Também sustenta a posição de locutor escravocrata ao enunciar que Raimunda, criada do casal, está responsável por fazer os doces de goiaba e que juntamente com Maria Preta, outra criada, serão despachadas para São Paulo, “*No sábado faremos seguir alguns criados para lavarem e arejarem a casa. A Raimunda que está cuidando das goiabadas irá com a Maria Preta no sábado ou domingo para São Paulo a fim de partirem conosco na 2ª feira*”. Aqui, no presente do acontecimento a palavra criada e os nomes próprios Raimunda e Maria Preta¹⁴ apontam para um domínio de referência de escravos libertos, por isso são pertinentes, por funcionar com o sentido de escravo, o que sustenta a posição de escravocrata do Locutor Antonio Carlos, pois no espaço abolicionista a palavra escravo é silenciada, por isso, torna-se pertinente o uso da palavra *criados* nesse presente, (tais nomes serão analisados em nosso trabalho mais a frente.)

E dessa forma, nesse presente do acontecimento, a performatividade ocorre por meio da posição de autoridade do locutor escravocrata e administrador, que mesmo num espaço pós-abolição tem sua posição sustentada pelos cativos que acatam suas ordens e legitimam, portanto, o lugar de fala do Locutor Antonio Carlos, assim como também tem sua posição de administrador e suas enunciações reconhecidas e afirmadas pela alocutária esposa. Diante disso, a performatividade revela a posição de mando e as posições de acato, tanto em relação ao patrão e aos criados, quanto em relação ao marido e a esposa como podemos ver em “*Mandarei preparar o arroz e também mandarei fazer uma torrada de café que farei despachar daí amanhã para os Passos.*”, onde o locutor administrador assume as ordens

¹⁴ Maria Preta compõe o acontecimento da lista do Livro de Entrada e Saída de escravos da Faz Palmital (anexo D)

referentes aos trabalhos domésticos e o locutor escravocrata por meio da posição de superioridade e de mando, revela as tarefas a serem realizadas pelos cativos que estão sobre os seus comandos. Aqui a posição de locutor escravocrata é silenciada, mas não deixa de funcionar.

A relação de posições enunciativas na qual se constitui a performatividade no acontecimento da carta 27 é, diante ao exposto, entre o locutor administrador/ escravocrata e a alocutária esposa e os cativos.

Por fim, Antonio Carlos assume no acontecimento da carta 27 o lugar de enunciador individual e coletivo. Individual por abordar enunciações em que a primeira pessoa do singular está em destaque, apresentando, dessa forma, as opiniões, desejos e ordens do Locutor Antonio Carlos, que por isso, enuncia a par da história e tem sua subjetividade e individualidade em destaque como podemos ver, por exemplo, em “*Ontem recebi a sua carta*”, “*Mandarei preparar o arroz e também mandarei fazer uma torrada de café que farei despachar daí amanhã para os Passos*”. E enuncia do lugar de enunciador coletivo ao abordar enunciações na primeira pessoa do plural incluindo a alocutária esposa que as reconhece e as legitima como vemos em “*No sábado faremos seguir alguns criados para lavarem e arejarem a casa.*”

Por fim, analisando a cena enunciativa da carta 28, a última que compõe o nosso corpus, temos que Antonio Carlos enuncia de três posições diferentes, enuncia como locutor marido, pai e escravocrata. Assume a posição de locutor marido ao relatar que ficou aborrecido ao ler a carta que a esposa Naninha enviou como vemos em “*Tenho presente vossa carta de ontem e por ela vejo que ainda continua de esperanças o que me aborrece cada vez mais.*”, também ao enunciar os procedimentos que serão tomados em relação aos próximos dias, “*Se contasse com esse impedimento de sua mãe na cidade, tu não irias para lá. Quando deves aí ainda terei de esperar que possas ir para o sítio para que eu lá vá te buscar, se isto não se der, não devendo eu ir apear aí encomendarei a alguns de teus irmãos para vos ir buscar*”. Aqui, o presente nos projeta para um memorável de enunciações em que as mulheres não têm voz, ou seja, o marido é a voz delas, pois encontram-se num espaço enunciativo em que o homem é o progenitor e mantedor da casa, portanto, o detentor da fala e dos direitos a fala. À mulher, cabe o papel de agradar e de acatar os desejos do homem. Diante a esse memorável já abordado anteriormente, temos que o Locutor Antonio Carlos tem o controle sobre a vida da esposa o que sustenta sua posição.

Ainda observamos a posição do locutor marido quando ele finaliza a carta pedindo que a esposa aceite suas saudades, “*Aceitai minhas saudades.*”, com o intuito de criar um efeito de sentido de relacionamento para aflorar o sentimentalismo entre eles.

Enuncia também como locutor pai quando relata a esposa que esteve com os filhos na vila e que todos passam bem, mostrando que Martinho ainda está pálido, mas ativo, e que José sente falta dela, mas tenta não demonstrar, “*Ontem ainda estive na vila com os meninos e todos passam muito bem. O Martinho anda mais pálido mas muito espirituoso e gaiato, muito mais do que costuma ser na fazenda. O José até agora quando se fala no seu nome pisca muito depressa e umedece os olhos, porém coitado tão recatado e modesto que imediatamente vira as coisas e disfarça com outras coisas para não dar a conhecer a sua fraqueza.*”

O Locutor Antonio Carlos enuncia ainda como locutor escravocrata ao relatar o acontecimento da fuga que aconteceu na sexta-feira e que esta lhe causou prejuízo. Acessando o memorável temos que quem foge e causa prejuízo é quem está preso e produz lucro, portanto, os escravos, “*Se não fosse essa fuga na 6ª feira aí iria fazer-te uma visita visto que sábado é dia Santo, e pouco era o prejuízo*”. Sua posição de escravocrata ainda se sustenta quando o Locutor relata o estado de Selestina, “*A Selestina há muito que sarou porém ficou-lhe uma inflamação nos dois olhos que ainda nada fez até agora; tenho purgado e mesmo assim ainda muito pouco melhora tem tido*”. O nome Selestina, por funcionar numa outra enunciação, produz um efeito de pertinência no presente do acontecimento por apresentar o sentido de escrava, já que funciona no acontecimento da lista de escravos do conde do Pinhal alforriados sob condição em 1887, (ver anexo b), com o sentido de escrava. Nesse acontecimento da lista, Selestina é determinada como sendo do sexo feminino, com 40 ano e com liberdade sob condição concedida em 1887. Assim, por meio de uma relação de integração entre os dois textos, a carta e a lista, e também por meio do memorável dos discursos históricos que mostram que Selestina era parte do dote de Naninha, temos, no presente do acontecimento da carta 28, que a palavra Selestina funciona como escrava.

Por fim, o Locutor Antonio Carlos enuncia como enunciador individual, coletivo e universal. Enunciador individual por pautar suas enunciações na primeira pessoa do singular, deixando em evidência um lugar individual, subjetivo, em que o eu está em foco, revelando assim seus desejos, planos, como vemos, por exemplo, em “*Tenho presente vossa carta de ontem*”, “*o que me aborrece cada vez mais*”, “*não devendo eu ir apear aí encomendarei a alguns de teus irmãos*” e como locutor coletivo ao dizer do lugar de primeira pessoa do plural, quando inclui em sua enunciação a opinião dos filhos que concordam com seu

posicionamento como apresentado em “*Querem muito o Doutor Mamede e quase que viemos só com ele, e pouco param lá por dentro.*”

Enuncia ainda como locutor universal ao relatar o fato da fuga, “*Se não fosse essa fuga na 6ª feira aí iria fazer-te uma visita visto que sábado é dia Santo, e pouco era o prejuízo.*”, esse fato ancora-se no discurso do verdadeiro ou falso, pois só foge aquilo que está preso e sob o domínio, o que configura uma enunciação comum no discurso do espaço da escravidão e das prisões.

As análises das cenas enunciativas de nosso corpus mostraram que o Locutor Antonio Carlos enuncia da posição de locutor marido, pai, político, administrador, empreendedor, escravocrata, fazendeiro, e assume a posição de enunciador coletivo, individual, universal e genérico. Tais aspectos da cena enunciativa produziram dados relevantes sobre o funcionamento das posições enunciativas envolvidas no acontecimento das cartas e também projetaram mesmo às vezes silenciada, a posição de escravocrata, que se faz presente em nosso texto. Vamos agora ao estudo do nome próprio dos escravos.

3.3 A questão do nome próprio dos escravos

Para tratarmos dessa questão do nome próprio de escravos, vamos nos basear na questão desenvolvida por Eduardo Guimarães no tópico “O Nome de pessoa” em seu livro “Semântica do Acontecimento- um estudo enunciativo da designação”, 2002, e na tese da Doutora Ana Josefina Ferrari¹⁵, “Nomes próprios e descrição: um estudo da descrição e do nome próprio a partir da análise das descrições presentes nos anúncios de fuga de escravos publicados nos jornais de Campinas entre 1870 e 1876” de 2008.

Em seu livro Guimarães diz que é necessário observar que “a nomeação de pessoa se dá no espaço de enunciação da Língua Oficial do Estado, a Língua Nacional, como homogênea” (2002, p.35). Assim, quando o escravo chega ao Brasil e recebe outra nomeação, um novo nome, o espaço de enunciação a que esta nomeação se dá é a do Português, língua oficial do Estado e diante disso, o escravo tem sua história apagada assim como também tem seu nome de origem apagado. Então, é através desse espaço enunciativo do Português que a nomeação constitui a designação do nome próprio de escravo cujo ato de nomear é de responsabilidade do proprietário que ao registrar e dar-lhe um novo nome assegura e legitima sua posse e sua propriedade e isso reflete diversas práticas políticas. E de acordo com

¹⁵ Tese defendida pela Doutora Ana Josefina Ferrari em 2008 pela UNICAMP, orientada pela Professora Doutora Mônica Graciela Zoppi-Fontana

FERRARI (2008, p.247) “essa nomeação que o dono dá ao escravo (...) encontra-se relacionada à Igreja (nome de batizado) e ao Estado (nome que surge quando é matriculado, quando é registado perante o Estado (...))”

Guimarães ainda afirma que “dar nome é, assim, identificar um indivíduo biológico enquanto indivíduo para o Estado e para a sociedade, é tomá-lo como sujeito” (2002, p.36). Porém, no caso do escravo, ao receber um novo nome constituído por um espaço enunciativo de Língua Portuguesa este passa a ser reconhecido como escravo, como cristão e como propriedade, como nos mostra Zattar:

O ato de nomear os escravos é histórico no sentido de que a enunciação é determinada pelas condições sociais de sua existência. Na enunciação do batismo, atuam vários discursos e várias posições de sujeito, o batizado, enunciado da posição da Igreja Católica, contém outros dois enunciados, o do Código Filipino que impõe condição aos proprietários de escravos “de batizá-los e torná-los cristãos do dia, que ao seu poder vierem, até seis meses, sob pena de os perder para quem os demandar”, e o da classe dominante que detém as informações pessoais sobre a “propriedade”. O ato de batizar, enunciado da posição da Igreja, nomeia a criança que passa a se constituir como sujeito religioso e funciona como pré-condição para o registro de nascimento (...) (ZATTAR, 2012, p. 63)

Assim, ao receber outro nome dado do lugar de proprietário, o nome primeiro dado do lugar de paternidade (GUIMARÃES, 2002) é alterado e apagado e muda ao longo da existência do escravo, dessa forma sua posição de indivíduo e sujeito de si que funcionou num espaço enunciativo Africano também é apagada quando os escravos atravessam o oceano. E quando estes nascem no Brasil, seu nome também é dado pelo proprietário onde diferentes discursividades se relacionam com cada nomeação.

O processo enunciativo da nomeação, pode, então, envolver lugares de dizer diferentes, o que diz respeito ao fato de que uma enunciação que nomeia pode estar citando enunciações diversas (...). Esta questão mostra, ao mesmo tempo, que nas nomeações podem se cruzar regiões diferentes do interdiscurso¹⁶ (posições de sujeitos diferentes). (GUIMARÃES, 2002, p.37)

Diante de todo o exposto, o nome próprio em nosso corpus será analisado no sentido de verificar se tal nome próprio carrega a designação de escravo, levando em consideração que os escravos não têm sobrenome, quando, por exemplo, temos casos do tipo Maria Preta, a palavra Preta não funciona como sobrenome, mas sim como um especificador, pois o sobrenome funciona de acordo com Guimarães (2002) como uma relação de família e como

¹⁶ Segundo Guimarães interdiscurso é uma relação que se estabelece entre um discurso e outros discursos, e para ele discurso é efeito de sentido entre locutores.

uma relação de determinação em que “um sobrenome determina um nome” (p.34). Por fim, segundo Guimarães

O processo enunciativo da designação significa, então, na medida em que se dá como um confronto de lugares enunciativos pela própria temporalidade do acontecimento. (...) Se se mudam os lugares enunciativos em confronto recorta-se um outro memorável, um outro campo de ‘objetos’ relativos a um dizer. (2002, p. 37)

Assim, além da posição de Guimarães, assumimos também a posição de Ferrari (2008, p.111) de que “o nome próprio de pessoa não é único e nem fixo, referindo a uma pessoa no mundo, nem é de descrição definida. Ele diz respeito a uma posição sujeito em determinado acontecimento enunciativo”.

Analisemos agora os nomes próprios levando em consideração que nomear o escravo no espaço enunciativo do Português é evidenciar uma mudança de posição, já que a nomeação é feita por meio de uma prática política discursiva, pois segundo Ferrari (2008, p.84) “o nome de pessoa não é uma categoria fixa, ele evidencia uma posição de sujeito”.

Queremos como já apresentado, mostrar o sentido de escravo presente em nosso texto, e para isso, ao pensar a questão do nome próprio devemos levar em consideração que uma nomeação pode ser, dependendo do espaço enunciativo em que funciona, considerada como marginal e por isso é censurada, como observarmos o caso do nome de origem do escravo que é apagado.

Não somente consideremos os casos de outras nomeações como marginais, mas como diferentes posições de sujeitos que são adotadas em diferentes acontecimentos enunciativos. O nome em cada momento evidenciará o lugar que o sujeito ocupa em uma série nesse acontecimento enunciativo específico. (FERRARI, 2008, p.85)

Para as análises dos nomes próprios agruparemos as cartas tomando como critério o acontecimento do nome próprio que se repete, dessa forma esperamos sintetizar o estudo e facilitar a compreensão dos dados. Vamos às análises:

3.3.1 Felício

FELICIO	
Carta 1 Recorte A	<i>É preciso não se descuidar no tratamento do <u>Felício</u> assim como dos demais doentes, pois quanto menos atenção houver no tratamento deles maior será a demora deles em casar, e por isso</i>

	<i>mais prejuízo teremos em seus serviços.</i>
Carta 22 Recorte B	<i>Fiquei portanto com o cozinheiro e a Maria Preta, e esta com boa vontade porém sem orientação alguma. À vista disso mandei pelo <u>Felicio</u> dizer à mulher que já está na fazenda que viesse para olhar as coisa dentro de casa e <u>Felicio</u> imediatamente foi e falou porém até esta hora, 9 da noite, ainda ela não veio porém já mandei lhe dizer pelo <u>Felicio</u> que ela não viesse mais, e que ficava-lhe proibida a entrada nesta casa.</i>
Carta 23 Recorte C	<i>O Padre Monteiro entendeu mal a minha carta, porém agora o que farei, se não deixar por lá o <u>Felicio</u> por mais um mês?</i>

Comecemos analisando o nome Felicio presente na carta 1

Recorte A- *(1)É preciso não se descuidar no tratamento do Felicio assim como dos demais doentes, (2) pois quanto menos atenção houver no tratamento deles maior será a demora deles em casar, (3) e por isso mais prejuízo teremos em seus serviços.*

Considerando o mecanismo de articulação trabalhado por Guimarães em 2009; e observando as palavras, “tratamento”, “Felicio” e “mais doentes”, vemos que a incidência da palavra “tratamento” sobre “Felicio” e “mais doentes” produz a inclusão do sentido de doente ao nome *Felicio*. Então, temos que *Felicio* também está doente.

Ao longo do enunciado *Felicio* e *mais doentes* são reescriturados duas vezes por substituição pelo pronome possessivo *deles* e são reescriturados uma vez por definição por meio da expressão “*seus serviços*” que define *Felicio* e *doentes* como escravos. A expressão “*mais prejuízo teremos em seus serviços*” evoca um domínio referencial constituído por um memorável referente a todo um discurso sobre a mão-de-obra escrava, sobre trabalho escravo, sobre a instituição da escravidão, pois rememoramos enunciações do discurso histórico como o apresentado a seguir, que permite que esse sentido de escravo como força de trabalho e fins econômicos funcione no presente do acontecimento da carta 1. Esse memorável tem a ver com a citação abaixo:

É no cenário de um Brasil agromercantil, recorrendo à mão de obra escrava africana para empregá-la nas grandes propriedades, que destacamos a instituição escravidão pela configuração de um regime de exploração do negro, cuja força de trabalho era utilizada para fins econômicos

principalmente, e cuja vida e corpo eram considerados como propriedade privada. (ZATTAR, 2012, p.26)

Portanto, esse memorável funciona no presente do acontecimento da carta 1 e nos mostra que a expressão “*seus serviços*” é pertinente na relação com *trabalho escravo* e consequentemente temos que *Felicio* e os *doentes* realizavam trabalho escravo. Diante do exposto, a expressão “*mais prejuízo teremos em seus serviços*” designa “*escravo doente que não pode realizar trabalho adequado*”, e ainda que o termo “*mais*” contrai pertinência enunciativa por funcionar com o sentido de adição, reforça assim o sentido de que por causa da doença que atingiu os escravos, os serviços já estavam atrasados e que demorar no tratamento e na cura dos cativos significava maior atraso, menos lucro e grande prejuízo. Pela linguagem podemos, então, analisar um domínio de referência que torna pertinente falar em saúde dos escravos e prejuízo dos serviços, e essa análise vai se configurando a partir de Dias (2012, 2013, 2015, 2016)

Observando o espaço enunciativo da escravidão, especificamente o ano em que a carta 1 foi escrita, 1865, faz-se pertinente rememorar que nesse ano já estava em vigor a Lei Eusébio de Queirós de 1850, que proibia o tráfico de escravos. Isso significa que conseguir escravos estava ficando mais difícil e que a lógica, portanto, seria cuidar dos que já estavam adquiridos, porque, além da morte significar prejuízo financeiro passou a significar escassez de produto e, por isso, temos a perspectiva de que a Alocutária Naninha devia dedicar cuidados aos escravos que eram seu patrimônio para evitar perda de mão-de-obra, pois com a proibição do tráfico negreiro em 1850, houve um aumento no preço dos escravos o que justificava o cuidado para a preservação dessa força de trabalho.

Assim, Antonio Carlos procurava, com a ajuda da Naninha, manter os escravos que eram sua propriedade tratando deles e também procurava aumentar o seu número de escravos por meio dos casamentos.

E ainda podemos ver a reescrituração por expansão do primeiro segmento “(1) *É preciso não se descuidar no tratamento do Felicio assim como dos demais doentes*, expandido pelo segundo e terceiro segmentos, “(2) *pois quanto menos atenção houver no tratamento deles maior será a demora deles em casar*, (3) *e por isso mais prejuízo teremos em seus serviços*.” Portanto, o segundo e o terceiro enunciados (2) e (3) são uma reescrituração por expansão do primeiro enunciado (1), essa reescrituração é introduzida pela conjunção *pois* no segundo segmento e produz um efeito de sentido de explicação do primeiro e assim, o enunciado que desenvolve determina o enunciado expandido mostrando o sentido de escravo presente nesse acontecimento enunciativo.

Ainda de acordo com Guimarães (2007), a conjunção *pois* é um marcador argumentativo, então temos X pois Y, onde “a significação do recorte representa um locutor que apresenta um argumento para um ato que ele próprio realiza” (2007, p.106), ou seja, o enunciado 2 é argumento que sustenta a força ilocutória presente no enunciado 1 realizada pelo locutor. Assim, o enunciado “(2) *pois quanto menos atenção houver no tratamento deles maior será a demora deles em casar*” sustenta o ato de aconselhar presente no enunciado “(1) *É preciso não se descuidar no tratamento do Felicio assim como dos demais doentes*”, ou seja, o enunciado 2 sustenta o ato do locutor escravocrata de aconselhar que é preciso cuidar dos escravos para que eles possam se casar rápido. Diante disso, temos que o enunciado que acompanha a conjunção *pois* é argumento e sustenta o sentido de que é necessário a cura dos escravos para que eles contraiam matrimônio rapidamente.

Ainda observando o presente do acontecimento da carta 1, observamos que em (2) a enumeração ocorre por coordenação sindética explicativa e em (3) por coordenação sindética aditiva. A enumeração, que é caracterizada pelo acúmulo de coordenantes, sustenta o efeito de sentido de ordem, explicação e argumentação. A argumentação se dá pelo encadeamento dos enunciados 1 e 2 por meio da conjunção *por isso* que orienta argumentativamente para a conclusão de que escravos doentes significa prejuízo, ou seja, escravos doentes portanto prejuízo financeiro.

Então, por meio do recurso da enumeração, um conjunto de enunciados se articula e cria uma unidade de sentido geral, que aqui nos remete a designação de escravo. Assim, a enumeração apresenta e sustenta um conjunto de expressões e justificativas como forma de criar uma unidade de sentido e sustentar a argumentação de que os doentes e Felicio são escravos e que precisam se curar o mais rápido possível para se evitar um prejuízo. E mesmo a palavra escravo não aparecendo no acontecimento seu sentido é projetado pela análise e funciona no presente da enunciação.

Finalizando, podemos dizer que a palavra *doente* faz referência a escravo, e como *Felicio* também é doente, portanto, também é escravo, e que *Felicio* determina *mais doentes* e funciona como sinônimo de escravo como apresentado no DSD a seguir:

<p>mais doentes--- (escravo)</p>

⊥

<p>Felicio --- (escravo)</p>

Observando agora o funcionamento do nome Felicio na carta 22, analisemos o recorte B:

Recorte B: *À vista disso mandei pelo Felicio dizer à mulher que já está na fazenda que viesse para olhar as coisas dentro de casa e Felicio imediatamente foi e falou porém até esta hora, 9 da noite, ainda ela não veio porém já mandei lhe dizer pelo Felicio que ela não viesse mais, e que ficava-lhe proibida a entrada nesta casa.*

Temos que o nome Felicio é reescriturado três vezes por repetição e designa, no presente desse acontecimento, braço direito. Esse sentido é rememorado por meio de discursos outros em que o nome funcionou como escravo de confiança do Locutor Antonio Carlos. Por isso, o nome funciona no presente do acontecimento a partir de tais rememorações, já que mesmo liberto, Felicio acata todas as ordens do Locutor Antonio Carlos e tende a executá-las com rapidez e agilidade, como podemos ver através dos termos “*mandei pelo Felicio*”, “*Felicio imediatamente foi e falou*”, “*já mandei lhe dizer pelo Felicio que ela não viesse mais*”. Dessa forma, o nome Felicio contrai pertinência enunciativa por recortar um domínio de referência de escravos libertos que continuam fieis aos seus donos, e também é pertinente por ser usado para se referir a sua esposa, que não tem o nome citado. Assim, o nome da esposa não se faz necessário, pois, diante de um memorável de superioridade do homem sobre a mulher, usar expressões como “*Felicio dizer à mulher*”, em que o homem é referência para a mulher, era comum nesse espaço de enunciação e nos mostra a submissão da mulher ao homem, e por sua vez, nesse acontecimento, a submissão do escravo empregado diante ao patrão, e conseqüentemente da mulher que se encontra sob o controle do marido e também do patrão.

Então, o nome Felicio designa escravo liberto fiel ao escravocrata que permanece sob suas ordens e as realiza com destreza e rapidez por ter uma relação diferente com o patrão, aqui o escravo liberto permanece por vontade própria graças aos enunciados outros que já analisamos na cena enunciativa em que o Locutor Antonio Carlos cria o efeito de sentido de que era bom permanecer na fazenda e trabalhar para ele. Também temos que a esposa de Felicio se encontra sobre o domínio do marido e do escravocrata.

Ainda analisando o recorte B, temos que o verbo *mandei* determina o sentido de Felicio, pois temos um ato diretivo de ordem que remete ao memorável do escravocrata que manda e do escravo que obedece. A expressão *imediatamente foi* também determina Felicio e funciona com o sentido de acato imediato de ordem já que aponta para um domínio referencial de agilidade e rapidez. Diante do abordado temos o seguinte DSD para o nome Felicio:

Mandei ┆ Felicio --- (escravo liberto) --- (escravo) ┆ Imediatamente foi
--

Esse DSD pode nos mostrar a divisão do político que distribui os nomes de escravos e escravo liberto numa ambiguidade posta pelo estado como a lei Eusébio de Queirós.

A última ocorrência do nome Felicio está no acontecimento da carta 23,

Recorte C- *O Padre Monteiro entendeu mal a minha carta, porém agora o que farei, se não deixar por lá o Felicio por mais um mês?*

O nome Felicio nesse acontecimento contrai pertinência enunciativa por referir-se a escravo de empréstimo, ou seja, o funcionamento do nome Felicio no presente do acontecimento da carta 23 nos remete ao memorável dos escravos que eram cedidos por um determinado tempo a outros escravocratas ou a instituições como a igreja para estreitar laços e relações econômicas.

Observando ainda o recorte C, a expressão *por mais* orienta para o sentido de adição, ou seja, Felicio já está com o Padre há um mês, e ficará com ele um tempo maior, dois meses. Aqui Felicio é emprestado ao Padre Monteiro para auxiliá-lo e prestar-lhe serviço por quase dois meses. Mesmo liberto, Felicio é cativo e fiel ao locutor escravocrata, obedece suas ordens e desejos. Temos dessa forma uma relação de antonímia entre a liberdade de Felicio e sua posição de submisso ao Locutor Antonio Carlos. Tal posição de Felicio se sustenta por meio da enunciação do locutor escravocrata que conclui que terá que deixar o Felicio mais um mês com o Padre, ou seja, o verbo *deixar* projeta um sentido de superioridade e de hierarquia, quem deixa é quem tem o direito para tal, portanto, mesmo supostamente liberto Felicio é submisso ao locutor escravocrata, que é quem pode deixar ou não, e pelo memorável funciona nesse acontecimento como escravo de empréstimo, semelhante a um objeto. Diante disso, temos dois DSDs, um que apresenta a designação de Felicio e o outro que apresenta a relação entre a liberdade de Felicio e sua submissão a Antonio Carlos.

Liberdade de Felicio <hr/> Submissão a Antonio Carlos
--

Felicio--- (escravo de empréstimo)

Como no DSD anterior temos um novo sentido para escravo que se materializa por “*deixar por lá Felicio por mais um mês*”. Se Felicio fosse um escravo liberto, como o Locutor Antonio Carlos precisa “*deixa-lo por lá?*” Primeiro observamos o Domínio de Referência na relação do Conde Antonio Carlos com a igreja e em seguida a relação de empréstimo que pode ser vista na paráfrase “*eu empresto o Felicio para o padre*”. A normatividade do nome “*escravo liberto*” funciona na divisão: escravo-liberto, escravo-submisso, escravo-emprestado.

3.3.2 Joana

JOANA	
Carta 2 Recorte D	<i>Joana, que entendeu de matar o feto dormindo em cima ou deixando alguém sentar-se em cima, eu entendi que estava no caso de aproveitar-se para ama da nossa filha, pois está em condições de ser boa ama, por isso fiz com que conservasse o leite e hoje mesmo ainda fiz mamar e faço seguir para aí a fim de que você tenha cuidado com o leite dela e sirva para quando voltar, então não será preciso trazer a ama dela.</i>

O nome Joana compõe o acontecimento da carta 2 (1876) e é citado uma única vez e depois reescriturado ao longo do texto por elipse não marcada como vemos em “*eu entendi que (ela) estava no caso de aproveitar-se para ama da nossa filha, pois (ela) está em condições de ser boa ama, por isso fiz com que (ela) conservasse o leite*” e uma vez por meio da reescrituração feita por substituição, temos o nome Joana sendo reescriturado por substituição pelo pronome possessivo *dela* que retoma o sentido de *leite da Joana*. Temos ainda a reescrituração por especificação do nome *Joana* por *ama* e a reescrituração por definição por especificação em *boa ama*. Essas reescriturações nos remetem ao memorável da escravidão na medida em que as mulheres responsáveis pela amamentação e criação dos filhos dos Senhores eram escravas e designadas *amas*. Então temos *Joana* identificada como escrava e designada como *ama*. Ela foi designada também como *boa ama*.

Aqui podemos identificar a pertinência enunciativa (Dias, 2013, 2015) que se dá mediante a uma relação entre enunciados, já que quando falamos, falamos motivados por uma

necessidade de significar algo que seja adequado, necessário nesse espaço, ou melhor, pertinente segundo Dias (2013, 2015). Assim, é pertinente nesse acontecimento ao Locutor Antonio Carlos utilizar a palavra *ama* e o nome *Joana* em vez da palavra *escrava*, pois essas outras palavras são mais específicas, uma delas se refere a uma tarefa doméstica realizada por escravas e o nome próprio aqui remete a visão de Dias (2016) sobre o domínio referencial, já que se trata de uma construção nominal concebida “de acordo com a relação que estabelece com o espaço de enunciação” (DIAS, 2016, p.36), e é somente por meio dessa relação que os nomes podem particularizar entidades extralinguísticas, e aqui em nosso corpus mostrar a relação entre o nome próprio *Joana* e a palavra *escrava*.

Então, o nome *Joana*, as palavras *ama* e *boa ama*, são pertinentes nesse acontecimento, significam e referenciam *escrava*, ou seja, *Joana* é designada pela formação nominal *boa ama* em que *ama* e *boa* funcionam no acontecimento com o sentido de *escrava* por meio do acesso ao memorável de *ama* ser uma categoria de trabalho escravo realizado por escravas. Portanto, diante de todo o exposto temos o seguinte DSD que nos apresenta os sentidos da palavra *Joana*. É importante ressaltar que a palavra *escrava* não aparece no acontecimento, mas por meio do memorável e das análises vemos que o seu sentido funciona no presente das enunciações.

Joana Boa ama --- (escrava) T Ama--- (escrava)
--

Esse DSD mostra que *Joana* é determinada por *ama* e *boa ama* que por meio da pertinência enunciativa e do memorável funcionam, nesse acontecimento, como sinônimos de *escrava*.

3.3.3 Maria Mulata

MARIA MULATA	
Carta 3 Recorte E	<i>Quando mandar a Maria Mulata no domingo para o Santo Antonio faça sair muito cedo e que vá com ela um rapaz a cavalo para ajudar a carregar a criança e para levar as camisas de baeta que estiverem feitas.</i>

Analisando o nome Maria Mulata observamos que Maria Mulata é reescriturado duas vezes por elipse não marcada “*Quando mandar a Maria Mulata no domingo para o Santo Antonio faça (ela) sair muito cedo e que vá com ela um rapaz a cavalo para ajudar (ela) a carregar a criança*” e uma vez por substituição pelo pronome *ela*, “*(...) e que vá com ela (...)*”. Vemos ainda que a palavra Mulata determina Maria e funciona como uma especificação da cor da pele dos escravos, pele escura, que conseqüentemente refere-se à designação de escravo. No presente do acontecimento o nome “*mulata*” permite a rememoração de enunciações em que a palavra mulata se refere à mistura de raças com sentido de híbrido, ou seja, mistura entre homem branco e mulher negra ou vice-versa, e no período da escravidão o mulato também designa escravo, pois mulato era para os brancos associado aos negros, ou seja, não era uma espécie semelhante aos brancos e sim semelhante aos escravos negros que eram vistos como inferiores.

Mulata é escrita com letra maiúscula funcionando como uma espécie de especificador da condição de escrava, ou seja, Maria era mulata, portanto não é qualquer Maria, é a Maria escrava, a Maria Mulata. Diante disso, FERRARI (2008) nos mostra que

O ato de nomear não é isolado, mas que está inscrito dentro de padrões dos quais não é possível fugir. Nomear alguém não é simplesmente colocar uma etiqueta, é dar um espaço dentro de uma coletividade, seja como filho em uma família, seja como integrante de um grupo ou congregação. (2008, p.21)

Sendo assim, no caso do escravo, quando este é nomeado e há uma especificação que determina e acompanha o nome próprio, essa especificação tem como função determinar a atividade desenvolvida pelo escravo, a cor da pele, ou o local de origem, enfim, a especificação aparece para afirmar e projetar a condição de escravo, mostrando a diferença, a divisão da norma, não é, portanto, uma Maria da elite, por exemplo, e sim uma Maria escrava, sentido projetado pela especificação *Mulata*. Temos assim, a pertinência enunciativa da palavra mulata, que se firma a partir desse memorável como uma forma de mostrar que *mulatos* funciona como negros escravos e não como brancos. Usar tal palavra é pertinente para produzir esse efeito de sentido de separação e afirmar concomitantemente a posição de Maria como escrava. Ou seja, o especificador funciona como uma forma de identificar e afirmar a condição de escravo, apresentando ora sua cor, ora sua origem, ora o trabalho que realiza como já dissemos.

Ou seja, o especificador funciona como uma forma de afirmar a condição de escravo. Então, para ilustrar o exposto, temos o seguinte DSD para o nome Maria que mostra que

Maria é determinada por Mulata, e que apesar da palavra escrava não aparecer no presente do acontecimento, seu sentido funciona e é apresentado pelo memorável e pelo especificador como mostramos em nossa análise, por isso, Maria é Mulata, a escrava:

Maria T Mulata --- (escrava)

Então esse DSD nos mostra um outro sentido para escravo que é materializado pela palavra Mulata.

3.3.4 Maria Preta

MARIA PRETA	
Carta 22 Recorte F	<i>Acordando-se dali a 2 horas, saiu pela porta ralhando muito com a Maria Preta e levando mais uma garrafa que não tínhamos visto, por isso eram 3 garrafas. Fiquei portanto com o cozinheiro e a Maria Preta, e esta com boa vontade porém sem orientação alguma. À vista disso mandei pelo Felicio dizer à mulher que já está na fazenda que viesse para olhar as coisa dentro de casa e Felicio imediatamente foi e falou porém até esta hora, 9 da noite, ainda ela não veio porém já mandei lhe dizer pelo Felicio que ela não viesse mais, e que ficava-lhe proibida a entrada nesta casa. A Raimunda, a Roberta e a Laura estão nas suas casas tranquilamente sem me aparecerem. Não mandei e nem as mando chamar e desta vez se alguma delas aparecer amanhã é provável que eu as dispense do serviço. Quero que vejam que posso passar com a Maria Preta e dispensar a elas.</i>
Carta 27 Recorte G	<i>No sábado faremos seguir alguns criados para lavarem e arejarem a casa. A Raimunda que está cuidando das goiabadas irá com a Maria Preta no sábado ou domingo para São Paulo a fim de partirem conosco na 2ª feira.</i>

Analisemos o nome Maria Preta funcionando na carta 22 recorte F. O nome Maria Preta é reescriturado três vezes por repetição ao longo do recorte e uma vez por substituição em “*Fiquei portanto com o cozinheiro e a Maria Preta, e esta com boa vontade porém sem orientação alguma*”. Temos que a palavra Preta determina Maria e funciona dessa forma como um especificador, como vimos anteriormente no acontecimento do Maria Mulata e dessa maneira contrai pertinência enunciativa por funcionar como uma especificação da cor

da pele dos escravos, portanto, Maria não é qualquer Maria, é a Maria que tem a cor preta e que foi escrava. Diante disso, nesse acontecimento da carta 22 (1891), o nome Preta permite rememorações de enunciações em que o tom de pele negro, preto, mulato, moreno, etc., funciona como determinante da condição de escravo. Então, nesse presente do acontecimento a palavra Preta contrai pertinência num espaço enunciativo pós- abolição, já que a carta circulou no espaço enunciativo de 1891, caracterizado por ser um espaço em que a escravidão havia sido abolida por lei, funcionando como especificador da condição escrava, supostamente erradicada.

O nome Preta designa cor, reafirma e mostra dessa forma o sentido de escravo funcionando, ou seja, a palavra escravo com a abolição deixa de circular e ser usada abertamente, mas outras palavras mantém ativo o seu sentido, como é o caso do nome Preta, que nesse acontecimento mostra um traço da escravidão, a cor como forma de identificar e caracterizar quem foi escravo. Assim, com a abolição tenta-se silenciar a escravidão e a condição de escravo, mas estas funcionam com uma nova configuração.

Essa nova configuração permite efeitos de sentidos que produzem uma latência de futuro que mostra que a separação e a segregação pela cor ainda se perpetuou anos pós-escravidão; e afirmar essa diferença por meio do uso da palavra Preta como um especificador tem por função determinar e evidenciar a condição anterior de escrava de Maria, escrava doméstica e obediente como vemos em “*Quero que vejam que posso passar com a Maria Preta e dispensar a elas.*”

Em outro trecho, “*Fiquei portanto com o cozinheiro e a Maria Preta, e esta com boa vontade porém sem orientação alguma.*”, o nome Maria Preta é designado como indivíduo com boa vontade, mas sem orientação, ou seja, Maria Preta funciona com o sentido de desorientação, de falta de autonomia, por ser uma escrava, apesar de escrava liberta, Maria Preta não é capaz de pensar ou tomar decisões, não consegue se orientar sozinha, e portanto depende do locutor escravocrata para lhe orientar e direcionar, sentido apresentado pelo memorável dos discursos de superioridade do Branco sobre o Negro/Preto e reforçado pela direção argumentativa do porém . Ou seja, temos a estrutura A porém B, A: *Maria Preta tem boa vontade*, e B: *Maria Preta não tem orientação*, A orienta para um conclusão C, *Maria Preta tem boa vontade portanto consegue se orientar bem*, mas o conectivo porém redireciona essa conclusão para uma nova, não- C. Diante disso, temos *Maria Preta tem boa vontade no entanto não consegue se orientação por ser preta, escrava*. Assim, o locutor reconhece que Maria Preta tem força de vontade, no entanto não tem autonomia. Esse presente remete-nos a um memorável de enunciações de que brancos são dotados de

inteligência, são uma raça superior, feitos para mandar e direcionar os negros/pretos, que são vistos como condicionados a obedecer e a servir por serem inferiores. Assim, Maria Preta é uma escrava liberta doméstica, mas precisa ser direcionada e estar sob os comandos do Locutor Antonio Carlos.

Diante do exposto temos o seguinte DSD em que o nome Preta determina o nome Maria e funciona como especificador da condição de escravo. Maria Preta designa, no presente desse acontecimento, escrava doméstica liberta, pois contrai pertinência enunciativa pela anterioridade que remete a cor como condição para ser escravo. Maria Preta também traz o sentido de ser inferior, já que por ser ex-escrava, por ser preta, pelo memorável, é incapaz de se orientar e pensar por si mesma, como podemos ver no funcionamento do nome na enunciação, o que produz o efeito de dependência do locutor escravocrata, e consequentemente, de estar sob o seu domínio e comando e dessa forma, temos a projeção de que a liberdade dos escravos não se dava de forma total, era uma liberdade mascarada e parcial, pois seu funcionamento no espaço enunciativo da abolição se dava pela contradição, através do funcionamento do político. Um embate entre a liberdade presente na lei e a liberdade funcionando no espaço enunciativo.

Maria--- (escrava liberta) T Preta--- (condição de escravos e de inferioridade)

Analisando agora o recorte G da carta 27 (1897), observemos novamente o funcionamento do nome Maria Preta.

Recorte G: *No sábado faremos seguir alguns criados para lavarem e arejarem a casa. A Raimunda que está cuidando das goiabadas irá com a Maria Preta no sábado ou domingo para São Paulo a fim de partirem conosco na 2ª feira.*

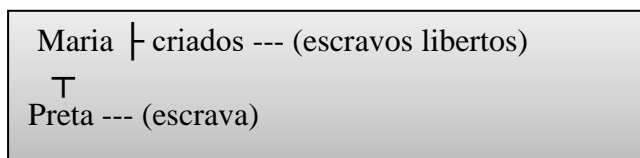
Para analisamos esse nome, primeiramente, precisamos observar a palavra *criados*. Palavra reescriturada uma vez por elipse não marcada em “*No sábado faremos seguir alguns criados para (eles) lavarem e arejarem a casa*”, e duas vezes por substituição através dos nomes próprios Raimunda e Maria Preta. Então Raimunda e Maria Preta são criadas. A palavra *criados* recorta um domínio de referência de escravos, ou seja, criados funciona como

escravo, é uma reescrituração da palavra escravo ao longo de nosso corpus, é uma forma de manter o sentido de escravo funcionando.

Mesmo libertas, no presente do acontecimento, Raimunda e Maria Preta estão sob as ordens do Locutor Antonio Carlos, como vemos pela estrutura da enunciação que mostra um ato diretivo de mando acentuado pelos verbos e pela performatividade, “*A Raimunda que está cuidando das goiabadas irá com a Maria Preta no sábado ou domingo para São Paulo a fim de partirem conosco na 2ª feira.*”, ou seja, o presente do enunciado projeta que as criadas não têm escolha, quem decide o que devem fazer, aonde ir, é o Locutor Antonio Carlos. Tal presente projeta uma perspectiva de que Raimunda e Maria Preta irão à São Paulo como mandou Antonio Carlos, a opção de não ir não existe.

Observando o nome Maria Preta, como já discutimos anteriormente, Preta funciona como especificador e determina o nome Maria. Ou seja, no espaço enunciativo, agora pós-abolição, o nome Preta serve para determinar a cor e a posição de cativa e de criada de Maria. Portanto, o nome Maria Preta é pertinente no presente desse acontecimento por designar escrava sem necessariamente a palavra escrava aparecer. A relação entre a posição de mando e a posição de submissão ainda funciona, porém, sob uma configuração diferente, porque no espaço pós-abolição a palavra escravo é silenciada, mas o sentido de escravo ainda funciona. Assim sendo, o sentido de escravo está presente nessa relação de determinação entre Maria e Preta, e pelo memorável vemos que com a abolição o racismo surge como uma nova configuração da escravidão, já que se trata de uma nova forma de dominar o escravo agora liberto. Domina-se não mais pela posse do corpo, mas agora, pela ideologia e pela diferença de cor e classe.

Então, diante ao exposto, temos que *Maria* é determinada por *Preta* e *criados* e designa *escrava liberta* como podemos ver no DSD a seguir.



Esses DSDs nos mostram um outro sentido para escravo materializado pelas palavras *Preta* e *criados*, a partir do memorável e da pertinência enunciativa. Nesses recortes, Maria Preta designa escrava liberta e a palavra *preta* projeta uma especificação da condição de escravos e da condição de inferioridade que passou a funcionar com a abolição. E com a palavra *criados* vemos a divisão do político que distribui os nomes, assim sendo, nesse espaço

político legitima-se a palavra *criados* e silencia-se a palavra escravo. Temos por fim que Maria Preta designa escrava liberta.

3.3.5 Sebastião

SEBASTIÃO	
Carta 3 Recorte H	<i>“Eu recomendei ao Sebastião que colhesse mamona (...)”,</i>
Carta 11 Recorte I	<i>“Entregarei a carta inclusa ao Sebastião.”</i>
Carta 12 Recorte J	<i>“Diga ao Sebastião que deixe aí uma besta de tropa para o Manoel Caetano trazer com encurtamento com a minha boiada que deve sair na semana seguinte, e você deve aprontar bem o cargueiro. Diga mais ao Sebastião que aperte com o benefício do café porque espero que logo cheguem tropas lá.”</i>

Analisemos primeiramente o recorte H da carta 3 *“Eu recomendei ao Sebastião que colhesse mamona (...)”*, temos o nome Sebastião sendo reescriturado uma vez por elipse não marcada em *“Eu recomendei ao Sebastião que (ele) colhesse mamona (...)”*. O nome também aparece no acontecimento do “Livro de Entrada e Sahida” da Fazenda Palmital de 1885 (anexo D) como sinônimo de escravo, onde temos o enunciado “Dinheiro ao escravo Sebastião 1\$500”. Nesse acontecimento em que a Fazenda do Palmital é transferida ao consórcio Elisa Botelho Moreira de Barros e Antonio Moreira de Barros, há a contabilidade do valor dos escravos e dos valores gastos e arrecadados nos meses de abril e outubro de 1885 dessa fazenda. Nesse texto observamos que o nome Sebastião designa escravo.

Diante disso, Sebastião referencia escravo já que como aponta Dias (2013) na perspectiva da Semântica do Acontecimento, a referência se dá por meio de relações de sentido entre uma enunciação e outras enunciações, produzindo assim um efeito de pertinência e o reconhecimento das entidades, ou seja, é por meio do contato entre um presente do acontecimento de uma enunciação e outras enunciações e seus memoráveis que o sentido e a pertinência são projetados e a referência faz-se significar. Assim, ao trazer o sentido do nome

Sebastião presente no acontecimento do “Livro de Entrada e Sahida” ao presente da enunciação da carta 3 podemos projetar que o nome Sebastião designa escravo.

Focando agora no verbo “*recomendei*” temos nesse acontecimento uma pertinência enunciativa em seu uso por proporcionar a suavização da posição de autoridade e mando do Locutor Antonio Carlos, o que permite que se acione o memorável de enunciações de amistosidade entre escravos e escravocratas, assim como dos escravos que eram leais aos seus senhores, que não se rebelavam e que aceitavam a negociação da liberdade e também o memorável dos escravocratas que supostamente eram bons senhores.

Esses memoráveis criam um efeito de sentido interessante, pois, o espaço enunciativo em que tal carta circulou, 1867, era um espaço enunciativo de tensão entre escravos e donos de escravos, mas o uso do verbo *recomendei* é pertinente por permitir um efeito de sentido de pedido, sustentado por um memorável de acordo entre escravocrata e escravo, e sendo assim o Locutor Antonio Carlos fala de uma posição enunciativa de administrador, mas assume, por outro lado, uma enunciação mais branda, mais amigável, de Senhor que recomenda ao escravo a efetivação de trabalhos e desejos.

O nome Sebastião designa escravo ao acionar um memorável de acontecimentos que recorta um domínio referencial de escravo, de acontecimentos enunciativos em que escravocrata e escravos procuravam realizar acordos e onde os escravocratas assumiam enunciações mais brandas e persuasivas para conseguir manter o escravo em seu poder com a possível abolição, pois circulava nesse espaço enunciações abolicionistas que projetavam uma pertinência enunciativa e nesse sentido, na enunciação do Locutor, uma postura estratégica.

Temos então o seguinte DSD, em que o nome Sebastião numa relação de integração entre o presente do acontecimento da carta 3 e o presente do acontecimento do “Livro de Entrada e Sahida” junto aos seus memoráveis, produzem um efeito de pertinência e reconhecimento de Sebastião como escravo. Diante disso, Sebastião designa escravo.

Sebastião --- (escravo)

Estudemos agora as cartas 11 e 12

Recorte I: *Entregarei a carta inclusa ao Sebastião. (Carta 11)*

Recorte J: *(1º) Diga ao Sebastião que deixe aí uma besta de tropa para o Manoel Caetano trazer com encurtamento com a minha boiada que deve sair na semana seguinte, e você deve aprontar bem o*

cargueiro. (2º) Diga mais ao Sebastião que aperte com o benefício do café porque espero que logo cheguem tropas lá. (Carta 12)

Analisando os dois recortes I e J temos que o nome Sebastião é reescriturado três vezes por repetição e uma vez por elipse “*Diga mais ao Sebastião que (ele) aperte com o benefício do café*”. E nos acontecimentos observados o nome Sebastião é predicado por uma tarefa ou por uma ordem. No recorte I da carta 11 “*Entregarei a carta inclusa ao Sebastião*” o verbo “*entregarei*” projeta um lugar que é preenchido pelo grupo nominal “*a carta inclusa*”, aqui temos que “*a carta*” é determinada por “*inclusa*”, portanto, Sebastião entregará várias coisas à Naninha e entre elas está a carta, pois o termo “*inclusa*” permite o acesso ao domínio de referência de adição, ou seja, leva-se várias coisas e também a carta, portanto, Sebastião realiza a tarefa de transporte de objetos, exercendo assim a função de escravo de transporte. Então, o nome Sebastião e a expressão “*a carta inclusa*” completam outro lugar do verbo que é preenchido por uma significação configurada historicamente de trabalho escravo e como aponta Dias e Dalmaschio (2008, p.103)

O verbo projeta um lugar, isto é, um espaço no interior do qual se constitui um domínio de referência. O objeto, enquanto forma linguística, é um recorte de significação historicamente delimitado que ganha uma forma na língua através desse lugar projetado.

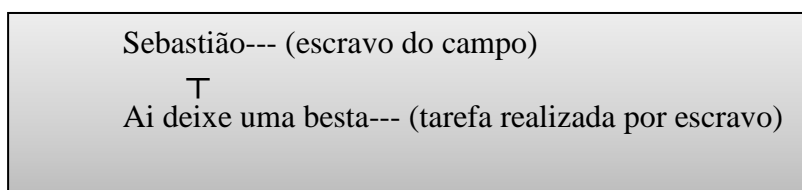
Então, o lugar projetado pelo verbo permite que o nome Sebastião funcione nesse acontecimento por meio do acesso ao domínio de referência de escravo, especificamente, de trabalho escravo, escravos responsáveis por realizar o transporte das cargas dos senhores e também de levar e trazer correspondências, ou seja, nesse acontecimento Sebastião designa escravo de transporte como apresentado no seguinte DSD:

Sebastião --- (escravo de transporte) T Entregarei a carta inclusa--- (tarefa a ser realizada por escravo)
--

Portanto, pelo DSD o nome Sebastião designa escravo e projeta um novo sentido materializado por “*entreguei a carta inclusa*”, sentido este de escravo de transporte.

No primeiro trecho do recorte J da carta 12, “*Diga ao Sebastião que deixe aí uma besta de tropa para o Manoel Caetano trazer com encurtamento com a minha boiada que deve sair na semana seguinte, e você deve aprontar bem o cargueiro*”, há ordens que Sebastião deve executar e a pertinência enunciativa (DIAS, 2013, 2016) justifica o uso do

nome Sebastião em detrimento do uso do nome escravo, pois o Antonio Carlos especifica com o nome próprio qual dos escravos deve realizar tal tarefa, assim sendo, Sebastião é o responsável pela execução dos trabalhos da fazenda, nesse caso, por cumprir a tarefa de deixar uma tropa de besta (animais responsáveis por transportes de cargas e execução de tarefas de tração animal, por exemplo, o cavalo) para que Manuel conduza a boiada com rapidez. Então, nesse acontecimento como apresentado no DSD Sebastião funciona como escravo do campo.



Nesse DSD, Sebastião designa escravo do campo, sentido este materializado por “Ai deixe uma besta” e pelo memorável das tarefas realizadas por escravos.

Focando agora no segundo trecho do recorte J da carta 12, “*Diga mais ao Sebastião que aperte com o benefício do café porque espero que logo cheguem tropas lá.*”, Sebastião é determinado por *benefício do café*, ou seja, nesse acontecimento o nome Sebastião designa beneficiar o café, um trabalho que ele deve fazer; o termo *aperte* aponta para uma memória de rapidez, agilidade, sendo assim, o escravo Sebastião deve realizar o trabalho com mais agilidade e rapidez. Diante disso podemos ter uma paráfrase do tipo: “O escravo Sebastião deve beneficiar o café rapidamente”. E esse presente remete a um memorável do trabalho escravo como uma forma de desenvolvimento de atividades econômicas agrícolas, pecuaristas, agropecuárias etc., que eram as principais atividades econômicas desenvolvidas no Brasil nesse espaço enunciativo de um Brasil agromercantil como mostra Zattar:

É no cenário de um Brasil agromercantil, recorrendo á mão de obra escrava africana para empregá-la nas grandes propriedades, que destacamos a instituição escravidão pela configuração de um regime de exploração do negro, cuja força de trabalho era utilizada para fins econômicos, principalmente, e cuja vida e corpo eram considerados como propriedade privada. (2012, p.25-26)

Então, o nome Sebastião designa escravo responsável pelo beneficiamento do café, atividade de pós-colheita usada para “limpar” o café por meio da eliminação das cascas e de sua separação dos grãos, assim sendo, Sebastião designa escravos responsáveis pelos trabalhos agrícolas, especificamente os trabalhos voltados para a cultura do café.

Logo, temos o sentido de escravo também projetado pelo memorável de um Brasil agromercantil em que a economia se baseava no cultivo de café, cana-de-açúcar, criação de gado, etc., assim, no acontecimento analisado o nome Sebastião designa escravo.

Sebastião --- (escravo) † Beneficiamento do café--- (trabalho escravo)
--

Por esse DSD a designação “escravo” é materializada pelo determinante “beneficiamento do café”, que funciona por sinonímia como trabalho escravo. E também podemos observar a partir dos DSDs o político na língua, a divisão pois, nos recortes H e I o locutor recomenda e entrega, já no recorte J, o locutor ordena (deixe e aperte).

3.3.6 Alfredo

ALFREDO	
Carta 7 Recorte K	<i>Amanhã que venha o Alfredo com a minha lata de roupa. Hoje faça ele experimentar a sobrecasaca no Alfredo assim como faça ele experimentar uma calça branca das minhas que tem remendo a ver se servem para aprontarem duas ou três para ele; é possível que careça cortar um pouco nas pernas. Por ele me diga amanhã o que é preciso fazer ou quantas calças pode arranjar a ele. Se a sobrecasaca precisar de algum retoque mandarei fazer.</i>
Carta 8 Recorte L	<i>Diga ao Alfredo que se o Braz arranjar as bestas para carregar a cana dele na 2ª feira que não mande os carros para carregar a cana e neste caso que mande 2 carros puxar café com os bois melhores o que peço descansar os outros na 2ª feira.</i>

O nome próprio Alfredo no recorte K da carta 7 é reescriturado duas vezes por repetição, “*Amanhã que venha o Alfredo com a minha lata de roupa (...)*”, “*experimentar a sobrecasaca no Alfredo (...)*”, cinco vezes por substituição através do pronome pessoal “ele”, “*(...) Hoje faça ele experimentar(...)*”, “*(...)assim como faça ele experimentar uma calça branca das minhas(...)*”, “*(...) a ver se servem para aprontarem duas ou três para ele (...)*” “*(...) Por ele me diga amanhã o que é preciso fazer ou quantas calças pode arranjar a ele.*”, e uma vez por elipse não marcada em “*a ver se servem (nele) para aprontarem duas*”. Além

disso, o nome Alfredo aparece e funciona no acontecimento da lista de escravos alforriados no município de São Carlos (ANEXO B). No acontecimento da lista Alfredo é determinado como sendo do sexo masculino, com idade de 23 anos, com liberdade sob condição concedida no ano de 1887.

O nome Alfredo no presente do acontecimento da carta 7, contrai pertinência enunciativa e é determinado por um referencial histórico (Dias, 2016) já que segundo Dias a designação de um nome “é determinado pelos referenciais históricos que o identificam e pela pertinência enunciativa contraída em determinado espaço de enunciação” (2016, p. 36).

Assim, o nome Alfredo, tendo em vista o referencial de escravo contraído pelo acontecimento enunciativo em que a palavra funciona e outras enunciações históricas em que o nome funcionou, como a lista de escravos de Antonio Carlos, anexo B, alforriados sob condição em 1887 agrega uma pertinência enunciativa nesse espaço de enunciação em que o nome funciona com o sentido de escravo, e onde o escravocrata doa suas roupas remendadas ao escravo como forma de criar um efeito de sentido de zelo, como já apresentado anteriormente na análise da cena enunciativa.

Observando o trecho *“Por ele me diga amanhã o que é preciso fazer ou quantas calças pode arranjar a ele. Se a sobrecasaca precisar de algum retoque mandarei fazer.”*, temos que o lugar de performatividade é constituído pela posição enunciativa do locutor escravocrata/benfeitor na relação que estabelece com a Alocutária Naninha, que assume a posição de alocutária administradora, como já mencionado, e também na relação que contrai com o escravo Alfredo ao doar roupas a ele, e diante disso projeta ao mesmo tempo um lugar de escravocrata e um lugar de “benfeitor”. E essa performatividade contrai uma pertinência enunciativa por meio de um efeito de sentido de confiança, ou seja, além de ganhar as roupas que eram do locutor escravocrata, o escravo levará um recado de Naninha a Antonio Carlos, reforçando assim o laço de zelo que o Locutor cria para manter o controle sobre seus cativos, e tudo é sustentado pelo memorável do benfeitor, por enunciados outros, de outros tempos e outros lugares e pelo memorável da liberdade que só pode ser concedida pelo escravocrata por meio da carta de alforria e para acessá-la o escravo precisava ter um “bom comportamento”.

Assim sendo, temos uma perspectiva de que para ter acesso à liberdade, o escravo só contava com duas formas, ou as fugas e outras formas radicais de resistências, ou a liberdade pela alforria, e diante dessas possibilidades, a liberdade pela carta de alforria dependia do relacionamento que o escravo mantivesse com o seu dono. Portanto, ser um escravo “bom” era uma prerrogativa indispensável para a liberdade, manter uma relação de submissão extrema ao senhor um pré-requisito necessário.

Todo esse presente do acontecimento e esse memorável abre uma latência de futuro de sentidos que permitiu, mesmo com a abolição, que Antonio Carlos não sofresse redução de sua mão-de-obra, pois o presente projetou uma futuridade de que era bom ficar na fazenda, trabalhar para Antonio Carlos, como podemos ver na enunciação de Anna Blandina de Arruda Botelho, “Em 1888, dias depois da Abolição dos Escravos, fomos para o Pinhal; nem parecia que havia ocorrido este grande acontecimento, os escravos trabalhavam como dantes, tudo estava calmo e sereno”. (GORDINHO, 2004, p.88)

Então vemos que a temporalidade do acontecimento configurou sentidos que significaram e projetou uma imagem pertinente do Locutor Antonio Carlos como um locutor escravocrata bom, que sustentou o sentido de que era melhor permanecer na fazenda realizando os mesmos trabalhos de antes da abolição.

Diante de todo o exposto, o nome *Alfredo* nesse acontecimento designa escravo por uma relação de integração entre o acontecimento da carta 7 e o acontecimento da lista. Alfredo designa escravo de bom comportamento que ganha roupas do escravocrata, um suposto tratamento de zelo, onde uma relação de fidelidade é criada para que o escravo continue obediente e submisso como é evidenciado no DSD.

Alfredo--- (escravo de bom comportamento) --- (escravo submisso)
┌
Ganhar roupas tratamento de zelo--- (fidelidade)

Tomando agora o recorte L da carta 8,

Recorte L: *Diga ao Alfredo que se o Braz arranjar as bestas para carregar a cana dele na 2ª feira que não mande os carros para carregar a cana e neste caso que mande 2 carros puxar café com os bois melhores o que peço descansar os outros na 2ª feira.*

O nome Alfredo é reescriturado duas vezes por elipse “*que (ele) não mande os carros para carregar a cana*”, “*que (ele) mande 2 carros puxar café*” e funciona nesse acontecimento como responsável pelo transporte da cana-de-açúcar e do café, exercendo, portanto, a função de escravo do campo, especificamente como transportador.

O nome Alfredo funciona no presente desse acontecimento como escravo mesmo que teoricamente tenha sido liberto anos antes, (1887). A sua liberdade era sob condição o que

permite o memorável da alforria sob condições, ou seja, mesmo recebendo a suposta liberdade o escravo devia cumprir tarefas e trabalhos por um determinado tempo.

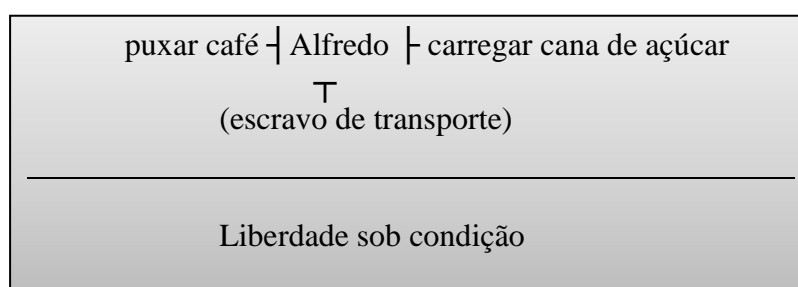
Alforria sob condições, refletia um dos mecanismos de controle do senhor que acenava a liberdade do escravo em troca do cumprimento de condições registradas nos testamentos em vida. Muitas vezes esta forma de alforria exigia que o escravo prestasse serviços até a morte do proprietário, do cônjuge, e até mesmo dos filhos do senhor (CUNHA, 1988; OLIVEIRA, 1979 apud ZATTAR, 2012, p.40)

Ou seja, o nome Alfredo referencia escravo liberto sob condição, uma forma que o Locutor tinha de manter seu poder sobre os cativos e evitar ao mesmo tempo uma rejeição e uma revolta, e tal sentido é sustentado pelo memorável de que os senhores tinham o poder de dar a alforria e isso fazia parte de uma estratégia de manter o controle sobre os escravos e produzir dependentes, era uma maneira de fazer com que escravos se tornassem escravos libertos sob condição ainda fieis e submissos a seus antigos donos, ou seja, no espaço enunciativo em que tal carta circulou, 1890, a lei Aurea já havia sido assinada e mesmo assim o escravo Alfredo continuou a trabalhar para Antonio Carlos. Tal sentido também se explica através do memorável da liberdade sob condição. Como já mencionado Alfredo foi liberto em 1887, porém sob condição e essa forma de liberdade produzia um efeito de sentido de fidelidade em que os escravos mesmo com a Abolição da escravidão permaneciam cativos a Antonio Carlos, permaneciam “fieis” ao escravocrata, como se este fosse seu salvador por ter-lhes liberto antes da lei, essa é a pertinência enunciativa da questão da liberdade de Alfredo.

Acessando outros enunciados, especialmente os da Carta 7 (“Rio Claro, 18 de outubro de 1886”), o efeito de sentido que funcionou naquele acontecimento se renova nesse novo acontecimento confirmando o que Guimarães diz “o acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença” (2005, p.12). Naquele acontecimento o Locutor Antonio Carlos sustentou uma posição enunciativa de “bom senhor”, que permitiu uma latência de futuro de lealdade, que no presente da enunciação em análise resignifica e funciona novamente. Ou seja, mesmo após a abolição e mesmo estando liberto, Alfredo continua trabalhando com Antonio Carlos, continua cativo a ele; essa posição foi moldada nas enunciações anteriores e sustentada pela posição assumida pelo Locutor Antonio Carlos no presente da enunciação. E é nesse presente do acontecimento que o nome Alfredo funciona como escravo de transporte, mesmo estando supostamente liberto. E tal posição é articulada por meio do interdiscurso, enunciados outros em que o nome Alfredo também funciona como escravo.

Nesse acontecimento, Alfredo continua na fazenda a realizar os serviços rurais, realizando trabalho tanto nas lavouras de cana quanto nas lavouras de café. O nome Alfredo nesse acontecimento ganha pertinência enunciativa ao nos reportarmos ao memorável de que a liberdade acontecia no papel, mas não exatamente na prática. Além disso, o nome Alfredo aqui também significa ao contrair pertinência por possibilitar uma relação entre a memória e a atualidade, ou seja, o memorável de zelo de Antonio Carlos, o memorável dos acordos realizados para a concessão da alforria, que nesse presente do acontecimento significa e faz com que a tal sonhada liberdade seja algo utópico, já que mesmo estando liberto, Alfredo ainda exerce as mesmas funções de antes de receber a liberdade sob condição, o que significa que na prática Alfredo ainda era escravo, ou seja, Alfredo “liberto” é Alfredo submisso a Antonio Carlos, é o Alfredo reconhecido por meio de um documento que diz que ele está livre, mas que na prática não produz mudanças na sua condição e ele continua preso ao Locutor Antonio Carlos.

E isso tudo nos mostra que Alfredo é determinado por “*carregar a cana*” e por “*puxar café*”, e funciona nesse acontecimento como escravo do campo, especificamente escravo responsável pelos transportes, sentido projetado pelos verbos *puxar e carregar*, portanto, Alfredo designa escravo, pois na prática a liberdade sob condição não modificou sua condição anterior de escravo, ou seja, temos uma relação de antonímia como evidenciado no DSD a seguir:



Esse DSD mostra que Alfredo designa escravo de transporte, sentido materializado pelo memorável, pela pertinência enunciativa e pela relação de determinação entre as expressões “*puxar café*” e “*carregar cana de açúcar*”. Pela linguagem podemos então analisar essa relação de antonímia entre o Alfredo escravo de transporte e Alfredo com liberdade sob condição, ou seja, a pertinência da liberdade sob condições mostra um controle do senhor sobre o escravo que continuava a realizar os mesmos trabalhos que realizava antes da alforria sob condição.

3.3.7 Zeferino

ZEFERINO	
Carta 9 Recorte M	<i>Houve um desastre no caminho, quebrando a lança do carro em uma descida, porém saltei de cima sem machucar-me porém o Zeferino deixou passar a roda de trás por cima da cabeça, machucando pouco que me parece será nada.</i>
Carta 10 Recorte N	<i>São portadores desta dois moços alemães que vão juntos para trabalharem no campo; por isso logo que eles aí cheguem, mande-lhes dar cômodos embaixo do sobrado, trate-os bem e que vão trabalhando no campo com o Zeferino.</i>

Analisemos o recorte M da carta 9:

Recorte M: (1) *Houve um desastre no caminho,* (2) *quebrando a lança do carro em uma descida,* (3) *porém saltei de cima sem machucar-me* (4) *porém o Zeferino deixou passar a roda de trás por cima da cabeça,* (5) *machucando pouco que me parece será nada.*

Observando o nome Zeferino, este é reescriturado por elipse não marcada (por cima da cabeça *dele*) e a orientação argumentativa do conectivo *porém*, nesse recorte em especial, produz um efeito de sentido que apresenta que Zeferino é escravo, já que de acordo com Guimarães (2007) uma orientação argumentativa sempre leva a uma conclusão. Então, a orientação argumentativa do conectivo *porém* leva-nos a considerá-lo semelhante ao funcionamento do conectivo *mas* observado por Ducrot (1987, 1989) e por Guimarães (2007).

Considerando esse recorte, estamos diante de enumerações por coordenação, onde os enunciados (2) e (3), (3) e (4) são enunciados que se articulam por uma relação de paralelismo, e onde o termo *porém* incide sobre tais enunciados produzindo um efeito argumentativo que orienta para a conclusão de que Zeferino é escravo.

Analisando o recorte M, temos que aconteceu um acidente, Antonio Carlos não se machucou por ter pulado do carro a tempo, concluímos que Antonio Carlos é esperto, superior, ágil, inteligente, conclusão orientada pelo primeiro *porém*, ou seja, “*aconteceu um acidente, no entanto, Antonio Carlos não se machucou por ser esperto*”.

Já o segundo *porém*, tem uma orientação argumentativa contrária, e portanto, um efeito de sentido diferente. O Zeferino, por não ser ágil, nem esperto, ser inferior e escravo

deixa a roda passar em sua cabeça. O verbo *deixou*, como já mencionado na análise da cena enunciativa da carta 9, auxilia nesse efeito de inferioridade, estereótipo atribuídos aos escravos, então temos, “*aconteceu um acidente, no entanto, Zeferino se machucou por não ser esperto*”.

Segundo Ducrot (1987, 1989) o *mas* e seus correlatos sempre direcionam para uma conclusão a partir do segundo encadeamento, ou seja, A *mas* B orienta para uma conclusão não C a partir de B, portanto, o *mas* cria uma orientação argumentativa contrária a C, pois A é um argumento e B um contra-argumento, assim, o *mas* produz argumentos contrários para uma mesma conclusão.

Então, diante da enumeração teremos “(A) *Houve um desastre no caminho, quebrando a lança do carro em uma descida, / (B) porém saltei de cima sem me machucar-me.*” aqui apresentamos a fórmula A porém B; A orienta para uma conclusão C, todos estão machucados. Essa seria a conclusão sem a presença do conectivo *porém*. O *porém*, no entanto, orienta para uma conclusão C diferente da orientada por A. O *porém* orienta para a conclusão de que Antonio Carlos não se machucou, portanto ele é esperto, inteligente, ágil.

Analisando agora o segundo *porém*, vemos que ele remete a uma conclusão semelhante a A. Temos “(A) *Houve um desastre no caminho, quebrando a lança do carro em uma descida, / (B) porém saltei de cima sem me machucar-me / (C) porém o Zeferino deixou passar a roda de trás por cima da cabeça, machucando pouco que me parece será nada.*” Aqui a conclusão orientada pelo primeiro *porém* é redirecionada pelo segundo *porém*, assim, diferentemente de Antonio Carlos, Zeferino se machuca, é ignorante, inferior e por isso não conseguiu sair ileso do acidente e deixou que algo ruim lhe acontecesse.

A inferioridade neste espaço enunciativo remete ao escravo. E como a voz do escravo não era ouvida, o fato de que o Zeferino se machucou não é considerado, pois, de acordo com o que o Locutor Antonio Carlos enuncia o fato não era nada demais, ou seja, a opinião do Zeferino não importa, se machucou ou não, quem decide é o Antonio Carlos, “(...) *machucando pouco que me parece será nada.*”, pois na cena enunciativa da escravidão, quem tem voz é o locutor escravocrata, administrador, fazendeiro, senhor do engenho, o escravo não tem lugar de fala, não tem direito a fala.

Após todo o exposto temos o seguinte DSD em que Zeferino é determinado por “*deixou passar a roda de trás por cima da cabeça*” e “*machucando*” que aponta para um domínio de referência de estupidez, que nos remete por meio do memorável ao sentido de escravo, que no espaço da enunciação da escravidão funciona ao referenciar estupidez e inferioridade, ou seja, o termo escravo não aparece no presente do acontecimento, mas seu

sentido funciona no presente do acontecimento. Ainda temos que o nome Zeferino mantém uma relação de antonímia com o nome Antonio Carlos, já que Zeferino designa escravo e Antonio Carlos designa escravocrata, portanto, um está em oposição ao outro.

Zeferino deixou passar a roda de trás por cima da cabeça--- (estupidez) --- (escravo)
T
Machucando
Antonio Carlos sem machucar-me ---- (esperteza) --- (escravocrata)

Passemos a análise do recorte N da carta 10 (1865). Nesse recorte focaremos nosso olhar no nome Zeferino e na expressão dois moços alemães.

Recorte N: (1) São portadores desta dois moços alemães que vão juntos para trabalharem no campo; (2) por isso logo que eles aí chegarem, mande-lhes dar cômodos embaixo do sobrado, (3) trate-os bem e que vão trabalhando no campo com o Zeferino.

Observando esse recorte temos que os elementos são articulados por enumeração de maneira a dar fluidez a performatividade, adicionando por coordenação um acontecimento ao outro. E assim, o sentido de ordem é sustentado. A enumeração em (2) e (3) articulam os argumentos que mostram como o grupo nominal *dois moços alemães* funciona nesse enunciado, ou seja, a expressão *dois moços alemães* designa trabalhadores imigrantes e livres, portanto, devem ser tratados bem. Aqui a enumeração (1) articula-se a (2) por argumentação, assim, há dois alemães que vão trabalhar na fazenda e por serem trabalhadores imigrantes devem ser tratados bem, ou seja, dois trabalhadores alemães, portanto tratar bem. Esse enunciado ainda projeta a forma como a Alocutária Naninha deve proceder em relação aos dois moços alemães, o que mostra que o Locutor Antonio Carlos ao escrever a carta 10 é agenciado pela necessidade de apresentar ordens que a alocutária administradora deve executar.

Identificamos uma articulação por sinonímia por meio dos trechos “vão juntos para trabalharem no campo” e “trabalhando no campo com o Zeferino” que projetam um efeito de sentido de que os trabalhadores imigrantes realizarão o mesmo trabalho de um escravo específico, Zeferino. Usar o nome próprio Zeferino se faz pertinente nesse acontecimento enunciativo, pois o nome proporciona o acionamento do memorável referente aos trabalhos

realizados por esse escravo em específico, é pertinente usar o nome para especificar a tarefa a ser desenvolvida, ou seja, os imigrantes devem realizar a mesma tarefa que o escravo Zeferino realiza especificamente. E do ponto de vista de Guimarães (2012, p.7), “o nome próprio tem sentido e este é construído enunciativamente por relações de linguagem”. Portanto, o sentido de Zeferino é construído pelo funcionamento da enunciação e aqui adquire pertinência enunciativa e designa escravo.

O grupo nominal “*dois moços alemães*” é reescriturado três vezes por substituição, no primeiro caso por meio do pronome pessoal “*eles*”, e em seguida por meio dos pronomes oblíquos “*lhes*” e “*os*”, respectivamente “*São portadores desta dois moços alemães que vão juntos para trabalharem no campo; por isso logo que eles aí cheguem, mande-lhes dar cômodos embaixo do sobrado, trate-os bem e que (dois moços alemães) vão trabalhando no campo com o Zeferino*. Ainda temos que o grupo nominal é reescriturado uma vez por elipse. Aqui, os *dois moços alemães* são trabalhadores livres, já que *dois moços alemães* é articulado por dependência a relação é tal que *dois moços* vincula-se a *alemães* constituindo uma única unidade que aponta para um referencial de trabalhador imigrante e conseqüentemente livre.

Os trabalhadores estrangeiros, de acordo com Antonio Carlos, iriam trabalhar no campo com o escravo Zeferino, pois a compra de escravos estava cada vez mais difícil e esse acontecimento permite o acesso ao memorável das leis que tentavam pôr o fim ao tráfico, como podemos rememorar acessando o memorável das enunciações históricas que mostram que por volta de meados do século XIX vários fatos fizeram com que os fazendeiros do chamado Oeste Paulista ficassem em alerta quanto à questão do uso da mão-de-obra escrava no cultivo das lavouras de café, um desses fatos, por exemplo, foi o fim do tráfico negreiro em 1850 que dificultou o reabastecimento dos escravos e com isso elevou os preços dos cativos que eram trazidos de outras províncias.

Então, começar a inserir trabalhadores imigrantes nas lavouras era uma forma de amenizar os impactos das leis sobre o fim da escravidão. E como vimos pela enumeração “*moços alemães*” designa trabalhadores imigrantes, livres e o nome Zeferino designa escravo. Esse efeito de sentido é sustentado pelo memorável do uso simultâneo de mão-de-obra escrava e livre, já que essas duas modalidades de mão-de-obra passaram a conviver em conjunto em diversas fazendas da região. “Na região de São Carlos não houve uma substituição total da mão de obra escrava pela imigrante, embora alguns ex-escravos tivessem abandonado as fazendas locais após a abolição.” (CENTRO DE ESTUDOS CASA DO PINHAL, 2016, p.13-14)

Esse acontecimento e esse memorável mostram que havia um tratamento diferenciado entre os escravos e os imigrantes e que o lugar de moradia projetava diferenças de posições enunciativas, ou seja, pela divisão da língua materializada pelas diferentes moradias temos que escravos e imigrantes não pertencem ao mesmo domínio referencial. A expressão “*mande-lhes dar cômodos embaixo do sobrado*” mostra que os imigrantes não eram tratados como escravos por isso não ficariam nas colônias escravas (antigas senzalas), porém, também não estavam no mesmo nível que os escravocratas, então ficariam nos cômodos que ficam embaixo do sobrado, assegurando sua inferioridade em relação aos escravocratas e revelando sua superioridade em relação aos escravos. Mesmo realizando o mesmo trabalho que um escravo, os imigrantes eram tratados com deferência por não serem classificados como cativos. No espaço enunciativo da escravidão os imigrantes eram vistos pela sociedade como superiores aos escravos, portanto, tinham voz, eram considerados trabalhadores e não uma propriedade ou um elemento servil. Esse efeito de sentido é constituído por um memorável do negro como ser inferior que funcionava na sociedade brasileira e foi adotado pelos imigrantes que rapidamente aprenderam a ver os escravos como seres inferiores. Ou seja, o memorável nos apresenta a facilidade com que os imigrantes acataram o funcionamento do efeito de sentido da escravidão, que tomava o negro como ser depressível, assim “bastava os brancos brasileiros sistematicamente tratarem os negros como congenitamente inferiores e feitos para servir, e os imigrantes recém-chegados rapidamente aprendiam a trata-los da mesma maneira”. (MONSMA, 2005, p.130)

Portanto, diante de todo o exposto temos que no presente do acontecimento Zeferino designa escravo, ou seja, mesmo a palavra escravo não aparecendo no acontecimento, seu sentido funciona e é apresentado por meio das análises que mostram que nesse acontecimento Zeferino funciona como sinônimo de escravo. E que *dois moços alemães* portanto, em uma relação de antonímia com o sentido de escravo, funciona com o sentido de trabalhador imigrante e é determinado no acontecimento pela expressão *trabalharem no campo*, que remete ao memorável do trabalhador imigrante que dividiu espaço no campo com o escravo. Assim, apresentamos o seguinte DSD:

Zeferino--- (escravo)
Dois moços alemães --- (trabalhador imigrante)
T trabalharem no campo

Esse DSD mostra a relação de oposição entre *Zeferino* e *Dois moços alemães* a partir da análise do funcionamento da língua, da pertinência enunciativa e do memorável que proporcionaram que mostrássemos essa diferença.

3.3.8 Elisia

ELISIA	
Carta 22 Recorte O	<i>Aqui chegando hoje encontrei a Elisia já com sinais de bebedeira e uma hora depois estava ela estritamente bêbada na alcova da sala com 2 garrafas ao lado, sendo uma de vinho e outra de genebra, as quais recolhi para o armário e deixei-a dormindo em paz. Acordando-se dali a 2 horas, saiu pela porta ralhando muito com a Maria Preta e levando mais uma garrafa que não tínhamos visto, por isso eram 3 garrafas.</i>
Carta 23 Recorte P	<i>Ontem à noite apanhou-se a Elisia e a prendi em um quarto para mandar amanhã entregar à Justiça na cidade acompanhada das testemunhas. Ela ficará na cadeia não sei por quantos anos visto que o seu crime é de roubo, que é mais agravante. Assim mesmo tenho dó dela, coitada, é tão boa quando não bebe.</i>

O nome Elisia na carta 22 é reescriturado duas vezes por substituição como podemos ver em “*estava ela estritamente bêbada na alcova da sala (...)*” e em “*(...) deixei-a dormindo em paz.*” e também é reescriturado uma vez por elipse “*(ela) saiu pela porta*”.

Contraí pertinência enunciativa por funcionar com o sentido de escrava problema, ou seja, no acontecimento enunciativo o nome contraí pertinência por uma anterioridade e por um memorável dos escravos rebeldes que se revoltavam e enfrentavam a autoridade do escravocrata através de atitudes tais como beber, pegar objetos dos patrões, fugir, brigar, não realizar o trabalho como foi solicitado, etc. Temos então um memorável de que os escravos oscilavam entre a passividade e a rebeldia, e os atos de rebeldia eram uma das únicas formas que os escravos tinham para negarem sua coisificação social numa tentativa de afirmarem sua posição diante a sociedade, e de se firmarem como sujeitos. Então, diante do explanado, Elisia mesmo livre trabalha para Antonio Carlos, pois num espaço enunciativo pós-abolição os negros, colonos, escravos libertos, ainda não têm voz, mesmo estando libertos fisicamente estão presos a uma ideologia que rege tal espaço enunciativo, espaço político que produz uma normatividade que regula o funcionamento da língua e permite a enunciação de certas palavras e o silenciamento de outras. Então, no presente do acontecimento o nome Elisia designa escrava livre, mas que encontra-se submissa ao patrão e dessa forma rebela-se,

comporta-se mal, confronta o poder do Locutor ao violar as bebidas do patrão, o que é algo inadmissível nesse espaço regulamentado.

Mesmo designada como escrava liberta sua liberdade não é total, a lei libertou o corpo do escravo, mas não a sua voz e nem a sua ideologia e autonomia, pois mesmo libertos muitos se encontram sob uma nova forma de controle, uma nova configuração do poder, uma nova relação entre escravo/escravocrata. Nesse espaço político, onde há o conflito e onde há o embate entre as posições que procuram seu pertencimento e legitimidade, a lei liberta o corpo do escravo, que pode ir e vir, porém, este se encontra preso à discursos que não o legitima e nem o reconhece, dessa maneira, muitos destes se encontram ainda presos a seus antigos escravocratas e agora patrões, dependem da troca do trabalho pela sobrevivência, e aí está o político “divisão do real e afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos” (GUIMARÃES, 2002, p.16), os escravos não estão incluídos e lutam pelo pertencimento.

Assim, o nome Elisia no presente da enunciação é determinado pela expressão “*estirada bêbada*” que projeta o sentido de rebeldia, de confronto e pela expressão “*ralhando muito com Maria Preta*” que apresenta uma tentativa de dar voz a si e aos outros cativos ao dirigir-se a Maria Preta, ou seja, o funcionamento do nome Elisia no presente do acontecimento produz juntamente com o memorável de castigo de escravos rebeldes e indisciplinados, uma latência de futuro de que ela será de alguma forma punida, mas no funcionamento do espaço enunciativo da abolição, tal punição não será mais castigos físicos e nem o tronco. Portanto, temos o seguinte DSD para o nome Elisia que designa escrava liberta e é determinado por *estirada bêbada* que designa rebeldia e também é determinado pela expressão *ralhando muito com Maria Preta* que no presente designa dar voz a si e aos outros escravos:

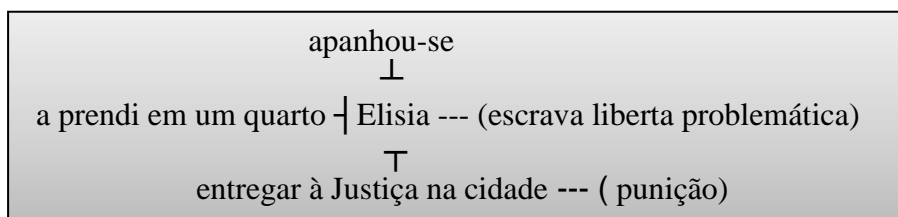
<p>Elisia --- (escrava liberta) \vdash <i>estirada bêbada</i> --- (rebelde)</p> <p style="text-align: center;">T</p> <p>Ralhando muito com Maria Preta--- (dar voz a si e aos outros cativos)</p>
--

Agora no recorte P da carta 23 o nome Elisia funciona com o sentido de escrava liberta problemática e contrai pertinência enunciativa por uma anterioridade e enunciados outros em que o nome funcionou. O nome Elisia, portanto, recorta um domínio de referência de escravos rebeldes que se rebelavam de várias formas como já observamos na análise anterior, no caso de Elisia por meio do roubo.

Assim, por designar escrava rebelde o locutor escravocrata é agenciado a puni-la com a prisão, já que perder os serviços dela não lhe afeta mais, pois ela não faz mais parte de seu patrimônio e nem contrai mais valor econômico. Por isso, entregá-la a polícia é uma punição que não o afeta economicamente, porque seus escravos não representam e nem fazem mais parte de sua riqueza.

O nome Elisia simboliza um exemplo para os outros escravos que permanecem na fazenda, ou seja, quem desacatar as ordens do locutor pode ter o mesmo destino que ela como vemos pelo trecho “*Ontem à noite apanhou-se a Elisia e a prendi em um quarto para mandar amanhã entregar à Justiça na cidade (...)*”, onde o nome Elisia é determinado por *apanhou-se* que aponta para um domínio de referência de capturar, aprisionar, deter, então o verbo *apanhou* projeta que Elisia não pode mais ir e vir por vontade própria e a expressão *a prendi* também aponta para um domínio de referência de confinar, capturar, engaiolar, aprisionar, o que reforça e configura uma nova forma de manter o controle sobre os escravos que permanecem na fazenda servindo o Locutor Antonio Carlos e sua família. Esses escravos permaneceram sob o domínio do escravocrata por meio do memorável de enunciados e discursos outros que funcionaram e sustentaram o efeito de sentido de que ficar na fazenda era algo bom, e servir a Antonio Carlos também, pois a sociedade pós-abolicionista não reconhecia os negros libertos como semelhantes aos brancos. Estes ainda não são legitimados e nem são ouvidos. Estão mortos como diz Ranciére (1994) por não ter lugar de fala, “tudo fala, tudo tem um sentido na medida em que toda produção de fala é destinada à expressão legítima de um lugar” (RANCIÉRE, 1994, p. 73), ou seja, para ser afirmado, para poder falar e ser ouvido, o escravo precisa estar em um lugar legitimado e reconhecido.

Então, o nome Elisia designa escrava liberta problemática que ao violar a autoridade do Locutor Antonio Carlos, novamente vê-se presa com a suposta liberdade sendo-lhe retirada. Não tem lugar de fala, por isso não significa e nem é ouvida. Diante disso, o nome Elisia é determinado por “*apanhou-se*” e por “*a prendi em um quarto*” que projeta um efeito de escrava liberta que está presa as vontades do locutor escravocrata responsável pelo seu destino e é determinada também por “*entregar à Justiça na cidade*” que mostra um efeito de sentido de punição, que agora no presente do acontecimento da carta 23 não se dá pelo tronco, porque o espaço enunciativo se reconfigurou por ser político e com a assinatura da lei Aurea, um novo conflito se instaura, o real é redividido, e diante disso as formas de punição se reconfiguram e não se dão mais por castigos físicos e sim por prisão. Temos o seguinte DSD para o nome Elisia que designa escrava liberta problemática, sentido observado pelas análises do presente do acontecimento e pelo memorável.



3.4 A questão da designação do escravo e de seu silenciamento.

Nesse item vamos estudar tanto a designação de escravo, “o que se poderia chamar de significação de um nome” (GUIMARÃES, 2005, p.9) quanto outras palavras que designam escravo e dessa forma mostram o silenciamento da palavra escravo, já que de acordo com a perspectiva da Semântica do Acontecimento as designações podem silenciar, apagar e até estabilizar os sentidos, também podem instalar outros sentidos. Em nosso corpus observaremos que algumas designações silenciam a palavra escravo, é o caso por exemplo da palavra caipora que no presente do acontecimento funciona com o sentido de escravo, como apresentaremos em nossas análises. A questão do silêncio nos remete, como já apresentado no aporte teórico, aos estudos de Eni Orlandi, que afirma que o silêncio significa. Assim, o estudo das outras palavras que designam escravos nos ajudam a mostrar o silêncio da palavra escravo assim como também nos ajudam a mostrar os sentidos apagados.

Os processos de designações, na perspectiva de Guimarães, são produzidos pela linguagem e pelo confronto de discursos que movimentam o presente e a memória do acontecimento. Desse cruzamento de discursos, as designações, de modo geral, podem silenciar sentidos, instalar outros sentidos, e ainda, estabilizar um sentido pelo apagamento de outros. (ZATTAR,2012,p.59)

Procuramos, dessa forma, investigar as designações de escravo tomando a história e o memorável como relações linguísticas remetidas ao real para observamos os sentidos outros que o cruzamento de discursos e o movimento do presente e da memória do acontecimento permitem.

3.4.1 A designação de escravo

Para estudar a questão da designação de escravo em nosso corpus fizemos um agrupamento de cartas em que podemos observar o funcionamento da palavra escravo. Diante disso, nesse primeiro grupo teremos as cartas 4, 6, 13 e 14.

Iniciemos nosso estudo da designação de escravo partindo da carta 4. Para isso selecionamos o recorte 1.

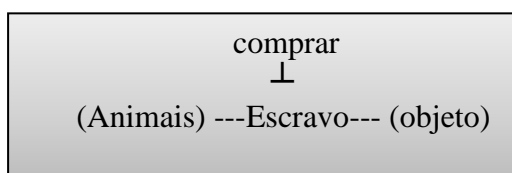
Recorte 1- *Aqui chegamos ontem e hoje sigo para o Rio de Janeiro de onde pretendo voltar logo, visto como vou certo de não comprar escravos.*

Tomando por base os conceitos desenvolvidos por Dias (2012, 2013a, 2013c) observamos que o lugar do objeto projetado pelo verbo *comprar* é afetado por uma *força de progressão* na medida em que aponta para um objeto de memória (DIAS, 2012, 2013a, 2013c) que faz com que o lugar de objeto possa ser representado por qualquer outro contorno referencial que compõe o domínio do memorável acessível. Aqui o memorável acessível é aquele de comércio de escravos.

A força de progressão do verbo *comprar* aponta para um domínio de referência de objetos e animais, ou seja, se compra objetos, se compra animais. O verbo, juntamente com o memorável, permite que acessemos esse domínio e não outros. Mas, diante do espaço enunciativo em que tal enunciado funcionou e circulou, neste acontecimento, o presente da enunciação permite o preenchimento do lugar de objeto por meio da palavra escravo, pois o memorável permite a associação entre o termo escravo e os termos objetos e animais, ou seja, temos que escravo designa objeto e animais e que por isso pode ser vendido e comprado.

Escravo, portanto, compõe o memorável de coisa e animal pelo apontamento do verbo *comprar*. Assim, o efeito da “força de progressão na ocupação do lugar do objeto (...) é o de construção de objetos de memórias apontados na relação com a temática desenvolvida” (DIAS, 2013a, p.233)

O memorável permite que a designação de escravo como objeto e animais seja sustentada e como afirma Dias “o lugar sintático nesse processo de qualificação é um lugar de contato entre uma memória de ditos e a atualidade do dizer.” (2013a, p.236). Assim sendo, o termo *comprar* determina *escravos* que funciona nesse presente do acontecimento como sinônimo de *animais e objetos*. Temos, então, o seguinte DSD:



Temos assim pelo DSD que escravo é designado como animal e como objeto. A designação de escravo como objeto e mercadoria também pode ser observada no presente do acontecimento da carta 6 e 13 e diante disso a designação de escravo nesses acontecimentos instauram e afirmam esses sentidos, mas também instaura um novo sentido, o de propriedade. Observemos primeiramente o recorte 2 a seguir retirado da carta 6.

Recorte 2: *Os jornais tanto da Corte como alguns da Província muito têm se ocupado de um projeto que apresentei à Assembleia de revogação do imposto sobre a entrada de escravos na Província. É conselho sem efeito, que nenhum incômodo me causa e por isso não se incomode com o que ler por ai.*

Temos que a palavra “*projeto*” é reescriturado por expansão em “*revogação do imposto sobre a entrada de escravos na Província*”, ou seja, todo o enunciado é uma ampliação do que está exposto pela palavra “*projeto*” que permite um memorável das tarifas de impostos que eram cobradas sobre a venda dos escravos que assemelhados a mercadorias, tinham valor monetário, tarifas de impostos, assim como qualquer mercadoria a ser comercializada.

Esse efeito de sentido também é apresentado por meio do mecanismo de pressuposição de Ducrot (1987). Observando o enunciado “*Os jornais tanto da Corte como alguns da Província muito têm se ocupado de um projeto que apresentei à Assembleia de revogação do imposto sobre a entrada de escravos na Província*”, temos um posto que mostra que o Locutor Antonio Carlos deseja acabar com o imposto sobre a entrada de escravos na Província, como pressuposto projetamos que há um imposto cobrado sobre a compra e venda de escravos para a Província, ou seja, para comprar e trazer novos escravos para a província, manter o tráfico interprovincial, o escravocrata deveria pagar um imposto.

Como nos mostra Ducrot, há dois enunciadores na enunciação, o E1 e o E2, onde o segundo é o responsável pelo conteúdo contido no posto que integra-se ao L que deseja acabar com o imposto sobre a entrada dos escravos para facilitar o tráfico e o E1 assume o conteúdo do pressuposto que integra-se a uma voz coletiva que afirma existir um imposto cobrado sobre a mercadoria escravos.

Assim, acessando o memorável temos que o tráfico interprovincial estava aumentando bastante à tensão social nas províncias devido ao comportamento agressivo e rebelde dos escravos, e isso gerou uma insegurança na elite e nos comerciantes em relação ao

comportamento desses escravos que eram importados, e isso fez com que os deputados paulistas criassem um imposto de importação de escravos que estagnou o tráfico interprovincial. Observando o presente do acontecimento percebemos que é sobre esse imposto que o locutor escravocrata enuncia. Ou seja, Antonio Carlos queria facilitar a compra e venda de escravos para a província, pois era a principal forma de mão-de-obra das fazendas e uma forma de obter lucro. Outro memorável presente nesse acontecimento era o dos discursos econômicos, onde escravos representavam poder e lucro para os fazendeiros.

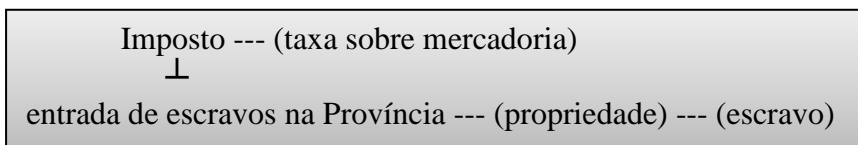
O Locutor Antonio Carlos por meio dessa enunciação pretende colocar fim a este imposto e acabar com este imposto para facilitar o comércio dos escravos. Diante disso, ele informa a Alocutária Naninha sobre o impacto desse seu projeto e que os comentários gerados não o afeta, como apresentado no trecho “*É conselho sem efeito, que nenhum incômodo me causa e por isso não se incomode com o que ler por ai*”, onde o termo *por isso* orienta argumentativamente para a conclusão com efeito de sentido de despreocupação, ou seja, o Locutor conclui que ele não se incomoda com o que os jornais da Corte estão divulgando a respeito de seu projeto e que ela também não deve se preocupar, ou seja, o Locutor Antonio Carlos não se incomoda, portanto, a Alocutária também não deve se incomodar.

Destacando ainda o trecho “*a entrada de escravos na Província*”, a palavra *escravos* é determinada de um lado por “*a entrada de*” e de outro lado por “*na província*”. Assim “*a entrada de*” e “*na província*” são determinantes e “*escravo*” é o determinado. Aqui temos então uma relação de determinação que permite um memorável de tráfico de escravos. Analisando agora a relação entre as palavras “*imposto*” e “*entrada de escravos na Província*”, temos que a palavra “*imposto*” designa a expressão “*entrada de escravos na Província*”, ou seja, *imposto* atribui um novo sentido a “*entrada de escravos na Província*”, o de taxa sobre uma mercadoria. Assim, para se trazer escravos o escravocrata deve pagar uma taxa, projetando aqui o sentido de mercadoria e coisa que era atribuído ao escravo, assim como também o sentido de propriedade.

Então temos que as palavras *entrada* e *província* determinam *escravos* que nesse acontecimento funciona como sinônimo de mercadoria, como apresentado no seguinte DSD:

<p>entrada escravos --- (mercadoria)</p> <p style="text-align: center;">T</p> <p style="text-align: center;">província</p>
--

E que a palavra *imposto* funciona como sinônimo de *taxa sobre mercadoria* e determina *entrada de escravos na província* que funciona nesse acontecimento como sinônimo de *propriedade e escravo*, como apresentado no DSD a seguir:



Por esses dois DSDs temos a designação de escravo como mercadoria, sentido materializado por “*revogação do imposto*”, e também o sentido de propriedade que pode ser visto pela paráfrase “*Revogar o imposto para assegurar a posse da propriedade do escravo*”. A normatividade do nome escravo funciona na divisão: escravo-propriedade, escravo-mercadoria.

Agora focamos nosso estudo da designação de escravo na carta 13, nos recortes 3 e 4, onde observamos que o sentido de mercadoria e objeto também se faz presente e onde observamos um novo sentido para escravo.

Recorte 3: *Desde que cheguei só tenho tratado do negócio das letras, porém só hoje pelas 9 horas da manhã é que vou ao Banco Alemão para decidir o negócio e estou com esperanças de arranjar mais ou menos como desejo. (...) Estou na dúvida de comprar escravos, visto que se não conseguir o arranjo que pretendo das letras, não os comprarei para não me envolver: há muito escravo para vender e os fracos estão baratos. Pretendo ver se posso seguir no vapor de 15, porém não é seguro porque como já disse meus negócios ainda não estão decididos.*

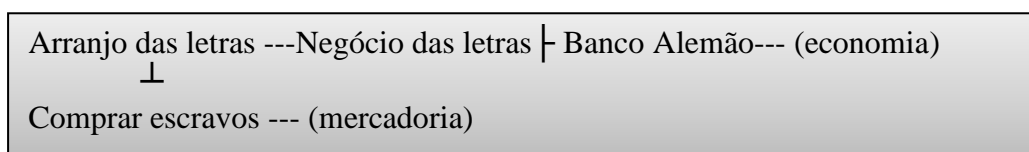
Observando a formação nominal “*negócio das letras*” esta é reescriturado cinco vezes ao longo da carta, três vezes por redução “*o negócio*”, “*meus negócios*” e “*das letras*”, uma vez por substituição, “*o arranjo*” e uma vez por elipse “*esperanças de arranjar (o negócio) mais ou menos como desejo.*”

Temos que “uma formação nominal é uma formação das condições em que a construção nominal baliza um domínio de referência” (DIAS, 2013c, p.15), desse modo, a formação nominal “*negócio das letras*” baliza o domínio referencial da economia escravocrata, ou seja, a formação nominal referencia as questões referentes à comercialização de escravos, as papeladas envolvidas em tais comércios, as transações realizadas, pois podemos acessar um memorável em que os negócios de compra e venda de escravos

aconteciam num universo de possibilidades e práticas sociais, onde os cativos eram tidos como mercadorias a serem negociadas e, portanto, era necessário preparar documentação, aprontar as papeladas e transições nos bancos, escrituras, inventários, etc., pois “(...) a propriedade em escravos está totalmente circunscrita no pacto social fundamental dos cidadãos-proprietários dessa sociedade-isto é, a defesa da propriedade privada-, pacto esse expressamente firmado no sacrossanto artigo 179 da Constituição do Império.” (CHALHOUB, 1990, p.75)

Ainda observando a formação nominal “*negócio das letras*”, temos que o nome *Banco Alemão* determina “*negócio das letras*”, ou seja, *Banco Alemão* atribui à formação nominal um sentido econômico e monetário e também que a formação nominal “*arranjo das letras*” é sinônimo de “*negócio das letras*” e determina “*comprar escravos*”, ou seja, “*arranjo das letras*” está diretamente relacionado ao sentido de “*comprar escravos*”, então para comprar escravos é necessário que o arranjo das letras esteja efetivado.

Diante do exposto temos o seguinte DSD que apresenta o funcionamento da formação nominal Negócio das letras e apresenta a designação de escravos como mercadoria:



Analisemos agora o recorte 4.

Recorte 4: *Estou na dúvida de comprar escravos, visto que se não conseguir o arranjo que pretendo das letras, não os comprarei para não me envolver: há muito escravo para vender e os fracos estão baratos.*

A palavra *escravos* é reescriturada quatro vezes. Duas vezes por repetição, onde a repetição se dá de maneira completa, pois a palavra *escravos* em “*comprar escravos*” é retomada em “*há muito escravo*” de forma completa, porém no singular. Temos outra reescritação agora por elipse em “*os comprei*”, onde o termo *escravos* é retomado a partir do pronome “*os*” constituindo assim uma reescrituração por elipse marcada, já que o pronome marca a elisão do termo. Podemos identificar a substituição por especificação em “*os fracos*”, já que a reescrituração determina a palavra “*escravo*” pela expressão “*os fracos*” que a reescreve, ou seja, a reescrituração atribui elementos de sentido ao termo *escravo*,

caracterizando-o. E por fim, temos também uma reescrituração por definição em “*estão baratos*”, os escravos são definidos como baratos.

Assim, observando o funcionamento de *escravo*, este é designado como fraco e predicado como baratos, ou seja, nesse acontecimento o termo *fraco* significa escravos e o termo *baratos* também designa escravos como apresentamos no seguinte DSD.

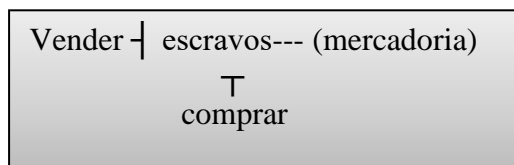
Fracos | Escravos | baratos

Portanto, nesse DSD *escravo* é designado como fraco e barato. Focando agora na análise do verbo *comprar* conforme nos mostra Dias (2012, 2013), observamos que este se articula a enunciação por meio de uma memória de funcionamento de outras enunciações. Assim, seu funcionamento se dá a partir de uma “convocação de lugar x” (DIAS, 2012) que se forma mediante um referente que forma o domínio desse verbo, referente que aqui é o do escravo, mas que em outras enunciações já foi, por exemplo, carro, boi, roupa, calçados, casas, café, etc.

A partir disso, identificamos uma *força de progressão* (DIAS, 2013a) que atua no verbo *comprar* assegurando o espaço de construção temático no lugar de objeto que é ocupado por meio do memorável da escravidão, da comercialização dos escravos, tidos como mercadorias. Assim, temos que o lugar de objeto do verbo *comprar* poderia ser como já mencionado ocupado por vários domínios de referência, como comprar roupas, comprar bois, mas tal preenchimento se dá a partir da cena enunciativa, da memória de enunciações anteriores e da atualidade do enunciado, portanto, este lugar é ocupado pelo domínio referencial da escravidão determinado pela memória.

Portanto, o verbo *comprar* projeta um lugar de objeto que poderia ser um vasto domínio referencial, porém em nosso recorte o lugar objeto é ocupado por escravo, projetando um efeito de sentido de mercadoria, de coisa. Então, nesse presente do acontecimento o verbo *comprar* determina escravo que funciona como sinônimo de mercadoria, já que o lugar do objeto é preenchido por escravos “*comprar escravos*”. Por fim, analisando esse outro recorte “*há muito escravo para vender e os fracos estão baratos*” é possível também observar o funcionamento do verbo *vender* e da palavra escravo. Temos que o verbo *vender* contrai pertinência enunciativa ao projetar o sentido de mercadoria afirmado pelo memorável da comercialização dos escravos, pois esse verbo também é afetado pela *força de progressão*.

Assim, a palavra *escravos* é determinada por *vender* e funciona como sinônimo de *mercadoria*. Diante do exposto temos o DSD a seguir, onde a designação de escravo como mercadoria é analisada a partir dos verbos vender e comprar:



A análise dos recortes 3 e 4 mostram o funcionamento da palavra escravo que designa mercadoria e também fraco e barato. Nessa normatividade do nome escravo este funciona na divisão: escravo-mercadoria, escravo-fraco, escravo-barato.

No recorte 5 do acontecimento da carta 14 a designação de escravo instala outro sentido diferente do instalado nos acontecimentos das cartas 4,6 e 13.

***Recorte 5:** (1) Tudo se acha ainda em sossego em relação aos escravos (2) porém a vista do sítio em que estou me parece que não poderei deixar de fazer alguma coisa mais em favor deles.*

No recorte 5 a palavra “*escravos*” é reescriturada uma vez por substituição por meio do pronome “*deles*”. Assim, focando no primeiro trecho “*Tudo se acha ainda em sossego em relação aos escravos*” podemos observar o efeito de sentido do medo instaurado pela iminente liberdade dos escravos por meio da teoria da pressuposição de Ducrot (1987). Diante disso, temos o posto de que até aquele momento tudo está calma em relação aos escravos, ou seja, a lei Aurea não foi assinada. E como pressuposto que há algo que pode abalar a calma em relação aos escravos, a assinatura da lei Aurea.

Temos, então, dois enunciadores, E1 e E2. O enunciador E2, como já apresentamos é o assimilado pelo conteúdo expresso no posto e ao qual se identifica o Locutor, e o E1 pelo conteúdo expresso pelo pressuposto ao qual a voz da coletividade se identifica, aqui de que a Lei Aurea será assinada, o que abalará os locutores escravocratas e fazendeiros.

Observando agora o operador argumentativo, *porém*, e tomando por base o que é desenvolvido por Ducrot (1987, 1989) e por Guimarães (2007), que afirmam que o operador argumentativo *mas* e seus semelhantes são empregados com a função de funcionar como contra-argumentos, temos que os enunciados linguísticos sob análise estão articulados por meio de uma articulação argumentativa em que tal articulação direciona o dizer.

Assim, o enunciado 1 articula-se ao 2 por meio do conectivo porém, 1 porém 2, ou seja, temos em 1, tudo está calmo porque a Lei Aurea não foi assinada portanto não fazer nada, e em 2, tudo está calmo no entanto fazer alguma coisa a mais para os escravos. O conectivo *porém* e o presente projetam que a Lei Aurea ainda não foi assinada e por isso não houve modificação em relação à situação dos escravos e da escravidão, mas que com a iminente assinatura da lei a situação do proprietário não é boa, “*a vista do sítio em que estou me parece que não poderei deixar de fazer alguma coisa mais em favor deles*”. O presente dessa enunciação mostra que o Locutor Antonio Carlos afirma que deverá fazer algo em relação aos escravos, ou seja, o presente projeta uma latência de futuro de que o Locutor Antonio Carlos quer reafirmar sua posição de bom senhor e de que era bom trabalhar para ele e viver na fazenda para que mesmo com a abolição os escravos fiquem em sua propriedade. A expressão “*alguma coisa mais*” projeta que o Locutor já fez algo antes, ou seja, a expressão aponta para uma memória das cartas de alforrias concedidas pelo escravocrata por condição. Cartas que asseguravam a permanência do escravo na propriedade por vários anos pós-abolição.

Diante disso, temos que a palavra *escravos* é determinada por *ainda em sossego* que projeta que a lei Aurea ainda não foi assinada o que aponta para o sentido de que a escravidão continua, em que a expressão “*não poderei deixar de fazer alguma coisa mais em favor deles*” aponta para uma designação antes da lei Aurea, designação de escravo com liberdade sob condição. E a expressão “*Tudo se acha ainda em sossego em relação aos escravos*” projeta uma latência de futuro de que é necessário fazer alguma coisa para que os escravos permaneçam na fazenda após a abolição. Podemos ter uma paráfrase do tipo: “*Dar liberdade sob condição para os escravos antes da assinatura da lei para mantê-los trabalhando na fazenda*”. Então o DSD a seguir apresenta essa relação da designação de escravo antes da assinatura da lei e uma projeção da designação de escravo depois da lei, dessa forma, antes da lei temos o funcionamento da designação de “*escravos libertos sob condição*” e após a lei uma perspectivação da designação “*escravo liberto*”, que apresenta uma relação de antonímia como observamos a seguir:

<p>Escravos (libertos sob condição) ainda em sossego --- (não assinatura da lei Aurea)</p> <p>-----</p> <p>Escravos liberto</p>

Como apresentado no DSD anterior, temos um novo sentido para escravo projetado por uma normatividade antes e pós assinatura da lei Aurea, em que há uma divisão do político que distribui as designações *escravo liberto sob condição* e *escravo liberto*.

3.4.2 Outras palavras que designam escravo

Agora vamos ao segundo agrupamento de cartas composto pelas cartas 2, 9, 17, 19, 24, 25 e 26 onde analisaremos outras palavras que designam escravos, ou seja, designações que remetem ao sentido de escravo. Começamos pela carta 2, recorte 6.

Recorte 6: “*O mestre vai indo por enquanto regularmente até o presente nem uma causa tem dado que prejudique o serviço-continuum porém as disparadas de soltura à noite, somente creio mesmo que é esse o caipora que o acompanha.*”

A palavra escravos aparece por elipse em *as disparadas de solturas* (de escravos); temos ainda que *caipora* reescreve *quilombola e escravo*, onde *caipora* é uma sinonímia de *escravo* com a especificação de *quilombola*.

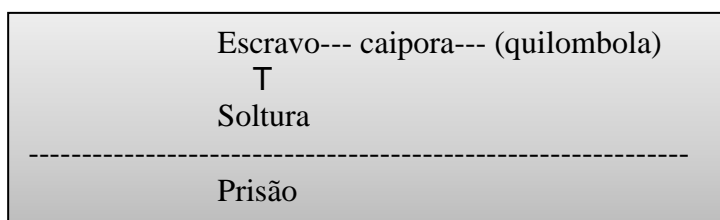
Aqui a expressão *soltura à noite* nos remete a enunciados de antonímia, pois somente quem está preso é solto; é uma enunciação de fuga dos escravos que acontecia frequentemente, enunciados que permitem a rememoração de Zumbi, dos quilombos, dos quilombolas, escravos fugitivos que se reuniam em quilombos e tentavam libertar outros escravos, tais fugas geralmente aconteciam durante a noite. Então, temos *disparadas de soltura à noite* numa relação de antonímia com *prisão*, e também numa relação de sinonímia com *escravos-quilombolas*.

E novamente podemos observar as relações de poder, pois “ao se definir o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, ao caracterizá-lo pelo ‘governo’ dos homens, uns pelos outros- no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade” (FOUCAULT, 1995, p.244). Então, por meio da fuga, o escravo está livre para ser quem é, para lutar, para criar estratégias, para buscar a liberdade de outros, para não mais ser submisso, para enfrentar o poder do escravocrata, para lutar por um lugar de fala.

Já a expressão “*creio mesmo que é esse o caipora que o acompanha*”, projeta o memorável folclórico em que *caipora* era o protetor e guardião das florestas e dos animais e cabia a ele libertar os animais dos caçadores e puni-los pregando-lhes peças. E o Locutor

Antonio Carlos ao falar de um lugar genérico reconhece os quilombolas que eram escravos que fugiam e retornavam para libertar mais escravos. Aqui, a pertinência enunciativa (DIAS, 2013, 2015) acontece por meio da associação entre os enunciados folclóricos e o presente do acontecimento, pois o Locutor Antonio Carlos reconhece e assimila os enunciados e torna assim, pertinente a enunciação folclórica no espaço enunciativo das cartas. Já que pertinência é essa relação que um enunciado mantém com outros enunciados e sua significação é construída por um duplo caráter, de um lado temos a pertinência enunciativa e do outro temos os referenciais, que proporcionam a balizagem histórica (DIAS, 2013, 2015). Então, a pertinência enunciativa de caipora está no memorável dos quilombolas, escravos fugitivos.

O DSD apresenta as relações de sentidos estabelecidas no recorte analisado:



Agora na carta 9 vamos analisar a designação de negro a partir do recorte 7.

Recorte 7: *Não esteja a conservar muitos negros em casa. É preciso distribuir logo as camisas de baeta para todos eles.*

Nesse recorte 7 o nome *negros* é reescriturado por substituição pelo pronome pessoal *eles*. Considerando a relação estabelecida entre as palavras *negros e eles*, percebemos uma relação simétrica, se A reescreve B, então B também reescreve A (GUIMARÃES, 2009) e ambos, tanto o nome que é reescriturado quanto o que reescreve, nesse acontecimento, funcionam como sinônimo de escravo. A cor da pele é um fator expressivo, é um fator característico da escravidão que até hoje eclode em nosso imaginário, por isso, “para ascender o negro a um lugar de fala e de subjetivação, há que se processar uma clivagem na cadeia significante: a cor da pele é apagada (...)” (SOUZA, 2000, p. 69), ou seja, o negro ao longo do processo da abolição para ter um lugar de fala, tem sua cor silenciada. E isso se projetou para os acontecimentos e enunciações atuais, em que tenta-se silenciar as diferenças da cor por meio de cotas, de assistências, etc., numa tentativa de apagar o passado do funcionamento do nome negro como referência a escravo, a inferioridade e a submissão.

Já no espaço enunciativo em que tal carta circulava, a cor da pele era determinante; a sociedade, os espaços enunciativos e os discursos asseguravam isso e asseguravam ainda a

superioridade do homem branco sobre o homem negro, escravo. O memorável da história dos escravos no Brasil sustenta essa diferenciação entre negros/ escravos e o branco, e acessando esse memorável dos discursos históricos temos que a diferença entre homem branco e homem negro proporcionou a invisibilidade do negro no Brasil, que significava no acontecimento da escravidão como alguém a ser dominado, já que os negros, de forma traumática e contra a vontade, eram arrastados e sequestrados de suas terras e forçados pelo homem branco a trabalhar. A significação da cor negra como inferior e a cor branca como superior fez com que o homem branco se autodeclarasse dono e senhor dos negros, que até então eram homens livres em suas terras. “Tal postura permitiu as mais diversas atrocidades de homens contra homens já presenciadas no Brasil e sinalizou a primeira e, mais significativa, forma de destratar os diferentes: ‘a escravidão do homem por outros homens’.” (PEREIRA, 2012, p.1)

Esse memorável, portanto, apresenta a diferenciação e a segregação entre negros/ escravos e brancos e faz com que nesse presente do acontecimento negros funcione como escravos. A cor negra significa e ganha pertinência no espaço enunciativo da escravidão ao referenciar escravos, mas também é pertinente no espaço da abolição ao referenciar escravos libertos que passaram a significar, com a abolição, sinônimos das mazelas da sociedade.

Observando agora o funcionamento do nome Naninha no recorte, “*Não esteja a conservar muitos negros em casa. É preciso distribuir logo as camisas de baeta para todos eles*”, vemos que Naninha é reescriturada por elipse, e nesse caso, retoma o Vocativo do início da carta, funcionando aqui como sujeito elíptico e como locutora esposa e escravocrata, pois sendo Alocutária da carta, esta também assume determinadas posições específicas em cada enunciação do Locutor Antonio Carlos.

Observando ainda esse enunciado e tomando a questão da referência sob a ótica enunciativa, especificamente da semântica do acontecimento, a palavra *negros* refere-se ao nome *escravos*, carrega esse sentido, pois segundo Dias (2013 apud Dias, 2005, 119) “a referência se constitui na relação entre o acontecimento do dizer e o domínio histórico da constituição desse acontecimento.” Ou seja, diante dessa perspectiva da semântica do acontecimento a referência ocorre graças a uma relação entre sentidos de outras enunciações já lá e o enunciado atual, ou melhor, relação entre enunciados anteriores e os enunciados atuais, “dessa forma, podemos dizer que os elementos (unidades lexicais ou expressões nominalizadas) que produzem referência, ao se articularem no interior do enunciado, configura mutuamente a referência que produzem”. (DIAS, LACERDA, 2013, p.368)

Assim, a expressão “*não esteja a conservar*” se configura como algo referente a escravos na medida em que há uma articulação com o recorte de significação inscrito em

“*muitos negros*” que guarda uma memória de dizer que identifica *negros e escravos* como sinônimos e pertencentes a um mesmo domínio de referência. O verbo *conservar* projeta um memorável de coisas percíveis, de permanência e acomodação, ou seja, manter os negros escravos em casa, casa aqui se refere ao trabalho doméstico realizado pelos escravos, trabalho considerado mais leve, não é algo adequado, pois estes podem “se perder”, ou melhor, se acomodar, ficarem preguiçosos quanto aos outros tipos de trabalhos a serem realizados nas fazendas, engenhos, moinhos e plantações e assim, causar prejuízo. E isso também permite uma rememoração das classificações dos escravos enquanto “bom de serviço” ou não por meio do seu corpo. Assim, os escravos que chegavam eram vendidos pela “canela” (quanto mais fina, mais caro era o escravo), pois associava-se a grossura da canela a capacidade de trabalho. Então, segundo Dias e Lacerda (p.368, 2013) “há referência numa enunciação porque há relações de sentido com outras enunciações, produzindo como efeito a pertinência e o reconhecimento das entidades referidas. Portanto, essas entidades referidas são na verdade entidades históricas”.

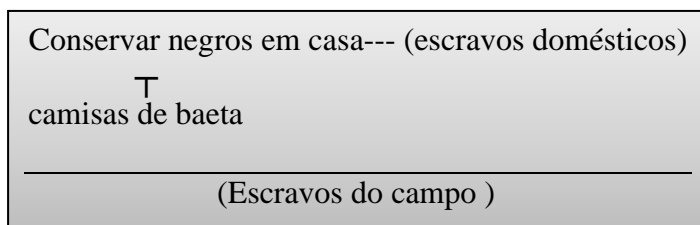
E ainda observando o verbo *conservar* percebemos que o lugar objeto é afetado pela *força de progressão*, pois aponta para uma memória de coisas a serem preservadas para não se perder, como alimentos, bebidas, roupas, etc., ou seja, no enunciado em que funciona a *força de progressão* faz com que um domínio referencial seja acessado pelo memorável, o que permite o preenchimento do lugar objeto pelos nomes escravos e/ou negros que produz um efeito de sentido de coisa, já que a *força de progressão* que afeta o verbo aponta para um domínio referencial de objetos e coisas a serem preservadas para não estragarem. Aqui o sentido é o de não conservar em casa os escravos para não causar prejuízo, porque conservar escravos na casa era fazer com que estes ficassem preguiçosos, e escravos preguiçosos e ruins de serviços representavam detrimento de mão-de-obra para o campo.

Então, temos o seguinte DSD em que *negros* funciona como sinônimo de escravo por meio do acesso ao memorável, e também por negros e escravos fazerem parte, no presente do acontecimento, de um mesmo domínio referencial.

Negros --- (escravos)

E em seguida temos outro DSD em que a expressão *conservar negros em casa* é determinada por *camisas de baeta*, que recorta um domínio de referência de tecido usado para

fazer as roupas para os escravos e funciona como sinônimo de *escravos domésticos* em oposição a *escravos do campo*. Apesar das expressões *escravos domésticos* e *escravos do campo* não aparecem no presente do acontecimento seus sentidos são projetados pelas análises e pelo memorável e funcionam no acontecimento da carta 9.



Com essa análise e com esse DSD podemos ter a designação escravo doméstico e escravo do campo, onde observamos pela divisão do político que nesse espaço regulamentado fala-se em negros, mas não fala-se em escravos, daí temos a pertinência da palavra negros.

Agora focando na carta 17, analisamos a designação de colono no recorte 8 para a partir das análises apresentarmos o sentido de escravo que é silenciado pela normatividade que rege tal espaço.

Recorte 8: *Creio que já é falecido a esta hora um colono adulto que morava na colônia e estou certo que não ficará nesse.*

A formação nominal “*colono adulto*” no recorte 8 e a palavra “*colônia*” contraem pertinência enunciativa por funcionarem no presente do acontecimento por meio do acesso ao domínio de referência de escravos e senzalas, ou seja, as palavras destacadas do recorte funcionam por meio desse domínio de referência configurado pelo memorável que permite a associação entre essas palavras e as palavras escravo adulto e senzala. Assim, temos que no presente do acontecimento “*colono adulto*” é determinado pelo recorte historicamente configurado do domínio de referência de escravos, e “*colônia*” por senzala. Portanto, a pertinência ocorre através das regularidades e deontologias do espaço enunciativo abolicionista que proíbe e ilegítima as palavras escravos e senzalas, mas legítima as palavras colonos e colônias.

Temos dessa maneira que “*um colono adulto*” é uma designação que funciona pelo político, que por meio da divisão do real, permite o conflito, o litígio, ou seja, é pelo político que a expressão *colono adulto* funciona como *escravo liberto adulto*, pois “Fundado no conflito, o político é o que produz estabilidade, reforça discrepâncias e exclusões, mas

também é o que permite o movimento, a inclusão e a produção de condições de igualdade, segundo o modo como se dá o embate das forças em jogo.” (OLIVEIRA, 2014, p.45) Assim, no presente do acontecimento observamos o litígio no espaço enunciativo da carta 17 sustentado pelo político, ou seja, o conflito, o embate entre a normatividade faz com que palavras que referenciam abertamente a escravidão, o escravo, as senzalas sejam contra a norma que funciona nesse espaço, necessita-se então, realizar a afirmação da normatividade que esse espaço produz, o que permite ser enunciadas palavras como colonos e colônias, que sustenta também a pertinência enunciativa, e silenciadas palavras como escravos e senzalas.

Por isso, é por meio do político e do conflito que palavras como escravos, senzalas, são contra a normatividade desse espaço enunciativo, ou seja, não são legitimadas, o que permite o funcionamento de outras palavras que tendem a produzir condições de funcionamento de igualdade e de inclusão, já que tendem a funcionar dentro da normatividade, assim, palavras como colonos e colônias funcionam e agregam a si, pelo memorável, o sentido silenciado de escravos e senzalas.

Diante disso, pelo DSD, vemos que a expressão *colono adulto* funciona por meio do político como pertencimento a normatividade do espaço da abolição, porém com o sentido litigioso de *escravo liberto adulto* e que *colônia* da mesma forma, através do sentido litigioso de *senzala*.

Colono adulto--- (escravo liberto adulto)

T
Colônia--- (senzala)

Então, esse DSD nos mostra essa divisão do político que distribui os nomes numa relação posta pelo Estado por meio da assinatura da Lei Aurea, em que *colono adulto* designa *escravo liberto adulto* e em que *colônia* designa *senzala*. Por essa divisão silencia-se escravo e projeta-se colono.

No recorte 9 da carta 25, também podemos ver a designação de colono só que agora numa relação de antonímia com a palavra família. Vamos a análise.

Recorte 9: “Estou terminando a colheita com um só providencial, recebi 12 famílias e colonos que também estou acomodando. A máquina ainda está parada à espera da rodeta que foram fundir.”

A palavra *colonos* contrai pertinência enunciativa no presente do acontecimento por funcionar com o sentido de escravo, já que ao acessarmos o memorável e discursos outros em que a palavra funcionou, temos que *colonos* era a palavra usada para se referir aos negros, mulatos, pretos, enfim, escravos libertos que trabalhavam para seus patrões ou para outros fazendeiros após a abolição. Esse memorável por sua vez projeta que no presente do acontecimento o colono, o ex-escravo, ainda se encontra sob as ordens e desejos dos homens brancos.

Então observando o acontecimento da carta 25 (1896), o locutor fazendeiro/escravocrata recebe em sua fazenda doze famílias que nos remete ao memorável dos imigrantes que com a abolição ganharam destaque nas atividades do campo, trabalhando e dividindo o espaço com os colonos, que como já apresentado, trata-se de escravos libertos que procuravam sobreviver após a abolição.

Diante disso, a palavra *colono* designa escravo liberto que depende do locutor fazendeiro para sobreviver, já que muitos não encontram espaço e nem lugar numa sociedade de elite, tida ideologicamente como superior.

Então, no presente do acontecimento, o escravo, agora *colono*, se encontra novamente sob o domínio dos brancos, só que em um domínio com uma nova configuração, já que o negro apesar de livre, não consegue um lugar de fala, não consegue visibilidade o que projeta uma latência de futuro de que o negro não consegue transpor totalmente o “muro da invisibilidade” produzido pelo homem branco do período da escravidão. A negação da cor do escravo e de sua presença na sociedade do Brasil ainda continua. Há um tipo de silenciamento mais forte do que as correntes, troncos e castigos.

O escravo, com a abolição, passa a ser designado de outras formas, e *colono* é um exemplo, passa também a enfrentar outros tipos de dominação, de submissão, o que cria uma perspectiva futura de que mesmo livres, não têm lugar, nem direito a significar, por causa da cor, por causa de sua história. Por isso entra em cena nesse espaço enunciativo abolicionista o racismo. Ou seja, os escravos livres não se igualam aos padrões dos brancos, não significam da mesma maneira, e isso produz o sentido de desigualdade racial e social, em que a medida é arquitetada pela elite, o que conseqüentemente dá lugar ao racismo, que ganha nome e espaço com a abolição, e se torna uma nova forma de escravidão, não menos forte que os açoites e o tronco. Agora o ex-escravo se vê cativo de uma ideologia e de uma sociedade racista.

Então, temos o seguinte DSD para o funcionamento da palavra colono, que ganha pertinência enunciativa por funcionar como sinônimo de escravo liberto que trabalha para sobreviver, e está submisso a uma ideologia racista. Colono, no acontecimento, funciona

como antônimo de famílias, que designa imigrantes que conseqüentemente são ideologicamente superiores ao colono. Uma relação de antonímia se dá, pois, num espaço abolicionista, a palavra família com o sentido de imigrante significa algo mais digno que a palavra colono, que se encontra sob o efeito da ideologia racista e funciona como sinônimo de escravo.

Colono --- (escravo liberto)
Famílias --- (imigrantes)

Esse DSD, portanto, apresenta a normatividade de um espaço político de divisão que distribui os nomes numa diferença entre as palavras *colono* e *famílias*, em que observamos que *colono* designa *escravo liberto*.

Agora com a análise das cartas 19 e 26, estudamos a designação de criadas a partir dos recortes 10 e 11 respectivamente, onde observamos o político em que se legitima criadas e silencia-se escravos.

Recorte 10: *As criadas eu deixo elas pela dúvida em que vou e de lá poderemos ordenar a ida delas.*

Nesse recorte 10 da carta 19 (1889) a palavra “*criadas*” é reesciturada duas vezes por substituição por meio do pronome pessoal *elas* e pelo pronome possessivo *delas*. Assim, a palavra “*criadas*” adquire pertinência por meio do domínio referencial de escravo, ou seja, no espaço enunciativo abolicionista a normatividade regula o funcionamento da língua, e por meio disso, a palavra escravo não pode funcionar abertamente, o que torna pertinente o uso da palavra “*criadas*” que recorta o sentido de escravo, especificamente sentido de escravo doméstico, que segundo Zattar (2012) refere-se a uma categoria destinada a atender as necessidades da casa-grande. “A categoria ‘escravo domésticos’, criada para designar aqueles que atendem aos interesses domésticos do senhor, contém outras subcategorias conforme as especificidades das tarefas que a casa-grande requer.” (2012, p.135). Dessa forma, a palavra “*criadas*” designa escravos domésticos e como bem mostra Zattar (2012), poderíamos dizer que tal palavra funciona no espaço enunciativo abolicionista “para amenizar e/ ou diluir as relações escravocratas e mostrar um dos mecanismos de controle do proprietário.” (2012, p.135), assim, nesse acontecimento, “*criadas*” contrai pertinência e sustenta a posição

escravocrata de Antonio Carlos num espaço enunciativo em que as relações escravo/escravocrata não são legitimadas, mas funcionam e significam, o que é apresentado no DSD a seguir, em que *criadas* funciona como sinônimo de *escravos domésticos* e é determinada por *poderemos ordenar* que projeta a posição de escravocrata pois trata-se de uma expressão de ato ilocutório de ordem, de mando, que permite uma latência de futuro de mando e submissão.

Criadas --- (escravos domésticos)

T
poderemos ordenar

Observando ainda o verbo *ordenar*, temos que este verbo também sustenta a posição do locutor escravocrata e contrai pertinência enunciativa ao recortar um domínio de referência do par escravo/escravocrata que projeta um efeito de sentido de ordem/submissão. Dessa forma o verbo *ordenar* é afetado pela *força de retrospectão*, que por meio de uma anterioridade projetada por tal força permite que o verbo seja preenchido com a palavra *criadas*, assim a expressão *ordenar a ida das criadas* evoca um memorável de escravos que acatam ordens, que obedecem, escravos domésticos de bom comportamento que no funcionamento do presente do acontecimento projeta uma latência de futuro de que mesmo livres (essa carta é de 1889), os escravos ainda estavam sob as ordens dos patrões, sob o efeito do regime de obediência, já que para sobreviver, muitos continuavam nas fazendas sustentando o sentido de escravo.

Aqui observamos a questão da relação de poder abordada em Foucault (1995, 1999), que diz que o poder se dá pelas formas como a sociedade se constitui, assim, se há um rei, deve haver necessariamente os súditos, dessa forma, se há um patrão, há os empregados, se há escravocrata, há os escravos, se há quem ordena, há quem obedeça. Portanto, segundo Foucault (1999), o poder se configura como uma ação sobre outra. Então, o verbo *ordenar* e seu funcionamento apresenta essa relação entre o escravocrata e o escravo que continua funcionando silenciosamente na sociedade pós-abolição.

Então o verbo *ordenar* proporciona essa relação, onde *ordenar* determina a posição do escravocrata e está em antonímia com obedecer que determina a posição do escravo, pois *ordenar* está para obedecer assim como escravocrata para escravo como apresentado no DSD a seguir:

Ordenar escravocrata ---- (dominador)
Obedecer escravo --- (dominado)

Diante desses dois DSDs temos que *criados* designa *escravo doméstico* que pela divisão na língua adquiri pertinência por meio do verbo *obedecer* que em nosso corpus aponta para um domínio de referência de escravo e de ser dominado em oposição com ordenar que por sua vez aponta para um domínio de referência de escravocrata e ser dominador. Portanto, *criados* designa *escravo doméstico* sob o domínio do escravocrata.

Analisemos agora a ocorrência da palavra *criadas* no recorte 11 da carta 26, que projeta um novo sentido, o sentido de escravo liberto.

Recorte 11: *Escrevi hoje ao Hecio para mandar proceder limpeza no quintal de nossa casa, prover de lenha, porém não mandei lavar a casa. Isto é que deve ser feito pelas suas criadas que devem ir um dia adiante de nós.*

A palavra *criadas* contrai pertinência enunciativa por funcionar com o sentido de escravos libertos, pertinência contraída por um memorável dos escravos considerados dóceis e obedientes o que lhes qualificavam para o trabalho na casa grande como escravos domésticos. Assim, pelo memorável temos que *criadas* se refere a escravas domésticas que se colocavam a serviço ou às ordens de um escravocrata, de um patrão, então, no presente do acontecimento da carta 26, a palavra *criadas* designa escravas domésticas.

Observando ainda esse recorte, vemos que as *criadas* estão sob as ordens da Alocutária Naninha que conseqüentemente se encontra sob as ordens do locutor marido e administrador, o que cria uma perspectiva futura de que a Alocutária Naninha acatará as ordens de Antonio Carlos e mandará as criadas que a serve realizarem os serviços domésticos apontados pelo locutor administrador e marido. As criadas, por sua vez, reconhecem e afirmam a posição de administradora da Alocutária Naninha, que assume tal posição em relação aos cativos e criados que trabalham na fazenda.

Diante disso, as *criadas* mesmo estando supostamente livres (a carta data de 1897) estão em um espaço enunciativo desigual, em que sua força de trabalho doméstico é de domínio e de controle da elite. Nesse espaço enunciativo os criados, os cativos, os mulatos, os colonos, etc., não têm domínio sobre si mesmos, pois designam escravos, considerados a escória da sociedade, configurando, dessa forma, a desigualdade entre classes. Assim, a

divisão do real, na qual o conflito político se faz presente e na qual a questão do escravo se inscreve como ser inferior, mobiliza posições enunciativas que sustentam, mas também refutam as inscrições de tais sentidos para o escravo liberto. Ou seja, o político faz surgir de um lado posições- sujeitos que sustentam o racismo e produz uma nova configuração do domínio sobre o escravo, e de outro, posições-sujeitos que sustentam um lugar de fala, que lutam contra a configuração da dominação.

Diante a essa nova configuração, mesmo silenciando a palavra escravo, o sentido desta continua a circular, pois há um embate entre a normatividade da elite e a luta pelo direito a voz e ao lugar de fala de alguns escravos libertos. A elite domina pelo efeito de sentido do racismo, onde a diferença entre brancos e negros é acentuada, e é diante dessa diferença que os negros lutam por afirmar seu pertencimento ao direito a fala. Mas, no presente do acontecimento, as criadas se encontram submissas a essa nova forma de dominação.

Então, a palavra *criadas* designa escravas domésticas livres que se encontram envolvidas em uma nova configuração de submissão, materializada pela expressão “*deve ser feito*”, escravas que desenvolvem trabalhos domésticos por meio do sentido sustentado pelo memorável de que são dóceis e boas criadas. Apesar da palavra escrava não aparecer no presente do acontecimento, seu sentido funciona como apresentamos no DSD a seguir.

Criadas --- (escravas domésticas libertas) --- (Submissas à nova forma de dominação)
 T
 deve ser feito

Aqui a designação de *criadas* como *escravas domésticas libertas* é sustentada pelo memorável e pelo efeito de sentido de ordem e submissão materializados pela expressão “*deve ser feito*”, diante do exposto, podemos ter uma paráfrase do tipo: “*As criadas da Naninha devem limpar a casa como manda o Conde do Pinhal.*” Assim, pela normatividade desse espaço temos o silenciamento de escravas e a projeção de criadas.

A próxima análise aborda a designação de mulato e ocorre a partir do recorte 12 da carta 24 (1897).

Recorte 12: *Hoje falei com o mulato da Marquesa para apanhar-me amanhã às 5 horas algumas jabuticabas para de lá mesmo seguirem para ti, e para isso já mandei entregar a ele a cestinha hoje à tarde.*

A palavra *mulato* é reescriturado uma vez por substituição em “já mandei entregar a *ele a cestinha hoje à tarde*”, e contrai pertinência enunciativa por apontar para um domínio de referência de escravos, sendo assim, no presente do acontecimento a palavra *mulato* designa escravo, palavra que no espaço enunciativo da abolição foi silenciada. Portanto, é pertinente usar *mulato* e silenciar escravo.

Assim, a articulação da formação nominal *mulato da Marquesa*, onde *mulato* é determinado por *Marquesa*, permite a projeção da posse da *Marquesa* sobre o mulato, apresentando a hierarquia condicionada pela cor da pele. Por isso, *mulato* designa ser de cor assemelhada à negra, portanto, próximos aos escravos o que pelo memorável projeta a inferioridade da raça negra em relação à raça branca, considerada superior e por isso é a que domina, como já analisado anteriormente. Já a palavra *marquesa* designa mulher com título de nobreza, ou seja, mulher branca da elite, o que justifica ter a posse do mulato.

Diante disso, a palavra *mulato* é articulado à *marquesa* por determinação, criando o efeito de sentido de que por ser de uma raça inferior, um escravo, mesmo liberto, está sob o domínio da raça superior e nobre, a branca. Ou seja, mesmo no espaço enunciativo pós-abolição os efeitos de sentido de posse, de domínio social e segregação de uma raça se fazia presente produzindo vários efeitos de sentidos.

A abolição significou a liberdade do corpo, mas não a liberdade racial. Negros, ex-escravos, mulatos, colonos, criados significavam seres sujos, sem lugar de fala e nem lugar na sociedade e muitos ainda continuavam servindo seus antigos escravocratas para sobreviver. Assim, acessando o memorável dos discursos históricos temos que a abolição da escravidão ocorrida no Brasil em treze de maio de 1888 simbolizou uma liberdade falsa, mascarada, pois com a abolição entrou em cena uma nova forma de dominação e de rejeição imposta pela cor.

Diante do exposto, temos o seguinte DSD para a palavra *mulato* que é determinada por *marquesa* que funciona como sinônimo de raça dominante, portanto, a raça de cor branca. *Mulato* designa escravo liberto, que apesar da abolição ainda se vê dominado por ser ideologicamente pertencente à raça negra, considerada inferior, por isso, a dominada. Mesmo a palavra escravo não aparecendo no presente do acontecimento seu sentido funciona e é apresentado nas análises.

Mulato --- (escravo liberto) --- (raça dominada)

T
marquesa ---(elite)--- (raça dominante)

Então por esse DSD temos que *mulato* designa *escravo liberto* numa normatividade que projeta mulato e silencia escravo, e numa divisão do político na relação posta pelo Estado por meio da abolição da escravidão com a Lei Aurea.

3.4.3 Escravo e a fuga

Agora, por meio das cartas 5 e 28 analisamos a designação de fuga em relação com o sentido de escravo. Iniciamos a análise a partir do recorte 13 da carta 5.

Recorte 13: *Do Palmital fugiram ontem três negros novos, dois já foram presos e falta um. Não tem aparecido novos doentes*

Nesse recorte 13 nos atentamos a formação nominal *três negros novos* onde observamos dois tipos de articulação, a articulação por dependência e a articulação por incidência. Portanto, a análise da formação nominal *três negros novos* do ponto de vista da perspectivação de Dias (2012) indica-nos que o adjetivo *novos* pode se articular ao núcleo tanto sob o modo da *incidência* quanto sob o modo da *dependência* e isso nos permite dois sentidos possíveis, um de negros jovens e outro de negros recém-adquiridos.

Assim, se observamos a formação nominal *três negros novos* tomando a perspectivação de que o adjetivo se articula ao núcleo sob o modo da dependência teremos o efeito de sentido de que o locutor está comunicando a fuga de três escravos jovens, vista a sua caracterização, ou seja, tomando *novo* como caracterização do objeto do enunciar e dessa forma a articulação acontece entre o adjetivo e o núcleo nominal (DIAS, 2012).

Agora se compreendermos o adjetivo *novo* como diferença, na medida em que na enunciação incide uma resistência por parte dos negros em aceitar um novo cativo, ou seja, numa resistência em aceitar a mudança instaurada pelo locutor escravocrata, dizer *três negros novos* é evocar um memorável de resistência, de escravos recém-adquiridos que se rebelavam, que não queriam ser vendidos, e que ainda não estavam conformados com a situação a que se encontravam. Aqui temos uma perspectivação em que o adjetivo se articula ao núcleo pela incidência. “A agregação do adjetivo à FN é permeada pela historicidade específica da relação entre sujeito e as instituições (...)” (DIAS, 2012, p.7)

Dessa forma, *negros novos* referencia escravos nos dois casos, pois a formação nominal projeta um memorável em que negro funciona como sinônimo de escravo e também recorta um domínio referencial de escravos, pois segundo Dias “a significação constitui-se na

relação entre memória e atualidade” (2013b, p.391). Sendo assim, a palavra *negros* é pertinente no acontecimento e aponta para um domínio referencial da cor da pele como especificação da condição de escravo, como já analisamos anteriormente, ou seja, escravo tem cor de pele escura, quem é negro tem a pele com grande teor de melanina, por isso, são escravos. Já a palavra *novo* pode funcionar tanto com o sentido de recém-adquirido quanto com o sentido de jovem, mas no presente do acontecimento observamos o funcionamento da articulação por incidência associada ao memorável que projeta o sentido de escravo recém-adquirido, memorável dos escravos filhos de escravos nascidos no Brasil vendidos de uma província para outra, separados de sua família a força. Assim, tal memorável projeta uma perspectiva de que longe de suas comunidades de origem esses escravos recém-chegados as fazendas teriam que se habituar há outros tipos e ritmos de trabalho que provavelmente não conheciam. “A grande maioria dos cativos vendidos no tráfico interprovincial não era proveniente de áreas de *plantation* do nordeste, e sim de áreas urbanas ou de regiões de atividades agrícolas não voltadas para a exportação” (Slene apud CHALHOUB, 1990, p.58)

Ainda observando esse recorte vemos que o verbo *fugiram* remete ao memorável dos escravos recém-chegados nas propriedades e que resistiam a sua condição de submissos. Resistiam desde a sua venda até a efetuação do negócio, pois era comum que os escravos exercem alguma forma de resistência no momento de sua venda, ou seja, alguns escravos resistiam e não aceitavam abertamente a venda para outras propriedades. Esse recorte também nos permite observar uma articulação por antonímia, sustentada pelos termos *fugiram* e *presos*, pois só pode fugir aquilo que está preso, os animais fogem quando estão presos, os escravos fogem porque também estão presos, seja por meio de uma prisão física, seja por meio de uma prisão ideológica, os escravos estão presos a condição de cativo e de obediência a seu dono. Esse sentido é reafirmado por meio do memorável da associação dos escravos aos animais, especificamente ao gado, os escravocratas muitas vezes acreditavam estar lidando com criaturas assemelhadas ao gado e diante disso o tratamento dado aos escravos, em alguns aspectos, era parecido ao dado aos animais.

O enunciado “*dois já foram presos e falta um*” faz alusão a um memorável de caça e captura de animais e também dos escravos que fugiam e eram perseguidos, caçados e capturados pelos Capitães-do-mato, indivíduos responsáveis pela captura dos escravos fugitivos.

Analisando agora a reescrituração da formação nominal *negros novos*, esta é reescriturada duas vezes por substituição pelos termos *dois e um*, que retomam *negros novos* enunciado anteriormente. Ainda temos que “*dois já foram presos e falta um*” é uma

reescrituração por enumeração de “*Do Palmital fugiram ontem três negros novos*” que projeta um efeito de sentido de associação desses escravos que fogem com os animais rebeldes que precisam ser domados, por isso esses negros são caçados pelos capitães-do-mato, onde dois deles são recapturados e um ainda goza da suposta fuga. Esse presente nos permite uma projeção futura de que os escravos recapturados serão punidos, e que o outro que ainda é fugitivo continuará a ser caçado.

A partir do que foi analisado temos dois DSDs, um para a formação nominal *negros novos* que designa escravos recém-adquiridos por meio de uma perspectivação em que o adjetivo se articula ao núcleo pela incidência que é determinada por *dois foram presos e falta um* que funciona com o sentido de *escravos fugitivos* projetado pelo memorável. Ou seja, o sentido de *escravos recém-adquiridos* e *escravos fugitivos* funcionam no acontecimento a partir do memorável e por meio de uma articulação por incidência.

E outro DSD para as palavras *fugiram e presos*, em que *fugiram* determina *três negros novos*, que como já analisamos funciona com o sentido de *escravos recém-adquiridos* e mantém uma relação de antonímia com *presos*, pois só foge aquele que está preso. A palavra *preso* é determinada pela expressão *dois já foram* que funciona com o sentido de escravo recapturado e *falta um* que evoca o sentido de escravos fugitivos.

DSD da formação nominal *negros novos* que designa escravos recém-adquiridos.

Negros novos --- (escravos recém-adquiridos) ↓ dois foram presos falta um--- (escravos fugitivos)

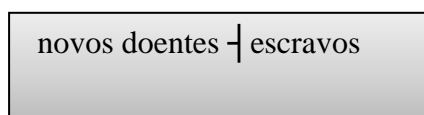
A seguir temos o DSD da articulação por antonímia dos termos *fugiram e presos*. Por esse DSD observamos o sentido de *escravos recém-adquiridos* materializado pelo verbo *fugiram* e pela formação nominal *três negros novos*. Já o sentido de *escravos recapturados* é materializado pelo memorável e por *dois já foram presos* e o sentido de *escravo fugitivo* também pelo memorável e *por falta um*.

Fugiram três negros novos --- (escravos recém-adquiridos)
<hr/> Presos dois já foram --- (escravos recapturados)
↑ Falta um (escravo fugitivo)

Observando agora a expressão “*Não tem aparecido novos doentes*”, observamos um memorável das doenças que afetavam os escravos, das moléstias, disfunções, má alimentação, maus-tratos, epidemias que se alastravam nas senzalas e colônias e que representavam prejuízo e preocupação para os escravocratas.

Assim, a formação nominal “*novos doente*” permite um recorte no memorável que referencia escravos doentes, o termo “*novos*” pela perspectivação de que o adjetivo se articula ao núcleo sob o modo da dependência projeta uma pertinência enunciativa que mostra que na fazenda tinha vários escravos doentes, e que até o momento da escrita da carta não havia registro de mais cativos afetados além dos já enfermos. Dessa forma a palavra *novos* determina *doentes* que designa escravos. Apesar da palavra escravo não aparecer no acontecimento seu sentido funciona pelo memorável, pela pertinência enunciativa, ou seja, pela análise.

Aqui, esse efeito de sentido também é sustentado por meio da ideia de pressuposição de Ducrot (1987). Diante disso, temos o posto, que é expresso pelo presente do enunciado de que não há até o momento outros escravos doentes além dos que já estão e o pressuposto que mostra que existem escravos doentes, assim, há dois enunciadores, E1 e E2. O E2 é responsável pelo conteúdo expresso pelo posto, e assimila-se ao L, que afirma que não há outros escravos doentes. Já o E1 assume a responsabilidade pelo conteúdo do pressuposto e se assimila a uma voz coletiva de que há escravos doentes apresentado pelo DSD:



Aqui o sentido de escravo é projetado pela perspectivação do adjetivo *novo* sob o modo de dependência que projeta um efeito de sentido de que há mais doentes na fazenda e pelo memorável das epidemias que afetavam os escravos projetados por *doentes*.

Vamos agora ao estudo da carta 28. Na análise do recorte 14 da carta 28 temos algo muito parecido com o que ocorre na carta 5. Aqui a fuga também vai projetar a designação de escravo.

Recorte 14: *Se não fosse essa fuga na 6ª feira aí iria fazer-te uma visita visto que sábado é dia Santo, e pouco era o prejuízo.*

Nesse recorte da carta 28 observamos a ocorrência da palavra escravo que aparece por elipse não marcada, *fuga (de escravos)*, em que a palavra *fuga* aponta para um domínio de referência de escravos, e acessando ao memorável, rememoramos a resistência dos escravos contra o domínio dos brancos. E tal forma de resistência proporcionou o surgimento dos quilombos, lugar onde os escravos que fugiam se reunião.

Então, a palavra *fuga* se faz pertinente no presente do acontecimento por proporcionar o sentido de escravos que resistiam à escravidão, o que projeta uma latência de futuro de que os escravos que fugiram serão caçados pelos capitães-do-mato como animais até serem recapturados e presos novamente, como já apresentamos na análise da carta 5. Aqui também temos uma relação de antonímia entre fuga e prisão. Essa relação de antonímia reafirma o poder do escravocrata sobre o escravo. Temos novamente o que Foucault chamou de relação de poder, ou seja, há “um confronto entre poder e liberdade” (1995, p.244), o escravo confronta o poder do escravocrata ao lutar pela liberdade por meio da fuga.

Portanto, assim como no acontecimento da carta 5, aqui temos que *fuga* determina *de escravos*, que aparece por elipse no acontecimento. E que *fuga* funciona como antonímia de *preso*, porque só foge quem está preso.

Fuga † (de escravo)
Preso

Pelas análises realizadas no item 3.4, apresentamos o funcionamento, a designação e o silenciamento da palavra escravo.

CONCLUSÃO- ANCORANDO AS ANÁLISES

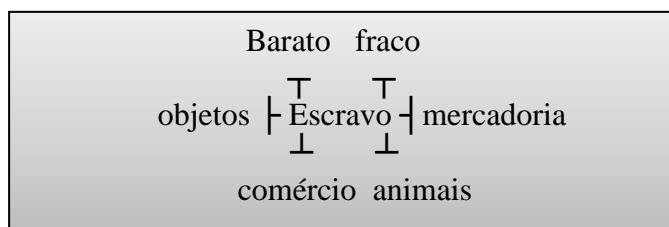
“Atribuir um nome é um ato de poder, a primeira e mais definitiva ocupação de um território alheio. Meu pai, que tanto reclamava contra o império dos outros, reassumiu o estatuto de um pequeno imperador.” (MIA COUTO- As areias do imperador- Mulheres de cinzas.)

A partir das análises dos textos das 28 cartas e dos acontecimentos das enunciações das palavras selecionadas para as nossas análises, respondemos nossa primeira pergunta norteadora, nas cartas do Conde do Pinhal para sua esposa Naninha há a presença e rememoração da palavra escravo, assim como também, mostramos que quando a palavra escravo é silenciada, ou seja, não aparece no presente do acontecimento, seu sentido funciona a partir do memorável, do domínio referencial, do político, das forças de retrospectão, de prospecção e de progressão, e por meio das análises pudemos também projetar a presença do escravo por meio da referência, da temporalidade, da argumentação.

Apesar de serem cartas de um marido para uma esposa, as cartas constituem-se por meio de um tom administrativo e não amoroso, ou seja, tratam-se de cartas escritas a partir de um agenciamento de cunho administrativo, já que ao escrevê-las, o Locutor/autor Antonio Carlos o faz agenciado pela necessidade de manter o controle sobre a fazenda, sobre a casa grande, sobre a família, sobre a esposa, sobre os escravos, sobre os trabalhos. Assim, mesmo longe, o Locutor administra, manda, desmanda, coordena, mantém o controle. Diante disso, as cartas são formas de manter o poder e o controle sobre os escravos e também sobre a esposa, que assume as enunciações e as ordens do marido, colocando-as em prática. Portanto, as cartas são constituídas por meio de um agenciamento não amoroso, que fica em segundo plano.

Ao longo das análises, percebemos que quando a palavra escravo compunha o presente do acontecimento, apontava para um domínio referencial de mercadoria, de animais e objetos, de comércio, de inferioridade, de seres fracos e parte da mazela da sociedade, ou seja, no presente do acontecimento das cartas, a palavra escravo funciona com sentido que compunha o memorável da elite do Brasil, assim, a palavra escravo é determinada pelo sentido de mercadoria, de animais e objetos, de comércio e imposto, de barato e fraco, de inferioridade e de mazela da sociedade, pois como já apresentamos, o escravo não tinha lugar de fala ou de significação, era determinado pela cor da pele, pela sua origem, sua cultura,

significando para a sociedade escravocrata como mão-de-obra, como ser inferior. A ideologia que compunha a sociedade afirmava e agenciava os discursos e enunciações, e aí se encontra o litígio.



Portanto, o DSD anterior mostra que a palavra escravo em nosso corpus designa mercadoria, objetos, comércio, animais, barato e fraco.

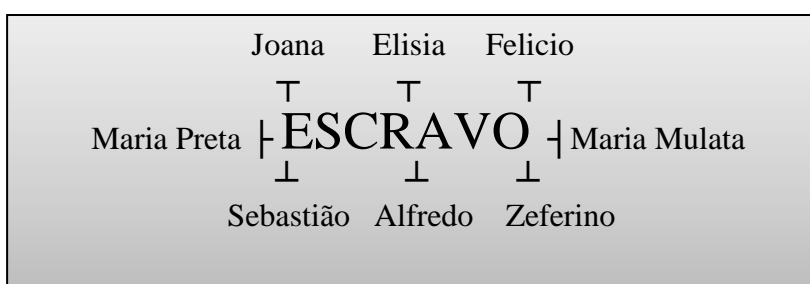
Também pudemos perceber a designação de escravo a partir de outras palavras que funcionam com o sentido de escravo, ou melhor, funcionam de modo a estabelecer uma sinonímia com escravo. Temos diante disso que ama designa escravo, já que se trata de uma categoria de trabalho desenvolvida por escravos, que mulato, negro e preto designam escravo por meio de um apontamento para o domínio de referência de cor da pele escura como característica dos escravos, que colono designa escravo, por meio do funcionamento da palavra na enunciação, da pertinência enunciativa e do memorável; que doentes também designa escravo por meio do memorável das doenças que atingiam os escravos.

Ainda temos que as palavras, criada e cativo, também designam escravo pelo funcionamento do presente do acontecimento e da pertinência enunciativa que mostram que tais palavras, no espaço enunciativo abolicionista, não estavam contra a normatividade vigente, ou seja, com a abolição a situação do escravo como cativo, submisso e dependente de um senhor não mudou, porém a palavra escravo é silenciada e passa ser contra a norma vigente, por isso, no acontecimento das cartas que compõem um espaço abolicionista, enunciar criado, cativo, mulato, negro, etc. é pertinente e legítimo, mas a palavra escravo vai contra a norma, não é mais algo legitimado, já que a Lei Aurea supostamente aboliu a escravidão, portanto a palavra escravo passa a ser contra a norma. Aqui temos o político, que rege a língua e revela-nos o litígio funcionando, em que a divisão do real produz sentidos de que a escravidão foi abolida, portanto, a palavra escravo também deve ser, o que agencia o Locutor Antonio Carlos a enunciar outras palavras que são legitimadas, mas que como as análises nos mostram, funcionam com o sentido de escravo. Ou seja, a palavra escravo deixa de ser enunciada, porém, seu sentido não deixa de funcionar.

determinação entre o nome próprio e o funcionamento deste no presente do acontecimento que permite lembrar o sentido do escravo. Assim, vemos que o nome próprio carrega o sentido de escravo. Guimarães diz que

Pensar o nome próprio de pessoa nos coloca diante da relação nome/coisa, na qual se considera que se está diante dos casos em que se tem um nome único para um objeto único. Por outro lado se coloca a questão de que há uma relação particular: o nome único é nome de uma pessoa única. Ou seja, estamos na situação em que o nome está em relação com aqueles que falam, que são sujeitos no dizer. Isto por si só ressignifica a questão da relação nome/coisa, na medida em que a relação é nome/pessoa, nome/falante, nome/sujeito. (GUIMARÃES, 2005, p.33)

O que temos no acontecimento das cartas é que o nome próprio de pessoa está funcionando não como uma relação nome/sujeito, mas sim, nome/coisa, ou seja, Maria Mulata é a Maria enquanto escrava, Maria determinada por Mulata que nos apresenta o sentido de escrava. Assim, o nome próprio nesse acontecimento funciona como forma de designar os escravos e não os identificar como sujeitos de fala.



Assim, observamos que o nome próprio nas cartas do Conde do Pinhal para a sua esposa Naninha nomeia escravo, funciona com o sentido de identificar e especificar os escravos. Aqui a nomeação funciona por meio desse agenciamento enunciativo, atribui-se nomes próprios aos escravos como forma de identificar algo, uma propriedade, sendo assim, quando é retirado da sua aldeia, o escravo deixa de ser identificado com seu nome de origem, e no momento que chega aos pontos de venda brasileiros é renomeado, por isso, ao receber um nome no espaço enunciativo da Língua Portuguesa o escravo não está sendo incluído ou reconhecido como um cidadão com direitos, mas sim, está sendo reconhecido como propriedade, ou seja, ao ser registrado, ao receber um nome, o escravo é afirmado como coisa, não como sujeito, portanto, o proprietário está registrando sua propriedade, garantindo-lhe perante a lei seu direito sobre o escravo.

Ainda temos que as cartas abordam o espaço do período de 1864 a 1901, em que se vivia mudanças expressivas em relação a escravidão e a questão do escravo. Tem-se inicialmente um espaço enunciativo particularizado, pois só os legitimados pela normatividade do espaço político são reconhecidos e constituem-se em sujeitos. Diante disso os escravos não se constituíam como sujeito por não serem legitimados.

Também observamos um espaço político que distribui os nomes de escravos numa relação imposta pelo Estado pelas leis e pela obrigatoriedade do registro que apresente um nome que respeite a normatividade imposta pelo espaço enunciativo da Língua Portuguesa, apagando o nome dos africanos que eram comprados no Brasil.

Há cartas com uma projeção de que os escravos selecionados, considerados “bonzinhos, fieis”, associados assim, a imagem de animais domésticos supostamente “conquistam” a liberdade e poucos são os agraciados com tal “benefício”. Assim pela normatividade do espaço enunciativo observamos que mesmo supostamente “libertos”, os escravos ainda não possuem voz, nem autonomia, têm suas vozes sufocadas por um memorável e uma historicidade marcados em sua pele, em sua alma. Entra em cena com a abolição o racismo.

Assim, o espaço enunciativo que compõe e que circula as cartas é um espaço de contradição. Inicialmente, temos um espaço escravocrata em que o escravo não tem voz, não tem lugar, não é sujeito, é taxado pela cor da pele, pela raça, pela descendência, por não ser nada além de uma coisa, de um objeto e de que por isso não cabe a ele opinar, falar, manifestar-se de qualquer forma, isso supostamente muda com a assinatura da Lei Aurea. Aí tem-se a contradição, com a assinatura da Lei Aurea, temos um novo espaço, o espaço enunciativo abolicionista, agora, o escravo supostamente deixa de ser um objeto e passa a ser dono de si, de seu ir e vir, de seu dizer e fazer, porém isso não se dá facilmente, pois ele não se firma locutor, não se firma sujeito, não consegue um lugar de fala, uma posição, pois não é reconhecido e nem legitimado pela sociedade. Não há espaço de fala, de significação para os escravos agora libertos, porque nesse novo espaço, há a ideologia da superioridade e da desigualdade racial funcionando, eles são designados pela sociedade como mazela, como a origem do mal.

Podemos ainda perceber um espaço do silêncio, pois nas cartas a palavra escravo é silenciada, mas isso já produz um sentido, uma significação, já que como aponta Orlandi (2007) o silêncio significa. Temos um silêncio local, já que como aponta Orlandi (2007) trata-se de um tipo de censura, aqui em nosso corpus a palavra escravo vai contra a norma do espaço vigente, mas esse silenciamento da palavra escravo produz significação. E o que

significa esse silêncio no espaço enunciativo da escravidão e da abolição? Significa primeiramente a tentativa de um apagamento da escravidão, silenciar é uma tentativa de apagar, de “sufocar” a existência do escravo. E em um segundo momento significa resistência, porque o escravo procura formas de se significar na fuga e quando não acata as ordens, como é o caso de Elisa.

Então, o espaço enunciativo em que as cartas se inscrevem e são escritas nos mostra uma contradição forte entre a coisa escravo e o sujeito escravo, entre a voz do dono do escravo e o silêncio dos escravos. Temos, portanto, a presença do político. Ainda temos que, mesmo com a Abolição, o escravo não assume verdadeiramente a posição de sujeito, já que ao longo de toda sua história tem sua voz silenciada ou não aceita pela sociedade. Mesmo supostamente liberto, o escravo ainda está sob o controle do sistema, mas agora o controle se dá a partir da classe social, por meio do racismo, da desigualdade de raças. Os escravos libertos ainda não são reconhecidos e nem aceitos como donos de si mesmo.

Nas cartas podemos perceber a partir das análises que a questão do escravo é suavizada, ou seja, evita-se enunciar tal palavra, o escravo é tratado sob um olhar mais paternalista e administrativo, uma forma de manter o controle, de manter os cativos submissos, já que o negro liberto quer sua voz, mas, os proprietários precisam mantê-los calados, e uma forma de fazer isso, de manter o controle é por meio das cartas de alforria.

(...) as cartas de alforrias expedidas no último ano de vigência do sistema escravista, às vésperas da Abolição, foram usadas como instrumento de controle social para a manutenção da ordem e do sistema para além de sua vigência. A dita liberdade concedida no ato do registro da carta era apenas o emprego incorreto da palavra, já que esta só poderia ser vivenciada após o cumprimento das condições, que previam a manutenção do trabalho escravo para além da abolição. (OLIVERIA, BORTOLUCCI, p.14, 2013)

O escravo como vimos, muitas vezes não é considerado humano, sua humanidade é rejeitada, assim como sua identidade, sua história, seu nome de origem, seus sentimentos, suas dores, seus pensamentos, seu corpo, sua alma, são negados. O escravo é visto sob o olhar de seu dono, e diante disso assume a posição que este lhe atribui, ora como objeto, ora como animal dócil, ora como animal feroz, ora como força de trabalho, ora como mercadoria, ora como propriedade, ora como um ser inferior, fácil de dominar. O escravo passa a ser uma questão importante quando designado como a força motora que assegura à economia, a evolução e o desenvolvimento, mas é insignificante por seu passado, por sua cultura, por seu histórico, por sua cor, por seu corpo.

E por fim, percebemos com as análises que o Locutor/autor Antonio Carlos enuncia a questão do escravo agenciado pela necessidade de manter o controle sobre os cativos, e de criar um efeito de sentido de que era bom trabalhar na fazenda, era bom servir o Conde e sua família, por isso, em suas enunciações o locutor x assume uma posição enunciativa de mando que é acatada e assimilada pela Alocutária Naninha, porém uma posição de mando mais paternalista agenciada pela necessidade de sustentar esse efeito de sentido e continuar com o domínio. E ao silenciar a questão do escravo, o Locutor Antonio Carlos é agenciado pela projeção em se criar um efeito de sentido de que era um locutor proprietário que se importava com o escravo, e que procurava ficar a favor deles, da causa deles, por isso, é agenciado a não dizer a palavra escravo e a reescrever por outras palavras pertinentes nesse espaço enunciativo.

Por meio das análises do texto das cartas, pudemos mostrar o funcionamento e o silenciamento da palavra escravo a partir de uma visão enunciativa, que mostra a língua em movimento, sentidos ainda não observados. Com as análises pudemos também trazer os sentidos silenciados ou apagados, na visibilidade do espaço de enunciação da escravidão no Império, especificamente em São Carlos.

REFERÊNCIA

- AUSTIN, J.L. *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas. 1990.
- BALLY, C.; SECHEHAYE, A. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini *et al.* São Paulo: Cultrix, [1916] 1995.
- BENVENISTE, E. *A filosofia analítica e a linguagem*. In: Problemas de linguística geral I. Campinas, SP. Pontes, 5ª Edição, p. 294-305. 2005.
- BOTELHO, A. C. de A. *Naninha, aceitei as minhas saudades*. Cartas do conde do Pinhal para Anna Carolina, sua esposa. São Carlos. EDUFSCAR, 2000.
- CARDOSO, D. B. B. *O imperativo gramatical no português brasileiro*. Rev. Est.Ling., Belo Horizonte, v. 14, n.2, p. 317-340, jun/dez. 2006
- CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo. Companhia das Letras. 1990
- CENTRO DE ESTUDOS DO PINHAL. *Conde e Condessa do Pinhal e seus Descendentes*. 2016. Disponível em: www.casadopinhal.com.br/centro_estudos. Acesso em: 30 ago 2016
- DUCROT, O. *A noção de pressuposição: o ato de pressupor*. In: Princípios de semântica linguística (dizer e não dizer). Tradução de Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa Attiê Figueira. São Paulo, SP: Cultrix, p. 79-112. 1977.
- _____. *O dizer e o dito*. Campinas, SP. Pontes. 1987
- _____. "Esboço de uma teoria polifônica da enunciação". In: O Dizer e o Dito. Campinas: Pontes, p. 161-219. 1987.
- DIAS, L. F. *Problemas e desafios na construção do campo de estudos da transitividade verbal*. In: SAIRAVA, Maria Elizaberrh Fonseca; MARINHO, J.H.C. org. Estudos da língua em uso- relações inter e intra-sentitenciais. Belo Horizonte: UFMG, p.101-122, 2005.
- _____. *Enunciação e regularidades sintáticas*. Cad.Est.Ling., Campinas, 51(1), p.7-30, jan./jun. 2009.
- _____. *Memória, enunciação e lugares sintáticos*. In: Linguagens, metodologias de ensino e pesquisa. Orgs. Vilson J. Leffa, Aracy Ernst. Pelotas. Educat, p. 27-42. 2012.
- _____. (2013a) *Enunciação e forma linguística*. Revista de estudos da linguagem. V.21, nº 1. p.223-238. Jan./jun.2013.
- _____.(2013b) *Pertinência enunciativa e sustentação referencial: nos limites do sintático e do semântico*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 9 - n. 2 - p. 389-398 - jul./dez. 2013.

_____.(2013c) *Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa*. In: Língua, museu, e patrimônio. Letras, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 11-22, jan./jun. 2013.

_____. *Nomes de cidades de mato grosso: uma abordagem enunciativa*. In: Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras- um estudo semântico-enunciativo do mato grosso. p.33-49. 2016

DIAS, L. F.; LACERDA, P.B.G. *A Referência nos Estudos Semânticos*. Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Língua em uso no 47, p. 357-371. Agost/2013. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/article/viewFile/329/103>
Acesso em: 02 mar 2017

DIAS, L.F. DALMASCHIO, L. *O papel da discursividade na configuração de lugares sintáticos: uma análise do complemento nominal*. Revista Diadorim. Vol.4, p. 93-105. 2008. Disponível em: <http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br/index.php/revistadiadorim/article/view/142/151>.
Acesso em: 02 mar 2017

FERRARI, A.J. *Nomes próprios e descrição: um estudo da descrição e do nome próprio a partir da análise das descrições presentes nos anúncios de fuga de escravos publicados nos jornais de Campinas entre 1870 e 1876*. Tese defendida em 2008- Unicamp.

FOUCAULT, M. *O sujeito e o poder*. 1995. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/pensarcomfoucault/leituras/o-sujeito-e-o-poder.pdf>. Acesso em: 22 mai 2016

_____. *Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GORDINHO, M.C. *A casa do Pinhal*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. Edição Fac-similar da edição de 1985.

GUIMARÃES, E. *Os sentidos da República no Brasil*. Pro-Posições. N°5, agos. 1991

_____. *Os sentidos de cidadão no império e na república no Brasil*. In: Língua e Cidadania: O Português no Brasil. Orgs. Eduardo Guimarães, Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1996

_____. (2000b). “*Sentido e Acontecimento: Um Estudo do Nome Próprio de Pessoa*”. In Revista Gragoatá, UFF: 2000

_____. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2ª Edição, 2005.

_____. *Texto e argumentação: Um estudo de conjunções do Português*. Campinas, SP: Pontes, 4ª Edição revista ampliada, 2007.

_____.(2007a)."*Domínio Semântico de Determinação*". In: A Palavra: Forma e Sentido, M.C. Mollica e E. Guimarães (orgs.). Campinas, SP: Pontes. 2007

_____. *A enumeração, funcionamento enunciativo e sentido*. Cad.Est.Ling., Campinas, 51 (1): 49-68, jan/jun. 2009

_____. *Quando o eu se diz ele- Análise enunciativa de um texto de publicidade*. Revista da anpoll. 1, n. 29, 2010. Disponível em:
<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/172>. Acesso em: 11 mai 2016

_____. *Análise de texto. Procedimentos, análises, ensino*. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

_____. *Aposto e nome próprio*. Entremeios: revista de estudos do discurso. Nº5, jul. 2012. Disponível em: www.entremeios.inf.br/published/99.pdf. Acesso em: 06 mar 2017

_____. (2013). "*Semântica da enunciação e textualidade*". In: Estudos dos sentidos na semântica e no discurso. S.M.S, da Silva e C.P, Machado (orgs.) São Carlos, SP: Pedro e João editores.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

MONSMA, K. Desrespeito e violência: fazendeiros de café e trabalhadores negros no Oeste paulista, 1887-1914. Porto Alegre, v.12, n21/22, p. 103-149. 2005.

OLIVEIRA, J. D.arc; BORTUCCI, M.A. P.C.S. *Liberdade "sob condição": as cartas de alforria em São Carlos do Pinhal às vésperas da Abolição*. XXVII Simpósio nacional de história. Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH. Natal, RN, 22 a 26 jul 2013. Disponível em:

OLIVEIRA, S. E. de. *Sobre o funcionamento do político na linguagem. Línguas e Instrumentos Linguísticos – Nº 34*, p. 41- 53, jan-jun 2014. Disponível em:
<http://www.revistalinguas.com/edicao34/edicao34.pdf>. Acesso em 30 mai 2017

ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. 7ª edição. Campinas, SP. Pontes, 2007.

PEREIRA, O.M.L. *A dor da cor: Reflexões sobre o papel do negro no Brasil*. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012. Disponível em:
<http://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/14101>. Acesso em: 28 fev 2017

PÔRTO. A. *O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p.1019-1027, out.-dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v13n4/12.pdf>. Acesso em: 9 abr 2017

RANCIÈRE, J. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. Trad. Eduardo Guimarães, Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo. SP. EDUC/Pontes, 1994.

ROSA, R. D. *Você conhece a história da Ordem da Rosa?* Canal Passado Presente. Site HISTORY. Disponível em: <https://seuhistory.com/noticias/voce-conhece-historia-da-ordem-da-rosa>. Acesso em 18 mai 2017

SANTOS, C.S. *Escravas do desejo. Estratégias de liberdade e sobrevivência na sociedade escravista*. XXVIII Simpósio nacional de história- Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. 27 a 31 jul. Florianópolis, SC. 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=2108. Acesso em: 13 jun 2017

SCHREIBER da Silva, S.M. Sociólogo e presidente: A ostentação e o riso como efeito do interdiscurso e a questão da performatividade. *Revista Brasileira de Letras*, v.1, nº1, p.31-37. 1999

SOUZA, de P. *Reciclagem do corpo, rasgos de negritude no sistema branco de beleza*. Rua, Campinas, v. 6, p. 67-80. 2000.

TRUZZI, O.M.S. *Café e Indústria*. São Carlos: 1850-1950. 3ª edição. São Carlos. EdUFSCar/Imprensa Oficial. 2007.

ZATTAR, N. Os sentidos de liberdade do escravo na constituição do sujeito de enunciação. Campinas, SP. Pontes, 2012

_____. *A performatividade do texto-pronunciamento da presidente Dilma*. *Linguagem Estudos e Pesquisas*, Catalão-GO, vol. 19, n.2, p.91-110, jul./dez; 2015

ANEXO A

CARTA 1

São Paulo, 21 de Fevereiro de 1865

Naninha

*Hoje tive o prazer de receber a tua carta de 16 do corrente mês. Muito, muito estimei saber que o José esta melhor, pois ardentemente desejo vê-lo bom quando lá chegar. Sinto que tenhas sofrido em sua saúde. **É preciso não se descuidar no tratamento do Felicio assim como dos demais doentes, pois quanto menos atenção houver no tratamento deles maior será a demora deles em casar, e por isso mais prejuízo teremos em seus serviços.***

Até o presente ainda não sei o que farei do Carlos, pois ainda estou à espera da resposta de cartas do Rio de Janeiro a ver se mando-o para lá ou se fica aqui. Até hoje ainda não houve gente suficiente para trabalhar na Assembleia, porém espero que chegarão por estes dias. Se houver trabalho, eu pretendo aparecer aí nos últimos dias do mês de março, e se não houver a qualquer hora aparecerei. Tenho bastante saudades suas porém não creio muito nas suas, porque sou daqueles que julgo os outros pelo que fazem e não pelo que dizem.

Sou vosso esposo

Antonio Carlos

CARTA 2

Pinhal, 5 de Fevereiro de 1876

Naninha

Desejo que tenhas passado bem e estejas completamente boa de seus incômodos. Eu passei aqui alguns dias muito incomodado com a minha costumeira constipação e dormi duas noites e um dia inteiro em completo abatimento e prostração de forças, porém com os escalda-pés melhorei e hoje não estou bom porém já passo melhor.

Joana, que entendeu de matar o feto dormindo em cima ou deixando alguém sentar-se em cima, eu entendi que estava no caso de aproveitar-se para ama da nossa filha, pois está em condições de ser boa ama, por isso fiz com que conservasse o leite e hoje mesmo ainda fiz mamar e faço seguir para aí a fim de que você tenha cuidado com o leite dela e sirva para quando voltar, então não será preciso trazer a ama dela.

Nossos filhos passam bem e como os outros estão desesperados para virem para a fazenda. O Barreto quando lá estou não me larga e fica dizendo constantemente: eu não fico.

O mestre vai indo por enquanto regularmente até o presente nem uma causa tem dado que prejudique o serviço-continuam porém as disparadas de soltura à noite, somente creio mesmo que é esse o caipora que o acompanha. Diga-me como vai o José com a ferida. Se José Maxado entregou aí os livros dele que mandei vir de São Paulo e mais objetos.

Diga-me também se já é tempo de apanhá-la, mandar buscar os marmelos, e se lhe aprover de terminar o tempo em que devo ir para trazer-vos porém creia que desejo carregar por mais tempo com tua ausência contanto que venhas boa do que vires já sem estar sã.

Logo que aqui cheguei mandei vir a Juliana para tomar conta das chaves e estou esperando o administrador de Piracicaba para instalar em Santo Antonio e o Felicio aqui, depois disso irei fazer-lhe uma visita, se não for buscar.

Aceitai minhas saudades, extensivas a vossos pais, irmãos e cunhados.

Vosso

Antonio Carlos

CARTA 3

Rio Claro, 4 de Junho de 1867

Naninha

*Aqui cheguei com boa viagem e pretendo amanhã seguir para Piracicaba. Vosso fazendeiro está sem novidade. É preciso fazer azeite já e já não só para o gasto da fazenda como ainda mais para o Santo Antonio. **Quando mandar a Maria Mulata no domingo para o Santo Antonio faça sair muito cedo e que vá com ela um rapaz a cavalo para ajudar a carregar a criança e para levar as camisas de baeta que estiverem feitas.***

Eu recomendei ao Sebastião que colhesse mamona e por isso é preciso aprontar algum azeite para ir no domingo ainda que seja pouco.

Aceitai as minhas saudades e sou vosso

Antinio Carlos

P.S. Mana Amalia vos manda uns pães.

CARTA 4

Santos, 6 de julho de 1876

Naninha

Aqui chegamos ontem e hoje sigo para o Rio de Janeiro de onde pretendo voltar logo, visto como vou certo de não comprar escravos.

Por aqui há frio e por isso faço ideia do que terá havido por lá.

Aceitai as minhas saudades e dai um abraço em cada um de nossos filhos.

Vosso

Antonio Carlos

CARTA 5

Pinhal, 9 de novembro de 1876

Naninha

Hoje recebi pelo Barthasal a vossa carta de ontem, e outra do vosso pai na qual me dá agradável notícia de haveres hoje pelas 2 horas da madrugada dado à luz um menino com felicidade. Fiquei completamente satisfeito com este sucesso por ver que estavas aliviada dos incômodos que estavas sofrendo. O Malta aqui chegou hoje e está de sócio, e tenho me visto ocupado com este e outros hóspedes que tenho tido. Pretendia sem falta sair para lá no sábado com desejo de vos fazer companhia em seus trabalhos, porém agora com tão feliz notícia é possível que não vá no sábado, porém irei logo depois.

Aceitai meus parabéns e as minhas felicitações e tenha cuidado consigo e com o Carlos 4º para que a dieta não sofra alteração. Por aqui não há novidade.

Do Palmital fugiram ontem três negros novos, dois já foram presos e falta um.

Não tem aparecido novos doentes

Minhas saudades a ti e a todos

Vosso

Antonio Carlos

CARTA 6

São Paulo, 8 de abril de 1886

Naninha

Ontem tive o prazer de receber a vossa carta de 4 do corrente e muito estimei que passem todos bem. Pelas fazendas não há novidades. O Martinho fez exame ontem e foi aprovado simplesmente. Veja o que pode esperar de um moço que cursa a mesma matéria dois anos para ser aprovado simplesmente naquilo que outros estudam um ano para serem aprovados plenamente.

Eu desejo fazer seguir para lá na 2ª feira para fazer uso dos banhos.

*Eu desejo que digas-me qual o tempo em que pretende voltar. O Fermiano me diz que como a estação é de banhos então ele está com desejos de ir tomar banhos durante as férias da Semana Santa que começam na 4ª feira de trevas. **Os jornais tanto da Corte como alguns da Província muito têm se ocupado de um projeto que apresentei à Assembleia de revogação do imposto sobre a entrada de escravos na Província. É conselho sem efeito, que nenhum incômodo me causa e por isso não se incomode com o que ler por ai.***

Dai lembranças minhas a todos e aceitai para ti as minhas saudades.

Vosso

Antonio Carlos

CARTA 7

Rio Claro, 18 de outubro de 1886

Naninha

Aqui chegamos sem novidade.

*Nada mais sei de São Paulo. **Amanhã que venha o Alfredo com a minha lata de roupa. Hoje faça ele experimentar a sobrecasaca no Alfredo assim como faça ele experimentar uma calça branca das minhas que tem remendo a ver se servem para aprontarem duas ou três para ele; é possível que careça cortar um pouco nas pernas. Por ele me diga amanhã o que é preciso fazer ou quantas calças pode arranjar a ele. Se a sobrecasaca precisar de algum retoque mandarei fazer.***

Desejo que passem bem.

Vosso

Antonio Carlos

CARTA 8

São Paulo, 15 de agosto de 1890

Naninha

Aqui chegamos hoje sem novidade e achamos os parentes com saúde. Mariquinhas e família aqui estão e dizem que descem amanhã para Santos. Penso em voltar na 2ª feira se não houver coisa que a isso oponha.

Diga ao Alfredo que se o Braz arranjar as bestas para carregar a cana dele na 2ª feira que não mande os carros para carregar a cana e neste caso que mande 2 carros puxar café com os bois melhores o que peço descansar os outros na 2ª feira.

Desejo que passes bem e aceitai as saudades do

Vosso

Antonio Carlos

CARTA 9

Jundiaí, 9 de Junho de 1864

Naninha

*Aqui cheguei hoje com feliz viagem e amanhã sigo para São Paulo. **Houve um desastre no caminho, quebrando a lança do carro em uma descida, porém saltei de cima sem machucar-me porém o Zeferino deixou passar a roda de trás por cima da cabeça, machucando pouco que me parece será nada.***

*O portador leva os animais para trás e diga ao José Carlos que ponha os cavalos de carro no pastinho, dê sal a eles logo que chegar e que comam milho todos os dias de manhã e à tarde, e que o mando o cavalo branco do Paulinho e o portador que traga o meu cavalo Oveiro que lá está para ser tratado com os outros no pastinho e que olhe todos os dias para as feridas deles. **Não esteja a conservar muitos negros em casa. É preciso distribuir logo as camisas de baeta para todos eles.***

Aceitai minhas saudades, por ser vosso

Antonio Carlos

CARTA 10

São Paulo, 20 março de 1865

Naninha

São portadores desta dois moços alemães que vão juntos para trabalharem no campo; por isso logo que eles aí cheguem, mande-lhes dar cômodos embaixo do sobrado, trate-os bem e que vão trabalhando no campo com o Zeferino. Eu passo no mesmo e somente com saudades suas. Pretendo partir no dia 25 se aqui tiverem chegado os animais.

Adeus, até lá.

Vosso

Antonio Carlos

CARTA 11

São Paulo, 28 de Junho de 1867

Naninha

Passo sem novidade e com muito desejo de voltar para lá, por isso que no dia 1 ou 2 de julho pretendo dar-vos um abraço.

Tenho sofrido aqui forte defluxão porém já estou melhor. Estou morando em casa do Malheiros, onde me tratam muito bem. As moças muito se recomendam a você.

Entregarei a carta inclusa ao Sebastião. Pelo correio de ontem não recebi carta vossa, provavelmente estais sofrendo o mal do Azevedo, que não sabe os dias do correio.

Aceitai minhas saudades e abraçai a nossos filhos.

Vosso senhor

Antonio Carlos

CARTA 12

Campinas, 25 de janeiro de 1868

Naninha

Ontem aqui chegamos com feliz viagem e eu fico pelo menos até o dia 1º de fevereiro. Mostrei-me hoje a um médico novo que aqui está com muita fama porém amanhã é que poderei entrar em tratamento a fim de ele observar a moléstia para depois eu seguir para São Paulo. Pelo José, que deve voltar depois de amanhã, vos darei notícias mais adiantadas. Mandeí hoje buscar o Carlos em Itu para estar comigo por 2 ou 3 dias.

As minhas pernas desincharam mais na viagem e hoje amanheceram completamente secas porém durante o dia já elas têm inchado mais um pouco. Tenha esperança e fé em Deus que nós seremos felizes, tanto eu em meu tratamento como você no seu sucesso. Em todo o caso pretendo seguir para São Paulo no dia 1º fevereiro.

Diga ao Sebastião que deixe aí uma besta de tropa para o Manoel Caetano trazer com encurtamento com a minha boiada que deve sair na semana seguinte, e você deve aprontar bem o cargueiro.

Diga mais ao Sebastião que aperte com o benefício do café porque espero que logo cheguem tropas lá.

Aceitai minhas saudades e dai um abraço a cada um dos nossos filhos.

Vosso senhor

Antonio Carlos

CARTA 13

Rio de Janeiro, 10 de Julho de 1876

Naninha

Aqui cheguei no dia 7 pelas 8 horas da manhã com a mais feliz e agradável viagem de mar. Desde que cheguei só tenho tratado do negócio das letras, porém só hoje pelas 9 horas da manhã é que vou ao Banco Alemão para decidir o negócio e estou com esperanças de arranjar mais ou menos como desejo.

A temperatura aqui está muito boa e até faz frio, o que me faz recear que por aí tenha havido alguma geada de fazer mal.

Até agora ainda estou sofrendo as coceiras que sentia e apesar de estar em uso de remédios e banhos há 2 dias ainda não estou bom, porém com esperanças de sarar logo visto como o meu antigo médico me assegura que nenhuma importância tem.

Estou na dúvida de comprar escravos, visto que se não conseguir o arranjo que pretendo das letras, não os comprarei para não me envolver: há muito escravo para vender e os fracos estão baratos. Pretendo ver se posso seguir no vapor de 15, porém não é seguro porque como já disse meus negócios ainda não estão decididos. Quando aos professores de piano ainda não os encontrei porém o meu anúncio saiu ontem e de hoje em diante é que espero por eles. Seu pai também me pediu que levasse um para a Clementina.

Tenho sentido muitas saudades tuas e dos pequenos e sempre querendo comprar-lhes algum presente porém sem saber o que, como sempre me acontece.

Aceitai as minhas saudades

Antonio Carlos

CARTA 14

Pinhal, 1º de Fevereiro de 1888

Naninha

Aqui cheguei hoje vindo do Jaú cuja viagem fiz sem novidade. Li a vossa carta e muito estimei ver que tem passado alguma coisa melhor e que o Amadeo não tem mais a febre. Muito contente fiquei com o telegrama de Caldas noticiando as melhoras do Caminha. Deus queira que ele reanime que eu tomarei contas severas na continuação de seu tratamento.

*Amanhã passarei aqui até a tarde, quando sairei para Santo Antonio e depois para o Palmital. **Tudo se acha ainda em sossego em relação aos escravos porém a vista do sítio em que estou me parece que não poderei deixar de fazer alguma coisa mais em favor deles.***

Diga ao Carlos que na 6ª feira eu devi aqui chegar vindo do Palmital e aqui falharei, mais um dia sábado e irei no domingo se as cosas todas ocorrerem como espero. Se vier na 6ª feira terá sábado para falhar aqui e poderemos ir com o mestre carpinteiro ver e assentar o lugar do moinho.

Aceitai com os filhos minhas saudades.

Vosso

Antonio Carlos

CARTA 15

Pinhal, 11 de Dezembro de 1888

Naninha

Recebi hoje duas cartas suas ambas com a mesma data. Mandeí como disse ontem o bexiguento que estava aqui para a Olaria porém não vieram os da colônia. Hoje resolvi ir amanhã ver o lazareto em São Carlos e dispô-lo para receber os doentes e ir removendo não só esses como os demais que aparecerem. Se isto não puder conseguir, então entregarei a colônia toda e isolarei a fazenda.

Amanhã vou à cidade e voltarei aqui para ver se posso amanhã mesmo fazer seguir eles de noite para lá.

Depois de feito isto eu creio que poderão vir para cá porém antes disso esperem por lá mais alguns dias. Se eu vir que há demora além dos dias que você precisa estar aí neste caso virão para São Calos.

Depois de amanhã já eu poderei dizer alguma coisa mais prática a respeito.

Barreto e Amadeo que fiquem por aí até que possam vir para cá.

Vosso senhor

Antonio Carlos

CARTA 16

Pinhal, 11 de dezembro de 1888

Naninha

Aqui achei três variolosos, sendo um menino da família que mora no quarto que foi de ferramentas contíguo à enfermaria. Toda gente que morava na mesma casa deixaram-na. O doente foi removido ontem para a Olaria, porém em estado já de contágio. A família ali ficou ainda porém desejo ver se ela também se passa hoje para a Olaria, porque estando como estavam provavelmente cairão com a mesma moléstia.

Na colônia eu creio que vai soro porque nenhuma reserva eles têm, e me parece mesmo impossível que não grasse em toda a colônia.

Eu que estou tomando as providências possíveis para atenuar o mal, o quanto for possível- porém com todas as cautelas. Não tenhas cuidado porque estou com toda a cautela possível.

Desejo que passem bem.

Vosso senhor

Antonio Carlos

CARTA 17

Pinhal, 12 de dezembro de 1888

Naninha

*Recebi hoje a vossa carta e vejo que estás ansiosa por notícias de meu estado de saúde. Eu tenho passado bem, somente com muitos aborrecimentos por causa especialmente das malditas bexigas. **Creio que já é falecido a esta hora um colono adulto que morava na colônia e estou certo que não ficará nesse.***

Hoje fui à cidade em procura de homens para tratarem os doentes no lazareto não achei um só, e creio que os negociantes não querem doentes na cidade. À vista disso, e sem outro recurso, resolvi deixar a colônia entregue a eles e que se curem em suas casas. Trato de defender-me cortando o quanto possível as comunicações com a fazenda e mandando a eles os mantimentos precisos.

O que me parecia melhor é que você viesse com a Candida e todos os mais para São Carlos, não só porque Candida lucraria um pouco, mesmo por se conservar por mais tempo sem ocupação como porque o Fermiano não perderia o seu tempo, em estar em São Carlos para ver desde já os serviços da Serra que precisam ser atendidos com urgência. Se resolver qualquer coisa nesse sentido, diga-me quais as providências que quer que tome para que vocês venham do Rio Claro diretamente a São Carlos.

Não me parece razoável você vir e deixar os filhos lá e sem trazer a todos para São Carlos, porque assim não estaria vendo Fermiano nos seus afazeres.

Incluso a carta da Sophia pelo que verá que no dia 27 deverá sair do colégio.

Desejo que passem bem.

Vosso

Antonio Carlos

CARTA 18

Pinhal, 2 de março de 1889

Naninha

Recebi ontem a vossa carta e hoje respondo.

O Augusto falou ao Ludgero sobre a ida da Raimunda para Caxambu e ele respondeu que podia ir. Eu continuo pensando que se a Julia ficar aqui em casa corre o perigo de ficarmos sem esse casal que nos serve. Até o presente não há nada porém bem sabes que vazando-se as cartas tudo muda. No entanto não sei o que fazer dela se não for para Caxambu como parece, por ter de ir a Raimunda. Lembrei-me de deixar ela em São Paulo com a Candida, porém não sei a demora dela lá até quando alcançará porque me parece que ela terá também de retirar-se logo de lá. Diga-me o que lhe parece melhor neste sentido, enquanto eu por minha parte aconselho ao Valentino. A Domingas me parece que poderá ficar aqui mesmo porque parece que não haverá entre ela e Josefa rivalidade. Eu estou muito apertado com a planta de cana, sendo o mês de março o último em que se pode plantar. Se não me for possível ir a Itu, eu mandarei ao Augusto com tempo para ir contigo a Itu. Já tens visto diversas vezes as mulheres de Martinico e Sencinato irem levar suas filhas e de outros assim também você fará. Ainda mais se for preciso adiar um pouco a vossa partida para Caxambu a fim de que eu possa concluir com a planta da cana, eu demorarei por aqui mais 8 dias além não fará dúvida para o uso das águas e para a planta da cana é questão de perda de ano.

Neste caso vos direi quando for o Augusto porque então se quiseres poderás vir até cá.

Eu não tenho passado muito bem nos seguintes primeiros dias que aqui estive, porque aquela inchação nos tornozelos se aumentara muito porém hoje estou quase sem ela depois de ter tomado a água de Jamees duas vezes; ainda amanhã vou tomar a 3^a dose. Amanhã à tarde é que irei ao Palmital. Só hoje eu fui à cidade e a pobre Antonia vai sempre apear.

Vosso

Antonio Carlos

P.s. A Joana Italiana foi hoje com o pai que veio buscar a pedido dela, e diz que quer ficar lá e que gosta mais de sapor.

CARTA 19

Pinhal, 6 de março de 1889

Naninha

Recebi hoje a vossa carta de ontem e por ela vejo que passas bem o que muito estimo. Eu passo regularmente. Na 6ª feira eu pretendo lá ir e se tiveres ido para Itu já em Jundiá nos encontraremos em sua volta, o que parece que não é possível porque não voltarás no mesmo dia. Eu vou com destino de seguir no dia 10 para Caxambu ou para trás se nosso médico entender que a nossa viagem para Caxambu pode sem inconveniente ser adiada para o princípio de abril.

É sensibilíssima a minha ausência desta fazenda no corrente mês por isso se não houver inconveniente adiaremos a viagem porém voltaremos imediatamente para aqui.

As criadas eu deixo elas pela dúvida em que vou e de lá poderemos ordenar a ida delas.

Aceitai as minhas saudades.

Vosso

Antonio Carlos

CARTA 20

São Paulo, 5 de julho de 1889

Naninha

Pretendo seguir amanhã para Piracicaba e voltar na 3ª feira. Sua mana Mariquinha diz que se você for para o Rio ela também vai e por isso venha pronta para isso.

Acho melhor não trazer o Anthero porque se ele vier ficará aqui durante nossa viagem para o Rio e eu asseguro que não voltará mais para lá.

Nós pararemos 2 ou 3 dias aqui e por isso talvez não precise trazer cozinheiro e se for preciso será melhor trazer a Sebastiana, e ele ficar no serviço do terreno.

Desejo que o Hecio venha contigo, porque ele vai ser nomeado Coletor do Rio Claro e terá de entrar já em exercício e por isso será melhor para a casa ficar melhor regularizada que eles venham ao mesmo tempo. Elas podem deixar as suas caixas mais pesadas fechadas e guardadas na fazenda até que arranjem cômodos no Rio Claro. E ele virá com a mulher para

Itu deixando ela aí virá a esta cidade prestar fiança do cargo e volta para Itu e leva a mulher direto para o Rio Claro.

Isto mesmo digo a ele

Vosso

Antonio Carlos

CARTA 21

Pinhal, 6 de março de 1889

Naninha

Hoje recebi as suas duas cartas de 19 e 20 e por elas vejo as melhoras do Carlos que muito estimo também estimo que fizessem feliz viagem e que passem bem.

Sei que a sua presença aí seria muito agradável a Carlos e um adjutório muito valioso a Constancinha.

Retirei-me de aí com muito pesar por ver que ela se achava com o espírito abatido e neste caso só as pessoas da família é que de algum modo confortam. Não julgava um perigo a sua existência, porque isto se dissessem não me retiraria de mofo algum. Depois de seu lado já havia passado dia sem carta e sem telegrama, e por isso tenha cuidado em mandar passar os telegramas pela Agência Paulista logo que saibas como passou ele a noite.

Amanhã faço seguir o Anthero levando o que pedes. A colheita caminha porém não sei se ficará terminada até o fim do mês.

Vosso

Antonio Carlos

CARTA 22

Pinhal, 27 de outubro de 1891

Naninha

Hoje aqui cheguei de volta de Jaú para onde fui no domingo, como vos disse na minha última carta. Fiz a viagem sem novidade e ali achei as coisas assim assim.

Aqui chegando hoje encontrei a Elisia já com sinais de bebedeira e uma hora depois estava ela estritamente bêbada na alcova da sala com 2 garrafas ao lado, sendo uma de vinho e outra de genebra, as quais recolhi para o armário e deixei-a dormindo em paz. Acordando-se dali a 2 horas, saiu pela porta ralhando muito com a Maria Preta e levando mais uma garrafa que não tínhamos visto, por isso eram 3 garrafas.

Fiquei portanto com o cozinheiro e a Maria Preta, e esta com boa vontade porém sem orientação alguma. À vista disso mandei pelo Felício dizer à mulher que já está na fazenda que viesse para olhar as coisas dentro de casa e Felício imediatamente foi e falou porém até esta hora, 9 da noite, ainda ela não veio porém já mandei lhe dizer pelo Felício que ela não viesse mais, e que ficava-lhe proibida a entrada nesta casa.

A Raimunda, a Roberta e a Laura estão nas suas casas tranquilamente sem me aparecerem. Não mandei e nem as mando chamar e desta vez se alguma delas aparecer amanhã é provável que eu as dispense do serviço. Quero que vejam que posso passar com a Maria Preta e dispensar a elas. A Joaquina, essa está proibida de entrar nesta casa, e só o fará em minha ausência ou sem o meu conhecimento.

Conforme se encaminharem as coisas amanhã é possível que só na 5ª feira farei uma visita ao doente e aos sãos, e voltarei no domingo.

O Leonardo pretende entregar a máquina amanhã e por isso o benefício do café começará amanhã e continuará se a máquina estiver boa. Ainda estou com esperanças de ver se acabo a colheita até o fim da semana o que não é certo.

Estimo muito as melhoras de Carlos e agradeço-vos as suas comunicações.

Aceitem todas as minhas saudades

Vosso marido

Antonio Carlos

CARTA 23

Pinhal, 2 de novembro de 1891

Naninha

Hoje recebi a vossa carta de ontem pela qual vi que passam bem, que o Carlos vai sempre melhor e que as meninas chegaram bem. A minha colheita ainda se calcula por mais 2 ou 3 dias e por isso naturalmente será até o fim da semana por isso não sei quando irei. Se tiver de vir como disse até o fim desta semana poderá segurar as meninas para vir consigo, se porém sua demora for maior neste caso deves mandar a elas para cá.

Ontem à noite apanhou-se a Elisia e a prendi em um quarto para mandar amanhã entregar à Justiça na cidade acompanhada das testemunhas. Ela ficará na cadeia não sei por quantos anos visto que o seu crime é de roubo, que é mais agravante. Assim mesmo tenho dó dela, coitada, é tão boa quando não bebe.

O Padre Monteiro entendeu mal a minha carta, porém agora o que farei, se não deixar por lá o Felicio por mais um mês? Pretendo amanhã arranjar os queijos da sua encomenda e levar à Estação para entregar a Candida.

Aceite as minhas saudades

Vosso marido

Antonio Carlos

CARTA 24

São Paulo, 15 de novembro de 1892

Naninha

Recebi vossa cartinha pela qual vejo que passas bem em companhia dos filhos. Nós passamos sem novidade.

Hoje falei com o mulato da Marquesa para apanhar-me amanhã às 5 horas algumas jabuticabas para de lá mesmo seguirem para ti, e para isso já mandei entregar a ele a cestinha hoje à tarde.

Amanhã irá o Carlos receber elas às 5 ½ e despachar para ti e se assim for receberás frutas frescas e boas. Elas estão se acabando, no entanto será bom mandares todos os dias gente à Estação, porque o dia que for possível eu vos mandarei.

Suponho que no sábado ou domingo irei passar alguns dias contigo. Desejo saúde a todos e você queira aceitar a saudades do

Vosso marido e muito amante

Saudoso

Antonio Carlos

CARTA 25

Pinhal, 28 de novembro de 1896

Naninha

*Desejo-vos saúde a todos da família. Por aqui não há novidade. O Luizinho ontem quando chegou estava abatido com a febre e a tosse um tanto insistente. Hoje mandei saber e disseram que estava melhor da febre e que haviam lhe dado um vomitório à noite. É mais uma das do Barreto, conservar este menino com febre por tantos dias sem lhe dar medicamento algum e só mandando comer biscoito de polvilho todo o dia como remédio. Creio que não poderei ir domingo e só 2ª ou 3ª feira. **Estou terminando a colheita com um só providencial, recebi 12 famílias e colonos que também estou acomodando. A máquina ainda está parada à espera da rodeta que foram fundir.***

Recebi sua carta e as jabuticabas, que agradeço.

Vosso marido

Antonio Carlos

CARTA 26

Pinhal, 21 de março de 1897

Naninha

*Ontem recebi a vossa carta e estimo ver que gozam de saúde. **Escrevi hoje ao Hecio para mandar proceder limpeza no quintal de nossa casa, prover de lenha, porém não mandei lavar a casa. Isto é que deve ser feito pelas suas criadas que devem ir um dia adiante de nós.** Eu espero pelo seu correio. Por aqui tudo vai bem.*

Vosso Marido

Antonio Carlos

CARTA 27

Pinhal, 23 de março de 1897

Naninha

Ontem recebi a sua carta pela qual vi que todos passam bem. Nós também passamos sem novidade.

O dia 27 posso seguir para Caldas sem aperto, e por isso designo o dia 29. Na 6ª feira partiremos. No sábado faremos seguir alguns criados para lavarem e arejarem a casa. A Raimunda que está cuidando das goiabadas irá com a Maria Preta no sábado ou domingo para São Paulo a fim de partirem conosco na 2ª feira. Mandarei preparar o arroz e também mandarei fazer uma torrada de café que farei despachar daí amanhã para os Passos.

Adeus, até 6ª feira

Vosso marido

Antonio Carlos

CARTA 28

Naninha

Tenho presente vossa carta de ontem e por ela vejo que ainda continua de esperanças o que me aborrece cada vez mais.

*Se contasse com esse impedimento de sua mãe na cidade, tu não irias para lá. Quando deves aí ainda terei de esperar que possas ir para o sítio para que eu lá vá te buscar, se isto não se der, não devendo eu ir aprear aí encomendarei a alguns de teus irmãos para vos ir buscar. **Se não fosse essa fuga na 6ª feira aí iria fazer-te uma visita visto que sábado é dia Santo, e pouco era o prejuízo.** Ontem ainda estive na vila com os meninos e todos passam muito bem. O Martinho anda mais pálido mas muito espirituoso e gaiato, muito mais do que costuma ser na fazenda. O José até agora quando se fala no seu nome pisca-pisca muito depressa e umedece os olhos, porém coitado tão recatado e modesto que imediatamente vira as coisas e disfarça com outras coisas para não dar a conhecer a sua fraqueza. Querem muito o Doutor Mamede e quase que viemos só com ele, e pouco param lá por dentro.*

A Selestina há muito que sarou porém ficou-lhe uma inflamação nos dois olhos que ainda nada fez até agora; tenho purgado e mesmo assim ainda muito pouco melhora tem tido.

Aceitai minhas saudades.

Vosso

Antonio Carlos

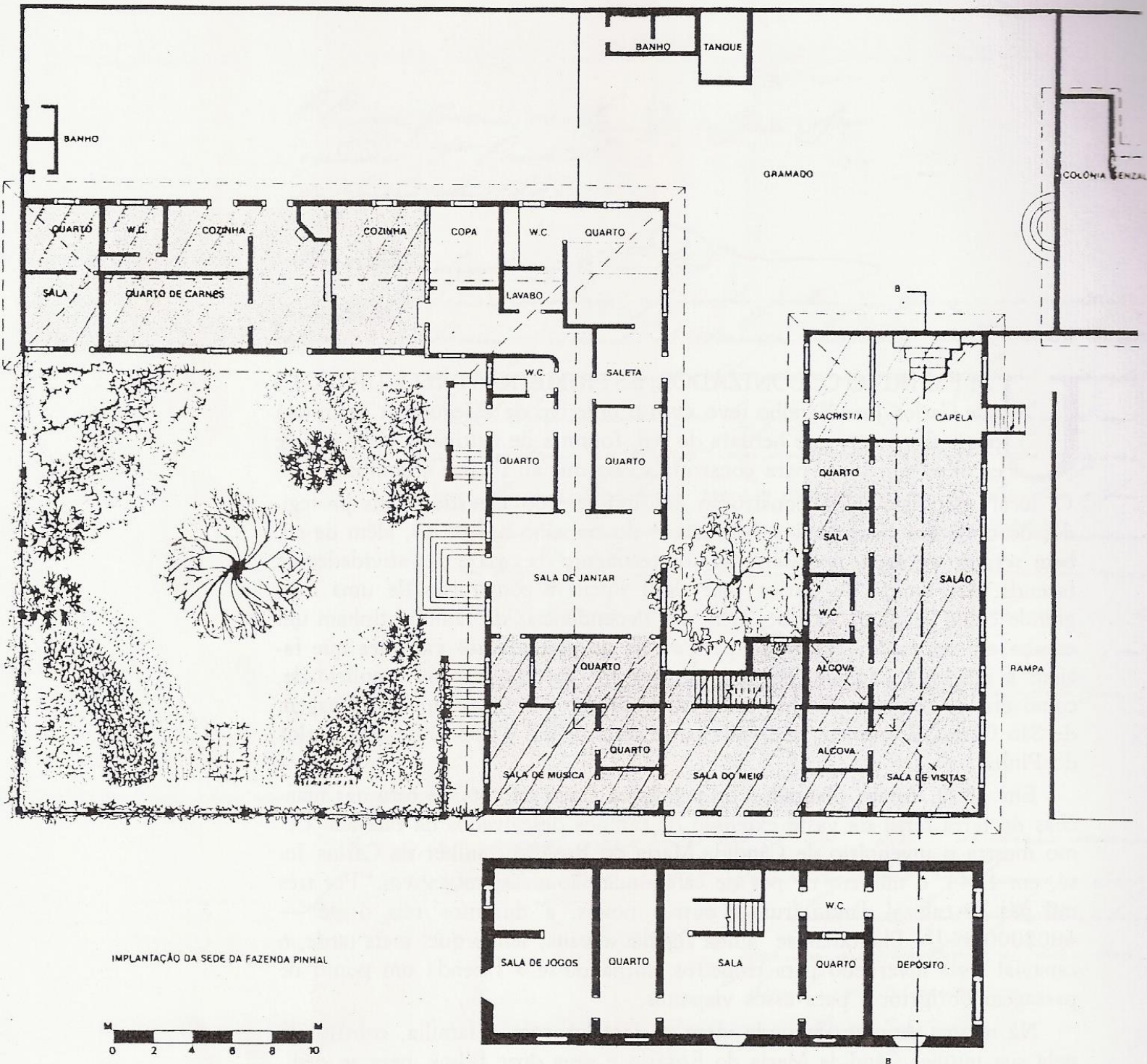
ANEXO B

Lista de escravos alforriados constada nos livros de notas do Tabelionato Tombi do município de São Carlos. (OLIVEIRA, BORTUCCI, 2013, p.10)

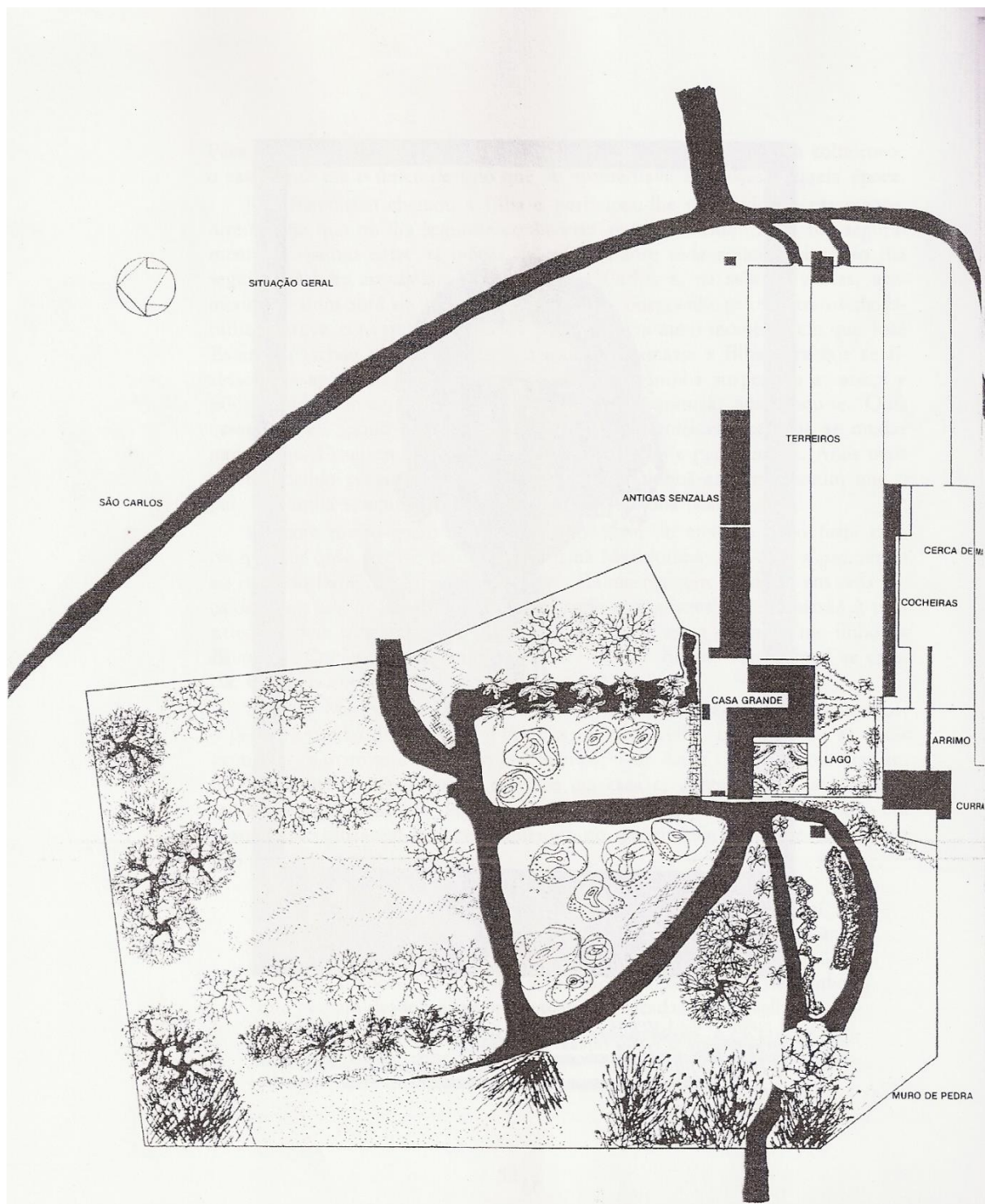
	Ano	Nome	Sexo	Idade	Cor	Tipo de Alforria	Motivo
1	1874	Albino	M			Sob condição	Bons serviços
2	1884	Lourenço	M			Imediata	Bons serviços
3	1884	Joaquim	M			Imediata	
4	1885	Bento	M			Sob condição	
5	1885	Anacleto	M			Sob condição	
6	1886	Gervásia	F			Sob condição	Bons serviços
7	1886	Adão	M	56		Sob Condição	
8	1886	Benedicto	M	24		Imediata	
9	1886	Francisco	M			Imediata	Bons serviços
10	1886	Arcebíades	M			Imediata	Bons serviços
11	1886	Juliano	M			Imediata	Bons serviços
12	1887	Eloy	M	35	Pardo	Sob condição	
13	1887	Felício	M	40		Sob condição	
14	1887	Joaquim	M	40		Sob condição	
15	1887	Rufino	M	40		Sob condição	
16	1887	João	M	40		Sob condição	
17	1887	Manoel	M	40		Sob condição	
18	1887	Alfredo	M	23		Sob condição	
19	1887	Theresa	F	35		Sob condição	
20	1887	Brasiliana	F	40		Sob condição	
21	1887	Celestina	F	40		Sob condição	
22	1887	Josefa	F	34		Sob condição	
23	1887	Joaquim	M	65		Imediata	
24	1887	Clementino	M		Preto	Imediata	
25	1887	Porphídio	M			Sob condição	
26	1887	Benedicta	F			Sob condição	
27	1887	Perpétua	F			Sob condição	
28	1887	Hylário	M			Sob condição	
29	1887	Amélia	M			Sob condição	
30	1887	Benedicto	M	22	Fula	Imediata	

OLIVEIRA, J. D. arc; BORTUCCI, M.A. P.C.S. *Liberdade “sob condição”*: as cartas de alforria em São Carlos do Pinhal às vésperas da Abolição. XXVII Simpósio nacional de história. Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH. Natal, RN, 22 a 26 jul 2013. Disponível em:

ANEXO C



Planta casa grande do pinhal. In: A casa do Pinhal, 2004. p.30



Planta da fazenda do pinhal. In: A casa do Pinhal, 2004. p.54

ANEXO D

Os registros são subtraídos ao " Livro de Entrada e Saída " da Faz Palmital. Referem-se aos meses de abril e outubro de 1885.

Abril	23	Dnro que recebi do Exmo Snr Visconde do Pinhal	400\$000
	25	Carpinão os escravos no dia santo 21784 pez de caffè a 10 reis o pé	217\$840
		Carpinteiro e carreiro 21 dias de serviço a 1\$000 o dia	21\$000
Out	19	Dnro para pagar os escravos	60\$000
		Dnro que recebi do Exmo Snr Visconde do Pinhal	390\$445
	25	Dinheiro ao escravo Antoninho	18\$000
	idem	" " Annanias	16\$000
	idem	" " Adriano	15\$000
	idem	" " Abel	1\$000
	idem	" " Celestino	30\$000
	idem	" " Cezario	2\$000
	idem	" " Fran.o o Grande	10\$000
	idem	" " Franc.o Santos	6\$000
	idem	" " Felipe	3\$120
	idem	" " Galdino	7\$120
	idem	" " Hylario	9\$000
	idem	" " João Chrisostomo	18\$000
	idem	" " Jacintho	15\$000
	idem	" " Julião	6\$000
	idem	" " Joaquim Pedreiro	2\$000
	idem	" " João Contador	6\$675
	idem	" " Leopoldo	4\$000
	idem	" " Lourenço	20\$000
	idem	" " Manuel Fortunato	20\$000
	idem	" " Miguel	8\$000
	idem	" " Macemiano	21\$000
	idem	" " Martiniano	10\$000
	idem	" " Pedro	4\$500
	idem	" " [ilegível]	32\$000
	idem	" " Rodrigo	38\$000
	idem	" " Renato	11\$500
	idem	" " Sypriano	3\$000
	idem	" " Theodoro	2\$900
	idem	" " João Muleque	2\$500
	idem	" " Olympio	1\$000
	idem	" " Sebastião	1\$500
	idem	" " Balthasar	1\$650
	idem	" " M.a Preta	1\$500
	idem	" " Benta	15\$000

Lista retirada de "A carta do ex-escravo Felício & história de São Carlos (SP)", p. 12. De Marco Antonio Leite Brandão. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/A-carta-do-ex-escravo-Fel%C3%ADcio-Hist%C3%B3ria-de-S%C3%A3o-Carlos.pdf>